

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Não há alternativa? O pensamento neodesenvolvimentista no
Brasil e sua crítica marxista (2002-2016)

Aluno: Vinicius Almeida Ribeiro de Miranda

Matrícula: 9723632 PPGHE FFLCH USP

São Paulo

2022

VINICIUS ALMEIDA RIBEIRO DE MIRANDA

Não há alternativa? O pensamento neodesenvolvimentista no
Brasil e sua crítica marxista (2002-2016)

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas para a obtenção do título de Doutor em História
Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo

São Paulo

2022

RESUMO

Este trabalho apresenta resultados da pesquisa cujo objeto é o pensamento econômico neodesenvolvimentista e a análise da crítica marxista deste pensamento. Para o estudo do pensamento em questão, dividimos nossa perspectiva em uma análise histórica sobre o conceito de desenvolvimento nacional, que foi importante para identificar a constituição do pensamento nacional-desenvolvimentista de Celso Furtado, inspirador do novo desenvolvimentismo brasileiro; e uma discussão sobre as diferentes análises marxistas críticas ao pensamento neodesenvolvimentista, assim como da condução econômica dos governos petistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff. A hipótese central de nossa pesquisa é a de comprovar a conexão histórica entre os diferentes desenvolvimentismos no Brasil e o nacionalismo burguês de Friedrich List, mesmo que seja também considerada uma aproximação profunda entre o pensamento neoliberal e o pensamento neodesenvolvimentista.

Palavras-chave: neodesenvolvimentista, nacional-desenvolvimentista, nacionalismo, desenvolvimentismos, neoliberal, Lula da Silva, Dilma Rousseff.

ABSTRACT

This work presents results of research whose object is the neo-developmental economic thought and the analysis of the Marxist critique of this thought. For the study of the thought in question, we divided our perspective into a historical analysis of the concept of national development, which was important to identify the constitution of the national-developmental thought of Celso Furtado, who inspired the new Brazilian developmentalism; and a discussion on the different Marxist analyzes critical to neodevelopmentalist thinking, as well as the economic conduct of the PT governments of Lula da Silva and Dilma Rousseff. The central hypothesis of our research is to prove the historical connection between the different developmentalisms in Brazil and the bourgeois nationalism of Friedrich List, even if it is also considered a deep approximation between neoliberal thought and neodevelopmentalist thought.

Keywords: neodevelopmentalist, national-developmental, nationalism, developmentalism, neoliberal, Lula da Silva, Dilma Rousseff.

Sumário

Introdução -----	07
Capítulo 1 ----- Capitalismo e desenvolvimento nacional: uma contradição ---	11
Seção 1.1 -----Que desenvolvimento? -----	12
Seção 1.2 -- Desenvolvimento desigual e desenvolvimento nacional ----	13
Seção 1.3 ----- Desenvolvimento desigual: de Karl Marx a Francisco de Oliveira -----	20
Seção 1.4 ----- Contexto histórico e síntese teórica -----	28
Capítulo 2 ---- Desenvolvimento nacional em perspectiva histórica -----	31
Seção 2.1 --- Desenvolvimento e Estados nacionais no capitalismo -----	31
Seção 2.2 --- Nacionalismo burguês e crítica marxiana -----	35
Subseção 2.2.1 --- List e o nacionalismo para o desenvolvimento -	35
Subseção 2.2.2 --- Marx e o capitalismo como sistema mundial ---	43
Seção 2.3 --- Nacionalismo e Internacionalismo -----	56
Subseção 2.3.1 --- De Marx ao revisionismo -----	56
Subseção 2.3.2 --- Um breve retorno ao internacionalismo -----	61
Subseção 2.3.3 -- Socialismo num só país e a revolução permanente -	65
Seção 2.4 -- Nacional-desenvolvimentismo e a crítica a razão dualista/etapista --- -----	77
Subseção 2.4.1 – Keynes e a teoria geral -----	77
Subseção 2. 4. 2 – Formação do pensamento nacional-desenvolvimentista -----	82
Subseção 2.4.3 – O nacional-desenvolvimentismo de Celso Furtado --	84
Subseção 2.4.4 – Socialismo num só Brasil -----	105
Subseção 2.4.5 -- A crítica marxista ao etapismo/nacional- desenvolvimentismo -----	107
Capítulo 3 – Neodesenvolvimentismo: vertentes e apropriação governista -----	118
Seção 3.1 – Ideias neodesenvolvimentistas: divergências e convergências --	122
Subseção -- 3.1.1 – Novo desenvolvimentismo precursor -----	124

Subseção -- 3.1.2 – Novo desenvolvimentismo pós-keynesiano ----	130
Subseção -- 3.1.3 – Social-desenvolvimentismo -----	133
Seção 3.2 – Governos Petistas e Neodesenvolvimentismo -----	138
Seção – 3.2.1 – Discursos oficiais da gestão petista -----	138
Seção 3.2 – Apropriação petista da retórica neodesenvolvimentista -----	148
Capítulo 4 – A crítica marxista ao pensamento neodesenvolvimentista no Brasil ---	173
Seção 4.1 – A crítica marxista aos governos petistas: a negação do desenvolvimentismo -----	173
Seção 4.2 – A inexorabilidade do Capital-imperialismo -----	192
Seção 4.3 – Capitalismo desigual e combinado e o problema do nacionalismo ----	202

Conclusão -----	215
Bibliografia utilizada -----	220
Fontes discursos de presidentes -----	227

Introdução

Como pesquisar um pensamento econômico? O que é um pensamento econômico? De acordo com alguns manuais de economia sobre o tema, a história do pensamento econômico passa por várias classificações, destacando-se o estudo de algumas escolas, como a economia política clássica, marxista, keynesianos, neoclássica e a escola austríaca. No entanto, nenhuma destas engloba o pensamento *nacional-desenvolvimentista* e seu pretense sucessor, o pensamento *neodesenvolvimentista*, objeto desta pesquisa.

Ao longo do texto de tese, veremos que a visão *nacional-desenvolvimentista*, principalmente a partir da análise de seu principal intelectual no Brasil, Celso Furtado, é referenciada na obra de John Maynard Keynes, inspirador também das escolas keynesianas. Já a visão crítica ao desenvolvimentismo, velho e novo, que abordamos aqui se localiza entre as tidas escolas principais, a marxista.

O pensamento *neodesenvolvimentista* é assim intitulado primeiramente por uma intenção de propaganda de seus intelectuais, nas diversas vertentes, que buscavam com isso se diferenciar do neoliberalismo. Essa diferenciação foi muitas vezes superficial ou meramente retórica, enquanto o conjunto de ideias que formaram esse pensamento, chamado de neodesenvolvimentista, passou pela implícita e, muitas vezes, explícita referência à ortodoxia convencional, basilar do pensamento neoliberal.

Pontuar aqui que o pensamento que pesquisamos reproduz e se aproxima do neoliberalismo não significa decretar que tais pensamentos são idênticos. Constatamos que não há unidade sequer entre os intelectuais que reivindicam o guarda-chuva neodesenvolvimentismo, muito menos com aqueles intelectuais e políticos que operam e defendem a agenda neoliberal.

A tese, como já dissemos acima e está em seu título, um estudo sobre o pensamento econômico neodesenvolvimentista, mas sim contextualizado pela sua crítica marxista. Crítica essa que nos permitiu revelar contradições, aproximações e distanciamentos entre o novo e velho desenvolvimentismo, justificar e dar sentido à pesquisa. Também foi a partir de uma abordagem marxista que resultou na estrutura textual e de pesquisa que apresentamos aqui.

A tese é dividida em duas partes, cada parte com dois capítulos cada. Na primeira parte, abordamos o conceito de desenvolvimento nacional, e diversos exemplos de pensamento que giraram em torno deste conceito, em perspectiva histórica, desde sua origem no capitalismo até o apogeu do pensamento *nacional-desenvolvimentista* no Brasil.

No primeiro capítulo localizamos o conceito e sua discussão teórica a partir de referências marxiana e marxista, com foco no debate e elaboração da lei do desenvolvimento desigual e combinado, originário da obra de Karl Marx e analisado e aprofundado por marxistas importantes, em especial o revolucionário russo Leon Trotski, que se contrapõe ao que é entendido como desenvolvimento nacional no sistema capitalista.

O desenvolvimento nacional é o conceito que discutimos no segundo capítulo, desde suas origens, como uma expressão da modernização de países se adequando e se inserindo no sistema capitalista, desde a leitura e elaboração do alemão Friedrich List, pai do nacionalismo burguês, passando pelas contribuições de John Maynard Keynes, os social-democratas alemães, o marxismo vulgar dos stalinistas e o estruturalismo cepalino de Celso Furtado e Raúl Prebisch.

Ainda no segundo capítulo apresentamos alguns exemplos, os mais emblemáticos, de críticos marxistas a cada um dos exemplos de pensamento compatível, fundamental e presente na história do capitalismo em prol da ideia de desenvolvimento nacional, como um espelho, uma prévia e uma referência do que fizemos nos capítulos seguintes com o pensamento *neodesenvolvimentista*, o objeto principal desta tese.

Na segunda parte desta tese dedicaremos ao seu tema principal, já dito. Para isso, o terceiro capítulo será dedicado a exposição das diversas vertentes do pensamento neodesenvolvimentista, a explicitar: o *novo desenvolvimentismo precursor*, o *novo desenvolvimentismo pós-keynesiano* e o *social-desenvolvimentismo*.

O terceiro capítulo também se dedica em expor a leitura de alguns intelectuais que fizeram parte dos governos petistas, sobretudo o ex-ministro Aloísio Mercadante. Aqui cabe um comentário a parte da descrição dos capítulos: é importante que se saiba que o primeiro objeto de pesquisa pensado nesse doutoramento não foi o pensamento econômico neodesenvolvimentista, mas sim a política econômica dos governos petistas. Com o tempo, a pesquisa avançou para o estudo sobre a política econômica especificamente voltada para o comércio exterior, quando foi descoberta uma grande possibilidade de investigação científica, a partir da análise sobre a relação dependente e,

simultaneamente, opressora, do lulismo¹. Há um tópico específico que analisa, inclusive, discursos do presidente Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff.

Há duas razões para, finalmente, chegarmos ao objeto pensamento *neodesenvolvimentista*. A primeira razão é a relativamente pouca procura, acima de tudo em comparação com análises sobre os governos petistas. A análise do neodesenvolvimentismo não chega a ser completamente inexplorada, mas compreendemos aqui, antes durante e ao final da pesquisa, que este é um assunto muito a ser explorado ainda, mesmo quando mais restrito à crítica marxista e pesquisas históricas na linha historiográfica marxista, como é o caso aqui.

A segunda razão é a oportunidade que o objeto da pesquisa rendeu ao debate teórico, dentro do campo marxista, sobre a relação que as experiências socialistas nacionais com a visão marxiana da realidade. Foi uma reviravolta na pesquisa quando descobrimos o trabalho da professora Lucia Pradella, trazendo o conceito de *desenvolvimento desigual e combinado* presente na obra de Karl Marx, o que representaria a oposição formidável marxiana a perspectiva de *desenvolvimento nacional*.

Foi essa evolução da análise exposta aqui que culminou na redação do quarto capítulo, dividido entre a exposição de algumas análises sobre a política econômica dos governos petistas, que sustentam uma não ruptura destes governos com as principais políticas neoliberais de governos anteriores, a exposição sobre como se configuram as relações econômicas, sociais, culturais e políticas do capitalismo experimentado pelos petistas no poder executivo, para apresentar considerações, que buscam dar respostas (e levantar novas questões) sobre o porquê que um campo político que fez tanta questão de se diferenciar na retórica dos arautos do “fim da história”, reproduz tanto a máxima, em suas práticas governamentais, de que “não há alternativa”?

Sem a pretensão de encerrar o debate a respeito dessa pergunta central acima, nossa pesquisa busca localizar que, ainda que o mundo capitalista tenha se estruturado de tal maneira que seja difícil, de fato, a construção de alternativas ao sistema, que a frase de Karl Marx do *18 Brumário de Luís Bonaparte* (2011), que “os homens fazem a sua própria história”, mesmo que não sejam a partir de “livre e espontânea vontade” segue

1 A tese se aprofunda no debate dessa ambiguidade, mas o assunto caberia dentro das diversas possíveis abordagens sobre o pensamento econômico em questão. Se fosse o caso, isso remeteria ao papel sub-imperialista dos governos petistas, ainda que reproduzindo e aprofundando o caráter dependente de inserção do Brasil no capitalismo.

atual e reflete em grande medida os resultados de nosso trabalho científico. As escolhas existem, e poucas são, de fato, alternativas, mas a história ainda não acabou.

Capítulo 1 – Capitalismo e desenvolvimento nacional: uma contradição

O objetivo desse capítulo é revelar, a partir de algumas contribuições de autores marxistas, como o conceito de *desenvolvimento nacional*, enquanto uma forma de explicar a realidade socioeconômica de um determinado país, é incompatível com uma análise totalizante, obrigatória dentro do desenvolvimento capitalista. Especialmente da segunda metade do século XIX em diante, houve uma expansão do sistema do Capital para proporções mundiais, processo continuado e aprofundado até os dias atuais. Com isso, os conceitos de *totalidade* e *desenvolvimento desigual* se sobrepõem ao que é compreendido por *desenvolvimento nacional*. Para analisar a dimensão nacional da economia capitalista, a categoria da *particularidade histórica* nos parece mais adequada, pois trata os diferentes *complexos*² identificando suas especificidades, sem cometer o erro de trata-los como sistemas independentes.

A discussão teórica apresentada aqui serve como suporte para compreender o debate intelectual e político acerca do desenvolvimento em cada país, seus modelos, alternativas e possibilidades na busca pelo desenvolvimento pleno, que ocorrem nos marcos do capitalismo, como ficará nítido, e tendo como horizonte (utópico) o capitalismo pleno das grandes potências mundiais. A partir da crítica ao *etapismo* e à *razão dualista*, é possível analisar o conceito de *desenvolvimento nacional* em perspectiva histórica, que servirá de instrumento para sua problematização, localizado em três recortes cronológicos fundamentais e dois recortes geográficos. A primeira abordagem será no século XIX, a partir da discussão sobre o nacionalismo burguês de Friedrich List, criticada por Karl Marx. A segunda abordagem é a primeira experiência de adesão de grupos de origem socialista à ideologia nacionalista, criticada por Marx ainda no fim do século XIX, Rosa Luxemburgo e comunistas russos. A terceira abordagem se dá pela crítica à possibilidade de realização plena de uma revolução burguesa nos países de capitalismo atrasado ou periférico³ por parte de Leon Trotski, assim como sua reprodução no Brasil. Tais debates históricos sobre desenvolvimento nacional, associado a uma referência parcialmente apropriada da visão de John Maynard Keynes sobre desenvolvimento, remontam o pensamento econômico do *velho desenvolvimentismo* no

2 Aprofundamos esse conceito mais adiante, na página 5.

3 O termo *periférico* não é utilizado por Trotski, contudo, em nossa interpretação, encaixa-se perfeitamente no que o revolucionário russo compreende serem os países relativamente atrasados.

Brasil. Analisar o conceito de nacionalismo burguês de List e o pensamento que se desdobrou ao longo da história a partir do mesmo é fundamental porque ele é a base para o surgimento da ideologia *nacional-desenvolvimentista* e de seu suposto herdeiro, o assim chamado *novo desenvolvimentismo* ou *neodesenvolvimentismo*.

1.1 – Que desenvolvimento?

O primeiro desafio para o estudo sobre um pensamento econômico que se assenta na perspectiva de construir um *novo desenvolvimentismo* é um exercício morfológico e semântico da expressão. A palavra *novo* não precisa ser tão esmiuçada, por óbvio basta reconhecermos que se trata de um pensamento que resgata, com possivelmente (provavelmente) novas características uma ideia anterior, presente em outro momento histórico, aplicado a outra realidade. Não precisamos perder tanto tempo com isso. Vejamos o segundo termo.

O que é *desenvolvimentismo*? Ou o que foi este pensamento econômico? Para não estender demais nossa investigação histórica, nos ateremos ao desenvolvimentismo aplicado e que floresceu no Brasil da primeira metade do século, também conhecido como *nacional-desenvolvimentismo*. A escolha não é aleatória, mas sim porque o objeto aqui é o pensamento econômico *neodesenvolvimentista* ou o *novo desenvolvimentismo*. Este, a partir de referências teóricas como Luís Carlos Bresser-Pereira, João Sicsú, Maria de Lourdes Mollo, Ricardo Bielschowsky e outros, é o pensamento “novo” que trata como “velho”, ou anterior o pensamento *nacional-desenvolvimentista*, especificamente a análise cepalina, cujo principal expoente intelectual no Brasil é Celso Furtado.

Antes de analisarmos o pensamento econômico *nacional-desenvolvimentista*, o pensamento *cepalino* ou *furtadiano*, reconheçamos primeiro que a palavra *desenvolvimentismo* refere-se a *desenvolvimento*. Não é uma coincidência que o pensamento *desenvolvimentista* é também nomeado de *nacional-desenvolvimentista*. Trata-se de um tipo específico de desenvolvimento, o desenvolvimento nacional. Seu “ismo” refere-se a um sistema político, sistema este que, concluimos não apenas a partir da análise morfológica e semântica, se apresenta como um modelo político-econômico em que o *desenvolvimento nacional* é a sua principal estratégia.

Mas o que é desenvolvimento nacional? Ou melhor, o que é desenvolvimento? Não há como responder essas perguntas sem realizar escolhas teóricas, pois tanto o

conceito de *desenvolvimento* quanto de *desenvolvimento nacional* são objeto de profundo e profícuo debate nas ciências econômicas e sociais. Minhas escolhas são por autores que localizam a perspectiva de desenvolvimento nos séculos XIX, XX e XXI, o que conhecemos como História Contemporânea, nos marcos da análise do sistema que, em grande medida, define o recorte da era histórica que estudamos. A *Era Contemporânea* é a *Era do Capital*, cujo marco é a *Revolução Industrial Inglesa* e origina uma nova relação social e econômica como predominante, hegemônicas nas relações humanas: o Capital.

Portanto, quando afirmamos *desenvolvimento nacional*, nosso intuito é apresentar um debate sobre este conceito e suas possibilidades dentro da História Contemporânea, isto é, desde quando a humanidade passou a adotar o capitalismo como seu sistema predominante e hegemônico. Portanto, trataremos do *desenvolvimento nacional* no capitalismo.

1.2 – Desenvolvimento desigual e desenvolvimento nacional

A referência no estudo sobre um possível desenvolvimento econômico nacional no sistema capitalista passa, principalmente, pela análise de Karl Marx. Segundo o pensador alemão, o processo histórico que levou a formação do capitalismo como sistema econômico-social dominante no mundo, ocorrido originalmente na Europa, mais precisamente na Inglaterra, a partir da Revolução Industrial, pressupôs a *acumulação original*, que consistiu no estabelecimento de forma predominante da relação entre proprietários de dinheiro, de meios de produção e de vida; e do outro lado trabalhadores livres, que venderiam sua força de trabalho para produzir mercadorias (MARX, 2013, p. 785-7).

Na Inglaterra, o sistema servil, já em falência no final do século XIV, e o meio rural era composto por camponeses livres foi sendo substituído por um sistema de produção de manufaturas, a partir da dissolução dos séquitos feudais promovidos pelo reinado inglês, expulsando a população camponesa para a cidade e permitindo o florescimento da manufatura de lã (Idem, p. 789). Associada a essa expropriação promovida pelo governo inglês, uma legislação foi formada favorável à propriedade privada e exploração da burguesia pelo operariado.

Quando os Estados nacionais europeus formaram um sistema colonial de exploração, expandindo o sistema capitalista para outros continentes além da Europa, foi

possível ao capital-dinheiro, formado por usura e comércio, atingir um vultoso processo de acumulação primitiva mundial. Com a descoberta de terras com ouro e prata no continente que seria intitulado de América, a pilhagem destes recursos assinalou a aurora da acumulação capitalista. Os Estados nacionais europeus, no caso Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra passaram a adotar um sistema moderno de impostos, uma prática protecionista no comércio exterior e o aberto saque de colônias, em busca de uma balança comercial favorável para seus respectivos países, ou seja, sua burguesia local. A acumulação da dívida dos Estados junto aos bancos de seus países estabeleceu uma relação de dependência do poder político com o capital, e estimulou a criação de um sistema de crédito internacional que financiou grandes investimentos, e forçavam o Estado a aumentar seus impostos para pagamento de dívidas (Idem, p. 820-30).

O sistema capitalista, mesmo quando dependente dos Estados como instrumento político e militar para sua expansão, nunca foi um modo de produção resumido a uma escala nacional, e sim mundial. Esse processo de expansão geográfica adquire tais proporções ao final do século XIX, quando atingiria sua “fase superior”, como disse Vladimir Lênin, comunista russo.

No movimento de expansão capitalista, o filósofo húngaro György Lukács destacou dois pontos como *leis tendenciais no desenvolvimento capitalista*. O primeiro é a tendência global da economia “a uma crescente sociabilidade nas formas de contato dos homens entre si, quanto, ao mesmo tempo, a uma integração das comunidades menores em comunidades cada vez mais amplas e complexas”. O segundo é o fato inédito de que foi criado no capitalismo uma economia mundial, a partir da “ligação econômica de todas as comunidades humanas entre si” (LUKÁCS, 2012, p. 280).

As tendências presentes em todo o período histórico em que consideramos o capitalismo como modo de produção e reprodução mundialmente hegemônico demonstram que não apenas o desenvolvimento capitalista é essencialmente mundial como se dá de forma desigual. Para Lênin, a ideia de *desenvolvimento desigual*, analisada em seu *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, como um desenvolvimento “por saltos”, fundamental para realizar o modo de produção capitalista, visto que é da “subalimentação das massas” que se adquire mais “excedente de capital”. E na fase monopolista, ou imperialista, o aumento dos lucros “através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados”, que proporcionam baixos preços das terras, salários e matérias-primas (LENIN, 2012, p. 177).

O que devemos extrair de mais relevante para nossa discussão dos estudos de Lênin é sua percepção sobre o desenvolvimento capitalista, que inviabilizaria o que é compreendido como *sistema nacional* ou *economia nacional*. Na “fase superior”, conhecida como “fase monopolista do capitalismo”, vemos que “o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais”. Além disso, “a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido” (Idem, p. 194).

O capital monopolista ainda promove um aprofundamento das desigualdades nos desenvolvimentos. Um exemplo utilizado por Lênin é o da expansão de linhas férreas pelo mundo no final do século XIX e início do século XX, quando é revelado que sua evolução se deu de forma mais acelerada em colônias, em comparação com metrópoles europeias mais desenvolvidas da época, “onde o capitalismo cresce mais rapidamente”, o que leva ao “aumento do tributo que o capital financeiro recebe das empresas coloniais” (Idem, p. 199). Qual é o sentido de países, como a Rússia, com baixíssima industrialização nos primeiros anos dos 1900, ampliar sua malha ferroviária numa proporção superior à Inglaterra, maior potência industrial do mundo na época?

A possível confusão que pode gerar o aspecto *desigual* do desenvolvimento capitalista pode ser evitada se observarmos a contribuição de Lukács sobre o tema. Para o filósofo húngaro, a historicidade do conceito de desenvolvimento no capitalismo está permeada pela ideia de que seu progresso advém da menor para a maior complexidade do sistema (BONENTE, 2011, p. 13-4). Esta maior complexidade é percebida pelo avanço de três tendências do desenvolvimento geral no capitalismo: 1) constante recuo das barreiras naturais; 2) constante aumento de forças produtivas do trabalho; 3) uma conformação do gênero humano (o reconhecimento do gênero humano como problema universal de todos os seres humanos) (Idem, p. 11-2).

Considerando a visão acima exposta, admite-se que progressos singulares em um determinado complexo da vida social podem ser acompanhados “por regressões simultâneas em outras esferas”, o que significa que “todo desenvolvimento (ou progresso) tem lugar na história pode assumir (...) a forma de um desenvolvimento desigual” (Idem, p. 14).

Nesse sentido, o conceito de *desenvolvimento desigual* em Lukács aponta que a evolução do ser social não se explica “em linha reta, numa lógica racional qualquer, mas

se move por parte em vias travessas”. Complexos que formam um “desenvolvimento global”, assim, podem estabelecer, individualmente, “uma relação de não correspondência” (Idem, p. 15-6). O *desenvolvimento desigual* é aqui mais bem definido por sua heterogeneidade, em que são estabelecidos os diversos complexos e categorias do sistema capitalista. É nesse aspecto que somos capazes de conceber a análise sobre a economia (e seu desenvolvimento) nacional. Não como algo autônomo, independente e, mesmo que relacionado a outros sistemas, se define e se reproduz a partir de seus próprios complexos, categorias e elementos.

Para Lukács, as condições de desenvolvimento são diversas em cada país, e essa desigualdade cumpre “um papel em geral surpreendente, ou melhor, profundamente subversivo”⁴. A exemplo da conquista europeia das Américas, o filósofo húngaro aponta que o desenvolvimento econômico global ocorreu em detrimento da queda e ascensão dos povos envolvidos, ocasionando “uma face inteiramente transformada” (LUKÁCS, 2012, p. 267-8).

Mas Lukács atenta que duas sociedades com diferentes formas de desenvolvimento (diferentes níveis de avanço sobre a barreira natural) não realizam o *desenvolvimento desigual* sem estarem relacionadas, a exemplo do Império chinês e romanos da antiguidade que, embora contemporâneos, não realizaram contato e se transformaram mutuamente. Para Lukács é o capitalismo “o primeiro terreno adequado à plena explicitação do desenvolvimento desigual”, pois é a partir dele que “um sistema de relações econômicas cada vez mais ricas e intrincadas em cujo âmbito as diversidades locais podem influir – tanto positiva quanto negativamente – com cada vez mais intensidade e facilidade sobre a direção do desenvolvimento global” (Idem, p. 268).

Esse desenvolvimento econômico global e desigual se converteria em “realidade político-militar”, exposto pela tese do imperialismo, de Lênin. Lukács contribui também para o tema corroborando com a visão do comunista russo:

Portanto, Lenin tinha toda razão quando considerava essa questão como o ponto central de sua análise do período imperialista. No desenvolvimento desigual, expressa-se a heterogeneidade dos componentes de cada complexo e da relação recíproca desses complexos. Quanto mais desenvolvida, quanto mais social for a economia, tanto mais a heterogeneidade dos elementos naturais passa a segundo plano, transformando-se de modo cada vez mais

4 Lukács comenta que muitas das transformações no capitalismo são “revolucionárias”, não planejadas e que acabar por embaralhar as relações sociais, que possuem um “relativo equilíbrio”, que é comprometido, para serem refeitos sob uma nova forma. Subversivo é o caos com quem, frequentemente, desenvolvem-se estas relações.

declarado numa tendência à sociabilidade. Esse processo, contudo, supera a naturalidade, mas não as heterogeneidades. Estas devem sintetizar-se na unidade do fluxo global – e tanto mais quanto mais se forem explicitando as categorias sociais –, mas seu caráter heterogêneo originário continua a persistir no interior dessas sínteses e provoca – dentro da legalidade geral do progresso global – tendências de desenvolvimento desiguais. (Idem, p. 268)

Resumindo, “o desenvolvimento desigual mostra um crescimento desigual, mas tendencialmente contínuo em tais complexos”. Um exemplo que evidencia essa continuidade tendencial associado ao crescimento desigual é o fato de que, no passado, a Terra era “povoada por inúmeras pequenas tribos” e, atualmente, caminha para uma “unidade econômica, de uma plena e completa interdependência mesmo entre os povos mais afastados entre si” (Idem, p. 279-80).

Nosso exercício de abstração aqui não nos levará a descartar a categoria *desenvolvimento nacional*. Logo, qual será sua aplicabilidade num estudo totalizante? Onde a ideia de desenvolvimento pode ser restrita a um território encarado como nacional?

Lukács rejeitava a ideia da análise de um sistema nacional fechada em si mesmo. A categoria é entendida como uma das múltiplas *particularidades* do sistema global, jamais compreendida sem uma análise totalizante. No entanto, na busca por separar, analiticamente, a “essência do fenômeno”, Lukács, a partir da obra marxiana, alcança a compreensão de “fenômenos extremamente complexos e entre si heterogêneos da realidade”. Atenta para o risco de aplicar as leis gerais “de maneira muito direta”, tanto para o risco de cair “praticismo privado de conceito”, sem mostrar que homens no cotidiano cometem ações derivadas direta ou indiretamente de leis gerais (Idem, p. 257).

A discussão conceitual sobre particularidade em Marx, destacada por Lukács, aparece no seguinte trecho:

Não basta possuir uma compreensão genérica da estrutura do ser social, à qual nos referimos antes, estrutura essa que determina tais caminhos, sua direção, suas ramificações etc. Se Marx, como vimos, considera indispensável para o processo cognoscitivo as abstrações e as generalizações, igualmente indispensável lhe aparece a especificação dos complexos e das conexões concretas. Em termos ontológicos, especificação significa aqui o seguinte: examinar a incidência de determinadas leis, de sua concretização, modificação, tendencialidade, de sua atuação concreta em determinadas situações concretas, em determinados complexos concretos. O conhecimento só pode abrir caminho para esses objetos investigando os traços particulares de cada complexo objetivo. Por isso, falando do conhecimento relativo a um complexo tão central quanto o desenvolvimento desigual, Marx diz o seguinte: “A dificuldade consiste simplesmente na compreensão geral dessas contradições. Tão logo são especificadas, são explicadas”. O significado dessa constatação vai muito além do ensejo concreto que levou à sua formulação, embora, como

veremos, não seja nada casual o fato de ter sido enunciada a propósito do desenvolvimento desigual. (Idem, p. 258)

Lukács, contudo, identifica que a percepção parcial na relação entre *totalidade* e *particularidade* é uma fuga das “fetichizações do racionalismo e do empirismo”, da idealização ou da ilusão de analisar o objeto em si. Essa concepção é “mal entendida” com frequência mesmo dentro do marxismo, a partir da transferência da concepção filosófico-racionalista do progresso (de Hegel e outros), o que se afirmaria com a inversão da reflexão para o sentido materialista, expresso no *determinismo econômico* dos marxismos dogmáticos. Também deixava explícito que sua referência na obra marxiana, embora apontasse para uma gênese sobre o desenvolvimento capitalista na Europa Ocidental, não era uma “teoria histórico-filosófica do caminho geral do desenvolvimento” (Idem, p. 259).

Nos estudos sobre a formação econômica e social brasileira há também a presença do mesmo raciocínio teórico exposto acima, de Marx e Lukács. O sociólogo Antonio Carlos Mazzeo aponta que existiam duas correntes nos primeiros estudos de interpretação da sociedade brasileira, dentro do campo marxista. A primeira, chamada de “teoria consagrada”, considerada por ele mecanicista e reducionista, que desconsiderava as particularidades do desenvolvimento em países europeus, transpondo “para as formações asiáticas e latino-americanas” aquilo que era específico do velho continente. A segunda corrente era vista como uma “análise interpretativa”, que colocava países do continente americano “na esteira do desenvolvimento do modo de produção capitalista”, considerando aspectos próprios de sua formação, sua *particularidade* (MAZZEO, 2015, p. 19)

A assim chamada “teoria consagrada” foi expressão cunhada por Caio Prado Jr. ao se referir as “teses da Internacional Comunista, a partir de seu VI Congresso Mundial de 1928”, em que se formula a tese que divide os países entre semicoloniais e coloniais (China, Índia, etc.) e países dependentes (Argentina, Brasil e outros). O Brasil seria tratado como país dependente pois possuía “um embrião de indústria”, considerada insuficiente para “a edificação independente do socialismo” (Idem, *ibidem*).

Mazzeo aponta para uma “formação social brasileira, inserindo-a no quadro americano enquanto uma *particularidade histórica*, engendrada pela universalidade de um *capitalismo em precipitação*, na medida em que, nas colônias, o capitalismo desenvolveu-se com especificidades próprias”. O sociólogo estuda a *particularidade*

brasileira inserida no “amplo processo de acumulação originária do capital, iniciado a partir do século XVI” (Idem, p. 20).

Por entender o papel decisivo da economia colonial no Brasil para a formação do capitalismo, Mazzeo rejeita a definição de que a formação social e econômica brasileira tenha resultado em um modo de produção distinto do capitalismo, pois sempre esteve “dialeticamente integrada, em sua processualidade histórica” deste sistema mundial. Com base no “conhecimento do processo histórico enquanto totalidade articulada por múltiplas determinações”, essa sendo uma totalidade “sempre dinâmica, única e complexa”, o risco de “partimos do real” e “de seus determinantes imediatos” é o de “chegarmos às representações postas pela própria dinâmica que o real engendrou”, que é o que ocorreria com as análises mecanicistas e reducionistas supracitadas (Idem, p. 21).

A busca do sociólogo brasileiro então se deu pela “essência” ou “estrutura produtiva”, o que se entende “como o elemento conformador da totalidade”, onde interagem os diferentes complexos do capitalismo, com suas próprias categorias, “que dão historicidade e concretude às formações sociais” (Idem, p. 22).

Compreender, portanto, que a “apreensão do real” é possível, desde que se considere o mesmo enquanto uma totalidade constituído de “múltiplas determinações”, permite descobrir e atentar para “o encadeamento lógico-imanente das leis mais gerais da economia e, com isso, o entendimento do desenvolvimento social”, da história e conceitual de um determinado objeto de estudo. Podemos, então, com o materialismo dialético, tanto “chegar às leis gerais que regem o ser social” quanto “localizar suas especificidades e articulações concretas”. Desse ponto o conceito de *particularidade* de Lukács é fundamental (Idem, p. 23-4). A partir da “ontologia marxiana do ser social” é possível identificar uma unidade apenas dissociável no plano ideal-analítico, mas não no plano ontológico, as “tendências de desenvolvimento gerais-legais e tendências particulares” (LUKÁCS apud em MAZZEO, 2015, p. 24).

E é na particularidade que “residem as reais mediações com a universalidade”, para isso é preciso remontar a “dialética das particularidades com o universal”, o que permite desmistificar “as categorias que a universalidade concretiza nos complexos particulares”, isto é, a superação do mecanicismo e reducionismo. Por isso, Mazzeo afirma que é importante, no estudo de “uma realidade social”, situar o mesmo “no âmbito da relação universal-particular, quer dizer, a partir do modo de produção que a conforma”. Nesse sentido, as formações sociais são particularidades que vão materializar o modo de produção capitalista como um todo (MAZZEO, 2015, p. 24-5).

Desse modo, em seu estudo sobre a formação da autocracia burguesa no Brasil, Mazzeo aponta que se um estudo histórico é apreendido de forma “ontológica”, ou seja, entendendo a formação social brasileira como “particularidade histórico-concreta” é estabelecido, dialeticamente, uma relação com a “universalidade do modo de produção capitalista” (Idem, p. 25). Assim também podemos avançar na análise do pensamento econômico *nacional-desenvolvimentista* e do *novo desenvolvimentismo*. O estudo e crítica dos conceitos nos ajuda a compreender as determinações e o papel do Brasil no desenvolvimento capitalista mundial, o único possível de ser analisado enquanto uma universalidade.

1.3 – Desenvolvimento desigual: de Karl Marx a Francisco de Oliveira

Após a exposição da importância do conceito de particularidade, a partir das referências de Georgy Lukács e Antonio Carlos Mazzeo, retomaremos aqui a discussão acerca do conceito de desenvolvimento desigual, debatido nas páginas iniciais a partir de Karl Marx, Vladimir Lenin e Georgy Lukács.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer as possíveis compatibilidades e distanciamentos entre o conceito de *desenvolvimento desigual* e a discussão sobre a *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, de León Trotsky. Segundo a economista Bianca Bonente, há uma diferença importante entre os dois conceitos. O primeiro caso representaria um conceito geral, que aponta a uma lei tendencial da dinâmica da sociedade, enquanto o segundo é ligado mais estritamente às diferenças de desenvolvimento entre países, suas condições sociais e riquezas. Nesse sentido, podemos considerar uma convergência entre os conceitos, mesmo em Bonente, se entendermos que o *desenvolvimento desigual e combinado* de Trotsky trata de uma aplicação específica do *desenvolvimento desigual*, de Marx, Lênin e Lukács (BONENTE, 2011, p. 21-2).

Para sermos capazes de concluir a similaridade entre os conceitos marxiano e trotskiano é necessária uma investigação das exposições teóricas do revolucionário russo. A primeira obra relevante do revolucionário russo foi publicada em 1906, o *Balanço e Perspectivas*, que analisava o desenvolvimento histórico e social da Rússia à luz da experiência do movimento revolucionário de 1905, o primeiro a conter no país do Cáucaso o instrumento do *soviete*, em Petrogrado. Logo na introdução desta obra, Trotsky afirma que “a revolução russa tem um caráter específico, representando a soma de todas

as particularidades de nossa evolução histórica e social e descobrindo diante de nós, por seu turno, perspectivas históricas inteiramente novas” (TROTSKY, 2010b, p. 38).

Analisando mais especificamente o caso russo, Trotsky afirma que mesmo com um característico desenvolvimento lento e de caráter primitivo, a Rússia, a partir da “influência e mesmo a pressão do meio exterior histórico-social”, teve suas relações sociais e econômicas dramaticamente modificadas. Como destaque, ao final do século XIX, a população urbana russa não chegava a sequer 20% da população total, mostrando que ainda se tratava de um país predominantemente rural. E esse meio urbano não representava, tampouco, o papel de centro comercial e industrial visto na história das cidades da Europa Ocidental, mas sim um espaço de “centros militares e administrativos ou fortalezas”, habitados por “funcionários do Estado e viviam à custa do Tesouro público”, ou seja, não passavam de “um centro administrativo, militar e fiscal” (Idem, p. 52).

O desenvolvimento capitalista, portanto, da Rússia se deu a partir do “desenvolvimento econômico de toda a Europa” através de “empréstimos estrangeiros usurários”. Dessa forma, foi um laboratório para constatar que a ideia de economia nacional ou desenvolvimento nacional autônomo estava cada vez mais distante dos processos históricos concretos. O capital europeu que entrava na Rússia também retornava em investimentos “sob a forma de capital comercial e industrial, atraído pelas riquezas naturais intactas do país, e especialmente pelas forças de trabalho de operários desorganizados que estavam ainda longe de adquirir o hábito de resistir ao capital”. Disso decorre que “o capital europeu fazia os seus principais ramos de produção e os seus principais meios de comunicação ultrapassar toda uma série de etapas técnicas e econômicas intermediárias, pelas quais tinham sido forçadas a passar nos seus países de origem” (Idem, p. 55-6).

A visão totalizante de Trotsky também era percebida em obras de sua fase mais madura, de maior elaboração. Em *A Revolução Permanente*, afirma que “o marxismo parte da economia mundial, considerada não como simples soma de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial” e exerce domínio “do alto os mercados nacionais”. No mesmo livro apontava que “as forças produtivas da sociedade capitalista” já teriam ultrapassados “as fronteiras nacionais”, exemplificada pela “guerra imperialista” (a Primeira Guerra Mundial) como uma clara manifestação disso (TROTSKY, 2010a, p. 135-6).

Mas é em seu *História da Revolução Russa*, mais precisamente no primeiro capítulo desta obra, que Trotsky expõe o que ele vai chamar de *lei do desenvolvimento desigual e combinado* com mais clareza. Retomando a ideia de que a Rússia havia se desenvolvido de forma lenta, diz que isto teve como consequência “uma economia atrasada, uma estrutura social primitiva e baixo nível cultural” (TROTSKY, 2017, p. 29). A noção de desenvolvimento exposta aqui é similar à de Marx e Lukács, pois considera a complexidade do sistema, e evita fazer um juízo evolucionista de valor sobre o desenvolvimento, isto é, ficar preso ao paradigma do desenvolvimento capitalista, como quando afirma que “um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados”, sem que isto signifique “porém, que siga servilmente estes países, reproduzindo todas as etapas de seu passado” (Idem, p. 33).

E a ideia de combinação dos desenvolvimentos desiguais é descrita por Trotsky nesse trecho:

O caráter provincial e transitório de todo *processus* admite, efetivamente, certas repetições das fases culturais em meio ambientes sempre novos. O capitalismo, no entanto, marca um progresso sob tais condições. Preparou e, em certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Foi, assim, excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento em diversas nações. Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – e este privilégio existe – autoriza um povo ou, mais exatamente, o força a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias. Renunciam os selvagens ao arco e à flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias que, no passado, separaram estas diferentes armas. Os europeus que colonizaram a América não recomeçaram ali a História desde seu início. Se a Alemanha e os Estados Unidos ultrapassaram economicamente a Inglaterra, isso se deveu exatamente ao atraso na evolução capitalista daqueles dois países. Em compensação, a anarquia conservadora que reina na indústria carbonífera britânica, como no cérebro de Mac Donald e seus amigos, é o resgate de um passado durante o qual a Inglaterra – e por muitos anos – manteve a hegemonia do capitalismo. O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. (Idem, p. 33)

O caráter combinado se dá, primeiramente, pela diferença de ritmo de desenvolvimento das relações produtivas e sociais nos diferentes países, que associam sua história “atrasada” com relação a outros países, mas encontram em outra trajetória histórica o seu desenvolvimento. Há a combinação, portanto, entre o passado como “selvagens ao arco e à flecha” com o a transição moderna para “imediatamente o fuzil”. O atraso é “atraso na evolução capitalista” que é fator para que essa evolução ocorra de

forma distinta (desigual) para as relações de produção capitalistas (desenvolvidas) (Idem, ibidem).

Abaixo, Trotski deixa ainda mais claro que a desigualdade exposta em sua visão é a “desigualdade de ritmos”, que seria “a lei mais geral do *processus* histórico”. E desta lei decorre outra, a *lei do desenvolvimento desigual e combinado*:

(...) que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como, em geral, a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha. (Idem, p. 34)

Outra combinação “típica de países atrasados” é aquela em que há uma tomada de protagonismo de uma classe por outra. Quando classe toma para si “o encargo de resolver os problemas de outra classe” (Idem, p. 37).

Trotski afirma mais categoricamente ainda a *lei do desenvolvimento desigual e combinado* pelo “caráter da indústria russa”, que não percorreu “o ciclo de países adiantados, porém neles se incorporou, adaptando ao seu estado atrasado as conquistas mais modernas” (Idem, p. 37). A formação da indústria russa, embora atrasada, revelou-se extremamente moderna em sua configuração econômica. No caso russo teria sido manifestada uma “fusão do capital industrial com o capital bancário (...) de forma tão integral como talvez não se tenha visto semelhante em qualquer outro país”, e completamente, por isso, submissa “ao mercado monetário da Europa Ocidental”. Ou seja, a fragilidade de uma economia pouco desenvolvida foi uma presa fácil para a invasão financeira dos burgueses alemães, belgas, franceses e ingleses (Idem, p. 39). A burguesia russa, portanto, seria subordinada aos interesses dos setores mais dominantes da economia de seu país, os investidores internacionais, o que a levou a um isolamento político e uma postura contrária a interesses populares.

Por sua vez, o operariado russo, formado “aos saltos, por meio de transformações bruscas das situações”, foi capaz de dar respostas “mais ousadas no pensamento revolucionário, da mesma forma que a retardatária indústria russa era capaz de compreender a última conquista da organização capitalista” (Idem, p. 40). Trotski destaca que muitos proletários na Rússia, em especial da região dos Urais, mantinham vínculo com o trabalho camponês e se dividiam de forma sazonal entre o campo e a indústria. Essa formação social híbrida entrava em contradição com a viabilidade da burguesia como setor dirigente dos operários, tanto pela sua opressão e exploração cotidiana quando

estavam na fábrica, quanto pelas relações com os grandes proprietários rurais, expropriadores do direito à terra quando estavam no meio rural (Idem, ibidem).

A formação híbrida das classes sociais russas, em comparação ao desenvolvimento original capitalista, na Inglaterra, influenciou que no movimento revolucionário de 1905 “os operários organizavam-se independentemente da burguesia, opondo-se mesmo a ela em sovietes aparecidos pela primeira vez”. A experiência dos sovietes teve mais capacidade de atração de camponeses e soldados do que a frágil oposição burguesa ao regime czarista. Quando o movimento se radicalizou e buscava o fim do regime, a burguesia se apartou do movimento, rompendo com o povo, sendo fundamental para a sobrevivência do czarismo naquele momento (Idem, p. 41).

Em 1917, a burguesia russa era mais forte e mais conservadora, sendo sequer um setor organizado na sociedade em defesa de uma democracia formal burguesa, como na França. Assim como a França realizou uma revolução mais avançada do que a Revolução Inglesa, que instituiu uma monarquia constitucional, a Revolução Russa saltaria a democracia formal, para formar uma democracia operária, com o fortalecimento e proliferação de sovietes, um exemplo de resposta política ao desenvolvimento desigual e combinado em seu país (p. 42-3).

O cientista político Alvaro Bianchi considera uma antecipação ao conceito que Leon Trotski elaboraria em seu *História da Revolução Russa* o uso do conceito *desigual e combinado* que Lenin faz em *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Nesta obra, a nomenclatura expressa a desigualdade de desenvolvimento no sentido marxiano, ou seja, na complexidade das relações produtivas e meios de produção. Porém, também remete a uma consequência mais ampla dessa desigualdade, que se dá pelo “desenvolvimento diferenciado em cada país” e, nas palavras de Lenin “desigualdade na taxa de expansão colonial”, ou seja, a percepção também da desigualdade entre potências imperialistas do grau de dominação internacional exercida (BIANCHI, 2013, p. 1-2).

Bianchi também destaca em Lênin que a desigualdade do desenvolvimento é notada “na decadência daqueles países que são os mais ricos em capital (Inglaterra)”, o que converge para a percepção de Trotski sobre o desenvolvimento capitalista no início do século XX (Idem, p. 2).

Os estudos históricos e analíticos de Trotski sobre o capitalismo, com base no conceito de *desenvolvimento desigual e combinado*, são fundamentais para compreender a fragilidade da ideia de desenvolvimento nacional autônomo, soberano e independente

em pleno capitalismo monopolista, aprofundado no final do século XX e início do século XXI pelo fenômeno da mundialização, exposto por economistas como François Chesnais.

Segundo Bianchi:

Tais tendências eram acentuadas pelo capital financeiro, permitindo ao capitalismo unir de modo rápido e profundo os diversos agregados nacionais e continentais, criando entre eles uma “interdependência estreita e vital uns com relação aos outros e reaproximando seus métodos econômicos, suas formas sociais e seus níveis de desenvolvimento.” (TROTSKY apud BIANCHI, 2013, p. 4) Era justamente essa interdependência o que impediria concluir a possibilidade do socialismo em um só país. Somente se o desenvolvimento capitalista de cada nação fosse não apenas desigual como também independente, seria possível pensar o socialismo em um único país. (BIANCHI, 2013, p. 4)

Outro trecho que Bianchi relaciona o conceito de *desenvolvimento nacional* com *desenvolvimento desigual e combinado* é em seu debate sobre a análise de Trotski acerca da Revolução Espanhola. Demonstrando que as relações contraditórias do desenvolvimento econômico, político e cultural da Espanha eram uma “amálgama de tendências contrapostas”, Bianchi aponta que o conceito era, assim como o desenvolvimento desigual, uma “lei tendencial”.

(...) a lei do desenvolvimento desigual era apresentada por Trotski como uma lei tendencial, ou seja, ela expressava a tendência existente no capitalismo às disparidades econômicas, políticas e culturais entre os diferentes países, setores da economia e ramos da produção. Tais disparidades eram concebidas como decorrentes das diversas trajetórias nacionais, por um lado, e, por outro, das assimetrias próprias do processo de acumulação capitalista. Se o desenvolvimento desigual se expressava como uma lei tendencial, então o desenvolvimento combinado que se erguia sobre ele também deveria assumir esse caráter. (Idem, p. 5)

Portanto, embora sejam conceitos distintos, o *desenvolvimento desigual* de Marx é, não apenas compatível, mas é a principal fonte para a elaboração trotskiana sobre o conceito. Como poderemos observar, fenômenos históricos ocorridos na América Latina, e em particular no Brasil, podem ser explicados de forma mais precisa e cuidadosa com a utilização destes conceitos e, inclusive, a devida aproximação com debates teóricos sobre a trajetória socioeconômica do Brasil no século XX, quando o país atravessou seu processo de desenvolvimento.

A conexão histórica entre as análises de Trotsky e importantes intelectuais brasileiros é explicitada no embate ideológico e político com seguidores do assim chamado *marxismo vulgar*, especialmente com a concepção chamada de *etapismo*. O

economista belga Ernest Mandel resgatou a visão de estratégia revolucionária de Marx e a usou como base para sua discussão sobre conceito de *desenvolvimento desigual e combinado* e para criticar o economicismo da socialdemocracia. Cabe destacar, no entanto, que na hipótese marxiana era necessária uma “divisão de classes já adiantada” ou um “desenvolvimento embrionário do capitalismo” para que houvesse o salto das etapas em um país atrasado, tal como foi analisado por Trotski na Rússia (MANDEL, 1980, p. 22).

Contudo, Mandel destacou nos estudos de Marx que essa “precondição material para o socialismo” dava-se, em grande medida, pelo “aparecimento de uma classe social que, por sua existência e luta, seria capaz de colocar a cooperação e a solidariedade generalizadas em lugar (...) da propriedade privada e competição”. Conclui-se que apenas “um alto nível de desenvolvimento do capitalismo industrial e o aparecimento de um forte proletariado industrial moderno preencheriam essas duas condições” (Idem, *ibidem*).

A partir da interpretação da obra de Marx, a vertente predominante da socialdemocracia apontou que seria obrigatório o desenvolvimento capitalista pleno, isto é, aos moldes dos países da Europa Ocidental, para que países considerados atrasados, do sul da Europa, Ásia e América Latina, tivessem condições de realizarem uma revolução socialista. Seria preciso, então, uma “revolução democrática” como etapa necessária para fortalecer a classe operária daquele país atrasado, e assim criar a condição subjetiva fundamental para esta revolução (Idem, p. 11).

A chamada *teoria etapista da revolução* tinha como base uma visão sobre o desenvolvimento do capitalismo que não levou em consideração “três considerações estruturais” tratadas por Trotski. A primeira era que a força do capital estrangeiro em países relativamente atrasados como a Rússia foi capaz de formar um proletariado robusto e moderno, “mais forte do que a chamada burguesia nacional” russa. Essa burguesia era absolutamente subordinada à burguesia da Europa Ocidental, incapaz de estabelecer interesses próprios e contrários a esta (Idem, p. 12).

A segunda questão remete a identificar o caráter monopolista do capitalismo, destacado por Lênin como “fase superior”. Nesse cenário, as grandes propriedades eram “totalmente ligadas ao capital por meio do crédito, brancos, usura e co-propriedade”. Além disso, muitos burgueses também eram propriedades agrárias. A fusão do capital monopolista ia do mais avançado Truste até a agricultura arcaica russa. Seus interesses políticos também convergiam (Idem, p. 13).

A última questão, por fim, é o fato de que as estruturas arcaicas do campo combinavam-se com a mais moderna industrialização fazendo do caminho para o assim chamado desenvolvimento nacional distinto de países como Inglaterra, França e Alemanha (que já eram distintos entre si). É nesse contexto que Trotski remete a “saltos” no desenvolvimento, a partir da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, “a aproximação dos diferentes estágios da viagem, uma combinação de passos diferentes, um amálgama do arcaico com as formas mais contemporâneas” (Idem, p. 13-4).

O historiador Felipe Demier reafirma em seu estudo que a estratégia intitulada *revolução por etapas*, ou *etapismo*, consiste no abandono da possibilidade de revoluções socialistas em países atrasados, assim como ocorrera na própria Rússia em 1917. A afirmação de Trotski, que a economia mundial era “totalidade contraditória” e não uma “mera soma de nações (partes) isoladas”, foi identificada por Demier também em importantes trabalhos acadêmicos no Brasil (DEMIER, 2007, p. 77-8). Citaremos alguns exemplos abaixo.

Segundo Demier, a perspectiva *etapista* da Internacional Comunista muito se assemelhava com a perspectiva dualista de intelectuais brasileiros concentrados na CEPAL, ISEB e PCB. O pensamento cepalino concebia que uma estrutura econômica, política e social brasileira considerada arcaica seria um entrave para novos complexos, modernos e que se fossem descomprimidos teriam a capacidade de modernizar o país, ou seja, completar seu desenvolvimento nacional. O que, portanto, significaria uma perspectiva dotada de um aspecto “teleológico-evolucionista”, que considerava as formações econômicas e sociais do país uma “fase, ou uma etapa histórica” a ser superada, o subdesenvolvimento (Idem, p. 89).

No capítulo seguinte analisaremos com mais profundidade o pensamento econômico *dualista-etapista* dos coletivos que protagonizaram sua formulação e disseminação no Brasil. Dos mais destacados por Demier temos Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira.

Florestan Fernandes, ex-militante da IV Internacional nos anos 1940, utilizou o conceito de “capitalismo dependente” para demonstrar que os países da “periferia” tinham um desenvolvimento capitalista “peculiar” e rejeitava o “esquematismo dualista que se moldava pelo exemplo histórico europeu e norte-americano” (Idem, p. 95)

Fernandes se aproximava bastante do pensamento trotskiano quando dizia que “a articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos” para o lucro máximo, isto é, a articulação

era voltada para superar a dificuldade da baixa produtividade e atraso na industrialização. Eram, ainda, “estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento não só podem ser *combinadas* organicamente e articuladas no sistema econômico global”, como a “persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar”, mas são parte do “cálculo capitalista” (Idem, *ibidem*).

O sociólogo Francisco de Oliveira pode ser encarado como o exemplo mais explícito de referência da crítica marxista ao dualismo/etapismo, advogado por intelectuais brasileiros, que é influenciada pela teoria trotskiana sobre desenvolvimento do capitalismo. Em *Crítica a razão dualista* (2003), Oliveira aponta que o desenvolvimento brasileiro é “desigual e combinado”, fazendo referência direta a Trotski, como “produto de uma base capitalista de acumulação razoavelmente pobre, para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 1930, que sustenta a existência dos setores ‘atrasado’ e ‘moderno’”. Segundo o sociólogo, esta “combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante” (Idem, p. 59-60).

1.4 – Contexto histórico e síntese teórica

Nesse primeiro capítulo, não nos aprofundaremos no debate em que Marx, Trotski e Francisco de Oliveira protagonizaram, cada um em seu período e polemizando com distintos defensores de um projeto de desenvolvimento nacional para seus países. A perspectiva histórica do pensamento marxista crítico às diversas formas de desenvolvimentismos será objeto de discussão no capítulo seguinte. Contudo, em poucas linhas, farei uma justificada exceção para o segundo caso citado, que localiza em León Trotski e Stálin as atuações principais do intenso e visceral debate entre *etapismo* e revolução mundial.

Deixaremos para o segundo capítulo o cerne do debate entre *etapismo* e *internacionalismo*, com o devido trabalho historiográfico sobre estas correntes de pensamento. Mas não sem antes trazer uma conexão histórica entre o revolucionário expulso da Rússia e diversos intelectuais de seu tempo, que não cumpriram o mesmo papel antagonista dele, a exemplo de Georgy Lukács.

Segundo o intelectual marxista José Paulo Netto, foi a década de 1920 “mais produtiva da história do marxismo na primeira metade do século XX”, a exemplo de

produções como de Antonio Gramsci, Marc Bloch e outros. Ela precederia o que Netto chamaria de “a longa noite inaugurada pelo stalinismo”. É de se espantar que hoje militantes que reivindicam um estudo sério e aprofundado, utilizando-se do instrumento do pensamento dialético para estudos históricos que rejeitam mitos, apenas atendo-se a fatos e fontes concretas para realizar análises sobre processos sociais, ignorem a grande dificuldade que os mais importantes intelectuais marxistas da década de 1930 à década de 1950 tiveram para produzir e apresentar, justamente, contribuições para o pensamento marxista revolucionário (LUKÁCS, 2012, p. 10).

Netto resgata em prefácio escrito para a publicação brasileira de *Para uma Ontologia do Ser Social I* que “poucos como Lukács experimentaram o peso da era stalinista”. Completando: poucos como Lukács e absolutamente ninguém como Trotski. Infelizmente, apenas um dos dois sobreviveu à longa noite e testemunhou o “renascimento do marxismo”, como desdobramento das novas diretrizes do Partido Comunista da União Soviética, a partir de seu XX Congresso, em 1956 (Idem, ibidem).

A conexão teórica do pensamento de Lukács e Trotski, apontado neste capítulo, não foi uma coincidência. São frutos da vitória para a classe trabalhadora mundial da Revolução Russa e sua posterior desfiguração e traição. Por um lado, o testemunho desses e outros intelectuais marxistas contemporâneos ao movimento de Outubro serviu de inspiração, fonte e estímulo de seus trabalhos. Por outro lado, o sufocamento do pensamento livre e crítico do campo marxista tornou suas contribuições raras, ainda mais diante da ascensão do nazifascismo na Europa e o pensamento extremista conservador no mundo, carrasco de inúmeros pensadores promissores para a renovação do pensamento marxista.

Pensamento marxista este que, para Lukács, teria que renovar seu pensamento a partir de um novo Capital, o Capital do século XX (Id. Ibid.). E se isso, de fato, era um grande desafio, o que diremos da importância de mais uma renovação do pensamento revolucionário com as gigantescas transformações do capitalismo do último quarto do século XX e das primeiras décadas de século XXI?

Também não foi obra do acaso que a referência comum entre Lukács e Trotski, além de Marx, é Vladimir Ilich Lenin. O estudo sobre o novo momento do capitalismo ao final do século XIX, o imperialismo ou capitalismo monopolista, seria, certamente o ponto de partida para o novo estudo sobre o Capital. Outro tópico, infelizmente necessário, é o de combater a “liquidação da inspiração ontológica de Marx” promovida pelo stalinismo e que promoveu “uma invasão neopositivista” no pensamento marxista

(Idem, p. 11), para que teses de autores demonizados como Trotski não sejam tratadas com desprezo, mas sim com a devida seriedade.

Por fim, assim como todo o pensamento marxiano, é preciso ler, compreender e criticar com absoluto rigor científico tanto correntes que se coloquem de forma nitidamente antagônica ao projeto comunista, quanto as vertentes do pensamento social e econômico que, por mais que reivindicuem o combate às piores formas de exploração do capitalismo, se apropriam de pressupostos da economia convencional (burguesa) para servir como base de suas formulações, tal como fizeram o *nacional-desenvolvimentismo* e o *neodesenvolvimentismo*.

Capítulo 2 – Desenvolvimento nacional em perspectiva histórica

2.1 – Desenvolvimento e Estados nacionais no capitalismo

Como surge a ideia de *desenvolvimento nacional*? Primeiro é preciso distinguir que “nacional” é objeto de um “desenvolvimento” proposto. As nações a serem desenvolvidas são aquelas representadas por um Estado nacional. Veremos, a partir de um resgate histórico, que há um encadeamento entre o conceito de *desenvolvimento* como sinônimo de industrialização, e *nação* como referência a um Estado nacional.

Não é, portanto, qualquer *desenvolvimento nacional* que nos interessa nesse trabalho, mas sim a definição utilizada por pensadores *nacional-desenvolvimentistas* e, conseqüentemente, *neodesenvolvimentistas*. Deste ponto de partida, a perspectiva histórica do *desenvolvimento nacional* é de origem europeia. E não é, tampouco, qualquer desenvolvimento, mas sim o desenvolvimento nacional que se opera com a geração, consolidação e expansão do modo-de-produção capitalista.

Sobre a nação que serve como referência do *nacionalismo* presente no pensamento *desenvolvimentista*, não se trata do conceito amplo e difuso que existe desde a Antiguidade. Nossa referência aqui é ao “sentido moderno da palavra”, disseminado já no século XVIII, e que se organizou em mais ou menos três séculos anteriores, em torno de um respectivo Estado nacional, considerando apenas casos europeus (HOBSBAWN, 1990, p. 13).

O significado moderno de *nação* se identifica diretamente com o também moderno Estado nacional ou Estado capitalista. É uma alcunha fundamentalmente política, equalizando a identidade comum de um povo, uma nacionalidade, que habitam o mesmo território que é, por ser uma nação independente, soberana (Idem, 31-2). Estas definições são resultado das experiências de Revoluções na Europa no século XVIII e XIX, especialmente a Revolução Francesa.

Compreendida de que *nação* estamos nos referindo, precisamos estabelecer a qual *desenvolvimento nacional* os *desenvolvimentistas* e *neodesenvolvimentistas* se referem. Partiremos aqui do debate de ideias políticas e econômicas de um ponto comum de dois campos distintos, que é a descrença no livre mercado como solução para os conflitos humanos. Duas alternativas se colocaram, desde o século XIX na Europa, que destacamos

em nossos estudos. De um lado, a ideia de que os povos deveriam participar desse novo mundo, capitalista, organizando-se em nações, exercendo de forma condicionada a liberdade comercial, ainda presos ao paradigma mercantilista, mas cientes de que a industrialização e a agressiva disputa de mercados era necessária. De outro lado, as ideias comunistas associavam tanto a Escola Liberal quanto a perspectiva nacionalista como ilusões burguesas.

A história do Brasil é marcado pelo choque entre algumas ideias de suas elites e uma realidade retrógrada. O caminho de disseminação do pensamento econômico aqui seria distinto do velho continente. Somado a isso, o caráter *sui generis* do desenvolvimento brasileiro e latino-americano tornou ainda mais desafiadora a tarefa de realizar conexões entre o pensamento econômico nacionalista europeu e brasileiro. Tomando o devido cuidado para não promover aproximações mecânicas ou grosseiras, seguiremos com o exercício da análise comparativa e associativa entre ideias originalmente europeias e suas traduções para a realidade latino-americana.

Como afirmou o historiador ucraniano Roman Sporluk, o nacionalismo se tornou “um rival eficaz e bem sucedido do marxismo e comunismo”, especialmente pela força de sua ideologia na Europa no século XIX e XX. Mais ainda, “quando o comunismo derrotou doutrinas rivais, ele deveu sua vitória à adoção de pelo menos alguns dos princípios do nacionalismo”, ou tendo se convertido, de fato, ao nacionalismo, abandonando seu viés internacionalista (SPORLUK, 1988, p. 5).

A conversão de um pensamento comunista, portanto internacionalista, ao nacionalismo é melhor traduzida pelo assim chamado *etapismo*, expresso tanto pelos reformistas/revisionistas da social-democracia, quanto os ideólogos e expoentes da perspectiva de *socialismo num só país*. Essa é a primeira razão que justifica a escolha em abordar o debate de ideias entre marxistas e nacionalistas para uma compreensão apurada e a perspectiva histórica do *novo desenvolvimentismo*, assim como de seu suposto “pai”, o *nacional-desenvolvimentismo*.

A segunda razão está na convicção de que a história do capitalismo é melhor compreendida a partir do olhar de seus qualificados críticos, em comparação aos seus defensores. De fato, nunca houve livre-mercado pleno ou, ao menos, alguma liberdade comercial acompanhada *pari passu* pelo fortalecimento, multiplicação de funções e poderio do Estado capitalista.

O modelo europeu (sobretudo anglo-saxônico) de Estado nacional tem como “instituições-chave” a “democracia, a burocracia ‘boa’, o Judiciário independente, a forte

proteção dos direitos de propriedade privada (inclusive intelectual) e uma governança empresarial, transparente e orientada para o mercado” (CHANG, 2004, p. 12). É um amplo instrumento de expansão do modo de produção capitalista, chamado de *sistema de livre mercado*.

É o que revelam diversos estudos, destacando-se o trabalho do economista coreano Ha-Joon Chang. Dentro deste trabalho, o exemplo da *Lei de Patentes* foi crucial para entender a relação entre Estado moderno e sucesso da expansão capitalista. Segundo Chang, a exclusividade de inúmeros direitos de propriedade intelectual foi decisiva para a prosperidade inglesa e, posteriormente, Estados Unidos, sendo “um dos mais poderosos instrumentos de desenvolvimento econômico, do aumento das exportações e da difusão de novas tecnologias” (Idem, p. 13).

Prova-se também que a história do capitalismo é a história da intervenção estatal na economia das grandes potências pela recorrente adoção de políticas *protecionistas*, como os EUA fizeram logo após a Guerra de Secessão, a fim de proteger sua indústria nascente do final do século XIX (Idem, *ibidem*).

Chang mostra ao expor as experiências-modelo do capitalismo mundial, que uma alta dose de seletividade Reino Unido e EUA em sua política econômica permitiu associá-los a uma “história de livre-comércio e mercado livre” (Idem, p. 21). De fato, na trajetória do capitalismo está a superação do sistema mercantilista, em que a balança comercial favorável, conquistada a partir do monopólio de exploração de colônias ultramarinas, era aliada a um forte protecionismo impostos pelas nações. A nova “ordem liberal mundial, aperfeiçoada por volta de 1870, apoiava-se em: políticas industriais do *laissez-faire* internamente; poucas barreiras aos fluxos internacionais de bens, capital e trabalho; e estabilidade macroeconômica nacional e internacional” (Idem, p. 31).

A ordem liberal, no entanto, foi abalada com a Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, a crise de 1929, levando países a reerguerem fortíssimas barreiras comerciais. Foi o caso dos EUA, seguido por Alemanha e Japão, até a adesão da Grã-Bretanha, em 1932, levando ao fim do “sistema mundial de livre comércio”. Essa “visão dirigista da economia seguiu dominando o cenário político do mundo desenvolvido até a década de 1970”, quando há uma mudança drástica no cenário mundial e a ascensão do neoliberalismo (Idem, p. 31-2).

O que Chang demonstra em seu estudo *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica* é que os países que aderiram e proliferaram o modelo liberal para a economia mundial, o fizeram apenas quando suas economias

nacionais estavam desenvolvidas⁵. Diante dos diversos exemplos de países desenvolvidos, observemos o caso inglês, pois se trata do exemplo original da política liberal.

A Inglaterra era uma “economia relativamente atrasada”, em comparação com outros países europeus, até 1600, quando ainda importava tecnologia e exportava lã. A partir da Dinastia dos Tudors, os ingleses passaram de “uma nação muito dependente da exportação de lã bruta para os Países Baixos” para uma “das maiores fabricantes de lã do mundo” (Idem, p. 38-9).

A partir de 1489 o Rei Henrique VII implementou um plano de fomento a manufatura, que incluía “o envio de missões reais para identificar os lugares adequados à instalação das manufaturas, a contratação de mão-de-obra especializada dos Países Baixos, o aumento de tarifas e até mesmo a proibição temporária da exportação de lã bruta”, dando preferência aos produtos manufaturados e, conseqüentemente, com maior valor agregado, escoando a produção bruta para o mercado interno e enfraquecendo seus concorrentes internacionais com a matéria-prima necessária (Idem, p. 40).

A intervenção estatal promovendo uma substituição das importações na economia inglesa, ocorridas nos séculos XVI e XVII, foi decisiva para que a mesma se tornasse a maior potência capitalista do século XIX. Assim se sucedeu, à sua maneira, o caso dos Estados Unidos, atual maior economia do mundo e herdeira dos ingleses neste posto desde o final da Segunda Guerra Mundial, deixando poucas dúvidas sobre a flexibilidade na trajetórias de países baluartes do pensamento econômico clássico e liberal, no que tange suas fidelidades concretas a estas ideias quando ainda suas economias nacionais estavam em desenvolvimento.

Como nosso objetivo aqui é o estudo histórico de um pensamento econômico gerado e voltado para problemas do sistema capitalista, apontamos aqui que isso passa, obrigatoriamente, pela relação do Estado nacional com o *desenvolvimento nacional*. O mais liberal dos países foi desenvolvimentista quando precisou se desenvolver. Isso só prova a relevância do estudo sobre a trajetória desse conceito econômico, o que faremos em seguida.

5 Como veremos ao longo da tese apresentada aqui, as economias nacionais que teriam se desenvolvidos, somente o fizeram por conta de suas respectivas globalizações.

2.2 – Nacionalismo burguês e crítica marxiana

2.2.1 – List e o nacionalismo para o desenvolvimento

O nascimento das ideias nacionalistas que servem como base para o pensamento *nacional-desenvolvimentista* são originárias de diversas experiências históricas europeias, mas é a partir do final do século XVIII, e início do século XIX, que os processos concretos fornecem material de análise para as primeiras sistematizações intelectuais desse pensamento econômico.

A partir da pesquisa de Roman Sporkluk, identificamos que o conceito de *nacionalismo*, que se prolifera na Europa, se deu, principalmente, a partir do exemplo francês, mesmo que de forma inconsciente por alguns. Poucos são os casos, contudo, de influência direta, como na Polônia, quando “os franceses ajudaram a apoiar um nacionalismo local que era pró-francês”, ou em lugares que provocaram um nacionalismo anti-francês, especialmente na expansão napoleônica, que despertou fortes resistências das regiões dominadas ao universalismo iluminista da revolução (SPORKLUK, 1988, p. 81).

Contudo, mesmo ocorrendo de forma difusa, é possível perceber entre os iluministas a semente do pensamento político nacionalista moderno, a exemplo de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), e sua busca por “desenvolver um programa universal de educação nacional” para poloneses, arguindo que a construção de “uma comunidade cultural e espiritual” comum seria uma arma contra o domínio externo, no caso dos poloneses, dos russos (Idem, p. 82).

Reconhecido como fundador do conservadorismo moderno, o filósofo inglês Edmund Burke (1729-1797) também contribuiu para a defesa da causa nacional, mesmo contrariando o racionalismo francês, a partir do direito de cultivar valores tradicionais nacionais. Condenando a Revolução Francesa, mas reivindicando a Revolução Inglesa de 1688 e a Revolução Americana, de 1776, reconhecia a validade na “luta de comunidades autênticas”, que cresceram ao longo da história. O “nacionalismo conservador” do filósofo inglês, curiosamente, defendia o direito a nações em “desafiar os governantes que não atenderam certos requisitos definidos pelas próprias nações” (Idem, p. 83).

Porém, foi o economista alemão Friedrich List o primeiro capaz de apresentar uma perspectiva *nacionalista* conectada com o *desenvolvimento econômico nacional*. Veremos que suas ideias não são, de forma alguma, um raio em céu azul, mas sim a síntese de movimentos históricos concretos, com a evolução do pensamento econômico

da época em que viveu, entre 1789 e 1846. Segundo Flavia Lazzaretti e Júlio Rohenkohl, List é um percussor em apontar a relevância da nação para o desenvolvimento econômico, e seria forte influência do *nacional-desenvolvimentismo*, conceito desenvolvido pela CEPAL (LAZZARETTI & ROHENKOHL, 2019, p. 57).

Para o economista Flávio Oliveira, o autor alemão é “um dos principais representantes do *proteccionismo* e da teoria do desenvolvimento econômico nacional”, mesmo sendo pouco mencionado por autores igualmente nacionalistas (OLIVEIRA, 2017, p. 185). Podemos dizer, inclusive, a partir da análise de sua principal obra e sua formulação exposta nela, que se trata de um pensamento pioneiro na ideia de *desenvolvimento nacional* no capitalismo a partir do fortalecimento da nação, sua identidade e como instituição, o Estado Nacional.

Para Oliveira, List foi decisivo para que o conceito de nação construído na Alemanha saltasse de uma dimensão histórica e cultural para uma dimensão prática, fortalecendo o nacionalismo como instrumento para o desenvolvimento.

Nascido em Reutlingen, ao sul de Stuttgart, tornou-se em 1816 professor de Administração e Política na Universidade de Tubingen e escrevia para diversos jornais, quando começa a questionar a “validade universal do livre-comércio, defendendo uma política econômica nacional em detrimento de uma economia cosmopolita”. Em 1819 inicia sua carreira política como deputado na Assembleia de Württemberg, com uma “intensa campanha em defesa da indústria nacional e da moralização administrativa” (Idem, p. 188-9).

Em contato direto, por ocasião de uma viagem aos Estados Unidos, com a escola de pensamento econômico *Sistema Americano*, List se inspirou na denúncia “do abismo técnico, industrial e material entre a Europa e a América”, assim como o impulso ao proteccionismo naquele país por parte de suas lideranças intelectuais, especialmente Alexander Hamilton (Idem, p. 191). Anos mais tarde, o economista alemão contestaria a “economia cosmopolita” de Adam Smith e da escola escocesa.

Mais do que uma inspiração para repensar ideias, a experiência teórica a prática de List nos Estados Unidos foi decisiva para que ele se tornasse mais convicto de seu pensamento e conseguisse mais subsídios para o mesmo. A experiência concreta é apresentada através da perspectiva histórica dos casos europeus diversos, citados em *Sistema Nacional de Economia Política*. Contudo, o processo de desenvolvimento nacional usado como um espelho do fracasso da unidade alemã, ainda na década de 1840, foi a experiência britânica.

Segundo Oliveira, uma das ênfases da defesa do sistema nacional de List está na importância dada a nação como protetora da riqueza acumulada por indivíduos, o que também denota o caráter de classe burguês (o que será muito explorado na crítica de Marx) de sua perspectiva político-econômica. Sem a nação para proteger os indivíduos, suas riquezas acumuladas poderiam se “perder em um dia”, assim como “seus direitos, liberdade e independência”. É a “intervenção do poder estatal” que garante segurança também para portos e no além mar, dinheiro confiável, e, portanto, um ambiente estável (Idem, p. 192).

Oliveira destaca, ainda, que na teoria listiana, o Capital é classificado como natural, intelectual e material, e sua produtividade depende “da fertilidade da terra e da disponibilidade de recursos minerais”, além da técnica adquirida pelos trabalhadores, educados por um forte sistema educacional (Idem, p. 193). Dessa forma, analisa a economia além das “trocas comerciais”, como acusa Adam Smith de fazê-lo, dando mérito para as instituições advindas de um Estado nacional consolidado, como a regulamentação do comércio, escolas, instituições jurídicas e, obviamente, forças armadas nacionais. É o que provém da existência de uma nação que permite o desenvolvimento industrial e do comércio.

A elaboração do pensamento de List passa centralmente pela crítica ao pensamento liberal, dominante no meio universitário alemão do início do século XIX, e que geraria impactos devastadores sobre a economia de sua região naquele período. Ao mesmo tempo que sua escola teórica defendia o livre comércio, a nação inglesa impunha uma série de medidas restritivas ao comércio de origem alemã em seus portos, de cereais e madeira passando até pelo inicial ramo de manufaturas (Idem, p. 196). Uma contradição entre as ideias e a política econômica inglesa fizeram refletir sobre os rumos da política econômica alemã.

Como observaremos ao nos debruçarmos sobre a obra de List, há também uma clara influência do historicismo, “um fenômeno intelectual oposto ao universalismo e ao cosmopolitismo apregoados pelo Iluminismo” (Idem, p. 197). Em seu trabalho intelectual, o contexto histórico serve como base para argumentação de uma defesa de política econômica de Estado.

Oliveira aponta que a influência do *historicismo* na obra de List se deu através de Wilhelm Friedrich Hegel, quando ambos trabalharam juntos na elaboração da constituição para o Estado de Württemberg. List assimilou a ideia hegeliana de que “a história é sumamente importante para a compreensão do presente”, e foram os estudos

históricos das diversas nações que fundamentou sua crítica ao “pensamento econômico clássico”, que carregavam “valores universais” para a compreensão da economia. Em contraponto, List defendeu uma análise com base num “método empírico e realista”, formulando uma ideia de Sistema baseada “na experiência histórica” (Idem, p. 197-8). A influência do *historicismo* aparece também na obra do autor quando utiliza um método histórico-comparativo para desenvolver sua *teoria das forças produtivas* e sua defesa política nacionalista. Fez isso analisando a trajetória de diversas nações, com ênfase na Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos entre o início do século XVIII e a metade do século XIX (LAZZARETTI & ROHENKOHL, 2019, p. 58).

O historicismo de List está mais presente na primeira parte de *Sistema Nacional de Economia Política*. O início de sua análise passa por afirmar que a Itália tinha todos os elementos necessários para se tornar a primeira nação industrializada na Europa, ainda no final da Idade Média, porém para alcançar esse feito antes da Inglaterra precisaria de “unidade nacional e o poder que vem dela” (LIST, 2014, p. 56). O contraste entre a experiência fracassada italiana e a bem-sucedida britânica leva ao intelectual alemão a concluir que um fator decisivo para o desenvolvimento industrial de uma região seria a proteção de um Estado nacional. Essa proteção seria tanto militar quanto alfandegária, o que aponta para um sistema econômico com uma distinção clara de “natureza e efeito” entre a “liberdade de comércio interno e a do comércio internacional”. A liberdade do comércio interno deve ser compatível com a liberdade individual dos cidadãos, enquanto no comércio externo essa liberdade seria aplicada de forma bem menos perene (Idem, p. 60).

List atribuiu, ainda, à indústria e comércio privados o papel de criação de um “espírito de progresso nas artes”, e a busca pela “riqueza material” como motivadora da “melhoria das condições políticas de um país”. De forma complementar, a indústria se beneficiaria da “unificação de forças” de uma região como se esta fosse um mecanismo de potência para o comércio e produção local no comércio marítimo (Idem, p. 62). Trata-se, ainda que de forma embrionária, do uso do Estado como instrumento para formação de monopólios, inspirados no mercantilismo.

E a forma embrionária de Estado nacional alemão, cuja trajetória foi detalhadamente comentada pelo economista alemão, é a *Liga Hanseática*. A memória dessa aliança comercial de cidades alemãs foi uma memória importante para inspirar a formação de um Estado naquela região. No entanto, não era uma inspiração acrítica, mas sim um resgate de uma experiência histórica com algumas revisões e balanços. A partir

da discussão sobre o que foi o comércio hanseático, List apontou seus limites e razões para sua falência, dois séculos antes da formação do Estado alemão, em 1871. Apontava que a ausência de um comércio nacional impossibilitou uma “formação plena das forças produtivas internas” no país. Nesse cenário, o que prevaleceu foram os laços “muito frouxos” entre as cidades, ou seja, muita competitividade e pouca cooperação internacional dos alemães e suas diversas regiões. Abaixo uma passagem que exemplifica sua crítica:

O comércio hanseático não foi baseado na produção e consumo, na agricultura e nas fábricas do país a que os comerciantes pertenciam. Eles não tinham conseguido favorecer a agricultura arável de seu próprio país, enquanto a agricultura arável dos países estrangeiros foi significativamente elevada pelo seu comércio, eles acharam mais conveniente comprar os produtos manufaturados na Bélgica do que investir em seu próprio país; eles promoveram a agricultura arável da Polônia, a criação de ovinos da Inglaterra, a produção de ferro da Suécia e os fabricantes da Bélgica. Eles fizeram por séculos o que os teóricos de nossos dias aconselham as nações a fazer; eles compraram onde as mercadorias eram mais confortáveis. Mas quando os países onde compraram, e os países onde venderam, excluíram-nos de seus mercados, nem sua agricultura interna nem seu sistema de fabricação interior eram tão avançados que seu capital comercial supérfluo poderia encontrar abrigo nele; assim migrou para a Holanda e Inglaterra, aumentando assim a indústria, a riqueza e o poder de seus inimigos. Esta é uma prova impressionante de que a indústria privada, que é deixada à sua própria propriedade, nem sempre promove o bem-estar e o poder das nações. Em sua busca unilateral por riqueza material, essas cidades negligenciaram completamente a promoção de seus interesses políticos (Idem, p. 69).

Mais adiante, List aponta que a economia nacional é composta de um forte transporte marítimo, que assim como o comércio interno, comércio externo e agricultura, precisam de uma forte indústria para florescer. Essa indústria e comércios precisam de “liberdade, proteção e apoio” (Idem, p. 136). Uma liberdade de comércio em um determinado território, garantido por uma segurança do Estado, que é responsável pelo seu apoio, que veremos especificamente do que se trata.

A partir do exemplo da Inglaterra, List entendeu que para uma indústria florescer era preciso “vantagens especiais” a favor de um “espírito empreendedor dos comerciantes domésticos” para que fossem protegidos do “capital avassalador e pelas maiores experiências e insights dos estrangeiros”. Isso se daria “através de restrições, favores e energizações”, para “transplantar as capitais, a destreza e o espírito empreendedor de estranhos em seu próprio solo” (Idem, p. 137).

Partindo do que ele considerava uma experiência bem-sucedida, a Inglaterra, o pensador alemão a compara com a experiência de seu ainda fragmentado país, para

defender a importância de uma “política comercial adequada” para garantir “o progresso econômico de uma nação”, a partir das “restrições” aos produtos e comércio de outros países no espaço doméstico (Idem, p. 138).

Partindo da análise histórica acima, List questiona em seu trabalho “a ideia cosmopolita de liberdade absoluta do comércio mundial” colocando que a história de como as riquezas foram geradas é crucial para a economia política (Idem, p. 141). O que ele vai chamar de “economia cosmopolita” é a escola clássica liberal, citando nominalmente os fisiocratas, Adam Smith e outros como defensores de uma agenda mais global de liberdade econômica, tratando o bem-comum dos indivíduos condicionado pelo bem-comum da raça humana. Em contraposição, o economista alemão não propõe uma rejeição da teoria da economia cosmopolita, mas sim que ela seja “cientificamente treinada” (Idem, p. 143). Isso na prática representaria uma negação conjuntural do que ele chama de cosmopolita e uma afirmação da economia nacional, assim como seu desenvolvimento.

Embora a teoria da economia nacional seja uma rejeição à ideia de comunidade global, List defende que o horizonte das relações comerciais deve ser esse, com base na perspectiva de que uma “confederação de todas as nações” garanta a “paz eterna” e, assim “o princípio da liberdade internacional de comércio parece ser plenamente justificado” (Idem, *ibidem*). Há, portanto, uma diferença muito mais tática do que estratégica entre List e os economistas clássicos.

List também chama a escola clássica de “escola dominante” e estabelece um diálogo com seu principal pensador, Adam Smith, apontando a importância de diferenciar as causas das riquezas⁶ da riqueza em si (mercadorias e dinheiro). Essa produção de riquezas, parafraseando o próprio Smith, é destacado por List como dependendo “em grande parte do poder produtivo do trabalho”, pessoas que estariam a serviço da riqueza de suas nações, que gera “a soma de poderes produtivos” (Idem, p. 152-3).

A crítica de List a Smith está em acusa-lo de ter feito pouca investigação histórica sobre como nações que tinham grandes forças produtivas de seus cidadãos “caíram na pobreza e miséria”, enquanto outras saíram desse estado de pobreza para um “estado de riqueza e felicidade”. A “causa do trabalho” antecederia a causa da riqueza. Para List, a

6 Podemos interpretar que o que List chama de “causas da riqueza”, na linguagem marxiana são os meios de produção.

causa do trabalho, que gera riquezas, é o “poder da nação”, que permite o desenvolvimento, expresso abaixo (Idem, p. 154).

Em todas essas relações, porém, a maior parte depende das condições da sociedade em que o indivíduo se formou e se moveu, se a ciência e as artes florescem, se as instituições públicas e as leis produzem religiosidade, moralidade e inteligência, segurança da pessoa e da propriedade, liberdade e justiça, seja na nação todos os fatores de prosperidade material: agricultura, fábricas e comércio. Uniformemente e harmoniosamente treinados, se o poder da nação é grande o suficiente para garantir o progresso dos indivíduos na prosperidade e educação de geração em geração e para permitir que eles não só usem suas forças interiores da natureza em sua totalidade, mas também para tornar as forças naturais dos países estrangeiros utilizáveis através do comércio exterior e posses coloniais. (Idem, p. 154-5)

O economista considera que Adam Smith ignora “a natureza dessas forças”, limitando-se “à atividade humana, que produz valores materiais”. Ele também destaca a importância do que ele chama de “trabalho espiritual daqueles que lidam com a lei e a ordem, cultivam ensino e religiosidade, ciência e arte, etc.” para dar condições às atividades produtivas, considerando-o excessivamente materialista, particularista e individualista. Prega, portanto, a teoria dos valores deveria ser acompanhada por uma “teoria independente das forças produtivas para explicar os fenômenos econômicos”, fugindo do simplismo de “explicar as forças espirituais a partir das condições materiais”. (Idem, p. 155).

Outro ponto importante na *teoria das forças produtivas* é a crítica ao conceito de “divisão do trabalho”, formulado por Smith, que List considera correto porém insuficientemente explicado pelo mesmo. Entende que o economista britânico desconsiderou a importância de um país com amplo parque industrial, e de um mercado interno fortalecido (Idem, p. 164-6).

É o que List chama de “confederação de forças produtivas”, que também serve para considerar a articulação da agricultura com a indústria. Para essa confederação ser realizada é preciso de um “treinamento de potência fabril”, promovendo uma “divisão das operações empresariais” (Idem, p. 167).

Outro tema bastante relevante para List é a diferenciação entre economia privada e economia nacional. Ele considera que “a unidade da nação é a condição básica de prosperidade nacional duradoura”, o que pressupõe um interesse privado subordinado ao interesse nacional (Idem, p. 174). Esse pode ser visto como o ponto de maior divergência do economista alemão com a escola escocesa, liderada por Adam Smith, pois rejeita o

individualismo metodológico, abraçando a ideia de *nacionalismo metodológico*⁷. Isso é elucidado pela diferenciação entre o interesse de uma família e o interesse de milhões de famílias.

Sobre o “sistema de proteção” ou medidas protecionistas, List aponta as mesmas como uma reação as interferências já existentes das regulamentações do comércio exterior. Aponta ainda que, caso não haja um sistema de proteção nacional, a regulamentação do comércio de um país se dará pelos interesses de outros países, que a partir da livre intervenção na economia em outros países, moldaria sua produção a partir de seus próprios interesses nacionais (o que pode ser tratado como uma previsão do que ocorreria no imperialismo do final do século XIX) (Idem, p. 177-8).

Mais do que um processo econômico, o desenvolvimento nacional passa pela educação de um povo para construção de uma identidade comum, a nação, e a partir desta identidade alcançar o desenvolvimento. Portanto, a perspectiva nacionalista é também ideológica e política para List.

No entanto, há algumas contradições na obra de List com relação ao seu viés nacionalista. Uma afirmação no mínimo curiosa é a de que uma nação mais fraca, em estágios mais atrasados de desenvolvimento, tem melhores condições de se desenvolver com alianças comerciais com nações mais fortalecidas e desenvolvidas.

A história industrial das nações (...) prova que a transição do estado bruto para a pecuária, da pecuária à agricultura e da agricultura para os primeiros começos nas fábricas e no transporte marítimo é alcançada de forma mais rápida e vantajosa através do livre comércio com cidades e países mais avançados, e é como um poder de fabricação completo é alcançado. (p. 184)

List também diferencia os níveis de protecionismo para cada ramo da indústria. Os “ramos mais importantes, cuja operação requer grande investimento e capital de giro”, citando fábricas de lã, algodão e linho como exemplos, devem ser “devidamente protegidos e treinados”, os demais ramos que “se erguem sobre eles” poderiam atuar com menos proteção (Idem, p. 185).

Embora identifiquemos algumas questões abertas na obra do economista alemão, sua crítica ao liberalismo, pensamento dominante na Alemanha de seu tempo, é bastante clara. Em entrevista concedida em 1841 para o Jornal *Nação Soberana*, de Berlim, List apontou os “quatro problemas gerais na base de todo o edifício teórico construído por

7 A discussão sobre nacionalismo e individualismo metodológico está em SPORLUK, 1988.

(Adam) Smith”: 1) método de análise, ao analisar apenas a trajetória do desenvolvimento na Inglaterra, acaba por generalizar em sua formulação teórica sem a devida investigação de outras trajetórias; 2) confundir “riqueza com força produtiva da riqueza”, negligenciando a importância estratégica do “domínio dos meios de criar e aumentar a riqueza continuamente”, o que revela a incapacidade dos liberais em “encarar o desenvolvimento econômico a partir de uma perspectiva de longo prazo”; 3) a confusão sobre o entendimento sobre a divisão social do trabalho; 4) e pregar a não intervenção do Estado na economia nacional, certamente a tese mais criticada pelo economista alemão (LIST, 2020, p. 1-5).

List ainda acusa na entrevista os liberais de “hipocrisia”, pois defenderiam o livre-comércio apenas de forma retórica, enquanto aplicariam na prática uma “doutrina do monopólio”. E aponta para uma afirmação política resistente à forma como a Inglaterra ensaiava estabelecer seu domínio econômico no futuro, através do capitalismo monopolista ou imperialismo.

2.2.2 – Marx e o capitalismo como sistema mundial

Nascido em 1818 e, portanto, contemporâneo (embora mais jovem) de Friedrich List, o também alemão Karl Marx foi outro ferrenho crítico da escola clássica, para o qual dedicou a maior parte de seus estudos ao longo de sua vida. Fundador do *socialismo científico*, apontava que não havia saída para as desigualdades e tendência à concentração e acumulação do capital que não uma alternativa sistêmica. Para Sporluk, mesmo que com respostas muito distintas, as ideias socialistas e nacionalistas, contudo, abordam “questões muito semelhantes”. Mesmo assim, é notável que Marx tenha abordado tão pouco a questão nacionalista em sua obra (SPORLUK, 1988, p. 2).

A principal discussão sobre a questão nacional do filósofo alemão foi a partir de um ensaio inacabado de crítica à obra de List, presente em um de seus cadernos de notas e rascunhos. Para Marx, a questão alemã era “um grande problema nacional na Europa pós-1815 e pré-1848”, o que faz da pesquisa sobre o pensamento marxiano desse período, mesmo que com fontes escassas, muito relevante (Idem, p. 2).

O estudo sobre a ascensão do nacionalismo alemão era não apenas um tema político, mas sim um tema que abordava questões econômicas, especialmente a questão do desenvolvimento da região a partir da industrialização, como observamos no tópico de

discussão sobre o pensamento de List. É possível considerar que, comparado a sua crítica da economia política, possivelmente Marx tenha tratado a questão alemã de forma simplista, pois, ao considerá-la inserida no contexto do desenvolvimento mundial do capitalismo, tratando o mesmo como um “sistema condenado, merecedor de condenação por motivos morais, e simultaneamente destinado a um inevitável queda”, tenha desdenhado do debate sobre a *particularidade* alemã. Para Marx, pouco importava a Alemanha visto que a “queda iminente do capitalismo” atropelaria os anseios burgueses nacionalistas de List e seus seguidores (Idem, p. 2-3).

No entanto, a pouca relevância dada pelo filósofo alemão a List não conteve Marx em sua crítica ao mesmo. List contradizia tudo que ele, Marx, acreditava sobre o desenvolvimento do capitalismo, apontando para uma harmonia entre classes em torno de uma identidade comum, a nacional, enquanto que o comunista apontava para o caminho oposto, ou seja, o aprofundamento dos antagonismos entre a burguesia e o proletariado no capitalismo (Idem, p. 4). A história mostrou que, embora a análise de Marx fosse fundamentalmente comprovada, isso não impediu que o projeto político defendido por List fosse viabilizado, pelo menos por alguns períodos e em alguns países.

Por outro lado, podemos afirmar que List e seu *nacionalismo burguês* adere a uma ideia também desenvolvida por Marx, que foi ignorada pela escola clássica: a perspectiva de que o capitalismo, como sistema, se desenvolve mundialmente de forma desigual. A nação (através de seu forte Estado), nesse contexto, representaria uma proteção contra esta desigualdade de desenvolvimentos. Reconhecia, inclusive, algo que viria a ser mais bem elaborado, somente no início do século XX, com Trotski, que essa desigualdade não era meramente econômica, mas também cultural, política e social (Idem, p. 12).

A economista italiana Lucia Pradella apresentou em sua obra *Globalisation and the Critique of Political Economy* de maneira mais aprofundada o aspecto da visão marxiana sobre o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em escala mundial. Ela critica, inclusive, alguns autores, como David Harvey e Justin Rosenberg, que tratariam a dimensão internacional da análise do Capital em Marx como “uma das principais lacunas da tradição clássica, incluindo Marx”, pois não teria conseguido “compreender o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista”. Isso ocorreria, segundo os críticos, devido a incompletude da obra de Marx, que tinha planejado escrever seis livros sobre o Capital, mas apenas conseguiu escrever três, não conseguido, portanto, “romper com a teoria da vantagem comparativa de Ricardo e o

paradigma do comércio internacional baseado na primazia da circulação” (PRADELLA, 2015, p. 2).

A dimensão mundializada do capitalismo é algo que se expande e consolida mais e mais com o passar dos séculos e décadas. A expansão imperialista do final do século XIX foi mais internacionalizada do que a dinâmica do capitalismo décadas antes, quando Marx o pesquisava. Assim como, a percepção do capitalismo no final do século XX e início do século XXI permite ainda constatar sua expansão de maneira mais flagrante. Nas primeiras décadas do século XX, portanto, dentro do campo marxista, foi mais viável a confirmação das hipóteses marxianas, a partir do processo do *imperialismo* (capitalismo monopolista), de *desenvolvimento desigual e combinado*, “levando em conta a crescente importância do investimento estrangeiro, expansionismo e lutas anticoloniais”, buscando confirmar e até enriquecer as análises de Marx (Idem, p. 2-3).

Outro ponto que contribui bastante para a evolução dos estudos marxistas, no que tange a evolução de sua dinâmica internacionalizada, ocorre pela significativa evolução nas pesquisas feita por países antes colonizados, que levaram a uma crítica, após a década de 1970, ao “nacionalismo metodológico”, que questionava o estado-nação como “ponto de partida” de análise natural. O *nacionalismo metodológico* é intimamente ligado ao *eurocentrismo*, pois, ao olhar para as sociedades de fora da Europa a partir das categorias do Ocidente, se despreza o potencial de polarização internacional do desenvolvimento capitalista, além de minimizar a importância da dominação imperialista desses países para fortalecimento de suas respectivas economias. Isso leva também ao etapismo.

A partir de uma visão menos eurocêntrica, é preciso “uma compreensão crítica das leis de desenvolvimento do sistema capitalista como uma totalidade” para, de fato, superar análises presas ao *nacionalismo metodológico*. Para isso, buscar responder a uma crítica recorrente a obra de Marx, acusado de estar “confinado ao nível nacional, e não ser menos teleológico e eurocêntrico do que o de seus antecessores”. O cerne dessa crítica está na afirmação de que “a teoria do valor de Marx era restrita ao modelo britânico concebido como uma economia nacional e só se aplica a um centro capitalista ‘desenvolvido’, considerado de forma isolado com relação ao resto do mundo” (Idem, p. 4-5).

Pradella defende em seu livro a hipótese de que Marx supera sua abordagem presa ao *nacionalismo metodológico* no *Capital*, ao apontar que o “capitalismo britânico como um sistema sempre em expansão, polarizante, que inclui um centro e uma periferia” (Idem, p. 6).

A formação histórica do Capital como sistema hegemônico de produção e reprodução do ser, um sistema baseado na exploração da mais-valia da classe trabalhadora que é revertida em lucro, reinvestimento na produção e acumulação capitalista, pressupõe uma acumulação original (MARX, 2013, p. 785-8).

A estrutura econômica da sociedade capitalista original precisou formar-se pela destruição do sistema econômico feudal europeu, no qual o produtor imediato ainda estava preso a condição de servo de algum senhor. O proprietário capitalista, por sua vez, alcançou sua condição expropriando os senhores feudais e chefes de guildas do velho continente.

Como nos conta o próprio Marx, a formação do capitalismo europeu ocorreu na Inglaterra, a partir de uma importante contribuição do Estado inglês. Na Inglaterra, a sistema servil já estava em falência no final do século XIV, e o meio rural era composto por camponeses livres, donos de terras menores, ou assalariados da agricultura, fugindo da lógica feudal que estabelecia o poder do senhor feudal pelo cultivo compulsório do máximo de servos em suas próprias terras (Idem, p. 790-803).

A já mencionada dissolução dos séquitos feudais e o florescimento da manufatura de lã, uma migração do campo para a cidade se deu vertiginosamente, enquanto mais e mais terras passaram a ser ocupadas pelas pastagens de carneiros. No século XVI, somaram-se ao fim dos séquitos feudais, as expropriações das terras da Igreja Católica. Com a Revolução Gloriosa, foi realizada uma expropriação colossal de terras sob o domínio do Estado, que formou a base de domínios da futura burguesia inglesa, em afinada associação com banqueiros, grandes manufactureiros e Estado.

Nos séculos XV e XVI, em toda a Europa Ocidental, foi implementada uma legislação favorável à exploração da burguesia do operariado. Em primeiro lugar, culpabilizando o homem “livre” desempregado, tratando os mesmos como criminosos. Com isso, a classe operária foi sendo formada com hábitos, educação e tradição própria, adequando-se às exigências do novo modo de produção, o capitalista. Marx chama de *sobrepopulação* o contingente não empregado da massa urbana expropriada do campo (Idem, 805-13).

Além disso, Marx apontou em suas obras que o Estado também foi fundamental para “regular” o trabalho assalariado para assegurar o máximo a mais-valia e, assim, a obtenção de uma taxa de lucro crescente. Em diversos países da Europa, os Estados absolutistas faziam estatutos com tetos salariais obrigatórios, sob pena de “corte de

orelhas”, entre outras punições, aos transgressores que recebessem mais do que o máximo permitido.

A expropriação e expulsão de uma parte do povo do campo não deixa apenas livres para o capital industrial, assim como os operários, os seus meios de vida e o seu material de trabalho; cria o mercado interno. Antes, a família de camponeses produzia e preparava os meios de vida, que agora se tornavam mercadorias a serem vendidas para o meio urbano, o grande mercado proporcionado pelo capital industrial (Idem, 816-9).

Segundo Marx, o capital-dinheiro formado por usura e comércio ainda não havia conseguido provocar um vultoso processo de acumulação capitalista mundial até o momento em que os Estados Nacionais europeus formaram o sistema colonial de exploração.

Com a descoberta de terras com ouro e prata na América, a pilhagem destes recursos assinalou a aurora da acumulação capitalista. Os Estados nacionais europeus, no caso Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra passaram a adotar um sistema moderno de impostos, uma prática protecionista no comércio exterior e o aberto saque de colônias, em busca de uma balança comercial favorável para seus respectivos países, ou seja, sua burguesia local.

A acumulação da dívida dos Estados junto aos bancos de seus países estabeleceu uma relação de dependência do poder político com o capital, e estimulou a criação de um sistema de crédito internacional que financiou grandes investimentos, e forçavam o Estado a aumentar seus impostos para pagamento de dívidas. A prática protecionista jogava os Estados no combate, inclusive pela força, às manufaturas de países vizinhos dependentes dos grandes Estados. Isso permitiu a acumulação original, para a posterior ascensão da figura do industrial, anos depois (Idem, p. 821-9).

Muitos autores do chamado campo marxista refletiram sobre a história da humanidade no período capitalista, ou a história do capitalismo. A partir da referência da economista alemã Rosa Luxemburgo, o geógrafo britânico David Harvey aponta um duplo aspecto da acumulação capitalista, associando à extração da mais-valia a partir do mercado de bens com a exploração do modo de produção capitalista com modos de produção não capitalista (HARVEY, 2003, p. 115).

Luxemburgo aponta o “subconsumo”, ou seja, a falta de demanda para absorver o que é produzido no capitalismo, como o principal problema deste sistema. Os trabalhadores recebem bem menos do que produzem, obrigando os capitalistas a reinvestirem o que produzem. Nesse sentido, é o comércio com formações sociais não

capitalistas que sustentam e estabilizam este sistema (Idem, p. 116). A partir desse raciocínio, Harvey considera que o formato da chamada acumulação “original” vai além do processo histórico de formação do capitalismo, ou apenas considera que o capitalismo está constantemente em formação, portanto, tal forma de acumulação permanece e se perpetua combinada com a acumulação capitalista.

Para Harvey, a associação da acumulação via espoliação com o modo de produção capitalista clássico é que uma das demandas deste sistema é a necessidade de constantes ordenamentos espaço temporais. Isto significa que o capitalismo necessita de estar constantemente abrindo novos mercados e gerando novos ciclos de acumulação, visto que sua sobreacumulação (advinda de um subconsumo) obriga os capitalistas reinvestir seus ganhos constantemente. Nesse sentido, territórios não capitalistas são estratégicos para a continuidade do ciclo do capital no mundo (Idem, p. 117).

Os processos que Marx, seguindo Adam Smith, chamou de acumulação “primitiva” ou “original” constituem (...) uma importante e contínua força na geografia histórica da acumulação do capital por meio do imperialismo. Tal como no caso da oferta de trabalho, o capitalismo sempre precisa de um fundo de ativos fora de si mesmo para enfrentar e contornar pressões de sobreacumulação. Se esses ativos, como a terra nua ou novas fontes de matérias-primas, não estiverem à mão, o capitalismo tem de produzi-los de alguma maneira. Marx, no entanto, não considera essa possibilidade exceto no caso da criação de um exército industrial de reserva mediante o desemprego induzido pela tecnologia.” (Idem, p. 119)

Harvey, portanto, ressalta que Marx considerava a “assim chamada acumulação primitiva” não apenas presente na origem ou numa fase de formação do capitalismo. Ao contrário, denomina este mesmo modo de exploração como “acumulação via espoliação” e admite, assim como Rosa Luxemburgo, que esta forma de acumulação esteve presente em toda a geografia histórica da acumulação do capital (Idem, p. 120-1).

Dos pressupostos do capitalismo, segundo Marx, Harvey elenca os mercados competitivos protegidos por um arranjo institucional em torno da ideia central do direito exclusivo de propriedade privada, o individualismo jurídico e a formação de um Estado “facilitador”, que também garante a integridade da moeda como estoque de valor e como meio de circulação (Idem, p. 120).

Exemplos de acumulação via espoliação (ou o que Marx chama de acumulação primitiva) estão a:

(...) mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns

[partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. (Idem, p. 121)

O debate que aparece aqui na contribuição de Rosa Luxemburgo e David Harvey é a de que os elementos históricos considerados clássicos do modo de produção capitalista e aqueles atribuídos ao seu prelúdio andam juntos no decorrer do processo de expansão do sistema capitalista pelo mundo. Não há a formação de mercados competitivos de um lado, sem processos imperiais na contrapartida. Não há a consolidação do direito exclusivo de propriedade privada sem a exclusão, ou seja, a expropriação e o saque de terras, riquezas e do tempo de vida de outros indivíduos. Isto é, não há capitalismo sem que o mesmo submetta ao seu jugo formas não capitalistas de vida.

Mais ainda, na medida em que compreendemos o capitalismo como um sistema constantemente “inacabado” ou indeterminadamente formado pela combinação de formas de acumulação distintas, podemos identificar sua já existência bem anterior ao período histórico reconhecidamente como o de lançamento do sistema capitalista no mundo.

Segundo o economista britânico Maurice Dobb, já nos séculos XIII e XIV um setor da população, os donos dos terrenos urbanos, de diversas cidades europeias em largo crescimento enriqueceram com vendas e locações de suas propriedades, formando uma importante acumulação de capital já nesse período (DOBB, 1976, p. 112).

Outro exemplo importante apontado por Dobb é que, muitos antes do período da assim chamada acumulação primitiva, comerciantes na Europa fizeram fortuna com seus negócios, servindo de ligação entre mercados regionais, devido “a falta de desenvolvimento do mercado – a incapacidade dos produtores em efetuar uma troca de seus produtos em escala mais do que regional”. No caso, os produtores seriam artesãos das cidades (Idem, p. 115-6). Como uma espécie de capitalismo antes do tempo, os comerciantes ainda no período medieval valiam-se de formas de acumulação e elementos presentes na acumulação primitiva para seu sucesso.

Mazzeo aponta que a obra de Dobb tem méritos também por enfatizar “a inoperância do sistema produtivo e ganância dos senhores de terra”, elucidando o caráter de lutas de classes no processo histórico anterior ao capitalismo também (MAZZEO, 2015, p. 26).

Adepto da historiografia marxista, Mazzeo referencia-se na obra de Karl Marx destacando três elementos para o desenvolvimento do capitalismo:

(...) primeiro, as relações sociais rurais que permitem a emancipação do servo da gleba; segundo, o desenvolvimento das artesanais urbanas que passam a produzir mercadorias independentes e especializadas, livres e sob a forma artesanal, e terceiro, a acumulação de riqueza monetária advinda das relações comerciais e da prática da usura. (Idem, p. 31)

A abordagem historiográfica de Marx, amplamente difundida a partir de sua principal obra, *O Capital*, pode ser ainda melhor compreendida com os estudos de Lucia Pradella sobre os cadernos de notas de Marx anteriores ao *Capital Volume 1*, com foco nos cadernos de 1843-1848 (PRADELLA, 2015, p.6). Destacamos por esse estudo, a centralidade dada ao filósofo alemão para a “esfera internacional não apenas em sua pesquisa, mas nessa tradição em sua totalidade”, (Idem, p. 7). Nesse sentido, a crítica da *economia política* em Marx identifica que desde o *Mercantilismo*, ou seja, em seu período de acumulação primitiva ou original, o capitalismo se comportava já como um sistema global (Idem, p. 11).

Entre os anos 1842 e 1852, Marx fundou e escreveu para o *Gazeta Renana*, jornal com sede em Colônia. Em 1843, precisamente, o filósofo alemão passou por uma crise política, que o fez questionar sua posição radical-democrática a partir da crítica política à “forma de Estado representativo moderno, que implicava consequências profundamente inovadoras para a reflexão sobre as formas da emancipação humana”, identificando na “propriedade privada a raiz de todas as divisões na sociedade burguesa” e iniciando sua crítica ao chamado “pensamento revolucionário burguês”, considerando que este não concebia “princípios da liberdade e igualdade em termos verdadeiramente universais” (Idem, p. 63).

Em 1842 e 1843 Marx tinha uma posição *democrática radical*, traduzida pela importação do modelo jacobino para a Alemanha, especialmente referenciando-se na “economia política popular” de Robespierre. Com o trabalho de jornalista, foi percebendo que o Estado, “longe de conciliar uma sociedade dividida, representava os interesses exclusivos da classe de proprietários” (Idem, p. 65).

Partindo da reflexão de Sporkluk, Pradella aponta que Marx tinha uma “posição internacionalista (...) caracterizada por uma projeção abstrata em um comunidade universal” (Idem, p. 69) até sua chegada em Paris, a partir de 1841. A partir daí, que Marx elaborou suas primeiras críticas ao que ele entendia como economia política clássica, o

que incluía a economia política nacional de Friedrich List, representante da burguesia industrial alemã, que “procurou promover a industrialização dos desenvolvedores tardios do ‘zona temperada’, apresentando a industrialização alemã como benéfico para a nação como um todo” (Idem, p. 69-70).

List, como vimos anteriormente, embora crítico a algumas ideias dos liberais, tratava a economia política clássica como “a Escola”, e proponha uma teoria do valor apolítica e sem reconhecer “antagonismos internacionais”. Seu ponto de partida era a nação, não o valor, apontando para a “primazia do mercado interno sobre o externo”, postulando uma separação fundamental entre os dois mercados (Idem, p. 70).

A visão de List sobre “realidade social” passava não apenas pelo material, mas sim por “poderes transcendentais ‘políticos’ e ‘culturais’, o ‘capital espiritual’, “uma combinação de sociopolítica, fatores institucionais e morais” e tratado como “a causa mais importante do desenvolvimento” (Idem, *ibidem*).

Para uma nação industrializar-se era preciso que ela aumentasse “seus poderes produtivos e mudar seu sistema comercial de acordo com seu grau específico de desenvolvimento”. Assim, “um sistema seletivo de proteção comercial era um meio de alcançar o estágio industrial”, assim como “um livre mercado renovado” serviria para uma economia “suficientemente competitiva”. List via sua “economia política”, portanto, “como condição para alcançar a ‘cosmopolítica’⁸ da Escola”, e restringia sua crítica “princípios de livre mercado apenas nas relações entre países da ‘zona temperada’, não no que diz respeito à ‘zona tórrida’” (Id. *Ibid.*).

Para Pradella, “a teoria dos poderes produtivos permitiu que List obscurecesse a centralidade da exploração do trabalho no desenvolvimento tardio e para afirmar efeitos positivos da divisão de trabalho sobre os trabalhadores”. Fez isso, segundo Marx, sem superar “o antagonismo entre o capital e o trabalho assalariado” apenas chamando trabalhador de “poder produtivo”; e negando a teoria da renda da terra de David Ricardo, ao afirmar uma ligação “pela paz perpétua” entre burguesia industrial e latifundiários pelo protecionismo, que levaria ao desenvolvimento industrial e isso, necessariamente, aumentaria a demanda por produtos agrícolas, assim como as melhorias no campo estimulariam a produção de manufaturas (Idem, p. 71).

8 A expressão *cosmopolítica* é atribuída ao pensamento dos liberais, num tom pejorativo, como se a Escola clássica tratasse com desdém a dimensão nacional.

E, segundo Pradella, “ignorando a ligação entre a divisão do trabalho dentro da fabricação e dentro da sociedade, List separava mercados nacionais e estrangeiros, e afirmou o primazia do primeiro sobre o último”, um resgate do sistema mercantilista, interpretado “através de uma lente nacionalista”, que justificava a intervenção estatal na economia com base na ideia de nação “como uma entidade individual” (Idem, *ibidem*).

Ao ignorar a exploração do trabalho e apenas se preocupar com “aspectos internos das políticas de proteção, sem analisar o sistema protecionista como um todo e seus vínculos com os sistemas de dívida colonial, fiscal e nacional”, List foi alvo de crítica ferrenha de Marx, que destacou essa contradição em seus cadernos afirmando que o economista alemão reconhecia a importância da exploração das colônias por parte da metrópole. Justificava-se com o argumento de que as zonas temperadas eram mais adequadas a industrialização e, assim, fabricação de manufaturas, enquanto as “zonas tórridas”, de “povos bárbaros”, deveriam apenas “trocar suas matérias-primas por produtos manufaturados” (Id. *Ibid.*)

Segundo Pradella, o rascunho de artigo de Marx de crítica a obra de List *O Sistema Nacional da Economia Política*, provavelmente escrito em 1845, apontou que suas ideias não eram inovadoras, mas sim uma cópia de François Ferrier e seu *Du gouvernement considéré dans ses rapports avec le commerce*, e basicamente ideias presentes na doutrina mercantilista (Idem, p. 75).

A principal base teórica, para Marx, da economia política nacional (ou nacionalista) de List era sua “teoria dos poderes produtivos”, que considerava um retrocesso teórico. Seria a forma que o nacionalista alemão teria encontrado para “apresentar a indústria como benéfica para a nação como um todo”. Escondia assim o custo do enriquecimento da burguesia industrial: a exploração da classe trabalhadora e o aumento de tarifas alfandegárias, que atingiam o consumo da população trabalhadora. Precisou fazer isso “apresentando-os com uma fraseologia espiritual e recorrendo a fatores extra-econômicos”. Além disso, também negou a “a existência de um antagonismo entre interesses industriais e agrários”, falsificando a teoria de David Ricardo, conveniente para o contexto histórico e político de aliança da burguesia e latifundiários na Alemanha contra crescentes rebeliões de camponeses no final da década de 1840, fato fundamental para a ocorrência da industrialização alemã (Idem, p. 76).

Com a defesa de sua teoria, List também ignorava que o Estado era um instrumento a serviço da exploração da classe burguesa sobre os trabalhadores, assim como a identidade burguesa com uma determinada nação serve a interesses de expansão

internacional de sua exploração. A ocorrência, inclusive, de uma competição burguesa internacional está subordinada a um “antagonismo global contra o proletariado” de toda a burguesia mundial (Idem, p. 77).

No rascunho do artigo sobre List, Marx deixa claro que o desenvolvimento capitalista europeu, não apenas de um país, deu condições para uma revolução social internacional, uma resposta que seria muito mais eficaz do que as medidas protecionistas propostas pelo nacionalista alemão, vistas pelo revolucionário como “uma solução limitada para o problema época da revolução social, que permitiria aos trabalhadores alemães não apenas para alcançar os níveis de outras nações, mas para trazer a libertação do ser humano como tal” (Idem, ibidem).

Faltou a Marx uma análise mais profunda sobre a acumulação do capital em escala mundial, e uma elaboração sobre a questão colonial e a possibilidade de revolução em países atrasados. Segundo Pradella, havia um excesso de otimismo em Marx e Engels na revolução social e internacional, e os mesmos subestimaram “o dinamismo da crescente burguesia liberal na Alemanha” (Idem, p. 78).

Embora a expansão imperialista das potências capitalistas ainda fosse embrionária à época de Marx, seus estudos identificaram já na década de 1840 “a natureza imperialista do cosmopolitismo liberal”, que aparecem na demonstração da influência do comércio exterior sobre a taxa de lucro, colonialismo e troca desigual”. Com isso, “descartou o caráter científico da economia política nacional de List” (Idem, p. 168).

List apontava ainda mais para tendências imperialistas ao recorrer a “fatores extra-econômicos” para justificar o desenvolvimento nacional alemão “como interesse da nação como um todo” e seu expansionismo motivado pelo avanço da civilização sobre os “povos bárbaros de zonas tórridas”. Por fim, Marx descreditou a economia política nacional de List por negar “o antagonismo entre o capital e o trabalho assalariado” (Idem, ibidem).

Segundo Friedrich Engels, Marx já tinha se convencido das principais ideias presentes no Manifesto Comunista, lançado em 1848, quando escreveu seu ensaio crítico ao *nacionalismo burguês* de List, especialmente no que tange a visão sobre história e sociedade, fundamentada na luta de classes. A partir dessa visão, o jovem revolucionário alemão “formulou um programa cuja realização constituiria um salto para um estágio inteiramente novo na história da humanidade”, considerando que a história da humanidade, marcada por contradições de classe e sempre a exploração de uma classe dominante contra uma classe explorada, se superaria com a derrocada do capitalismo, pois o comunismo extingiria as classes sociais (SPORLUK, 1988, p. 19-20).

Ao contrário da perspectiva totalizante, internacionalista do comunismo, Marx identificava que a burguesia alemã só poderia contribuir para a uma crítica a economia política adicionando suas ilusões e frases à realidade francesa e inglesa” (Idem, p. 31). Curiosamente, em entrevista concedida em 1841, List atribui ao pensamento liberal dos economistas ingleses uma “hipocrisia”, reforçando que a ideia de liberdade do mercado propagada por Smith e seus seguidores era contradita pelas políticas agressivas de protecionismo do Império inglês quando convinha. O nacionalismo, nesse contexto, encaixava-se como uma renovação da defesa do sistema capitalista a partir de um novo formato, encabeçado por nações, não mais livres empreendedores.

No entanto, é importante destacar que, embora Marx tenha tido uma capacidade de prever o desenvolvimento do capitalismo em âmbito mundial, a partir da compreensão de sua natureza desigual, falhou em rejeitar “a perspectiva de que a Alemanha poderia se tornar um país capitalista”, acreditando que “o comunismo seria a próxima tarefa histórica” já em sua época.

O comunismo não poderia ocorrer em apenas um país, como em muitas passagens do *Manifesto Comunista* fica explícito e na passagem do ensaio crítico ao pensamento de List abaixo:

Para sustentar que cada nação passaria por esse desenvolvimento [de libertação de capitalismo] internamente seria tão absurdo quanto a ideia de que cada nação seria obrigada a passar pelo desenvolvimento político da França ou pelo desenvolvimento filosófico da Alemanha. O que essas nações fizeram como nações, fizeram para a sociedade humana; seu valor consiste, principalmente, no fato de que o que cada nação havia conquistado, beneficiaria todas as nações em seus aspectos históricos (uma das principais determinações) no quadro do qual a humanidade realizou o seu desenvolvimento, e, portanto, depois que a indústria na Inglaterra, política na França e filosofia na Alemanha foram desenvolvidos, isso foi feito para o mundo, e com significado histórico mundial, como também para essas nações, chegou assim a um fim. (MARX. 1977 apud SPORLUK, 1988, p. 32)

Como Marx não considerou a possibilidade “de um caminho nacional para o capitalismo”, não se preocupou com qual deveria ser o caminho alemão para alcançar a Inglaterra, o que era o principal objetivo político de List. Sporluk faz questão de, embora relacionar, não igualar a reflexão de Marx com a discussão sobre *socialismo num só país* na Rússia, visto que não prevê uma discussão dos problemas da revolução num país, o que é um estágio absolutamente possível e necessário também para marxistas contrários ao etapismo estalinista (Idem, p. 32).

Como para List a nação era uma unidade básica para análise do desenvolvimento da sociedade humana, era obrigatória uma comparação com outros países, já

desenvolvidos, para se chegar a soluções que avançassem com o desenvolvimento alemão (Idem, p. 33).

Marx também denunciou o caráter de classe do nacionalismo de List:

Por mais que os indivíduos burgueses lutem entre si, como classe os burgueses têm um interesse comum, e esta comunhão de interesses, que é direcionado contra o proletariado dentro do país, é dirigido contra os burgueses de outras nações fora do país. Isso o burguês atende por sua nacionalidade. (MARX. 1977 apud SPORLUK, 1988, p. 35)

O nacionalismo de List era um mecanismo para a “burguesia em um país atrasado ser protegido da burguesia mais avançada e mais poderosa exterior”, que, em nome da identidade nacional, queria liberdade para explorar o proletariado em casa sem ter que competir em tal exploração com a burguesia estrangeira”. Por isso, Marx tratava as teorias de List como “máscaras ideológicas deliberadamente configuradas para enganar” (Idem, p. 35-6). A “ilusão” de List aparecia também na defesa de um “capital nacional”, menos danoso, em tese, para a classe trabalhadora, do que o capital estrangeiro, e, portanto, mais passível para reforma social favorável aos trabalhadores dentro do país (Idem, p. 40).

Por fim, Sporluk confirma em seu estudo que Marx atacou o trabalho de List, como sendo uma mera repetição de ideias protecionistas já apresentadas por François Ferrier. Mesmo voltando a considerar questões levantadas pelo economista alemão em outros escritos, Marx nunca reconsiderou seu julgamento original, como aponta Sporluk:

Assim ele se referiu a preocupações List em setembro de 1847, em dois discursos sobre livre comércio e protecionismo. Em um discurso, ele distinguiu entre protecionistas como Gustav von Gilich, que queria impedir a entrada de bens industriais estrangeiros e, ao mesmo tempo, para dificultar o crescimento de indústria nacional, a fim de salvar a produção artesanal, e protecionistas como List, que não protegeu “pequena indústria, artesanato propriamente dito”. Marx perguntou: “Por acaso Dr. List e sua escola na Alemanha têm exigido tarifas de proteção para a pequena indústria de linho, para a tecelagem de tear mão, para a produção artesanal? Não”, Marx respondeu, eles simplesmente queriam “para expulsar produção artesanal com máquinas e a indústria familiar com uma indústria moderna”. Em suma, eles desejavam “estender o domínio da burguesia, e, em particular, dos grandes capitalistas industriais”. Assim, seu programa aceitou o declínio da pequena indústria, a burguesia mesquinha, e os pequenos agricultores “como uma triste e inevitável ocorrência”, que ao mesmo tempo era necessária para o desenvolvimento industrial da Alemanha. (Idem, p. 40)

O ceticismo de Marx com a bandeira do nacionalismo seguiria ao longo de sua vida, considerando que não passava “outra coisa que não um interesse de classe da burguesia”, e que a bandeira de “libertação nacional” se colocaria no caminho da

“libertação real”. A libertação, para Marx, do povo alemão, era enquanto seres humanos (Idem, p. 42).

2.3 – Nacionalismo e Internacionalismo

2.3.1 – De Marx ao revisionismo

Mencionamos brevemente no tópico anterior que o pensamento nacionalista foi um “rival eficaz” do marxismo, se colocando muitas vezes como um campo de oposição mais autêntico ao pensamento liberal, tanto a partir de sua capacidade de disputa social com o viés nacionalista “original”, o que Marx chamaria de nacionalismo burguês, como pela absorção de setores originalmente do campo marxista, originalmente, portanto, adeptos de uma visão anticapitalista e internacionalista da revolução socialista, para um viés híbrido, que buscou a manutenção de referências marxistas, porém aderindo ao pensamento nacionalista.

A trajetória que levou grupos políticos identificados com as ideias marxianas e marxistas do *socialismo científico* para a incorporação do pensamento nacionalista e, por consequência, desenvolvimentista, se inicia ainda na segunda metade do século XIX. O movimento socialista antes de Marx, “os comunitários”, buscavam a construção de “uma sociedade dentro da sociedade”, com sua própria produção e relação direta com seus consumidores, com “completa independência em relação ao mundo burguês” (PRZEWORSKI, 1988, p. 41-2).

No entanto, com a evolução do Estado capitalista, com instituições como o “exército permanente” e o “parlamento eleito pelo povo”, tanto pela coerção, repressão às iniciativas de produção e de comunidades independentes, quanto pelo consenso, acenando com uma participação política na democracia representativa, o projeto dos comunitários seria substituído por um dilema para os socialistas: tomar o poder por uma ação direta ou uma disputa dentro das instituições (Idem, p. 42).

Karl Marx defendia a organização da classe proletária em torno de um partido político, “e este partido precisava conquistar o poder no caminho que levava ao estabelecimento da sociedade socialista”. Contudo, essa orientação geral foi interpretada de diversas formas, de acordo com os desafios colocados para os partidos socialistas na arena política institucional em desenvolvimento. O principal dilema inicial dos socialistas foi o que esperar da ampliação da participação política nos regimes democráticos

burgueses. O sufrágio universal (no século XIX, ainda restrito a homens) colocava em dúvida “se a burguesia respeitaria sua própria ordem legal em caso de triunfo eleitoral do socialismo” (p. 42).

Marx já alertava em seu debate sobre a unificação dos partidos socialistas alemães, em 1875, intitulado a *Crítica ao Programa de Gotha*, no qual denunciava “um recuo liberal na plataforma”, que significaria uma “submissão dos socialistas revolucionários aos ‘revisionistas’ lassalianos” (MARX, 2012, p. 7).

A crítica marxiana expressa-se, principalmente, na ruptura do *Programa de Gotha* com uma estratégia internacionalista, pois acusa os socialistas alemães de conceber “o movimento dos trabalhadores sob a mais estreita ótica nacional”, deixando de lado “as funções internacionais da classe trabalhadora alemã” (Idem, p. 35-7).

Marx também acusava em sua crítica aos socialistas alemães que não havia clareza na defesa de uma ruptura com o Estado nacional burguês via uma implantação de uma ditadura revolucionária do proletariado, restritos ao que ele considerava uma “velha cantilena democrática”, a partir da defesa do “sufrágio universal, legislação direta, direito do povo, milícia popular, etc.” (Idem, p. 43).

No entanto, ao final do século XIX, a posição predominante dentre os socialistas era a aposta na disputa eleitoral, assim como a luta pela ampliação de direitos políticos em países sem o espaço alcançado, por exemplo, pelo Partido Social-Democrata Alemão (SPD) em seu país. Essa perspectiva de atuação política colocou em contradição os diversos partidos socialistas, persistir em uma estratégia “extra-parlamentar”, ou seja, revolucionária, ou “legal” e, assim, domesticado ao formato da democracia representativa burguesa (PRZEWORSKI, 1988, p. 49).

O crescimento do peso eleitoral dos partidos socialistas foi também um fator decisivo para sua adesão progressiva ao modelo democrático burguês. A exemplo disso, o SPD foi de 125000 votos em 1871 para 4250000 às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Como aponta a pesquisa do cientista político Adam Przeworski, a disputa eleitoral conduziu os partidos socialistas a uma espécie de revisão contínua de como encaravam essa arena, chegando a conceber que a partir das eleições burguesas, alcançariam o socialismo. Tinham fê que “o progresso parecia inexorável; a maioria e o mandato para o socialismo implícito eram apenas uma questão de poucos anos, um par de eleições” (Idem, p. 54).

Com o passar do tempo, os social-democratas de diversos países foram se fixando em interesses mais imediatos da classe trabalhadora e menos nos “objetivos finais”, a

sociedades sem classes e o fim da exploração. O maior foco dirigido às “melhorias imediata” não era visto como afastamento da construção do socialismo em escala mundial pelos seus formuladores. O raciocínio político partia do pressuposto “que o socialismo era considerado como inevitável”, não se entendia que era papel do partido socialista acelerar esse processo, mas sim angariar conquistas imediatas para que a houvesse uma redução dos problemas do capitalismo no presente (p. 64-5).

Um dos mais importante ideólogos do chamado *revisionismo marxista* da social-democracia foi o alemão Eduard Bernstein (1850-1932). Em sua visão, “o sufrágio universal” era inicialmente uma forma de controle da classe trabalhadora, mas teria se convertido em um instrumento contra o Império Alemão, comandado na época por Otto Von Bismarck. Partindo disso, considerava que “a elegibilidade universal” passava a ser uma “alternativa à revolução violenta”, atuando “mais lentamente do que muitos desejariam”, mas com efeito correto (BERNSTEIN, 1997, p. 114). Concluía então que, diante do avanço da democracia no capitalismo, a ditadura do proletariado passava a ser uma estratégia obsoleta.

Existe algum senso, por exemplo, em manter a expressão "ditadura do proletariado", numa época em que, em todos os locais possíveis, os representantes da democracia social se colocaram, praticamente, a si próprios, na arena do trabalho parlamentar, se declararam favoráveis à representação proporcional do povo e pela legislação direta- atitudes que são, todas elas, incompatíveis com a ditadura?

O revisionismo do social-democrata alemão se faz presente na obra de Bernstein também em sua recusa a um antagonismo ideológico com o liberalismo. Considerava “o socialismo como seu herdeiro legítimo, não só na sequência cronológica, mas também nas suas qualidades espirituais”, colocando os liberais como importantes aliados para defesa da democracia social. Mais ainda, Bernstein chega a chamar o socialismo que ele defendia de “liberalismo organizante”, pois se apropriaria da “constituição democrática e sua acessibilidade” (Idem, p. 116-7).

Sua mais ferrenha crítica foi a economista, também militante da social-democrata alemã, Rosa Luxemburgo (1871-1919), que considerava as ideias de Bernstein “em formal contradição com as concepções do socialismo científico” de Marx e Engels, pois o mesmo rejeitaria o colapso do sistema capitalista, justificando sua estratégia de adaptação dos socialistas à democracia burguesa (LUXEMBURG, 1975, p. 10-1).

Segundo Luxemburgo, Bernstein negligencia um aspecto fundamental do capitalismo que é sua “anarquia crescente”, que justifica “a necessidade histórica da revolução social” como resposta a um impasse da civilização. Ao considerar que o capitalismo não leva à sua própria ruína, a revolução deixa de ser uma necessidade (Idem, p. 11). A alternativa à revolução é a progressiva ocupação dos partidos representantes da classe trabalhadora ocupando espaço nos Estados nacionais e, conseqüentemente, na produção dos países, com foco nas melhorias de condições de trabalho dos operários (aumento salarial e redução da jornada de trabalho).

O comprometimento dos reformistas com os Estados nacionais os levaria à legitimação do militarismo e protecionismo dos mesmos na disputa imperialista que escalava no final do século XIX e culminaria na Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914. Os mecanismos supracitados serviam de salvaguarda das economias capitalistas em novas colônias, passando a ser peças-chave para o desenvolvimento capitalista, assim como parte da “doença capitalista” (Idem, p. 32-3).

É na crítica de Rosa Luxemburgo que primeiramente observamos a tradução do revisionismo social-democrata como a busca pelo “socialismo por etapas” (Idem, p. 33), por meio da conquista da maioria parlamentar da social-democracia, o que levaria à democratização constante do Estado nacional⁹. A economista aponta que, ao contrário das previsões *etapistas*, na medida em que havia o avanço da participação social-democrata no parlamento, as relações capitalistas se acirraram, sobretudo nas relações de exploração internacionais.

A revisão teórica dos social-democratas foi decisiva para uma mudança brusca em sua política internacional. O período de maior relevância da intervenção dos social-democratas foi justamente o precedente a Primeira Guerra Mundial, como já destacamos. Esse é o período concomitante com a evolução da fase imperialista do capitalismo, muito bem analisada por autores como Hilferding e Lenin. Rosa Luxemburgo também demonstrava grande preocupação com a “questão das nacionalidades” em plena expansão imperialista (LUXEMBURGO, 1909).

9 Há duas possíveis interpretações sobre a visão estratégica dos social-democratas, sobre os alemães do período contemporâneo à Rosa Luxemburgo. A primeira delas, admite que o socialismo pode ser construído sem uma ruptura com o Estado capitalista, mas sim o transformando em um Estado socialistas por reformas. Outra interpretação, que discordamos, considera que há um abandono do programa máximo na estratégia reformista da social-democracia, ou seja, o abandono do socialismo e que, portanto, não há sentido em associá-la ao etapismo. Como veremos, por esse critério, nem mesmo a perspectiva soviética de revolução por etapas pode ser tratado como etapismo, visto que historicamente nunca avançou para a construção de um programa máximo.

Por mais que defendesse a autodeterminação dos povos diante da dominação imperialista das grandes potências capitalistas, via com pouco otimismo que a questão nacional pudesse resolver a questão da exploração de classe. Para ela, a dominação econômica consolidada pelas relações capitalistas daquele período fazia dos processos de independência política algo pouco efetivo, senão associados a uma transformação econômica em escala mundial.

A devolução da independência a todos ou à maioria dos países hoje subjugados só seria possível se a liberdade das nações pequenas tivesse alguma oportunidade de sobrevivência e de futuro desenvolvimento dentro da etapa capitalista. Entretanto, as condições econômicas e políticas dos grandes super-Estados são tão equilibradas dentro da luta capitalista, que inclusive os pequenos Estados politicamente soberanos e formalmente independentes que existem na Europa desempenharam na vida política europeia o papel de meros espectadores e, mais frequentemente, de bodes expiatórios. (Idem)

Além das evidentes limitações dos movimentos emancipatórios nacionais ao redor do mundo no século XIX por conta da expansão imperialista europeia, liderada pela Inglaterra, a política de comprometimento dos social-democratas com o Estado burguês atingiu o ápice de contradição quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial. Por um lado, uma grande crise da ordem estabelecida nos países imperialistas abriu espaço para “movimentos espontâneos de ocupação de fábricas” em países como “Áustria, Alemanha, Finlândia, Itália e Suécia” foi sufocada pelos Estados com a sociedade dos partidos socialistas, que viam o movimento como “uma ameaça à sua própria autoridade e organização, assim como à ordem capitalista”. A tática escolhida pelos social-democratas foi a de investir em “comitês de socialização”, que teriam a função de nacionalizar setores da indústria como uma forma progressiva de controle da classe trabalhadora dos meios de produção (PRZEWORSKI, 1988, p. 67). Como a ação já diz, não era controle da classe, mas sim do Estado Nacional. Mesmo essa proposta não foi sustentada por muito tempo pelos revisionistas, mas sua nova estratégia nacional-desenvolvimentista só se aprofundaria nos anos seguintes (especialmente após a crise de 1929).

Por outro lado, ainda eram mais graves os efeitos do revisionismo na política externa dos países em que os partidos social-democratas atuavam. Em 28 de julho de 1914 era iniciada a Grande Guerra, conflito que levaria a morte de milhões de trabalhadores. O papel da social-democracia foi o de apoiar a entrada na guerra dos países europeus que tinham forte participação parlamentar. Além de colocar a própria classe operária sob a mira de canhões e fuzis da classe operária de outros países, consolidou seu

papel de sócio minoritário na dominação imperialista de seus Estados nacionais ao redor do mundo.

A sociedade entre classe operária e burguesia é operada, segundo Lenin, por uma “aristocracia operária”, uma “camada de operários aburguesados”, que são a base de sustentação social dos social-democratas, e definidos pelo revolucionário russo como “agentes da burguesia no seio do movimento operário” (LENIN, 2012, p. 148). Esse setor recebeu o respaldo teórico de Bernstein, Kautski e outros para sua política interna *nacional-burguesa e imperialista* externa.

2.3.2 – Um breve retorno ao internacionalismo

Dos “indizíveis sofrimentos” da Primeira Guerra Mundial seria formada uma nova organização internacional de socialistas. Seus primeiros passos, cinco anos antes da fundação oficial, seriam dados após a defesa de todos os partidos socialistas de países envolvidos na guerra, a exceção do partido na Sérvia e na Rússia, da “bandeira da união nacional”, ou seja, do apoio à entrada de seu país no conflito mundial armado e, até então, o mais sangrento da história (BROUÉ, 2007, p. 13-5).

O maior partido socialista do mundo até a eclosão da Grande Guerra era o Partido Social-Democrata Alemão. Por isso, mesmo que sua maioria fosse alinhada com o social-patriotismo, sua oposição colocou-se como grande referência mundial alternativa, a partir principalmente da liderança de Rosa Luxemburgo, formando em 1916 o Grupo Spartakus, de caráter clandestino. Na Rússia, os opositores do nacionalismo social-democrata haviam formado um novo partido, o Partido Bolchevique, liderado por Vladimir Ulianov “Lenin” (1870-1924). Além dos bolcheviques, encontra-se Lev Bronstein “Trotski” (1879-1940), mais conhecido pelos partidos socialistas da Europa Ocidental, por onde esteve por vários anos, e se junta aos bolcheviques quando retorna à Rússia, logo após a Revolução de Fevereiro de 1917 (Idem, p. 19-22).

Segundo o historiador francês Pierre Broué, a Revolução Russa, primeiro em fevereiro, depois em outubro de 1917, mudou radicalmente a configuração internacional dos socialistas no mundo. Chamados de “maximalistas” (Idem, p. 35), os bolcheviques, mesmo Lênin, eram pouco conhecidos e o crescimento de sua influência não foi imediata, mas é de sua revolução nacional que se organizam, a partir dos militantes que “tomaram

parte da luta contra a guerra”, o “renascimento do movimento operário internacional” (Idem, p. 40).

Lenin e os bolcheviques tinham consciência de que a nova Internacional, a Terceira, não poderia ser construída apenas a partir de um forte partido comunista. Nesse contexto, o nascimento do KPD (Partido Comunista Alemão), em 25 de dezembro de 1918, foi “um fato capital” para tirar os bolcheviques do isolamento internacional (Idem, p. 83). Em março de 1919 ocorreu o Congresso de fundação da III Internacional, a Internacional Comunista, em Moscou. Contou com a presença de 51 delegados, representativos em grande maioria dos bolcheviques espalhados por diversas nacionalidades (letões, lituanos, bielorrussos, armênios e russos). Fora isso, grupos comunistas tcheco, búlgaro, iugoslavo, francês, chinês, coreano, norte-americanos e alemães (Idem, p. 93-4).

O programa da nova Internacional, expresso em seu Manifesto de fundação aprovado no Congresso inicial de Moscou, fazia referência direta ao Manifesto Comunista e, conseqüentemente, ao internacionalismo presente na visão de Marx e Engels. Denunciava o imperialismo e sua guerra como responsável pela ruína da Europa, dando destaque aos retrocessos para a classe operária em decorrência disso e a militarização imposta pelo capital financeiro aos Estados Nacionais (Idem, p. 103-4).

Sobre o “Estado-Nação”, o Manifesto apontava ainda que o mesmo foi o instrumento para o desenvolvimento capitalista mundial, assim como “uma camisa-de-força demasiada estreita para as forças produtivas”. A alternativa, inadvertidamente, era “somente a revolução proletária”, capaz de unificar povos sobre o mesmo plano econômico, com “independência nos seus assuntos e em sua cultura nacional”. Isso se exemplificaria na ajuda que as nações livres da Europa exerceriam para a libertação também das colônias (Idem, p. 104).

O internacionalismo voltaria a ser uma estratégia revolucionária. Para Lenin, Trotski e os demais comunistas, a revolução deveria ser mundial ou não seria. Como em Marx, que concebeu a revolução socialista a partir da “própria natureza das modernas forças produtivas”, organizadas como sistema mundial, as análises sobre a fase imperialista do capitalismo somente reforçariam esse viés (CLAUDÍN, 2013, p. 63)

O historiador espanhol Fernando Claudín aponta que houve uma deturpação do conceito de revolução socialista para a forja do conceito de *socialismo num só país*, que representaria o retorno a uma visão *etapista*, hegemônica na antiga social-democracia. O conceito de revolução socialista pode ser visto como uma revolução social, uma

“transformação socialista das estruturas econômico-sociais, das superestruturas políticas e da cultura”, ou uma revolução política, “cujo traço pertinente é a tomada de poder pela classe operária”. Embora a primeira abordagem também inclua a segunda, a segunda não inclui a primeira, pois se “reduz a um golpe por cima que transfere o poder de umas mãos a outra do mesmo grupo dirigente”, e muito limitada ainda em mudanças estruturais, que Lenin vai distinguir com as expressões “revolução em sentido amplo” (social) e “revolução em sentido estrito” (política) (Idem, p. 64-5).

A distinção leniniana também remete ao espaço e tempo. Uma revolução social só é possível em âmbito mundial, enquanto a revolução política pode ser realizada em âmbito nacional. Via, portanto, uma “interdependência” entre uma possível revolução na Rússia, um país relativamente atrasado, e países desenvolvidos na Europa, como Alemanha ou Inglaterra, isso ainda em 1905 (Idem, p. 67). Somado a esse processo, a China complementaria o estopim de um processo revolucionário mundial, a partir de uma revolução democrático-burguesa, isto é, ainda política e com limitações da esfera social e estrutural (Idem, p. 69).

Somente em 1917 Lenin admitiria a possibilidade de uma revolução proletária na Rússia antes de ocorrer em países do Ocidente, com teses semelhantes à perspectiva de revolução permanente de Leon Trotski, reconhecendo que, mesmo com um desenvolvimento relativamente atrasado, um país poderia iniciar a revolução socialista, desde que acompanhado por países desenvolvidos. Por outro lado, era também categórico em afirmar que, caso os países desenvolvidos não fizessem sua revolução política nacional, a revolução mundial sucumbiria (Idem, p. 70-1). No III Congresso da Internacional Comunista, realizado no verão do hemisfério norte de 1921, a perspectiva da revolução mundial estava bem menos colocada do que no ano da fundação da organização internacional, em 1919 (Idem, p. 75). Debateremos agora as questões conceituais que ajudam a explicar porque a revolução mundial não ocorreu.

Segundo Claudín, havia um erro na análise de Lenin sobre o imperialismo: a convicção de que a fase imperialista era “uma situação limite”, ao “hipertrofiar a sua faceta destrutiva e a minimizar seu aspecto motor, a função que tais contradições desempenham como elemento de dinamização e adaptação do mecanismo capitalista, de transformação de suas estruturas”. Partindo da ideia de que “o grau avançado do processo de socialização da produção cria as bases materiais ótimas para o trânsito ao socialismo”, ignorou, em certa medida, que esses mesmos avanços poderiam minimizar “o papel

destrutivo desempenhado pelas contradições do sistema”, a exemplo da absorção do capitalismo de uma série de reivindicações da classe operária (Idem, p. 78-9).

Lenin também teria subestimado “o universo cultural” em que estava imerso o proletariado ocidental, com “profunda adesão”, por exemplo, “aos valores nacionais e democráticos”, já no início do século XX (Idem, p. 80-1). Essa identidade nacional foi o rabo do cometa pela qual se agarraram a social-democracia, a fim de justificar seu compromisso com os Estados nacionais e a política nacional burguesa aplicada em países como a Alemanha. Mais do que apenas um pretexto, a relação absolutamente orgânica entre a burocracia parlamentar das social-democracias com a classe operária é um dado inexorável da realidade e contribui para a compreensão de escolhas nacionalistas e desenvolvimentistas das mais diversas experiências que trabalharemos nessa tese.

Nos III, IV e V Congresso da Internacional Comunista, ocorridos no intervalo de 1921 a 1924, a perspectiva da organização para a concretização de uma revolução mundial deixou de ser uma expectativa de meses para anos. Admitia-se a restauração do capitalismo europeu, além de considerar o desenvolvimento capitalista avançado nos EUA. Nesse cenário, Lenin, ativamente presente nos III e IV Congressos¹⁰, via o mundo dividido em dois campos: “de um lado, países capitalistas vencedores e prósperos do Ocidente e do Oriente (Japão); de outro, países coloniais e semicoloniais, além dos países europeus vencidos na guerra”. A revolução mundial passaria, a partir de então, “pela luta entre esses dois campos” (Idem, p. 86-7).

Lenin também enxergava que o campo anti-imperialista, com países como a Rússia, Índia e China, por sua maioria populacional, tinham grande potencial de impor uma revolução mundial, mas precisariam se desenvolver. Isso colocaria o proletariado desses países numa vanguarda diante do proletariado europeu. Diante desse contexto, o papel da direção comunista na Rússia era, taticamente, nacionalista.

(...) para a Revolução Russa, Lenin observa que o problema central é garantir a sua existência até a colisão militar entre o Ocidente imperialista e o Oriente revolucionário e nacionalista. A orientação que preconiza para esse fim se articula em torno dos seguintes princípios: no plano interno, assegurar a direção das massas camponesas pela classe operária e aplicar uma política de máxima economia para concentrar os recursos visando à industrialização do país; na política internacional, aproveitar as contradições entre os Estados imperialistas para evitar uma colisão com eles. Numa palavra: ganhar tempo,

10 Lênin esteve vivo e atuante até o IV Congresso da IC; morreu no início de 1924, antes do V Congresso, depois de ter passado mais de um ano com atividade muito reduzida, por questões de saúde, o que não significa que suas contribuições não tenham influenciado também o V Congresso do IC, em que estava ausente.

preparando-se ativamente, até que os conflitos entre os Estados imperialistas, mais o agravamento das suas “contradições internas”, por um lado, e o fortalecimento da república soviética, mais o do movimento de libertação nacional nos países oprimidos, por outro, produzam uma correlação internacional de forças favorável à revolução mundial. (Idem, p. 88)

2.3.3 – Socialismo num só país e a revolução permanente

Segundo Fernando Claudín, já no final de 1924, meses depois do falecimento de Lenin, “Stalin começa a revisar a teoria do caráter internacional da revolução socialista e postular a possibilidade da realização plena do socialismo no marco nacional”. Acusa de “oportunistas” àqueles que não acreditassem que a revolução proletária só poderia ser iniciada em países industrialmente desenvolvidos, atribuindo a Trotski a defesa de uma revolução nos países atrasados apenas “simultânea” a países desenvolvidos. Em contraposição à “teoria universal do triunfo simultâneo da revolução nos principais países da Europa”, supostamente atribuída a Trotski, estaria a “teoria da vitória do socialismo num só país” (Idem, p. 91).

Para justificar a infalibilidade de sua teoria, Stalin apontaria que ela se provava pela continuidade da direção operária na Rússia até aquele momento (1924). Mais ainda, distorcendo a “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, Stálin afirmaria que “a revolução produzir-se-á desigualmente, primeiro num país, mais tarde noutro, ou noutros etc.; em cada caso, a ‘ruptura’ da ‘cadeia imperialista’ ocorrerá no elo mais fraco”. Em poucos anos, “a teoria do socialismo num só país se converte na doutrina oficial da IC”, ao passo que Trotski e seus seguidores foram expulsos do Partido Comunista Russo, exilados e, posteriormente, assassinados (Idem, p. 93-4). O efeito concreto na intervenção dos comunistas no mundo com a vitória de Stálin na URSS, foi a subordinação das direções comunistas de todos os países à política externa (nacionalista) dos soviéticos.

A base do pensamento de Trotski crítico ao *socialismo num só país*, no entanto, além de diametralmente oposta à falsificação feita por Stálin, possuía muito mais complexidade e se originava na crítica do que chamamos de *etapismo* da social-democracia. A teoria da *revolução permanente* de Trotski tem como primeira fonte a obra de Karl Marx:

A revolução permanente, na concepção de Marx, significa uma revolução que não se contenta com nenhuma forma de dominação de classe, que não se detém

no estágio democrático, mas sim passa para medidas socialistas e para a guerra contra a reação exterior; uma revolução na qual cada etapa está contida em germe na etapa precedente e que só termina com a liquidação total da sociedade de classes. (TROTSKY, 2010, p. 160)

Esta teoria representaria uma ruptura com o “marxismo evolucionista da Segunda Internacional”, mas também um resgate da “teoria clássica socialista” de Marx e Engels, contestando intelectuais marxistas importantes do início do século XX, como Karl Kautski, que associavam a luta pela construção do socialismo com o respeito a determinadas etapas, de acordo com as condições materiais a serem dadas pelo desenvolvimento de uma determinada sociedade (Idem, p. 13-4).

Mesmo reconhecendo que há algumas passagens nas obras Karl Marx e Friedrich Engels que são coerentes com a interpretação “etapista” do modelo de revolução socialista, o cientista social Michel Lowy aponta que a ocorrência de uma revolução em países considerados sem as totais condições para tal, como a Rússia em 1917, não negariam o marxismo. Identifica que nas obras marxianas havia a abertura para uma ascensão proletária anterior a uma revolução democrática burguesa. Nesse cenário, “a classe trabalhadora estaria obrigada a dividir o poder com o campesinato e as classes médias inferiores” para que “legislassem com o programa de seus aliados” (Idem, p. 20). Isso, veremos, é absolutamente coerente com a visão de Trotski e sua teoria da Revolução Permanente.

Na crítica de Marx a List é que o filósofo revolucionário alemão manifesta com mais precisão sua defesa de revolução permanente. Em meados do século XIX, uma sociedade ainda não desenvolvida como a alemã continha uma burguesia frágil, que se sentia ameaçada pela classe trabalhadora, o que fazia dela conservadora e a impedia “de se tornar uma força revolucionária de qualquer monta”. Essa análise levava a Marx eleger o proletariado como a única classe que poderia “libertar a Alemanha dos grilhões do passado” (Idem, p. 24).

Já com relação ao Manifesto Comunista, de Marx e Engels e publicado em 1848, Lowy aponta ambiguidade e a “possibilidade de um papel revolucionário para a burguesia”, mesmo reconhecendo que se trata de uma formulação dos comunistas alemães “em terreno claramente permanentistas”:

Os comunistas voltam sua atenção principalmente à Alemanha, pois este país está às vésperas de uma revolução burguesa que está fadada a ser realizada nas condições mais avançadas da civilização europeia e com um proletariado muito mais desenvolvido do que a Inglaterra no século XVII, e a França no

século XVIII, e porque a revolução burguesa na Alemanha será o prelúdio de uma revolução proletária imediatamente subsequente.¹¹

Posteriormente ao processo revolucionário alemão, Marx e Engels radicalizariam e revisitariam a perspectiva “permanencista”, da revolução socialista, algumas vezes. Para Lowy, é importante destacar que houve na Europa da segunda metade do século XIX processos vistos como “semirrevoluções pelo alto na França, Alemanha, Itália e Japão” que problematizariam a hipótese da impossibilidade da liderança da burguesia em sua tradicional revolução democrática. Nesse sentido, o século XX e as revoluções de seu tempo afirmariam com mais concretude a perspectiva marxista de leitura de Leon Trotski.

No contexto da luta política na Rússia, a perspectiva de revolução permanente ganhou novo sentido, pois o revolucionário russo argumentou que, partindo dela, seria possível projetar uma hipótese revolucionária para a Rússia, país considerado atrasado e dependente. O ponto fundamental, no entanto, não estava na certeza de uma revolução na Rússia liderada pelo proletariado, mas sim de que, se a mesma ocorresse, não seria com uma aliança com a burguesia, como havia ocorrido, por exemplo, na França.

Esta hipótese serviu tanto para analisar a evolução do processo revolucionário no país euro-asiático continental, quanto para revoluções derrotadas, como na Alemanha, em 1918. Trata-se portanto de uma atualização da perspectiva comunista inaugurada por Marx e Engels, em que constatava-se a mudança de papel histórico da burguesia, que deixava de ser revolucionária para ser reacionária.

Portanto, a teoria da revolução permanente:

(...) demonstrava que, em nossa época, o cumprimento das tarefas democráticas impostas aos países burgueses atrasados conduzia diretamente à ditadura do proletariado, que coloca as tarefas socialistas na ordem do dia. Nisso consistia a ideia fundamental da teoria. Enquanto a opinião tradicional considerava que o caminho para a ditadura do proletariado passava por um longo período de democracia, a teoria da revolução permanente proclamava que, para os países atrasados, o caminho para a democracia passava pela ditadura do proletariado. (TROTSKY, 2010, p. 161-2)

Assim como ocorreu na elaboração da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, também foi em *Balanço e perspectivas* que Trotski inicia a formulação da teoria da *Revolução Permanente*. O objetivo do texto era o de defender a possibilidade de

11 Trecho citado por Michel Lowy do livro *Revolutions of 1848*, com textos de Karl Marx, publicado em 1973. (Idem, p. 25)

uma revolução socialista na Rússia, um país considerado de capitalismo atrasado, antes do que em países capitalistas considerados adiantados (Idem, p. 8).

O principal argumento que sustentava a visão de Trotski era a “fragilidade da burguesia russa em comparação com a força e a organização do proletariado”. No início do século XX, a grande indústria russa pertencia a capitalistas estrangeiros. Somado a isso, a burguesia nacional russa era, já naquele período, um setor contrarrevolucionário, ou seja, contrária a qualquer mobilização contra o regime pelas mãos do proletariado. O latifúndio era capitalista, o que forçaria uma expropriação da burguesia uma reforma agrária em favor dos trabalhadores. Por isso, apenas a partir de uma revolução anticapitalista seria possível uma revolução agrária (Idem, Ibidem).

A partir desse quadro, Trotski passou a defender uma revolução democrático-burguesa pelas mãos do proletariado. Uma revolução que atacaria também “as relações burguesas de propriedade”, o que daria a ela um caráter “permanente”, “rumo à destruição do Estado burguês e à ditadura do proletariado” (Idem, p. 9).

O início dessa análise dá-se a partir da comparação entre a realidade russa com a de outros países europeus, considerando a “base econômica mais simples e pobre” dos russos. Atribui isso às “condições histórico-naturais, como situação geográfica desfavorável e população escassa” do grande país euroasiático (Idem, p. 39-40).

Os fatores endógenos desfavoráveis para o desenvolvimento capitalista na Rússia se associavam a uma influência exterior determinante para a formação de um quadro sócio-econômico peculiar na Rússia. Diante de uma base econômica primitiva, os esforços para consolidação do Estado russo, diante de seus inimigos externos, provocaram o consumo de “uma parte excessivamente grande do sobreproduto social” interno. Essa conta foi paga pelos camponeses, que se viram privados “de seus meios de existência”, sendo obrigados a abandonar suas terras, retardando o crescimento da população e freando o desenvolvimento das forças produtivas (Idem, p. 41-2).

A alternativa buscada pelo Estado czarista foi o de compensar a falta de bases econômicas para o crescimento com “medidas estatais autoritárias”. Nesse contexto, a monarquia à frente de um “absolutismo burocrático” entrava em constante conflito de interesses com as classes baixas e altas fora do poder estatal. A resultante do conflito entre “nascentes grupos econômicos dominantes” com a classe estatal foi amplamente favorável aos monarcas, bem diferente dos processos históricos na Europa Ocidental (Idem, p. 42-3).

O capitalismo russo, portanto, se inicia a partir de um “esforço supremo” estatal. Isso fazia com que as relações comerciais entre Rússia e demais países era essencialmente estatal, canal de influência da economia ocidental sobre a economia russa. Nesse sentido, a maioria dos ramos industriais fora inaugurado pelas mãos do Estado (Idem, 44-6).

A política de incentivo à indústria entrava em contradição constante com os interesses fiscais do Estado. A busca por alto orçamento anual era motivado para suportar um grande aparato militar, que cumpria também um papel fiscal. Ao final do século XIX, o governo russo contava “com uma imensa organização fiscal e burocrático-militar da bolsa de valores com um poder invencível”. Esse poder financeiro e militar do absolutismo deixava pouco terreno para o desenvolvimento de uma classe capitalista no país (Idem, p. 47-8).

No entanto, como dizia Trotski, “quanto mais centralizado e mais independente da sociedade” se tornava o Estado russo, mais rapidamente ele se tornaria “uma organização autônoma pairando acima da sociedade”, ainda mais considerando seu incrível aparato militar de um milhão de soldados. A força militar serviu para que se perdurasse as condições contraditórias do Estado russo até o ponto de eclodir um processo revolucionário liderado pela classe operária, não mais a burguesia nacional, como ocorrera em países do ocidente europeu tempos anteriores (Idem, p. 48).

Essa industrialização forçada pelo Estado gerou também um crescimento vertiginoso de algumas cidades russas no final do século XIX. Ao contrário do ocorrido no desenvolvimento do capitalismo europeu ocidental, não foram as grandes cidades do despotismo asiático, como Moscou, responsáveis pela absorção da industrialização russa, mas sim aldeias, junto à agricultura (Idem, p. 51-3), ao contrário do que havia acontecido na Europa Ocidental, que desenvolveu-se a partir do artesanato e em já grandes concentrações urbanas. Como consequência:

Quando o capitalismo conquistou a Rússia, trazia consigo como auxiliar a civilização econômica europeia. Seu competidor era o artesão desamparado ou o industrial urbano arruinado. E, em troca possuía a seu favor, como força de trabalho reserva, o campesinato semiempobrecido. O absolutismo favoreceu, sob diversos aspectos o jugo capitalista sobre o país. (Idem, p. 55)

Portanto, quando houve o crescimento vertiginoso da grande indústria na Rússia, ao final do século XIX, o crescimento do proletariado nas cidades foi desproporcional em comparação ao crescimento do liberalismo burguês, visto que grande parte do capital aplicado nas fábricas russas era de origem estrangeira (Idem, p. 54-5).

Nesse contexto, “a falta de capital dentro do país e a necessidade constante do governo de dinheiro prepararam o terreno para as condições usurárias dos empréstimos estrangeiros”. O absolutismo, para dar conta de suas vultosas dívidas, “proletarizava e pauperizava o campesinato mediante altos impostos”, gastos com seu exército e obras de infraestrutura para a grande indústria. Fora isso, “uma parte imensa do produto nacional foi dada ao estrangeiro na forma de juros, enriquecendo e fortalecendo a aristocracia financeira na Europa”. Nesse cenário, a burguesia financeira europeia submeteu o governo czarista completamente (Idem, p. 55-6).

Outra forma de importação de capitais para as mãos dos europeus deu-se pela superexploração do mercado de trabalho russo, “não organizado e desacostumado à resistência”. Isso, no médio prazo, mobilizou a classe operária a entrar na cena política, a partir da virada do século XIX para o século XX (Idem, p. 56).

Enquanto a grande indústria impulsionava o crescimento de uma classe operária superexplorada na Rússia, a burguesia nacional não se consolidava. Quem aproveitou-se desse contexto foi o grande capital internacional, que se infiltrou em uma série de velhas cidades arcaicas, convertendo-as em centros industriais e comerciais, “na forma de grandes e impessoais sociedades anônimas”. Isso levou a uma grande aglomeração de classe operária nessas cidades, e uma formação social na Rússia marcada pelo poderoso e arcaico absolutismo, uma numerosa classe trabalhadora e “uma burguesia capitalista numericamente débil, isolada do ‘povo’, meio estrangeira de origem, sem tradições históricas e movida unicamente pela cobiça” (Idem, p. 57-8).

Segundo Trotski, “o desenvolvimento do capitalismo é, ao mesmo tempo, a evolução do proletariado” para sua tomada de poder. Por essa razão, sua visão sobre a superação de um estágio de profundo atraso e dependência da Rússia diante do imperialismo europeu passava, em 1905, pelo estágio capitalista de desenvolvimento das forças produtivas. Contudo, sua ideia original, presente em *Balanço e Perspectivas* e desenvolvida em outros textos, especialmente em *A revolução permanente*, era de que “o proletariado de um país economicamente atrasado” poderia “chegar ao poder antes do proletariado de um país avançado do ponto de vista capitalista” (Idem, p. 72).

O revolucionário russo realizava um cálculo que não considerava apenas o peso absoluto dos proletários de um país, ou mesmo o grau de desenvolvimento das suas forças produtivas. Este peso e desenvolvimento é comparado com a força da burguesia nacional e um contexto internacional, propício ou não, para uma tomada de poder do proletariado.

A partir da referência de Karl Kautsky, Trotski apontava que a Rússia tinha “um nível relativamente baixo de desenvolvimento capitalista”, mas com uma única classe forte, o proletariado industrial, o que fazia dela uma importante força política em potencial. Sendo assim, o que estava colocado para o processo histórico russo era a luta por uma revolução burguesa, no sentido de suas tarefas objetivas imediatas, mas que por ser liderada pelo proletariado, não se restringiria à perspectiva de revoluções do século XIX, mas sim buscava a formação de uma ditadura do proletariado. Essa seria a única forma possível para o desenvolvimento social russo (Idem, p. 76-7).

O caráter internacionalista da teoria da Revolução Permanente partia, portanto, do pressuposto que o capitalismo havia alcançado um estágio global na virada do século XIX para o século XX, que daria condições para a revolução em toda Europa após a tomada de poder na Rússia.

Em 1905, Leon Trotski já afirmava que:

O capitalismo, ao impor a todos os seus países seu modo de economia e de comércio, converteu o mundo inteiro em um único organismo econômico e político. O crédito moderno ligou milhares de empresários através de um laço invisível, permitindo ao capital uma mobilidade surpreendente e evitando muitas pequenas bancarotas privadas, mas com isso deu, ao mesmo tempo, dimensões inauditas às crises econômicas em geral. Da mesma forma, todo o trabalho econômico e político do capitalismo, seu comércio internacional, seu sistema de monstruosas dívidas públicas e os agrupamentos políticos de nações que incluem todas as forças de reação em uma espécie de sociedade anônima internacional não apenas resistiu a todas as crises políticas individuais, mas também, por outro lado, preparou o terreno para uma crise social de dimensões fabulosas. (Idem, p. 122)

Nesse sentido, o revolucionário russo apostava que um possível processo revolucionário nacional seria frontalmente combatido por forças conservadoras burguesas organizadas em toda a Europa, principalmente. Por isso afirmava que “o triunfo da Revolução na Rússia significava obrigatoriamente também a vitória da revolução na Polônia” (Idem, p. 123).

O elemento crucial para a compreensão do internacionalismo da revolução socialista parte da ideia de que os “velhos países capitalistas” não viam mais necessidade de “guerras nacionais” ou movimentos nacionalistas para fortalecimento do modo de produção capitalista:

Os interesses vitais das massas populares, os interesses das nacionalidades oprimidas ou a bárbara política interna de um país vizinho não induzem ao governo burguês algum a entrar em uma guerra que pudesse ter um caráter

libertador e, portanto, nacional. (...) Por esse motivo, a burguesia não pode ou não quer provocar ou realizar guerras nacionais. (Idem, p. 126)

Após a redação de *Balanço e Perspectivas*, o revolucionário russo retoma com mais fôlego o tema da revolução permanente em decorrência da revolução chinesa, nos anos 1920, num país “quase tão grande como a Rússia, ainda mais atrasado e muito mais populoso”. Nessa ocasião, um exército nacionalista-burguês foi formado, o *Guomindang*, enquanto o partido comunista tinha força na classe operária e era concentrado nas cidades litorâneas (Idem, p. 11), cenário relativamente similar ao da Rússia em 1917.

Ao contrário do ocorrido na Rússia, quando o proletariado organizou a classe operária contra o governo burguês e, assim, liderou a Revolução de Outubro, a orientação da URSS para o Partido Comunista Chinês foi o de aliar-se aos nacionalistas, sob o argumento de que a “China não estaria preparada para a ditadura do proletariado” e, por isso, deveria cumprir uma “etapa democrático-burguesa”, em primeiro lugar (Idem, *ibidem*).

Em 1º de agosto de 1927, o secretário-geral do Partido Comunista Russo, Josef Stálin, pronunciava um discurso na reunião do Pleno do Comitê Central de seu partido, em que explicitaria a defesa da proposta etapista para a intervenção dos comunistas na China. Como primeiro aspecto a ser destacado, Stalin apontava uma diferença entre a China de 1927 e a Rússia de 1905. Para o secretário-geral, a Rússia pré-revolucionária era um “país imperialista que oprimia outros povos”, enquanto que a China era “país oprimido, semicolonial” e vítima da opressão imperialista imposta por outros Estados (STALIN, 1946).

Partindo desse raciocínio, o líder máximo soviético defendia:

A revolução nos países coloniais e dependentes é outra coisa: a opressão imperialista dos outros Estados é um dos fatores da revolução; neles, essa opressão não pode deixar de afetar também a burguesia nacional; neles, em determinada etapa e em determinado período, a burguesia nacional pode apoiar o movimento revolucionário de seu país contra o imperialismo; neles, o fator nacional, como a fator da luta pela emancipação, é um fator da revolução. Não fazer essa distinção, não compreender essa diferença, identificar a revolução nos países imperialistas com a revolução nos países coloniais, tudo isso significa desviar-se do caminho marxista, do caminho leninista, e situar-se nos caminhos da II Internacional. (Idem, p. 299-300).

Em outra passagem, Stalin recorre até mesmo a um documento clássico de Lenin, denominado *Teses de Abril*, para reivindicar a visão *etapista* do processo revolucionário socialista. A partir disso, justifica a necessidade do cumprimento de três etapas no

processo revolucionário chinês, para a obtenção do sucesso dos comunistas. A primeira fase passaria pela defesa e formação de uma “frente única nacional geral, o período de Cantão, quando a revolução dirigia seus golpes fundamentalmente contra o imperialismo estrangeiro”. O segundo momento seria a da “revolução democrático-burguesa”, em que ele mesmo admite que a burguesia havia se afastado da revolução, mas que com o apoio do movimento agrário. Por fim, a terceira etapa da revolução chinesa seria seu caráter soviético, que nunca ocorreu (Idem, p. 302).

Essa orientação apontou para a dissolução do partido comunista no Guomindang e o abandono da estratégia de dualidade de poder, como foram os soviets na Rússia. Em março de 1927, os operários de Xangai tomam o poder da cidade e, em seguida, Jiang Jieshi (principal liderança do Guomindang) os reprime, gerando milhares de mortos (TROTSKY, 2010, p. 12).

Os fatos ocorridos na China motivaram a redação de *A revolução permanente* por Trotski. Nessa nova reflexão, o revolucionário russo expande sua perspectiva teórica. De um processo revolucionário em seu país, passa a enxergar a importância da ruptura com o etapismo em âmbito global, a partir do exemplo chinês.

Segundo essa nova visão, aquilo que em 1906 era uma especificidade russa torna-se um traço comum a todos os países de capitalismo atrasado, ou seja, coloniais e semicoloniais: economias plenamente integradas ao mercado mundial capitalista, dominadas por burguesias fracas e covardes, incapazes de romper seus laços de subordinação ao imperialismo para levar adiante as tarefas da revolução nacional. (Idem, p. 12-3)

Para Trotski, “somente a classe operária, colocando-se à frente das massas camponesas e oprimidas” seria capaz de assumir tarefas identificadas antes com a revolução democrático-burguesa, ou seja, com o fim das relações de propriedade e do Estado burguês. Isso também estava conectado com uma perspectiva mais bem elaborada de internacionalismo, em que, no processo de ruptura com a burguesia nacionalmente, o movimento proletário revolucionário impulsionaria uma revolução mundial também (Idem, p. 13).

A chamada “doutrina do socialismo num só país”, defendida por Josef Stálin no outono de 1924, representou, nesse contexto, uma “contradição flagrante não só com toda tradição do marxismo e com a Escola de Lenin, mas até com tudo que o próprio Stálin escreveu na primavera do mesmo ano”. Trotski comparou a posição de Stalin com “a

ruptura da social-democracia alemã com o marxismo no problema da guerra e do patriotismo em agosto de 1914” (Idem, p. 135).

Para Trotski, a teoria stalinista negava a perspectiva marxista de compreensão da economia capitalista como uma economia mundial integrada. Considerando que o socialismo representaria “um estágio mais elevado que o capitalismo”, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, a perspectiva de construção de uma sociedade socialista a partir dos limites nacionais corresponderia a um retrocesso desse desenvolvimento (Idem, p. 136).

No caso, para Stálin, a economia mundial seria “a soma de frações nacionais uniformes”, com traços específicos que significariam um complemento de traços gerais. Para Trotski, as “particularidades econômicas” dos diversos países são elementos fundamentais para “uma unidade mais alta que se chama economia mundial”, que fundamenta a perspectiva internacionalista deste autor (Idem, p. 137-8).

Estamos nos referindo a “lei de desenvolvimento desigual do capitalismo”, que engloba a percepção de diversos movimentos históricos:

O desenvolvimento mais ou menos rápido das forças produtivas: a expansão, ou, ao contrário, a retração que caracterizam certas épocas históricas, como, por exemplo, a Idade Média, o regime das corporações, o absolutismo esclarecido, o parlamentarismo; a desigualdade no desenvolvimento dos diferentes domínios da economia, das diferentes classes, das diferentes instituições sociais, dos diversos elementos da cultura – tudo isso constitui os fundamentos das ‘particularidades’ nacionais. A originalidade do tipo nacional e social não é senão a cristalização das desigualdades de sua formação. (Idem, p. 138)

Stálin se encararia justamente na percepção sobre a desigualdade do desenvolvimento capitalista para sustentar sua defesa de socialismo nacional ou, como apontou Trotski, “fazendo um fetiche” da lei do capitalismo. Partindo disso, o chefe de Estado soviético admitia a construção do socialismo apenas na URSS, enquanto que os partidos comunistas do resto do mundo deveriam seguir uma orientação internacional rigorosa de intervenção nacional, visto que estavam em situação desigual de desenvolvimento em comparação à Rússia (Idem, p. 139-40).

Trotski levanta um exemplo emblemático de sua perspectiva internacionalista para demonstrar as limitações do pensamento stalinista. Ao analisar a situação da Inglaterra e Índia, o revolucionário russo apontava que a bandeira de libertação e independência da Índia deveria abraçada tanto por comunistas indianos quanto ingleses. Nesse caso, o nacionalismo inglês seria reacionário e o indiano, progressista. “Uma

sociedade autônoma não pode ser construída na Índia, nem na Inglaterra”, os países deveriam estar unidos para a formação de economia mundial socialista (Idem, p. 140).

Portanto, o internacionalismo marxista não passa pela subordinação a uma linha nacionalista, que serve para todos os países, ou antinacional. De acordo com a proposta de socialismo nacional, apenas a União Soviética seria parte do socialismo no mundo, enquanto que os demais países seguiriam o modelo capitalista. A contradição desta perspectiva com o internacionalismo marxista defendido por Trotski se apresentaria em diversos eventos históricos em que os interesses nacionais da URSS estariam acima, sempre, da libertação da classe trabalhadora de um país contra a burguesia daquele país.

Além disso, segundo Trotski, “todo país atrasado, incorporando-se ao capitalismo”, deve passar por diferentes “fases de dependência para com os outros países capitalistas”. Nesse sentido, a determinação do grau de dependência de uma economia nacional sobre a outra, levando em conta o “enorme desenvolvimento das relações mundiais, manifestando-se no crescimento do comércio exterior, no qual se acha incluído, naturalmente, o comércio de capitais”, deve-se ao patamar de desenvolvimento das forças produtivas de cada país (Idem, p. 143).

Prosseguindo o raciocínio, a tendência de cada capitalismo nacional é a de se voltar mais e mais para o comércio exterior da economia mundial capitalista. Ao contrário, a URSS não pode, como outros países capitalistas, suprir sua limitação de recursos, mesmo se submetendo aos princípios capitalistas, que move sua economia mundial a partir do sistema de crédito (Idem, p. 144).

Sendo assim, “a tomada de poder pelo proletariado internacional não” deve ser um ato isolado, mas sim um evento combinado a outros de desconstrução de uma economia mundial (Idem, p. 146). Trotski, em alternativa ao pensamento do *socialismo nacional*, apontava, em 1930, que:

O programa realista de um Estado operário isolado não deveria propor-se a atingir a ‘independência’ em relação à economia mundial, nem muito menos a construção uma sociedade socialista nacional ‘dentro do mais breve prazo’. Seu objetivo é o de obter não os ritmos abstratos e máximos, mas os melhores, que derivem das condições econômicas internas e mundiais que consolidem as posições do proletariado, que preparem os elementos nacionais da sociedade socialista internacional do futuro e que, ao mesmo tempo, e antes de tudo, melhorem sistematicamente o nível de vida do proletariado e consolidem sua união com as massas não-exploradas do campo. Essa perspectiva conserva inteiramente o seu valor para todo o período preparatório, até o momento em que a revolução triunfante nos países avançados tire a União Soviética de sua situação isolada. (Idem, p. 148)

Há mais dois aspectos na teoria da revolução permanente que são considerados por Trotski. Um refere-se ao caráter da revolução socialista, que é posterior a uma. Trata-se de um período de “profundas transformações econômicas” incessantes, que não permitem uma estabilização das relações sociais até que sejam cessadas as relações de opressão de classe (Idem, p. 162).

Além disso, o último aspecto da revolução permanente é o “caráter internacional da revolução socialista”. Como já dito, a expressão do internacionalismo da revolução permanente possui amparo lógico na percepção do “caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes”, já no início do século XX, período de formulação intelectual e militância do revolucionário russo (Idem, p. 162-3).

Talvez o último ponto compreendido na teoria da Revolução Permanente de Trotski ainda abordado de maneira insuficiente até aqui é a problemática de defesa de uma estratégia revolucionária, a partir da liderança do proletariado e formação de uma ditadura de maioria com seu nome, considerando que a maioria social da Rússia em 1917 era de camponeses. O revolucionário russo resolve a questão apontando que “sem a aliança entre o proletariado e o campesinato, as tarefas da revolução democrática não podem ser resolvidas, (...) porém, só se realizará numa luta implacável contra a influência da burguesia nacional-liberal” sobre os camponeses (Idem, p. 312).

Desse modo, Trotski aponta que o campesinato, pela sua heterogeneidade social, é uma classe social em disputa entre o proletariado e a burguesia. Por isso que admitia como único meio possível para a revolução democrática, a ditadura do proletariado. O campesinato, “por maior que seja sua importância revolucionária, não pode ser independente nem, muito menos, dirigente. O camponês segue o operário ou o burguês” (Idem, p. 312-3).

O caso chinês foi um processo em que a polêmica entre a defesa de uma *ditadura democrática do proletariado e dos camponeses* e a *ditadura do proletariado*, proposta consagrada pela Revolução de Outubro. Trotski dizia que a defesa da primeira proposta significava, na China, “a dissolução e decomposição do proletariado nas massas pequeno-burguesas, criando, assim, condições favoráveis à hegemonia da burguesia nacional” (Idem, p. 314). Tratava-se de uma posição rigorosamente contrária, com base nas análises sobre a situação internacional e uma caracterização firme sobre o papel reacionário da burguesia naquela realidade, a qualquer aliança com a burguesia nacional no intuito de avançar em tarefas democráticas e, possivelmente, na construção do socialismo.

Esse debate tomou proporções mundiais, na medida em que o processo revolucionário russo tornou-se a grande referência de vitória de socialistas contra o imperialismo. O Brasil seria também profundamente afetado e influenciado pelas discussões sobre o caráter e a estratégia da revolução socialista, assim como pelo impacto do pensamento econômico nacional-burguês de List e outros.

2.4 – Nacional-desenvolvimentismo e a crítica a razão dualista/etapista

Quando alcançamos em nosso estudo o rico e intenso debate de ideias do pensamento econômico brasileiro, do período de 1930 a 1964¹², época de formulação e disseminação das ideias nacional-desenvolvimentistas, concluímos o mesmo que Sporluk. As ideias nacionalistas de origem burguesa, que dialogavam com pressupostos importantes da teoria convencional, são bastante convergentes com o pensamento econômico de socialistas daquele período, embora com algumas diferenças. Nesse tópico, exploraremos a formação do pensamento nacional-desenvolvimentista, o contexto histórico e que campos de ideias tal pensamento dialogou e conviveu, incluindo o pensamento etapista dos socialistas, assim como a crítica realizada dentro do campo marxista tanto aos desenvolvimentistas quanto os etapistas.

2.4.1 – Keynes e a teoria geral

Um dos maiores “culpados” pela longevidade da crítica ao pensamento liberal, sobretudo por um viés em defesa do desenvolvimento nacional, foi o economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946). Sua visão renovaria o confronto com a escola clássica, delimitado nos marcos do capitalismo, assim como List o fizera no passado. Keynes foi o formulador da, por ele mesmo chamada, “teoria geral”, a partir de sua obra *A teoria geral do emprego, do juro e da renda* (KEYNES, 1996, p. 4), considerada por muitos a principal referência teórica para a formação do pensamento econômico *cepalino* e o do *nacional-desenvolvimentismo latino-americano*.

12 O recorte cronológico foi escolhido a partir da obra de Ricardo Bielschowsky *Ideología y desarrollo: Brasil, 1930-1964*. O principal crítico marxista citado neste trabalho, no entanto, publicará sua principal obra de oposição ao pensamento cepalino/etapista já na década de 1970.

Keynes não acreditava que o mercado livre seria capaz de fazer convergir o interesse individual (manifesto, por exemplo, na preferência dos agentes pela liquidez) e o coletivo (com o máximo de emprego da força de trabalho) (Idem, p. 15). Prova disso eram as constantes crises do capitalismo, especialmente a ocorrida em 1929, a partir da quebra da bolsa de Nova Iorque. Para evitar essa incongruência, o Estado serviria de sustentáculo do equilíbrio entre o individual e o coletivo.

Estava assim legitimada a ação do Estado como elemento integrante e indispensável ao bom funcionamento do sistema econômico capitalista. Ao Estado caberia, principalmente, eliminar a carência de demanda efetiva em momentos de recessão e desemprego. Como? Fazendo déficit orçamentário e emitindo títulos para extrair a “renda não gasta” do setor privado e com ela garantir que as máquinas ociosas voltem a operar. (Idem, *ibidem*)

Para Keynes, as crises do capitalismo são originadas pela “carência de investimento e ociosidade de máquinas e homens”, e não por falta de poupança. Sendo assim, a função do Estado para o economista inglês não se pautaria por gastar menos do que se coleta, mas sim o de ser um agente ativo em períodos de alto desemprego, com investimentos advindos do aumento do déficit fiscal (Id., *ibid.*).

O investimento em Keynes, para esclarecimento, seria “aquisição de equipamentos do setor produtor de bens de capital, ampliação da capacidade produtiva e, finalmente, expansão da produção corrente de bens de capital” (Idem, p. 12).

Na política econômica de Keynes, “as flutuações do emprego e o controle de demanda efetiva” eram cruciais, ao contrário da “estabilidade de preços e o controle monetário” dos liberais. A “ampliação da demanda objetiva” se daria com o aumento do nível de emprego até o “pleno emprego”. A partir disso, defendia a intervenção do Estado na economia nacional “fixando o salário nominal”, promovendo “critérios de equidade distributiva e eficiência econômica”, incidindo sobre a oscilação do mercado livre, em que seus indivíduos buscam lucro a curto prazo. Somado a isso, o economista britânico defendia que o aumento do salário real era mais importante para manter “estabilidade do sistema econômico” do que a austeridade, inclusive considerando também o aumento dos preços junto do aumento dos salários, ou seja, uma inflação controlada (Idem, p. 16-7).

Dando menos importância à taxa de juros que os clássicos, Keynes defende que a poupança não geraria, necessariamente, investimento, mas que o investimento tem grande

potencial para gerar poupança¹³, o que advoga contrariamente, mais uma vez, à austeridade. O aumento da poupança, para que sirva ao desenvolvimento nacional, precisar ser acompanhado de aumento do investimento e aumento do superávit comercial internacional (Idem, p. 17).

A questão da balança comercial também foi central no pensamento econômico keynesiano, a partir do resgate parcial do ideário *mercantilista*, que admitia ser instrumento “confessadamente de caráter nacional” e com “pouca probabilidade de beneficiar o mundo em seu conjunto”. Por conta de ser um período sem controle estatal sobre os juros internos¹⁴, a balança comercial favorável, e conseqüentemente a entrada e retenção de metais preciosos, foi praticamente a única diretriz de uma política econômica dos países europeus para vencer uma concorrência comercial internacional, através da atração de mais investimentos externos (Idem, p. 310-1).

Por outro lado, a visão de Keynes é ainda mais crítica à “ideia de que a taxa de juros e o volume de investimentos se ajustam automaticamente ao nível ótimo, de modo que toda a preocupação com a balança comercial seja uma perda de tempo”, como colocam os liberais (Idem, p. 313). Para ele, a balança comercial favorável não era suficiente para a realização de uma política econômica ótima, mas não podia ser desconsiderada. Assim como as medidas protecionistas não podiam servir a “objetivos ostensivos”, pois provocaria uma escalada de concorrência internacional descontrolada.

No entanto, Keynes considerava o “realismo” de “caráter nacionalista” consciente dos mercantilistas, que escalariam da concorrência desregulada para guerras em torno “de uma luta pela posse dos mercados e pela competição acirrada por metais preciosos”, preferível ao *laissez-faire* (p. 320), mesmo que sua *teoria geral* não fosse uma negação da escola clássica, mas sim uma crítica à “omissão que ela cometeu ignorando a parte de verdade contida nas teorias anteriores” (Idem, p. 314).

Por mais que o pensamento econômico keynesiano representasse um resgate do velho nacionalismo presente embrionariamente no período mercantilista, sua preocupação não se resumia a uma teoria voltada apenas para o desenvolvimento nacional, a exemplo de List, mas também como uma forma de contribuir para a harmonia

13 Mais especificamente sobre a discussão acerca da relação entre poupança e investimento, Keynes diz que a opção de agentes de aumentar sua poupança, se não for acompanhada por um aumento concomitante do investimento, não levará ao aumento da poupança agregada, mas sim à redução da renda agregada. Macroeconomicamente, a causalidade vai sempre do investimento para a poupança, e não vice-versa.

14 O período mercantilista é pré-capitalista, de transição entre o período feudal e contemporâneo, entre os séculos XV e XVIII.

da economia mundial. Como forma de superação tanto do mercado livre dos liberais, como da concorrência de Estados nacionais do metalismo e mercantilismo, Keynes apontava para uma concorrência entre as melhores gestões de uma economia doméstica, pela sua capacidade produtiva, de comércio e emprego.

Uma política de taxas de juros autônomas e de um programa de investimentos domésticos com vista ao nível máximo de emprego interno, é duplamente salutar no sentido de que nos ajuda ao mesmo tempo a nós e a nossos vizinhos. E é a busca simultânea destas duas políticas em todos os países que pode restaurar, internacionalmente, a estabilidade e a força econômicas, quer as meçamos pelo nível de emprego interno quer pelo volume de comércio internacional (Idem, p. 322).

Sobre a questão do emprego, a visão keynesiana passava pela associação do mesmo com o potencial de consumo e, a partir disso, enriquecimento de empresas, que reinvestem e geram novos empregos. Considerava, portanto, que “os principais defeitos da sociedade econômica” em seu tempo eram “sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas” (Idem, p. 340).

Como solução, Keynes propunha a intervenção estatal nas economias nacionais via impostos sobre grandes fortunas, heranças, e “reduzir a taxa de juros até o nível em que, em relação à curva da eficiência marginal do capital, se realize o pleno emprego” (Idem, p. 343), pois com juros baixos, se estimula investimentos e, conseqüentemente, geração de empregos.

Seria Keynes um dos protagonistas do grande debate da economia mundial de meados do século XX em diante. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, houve uma profunda reconfiguração nas relações geopolíticas, tendo impacto significativo nas relações econômicas. Em julho de 1944, representantes da Aliança das Nações Unidas, países aliados contra o Eixo¹⁵, reuniram-se na cidade de Bretton Woods para criar regras institucionais de funcionamento do sistema monetário internacional. Nesta convenção foi criado o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, além de um acordo geral sobre política de câmbio que resistiu até 1971. Entre 1971 e 1973, os países, a começar pelos EUA, abandonaram o regime cambial estabelecido em Bretton Woods e a economia mundial se desregulamentou profundamente (CARVALHO, 2004, p. 1).

15 Aliança liderada pela Alemanha nazista, com Itália e Japão como principais potências componentes.

Segundo Fernando Carvalho, “os debates preparatórios da conferência giraram em torno de duas propostas, a britânica, preparada por Keynes, e a dos Estados Unidos, que levou o nome do seu autor, Harry Dexter White” (Idem, ibidem). Embora pouco do pensamento do economista britânico seria incorporada pelas principais diretrizes de Bretton Woods¹⁶, o impacto de sua contribuição para o debate mundial se ampliaria nos anos seguintes, sobretudo em países considerados subdesenvolvidos.

O mundo entraria num momento “fordista-keynesiano”, entre 1948 e 1972, com “mudanças que vão da estrutura produtiva ao plano político-ideológico” capazes de produzir “uma combinação de crescimento da produção, crescimento da capacidade de consumo da classe trabalhadora e manutenção de lucros altos” (BONENTE, 2011, p. 42).

No âmbito político-ideológico, Bonente destaca a “ascensão do ideário intervencionista”, que levou à emergência de um “capitalismo reformado”, que tinha como “propósito central de manter o crescimento, o pleno emprego, evitar flutuações bruscas e minimizar as incertezas inerentes ao funcionamento dos diversos mercados” (Idem, p. 42-4).

Na estrutura produtiva, dois princípios gerais de organização do trabalho foram disseminados. O taylorismo, que separava as funções dos operários e os alienava. O fordismo permitiu a mecanização do processo de trabalho. Ambos aumentaram a perda do controle direto do trabalhador sobre a produção e o aumento da produtividade (Idem, p. 45).

A primeira fase da combinação de fordismo/taylorismo na produção capitalista foi marcada pelo aumento da produtividade e, portanto, taxas de lucros, sem ser acompanhado por aumentos salariais, o que inviabilizou que a produção fosse absorvida. Já no *New Deal*, a “velocidade de expansão da economia foi suficiente para aumentar o nível de emprego, em termos absolutos e relativos”. Esse aumento de emprego foi acompanhado de aumento do salário real. Isso não comprometeu os lucros altos do mesmo período, equação fundamental, tanto para explicar a durabilidade do arranjo, quanto para explicar sua derrocada, a partir da década de 1970 (Idem, p. 46-7).

No Brasil, o que veremos é a disseminação da ideia de “Estado de bem-estar social”, uma “administração keynesiana da demanda agregada”, com “provisão de

16 Um ideário de caráter relativamente intervencionista foi formalizado internacionalmente pelos resultados da Conferência de Bretton Woods, ocorrida em 1944, que resumidamente estabeleceram: 1) criação do padrão dólar-ouro; 2) regime de câmbios fixos atrelados ao dólar; 3) criação de organismos multilaterais, como o Banco Mundial e FMI (BONENTE, 2011, 44-5).

serviços públicos essenciais” e “universalização da seguridade social”. A base, portanto, dessa proposta era o consumo de massas, pleno emprego e proteção social da classe trabalhadora (Idem, p. 45).

2. 4. 2 – Formação do pensamento nacional-desenvolvimentista

Segundo o economista Pedro Fonseca, a formação do pensamento econômico desenvolvido na CEPAL¹⁷, principal centro de formulação e difusão do *nacional-desenvolvimentismo* na América Latina e, conseqüentemente, para o Brasil, se deu a partir de diversas influências, sendo a *teoria geral* do economista inglês John Maynard Keynes uma das mais importante dentre estas (FONSECA, 2000, p. 333).

A visão estruturalista dos desenvolvimentistas latino-americanos convergia com o keynesianismo em sua crítica ao liberalismo econômico, assim como a importância dada para a industrialização como sinônimo de desenvolvimento nacional. Especificamente o caso brasileiro, que é a referência mais direta do assim chamado *novo desenvolvimentismo*, o desenvolvimento serviria para reverter a inserção do país na divisão internacional do trabalho, deixando de ser prioritariamente uma nação agroexportadora, que justificavam uma política econômica intervencionista e o protecionismo alfandegário (Idem, p. 338).

No entanto, Fonseca considera “generalizada a acomodação” de que os cepalinos seriam resumidos à influência keynesiana em suas obras. Algumas ideias dos teóricos da CEPAL são anteriores à publicação da teoria geral, de Keynes, o que nos faz rejeitar, assim como Fonseca, a visão de que os cepalinos seriam apenas um “keynesianismo barroco” (Idem, p. 333-4).

Além disso, há uma incongruência entre o estudo feito pelo economista britânico e os intelectuais cepalinos. A “economia do subdesenvolvimento” assim o era pois elementos considerados estáveis nas economias desenvolvidas eram vistas como incertas nos países periféricos, como a capacidade produtiva e o desenvolvimento tecnológico. A disparidade tecnológica, em especial, foi bastante explorada nas diferenciações entre

17 Centro Econômica para América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1948, no Chile.

economias subdesenvolvidas e desenvolvidas pelos principais expoentes do desenvolvimentismo latino-americano, Celso Furtado e Raúl Prebisch (Idem, p. 335).

Outra influência bastante relevante percebida pelo nosso estudo do pensamento nacional-desenvolvimentista foi a de Friedrich List. Segundo Fonseca, o economista alemão é a mais relevante referência para os estruturalistas cepalinos, seja “pela semelhança de ideias e argumentos seja por defender um tipo de intervencionismo” dos latino-americanos, associando “industrialização acelerada em casos de nações agrícolas periféricas”, que pode ser interpretado a partir das semelhanças dos casos nacionais que tanto representaram a Alemanha com relação a Inglaterra, quanto os países latino-americanos com relação aos países centrais (Idem, p. 347).

Para List, a industrialização era crucial e uma questão nacional, o que era um ponto de convergência impressionante com os cepalinos. Isso não tornava a agricultura menos relevante para a economia nacional, desde que fosse subordinada com a política de industrialização acelerada. Isso porque uma nação que dependesse prioritariamente de produtos agrícolas no comércio exterior, seria subjugado economicamente por nações com bens manufaturados como principal artigo (Idem, p. 348).

Diante de tantas convergências, cabe ressaltar uma diferença importante entre os latino-americanos e List. Para o economista alemão, o destino de seu país deveria ser o de país vendedor de bens manufaturados por estar numa zona temperada, o que não se aplica a países de zona tropical, como o Brasil. Os partidários da tese nacional-desenvolvimentista brasileiros, obviamente, discordavam dessa parte da visão listiana (Idem, *ibidem*).

Segundo o economista Ricardo Bielschowsky, o Brasil foi um dos países mais impactados pelas ideias cepalinas, sobretudo no período entre 1930 e 1964. O desenvolvimentismo, pensamento econômico marcado pela “valorização da industrialização como via de desenvolvimento, e a importância do papel do Estado na planificação, financiamento e inversão dos setores que a iniciativa privada seja insuficiente”, era composto por três variantes: desenvolvimentismo privado, desenvolvimentismo do setor público não nacionalista e desenvolvimentismo nacionalista do setor público (BIELSCHOWSKY, 1991, p. 155-6).

O pensamento desenvolvimentista no Brasil se disseminou principalmente no debate político público e menos nas esferas acadêmicas. Seus principais intelectuais, como Celso Furtado, não se ativeram a formulações teóricas e propunham planos práticos e de ação para implementação do ideário nacional-desenvolvimentista na política

econômica de seu país. A industrialização era defendida como forma de combater as desigualdades sociais, não apenas tornando o país mais rico frente aos demais do mundo, mas menos injusto. Não por acaso, o Estado teria um papel decisivo nessa formulação (Idem, p. 156).

2.4.3 – O nacional-desenvolvimentismo de Celso Furtado

Mas as ideias cepalinas não foram apenas fruto de uma combinação de influências diversas de visões *nacionalistas* e *desenvolvimentistas* anteriores, e sim um pensamento original. Destaca-se a “caraterização do subdesenvolvimento como uma condição para a periferia” do sistema, ou seja, o conceito de “centro-periferia”; uma análise muito específica sobre a industrialização no Brasil, espontânea desde a década de 1930, e com “um padrão sem precedentes e problemático” de “estruturas subdesenvolvidas típicas da periferia” (com pouca diversidade, que determinou “tendências perversas, deteriorou a relação de preços do intercâmbio, o desequilíbrio externo e a inflação”); interpretavam “a inflação como um fenômeno com causas estruturais”; entendiam “a industrialização como um processo de substituição de importações”; e apontavam para “a necessidade de planificação e forte intervenção estatal apresentada como um corolário de diagnósticos de desequilíbrios estruturantes típicos do processo espontâneo de industrialização das economias periféricas” (Idem, p. 159-60).

No mesmo período de maior alcance do pensamento desenvolvimentista no Brasil concorriam outras ideias importantes que buscavam também responder aos problemas sócio-econômicos do país. Assim como o pensamento econômico que pregava maior intervenção do Estado na economia, regulação do mercado, medidas protecionistas e de controle de juros internos, a recuperação das ideias liberais estava também com forte presença no Brasil entre 1930 e 1964.

A principal tradição de pensamento econômico brasileiro até 1930 era liberal. Com a crise mundial de 1929, essa corrente perdeu força, obrigando ao pensamento liberal fazer “transformações que o permitisse resistir a essa nova realidade”, o que resultou no neoliberalismo brasileiro. A defesa da auto-regulação do mercado continuou sendo “a fórmula básica de eficiência econômica”, porém admitindo-se “a necessidade de alguma intervenção estatal saneadora das ‘imperfeições do mercado’ que – assim o reconheciam – afetavam as economias subdesenvolvidas como a brasileira”. Ainda assim

defendiam a redução do papel do Estado na economia, a favor de políticas de equilíbrio monetário e financeiro, e eram muito relutantes a uma política mais agressiva de industrialização no país (Idem, p. 160).

Dentre os principais representantes desse pensamento estavam Eugenio Gudín, o líder teórico do neoliberalismo, que “reinterpretou os grandes enunciados das teorias liberais frente aos problemas revelados pela grande depressão cíclica do período entre as grandes guerras”. A exemplo disso, o mesmo reconheceu “os problemas decorrentes da inelasticidade da oferta e da demanda de produtos primários”, e, especialmente, como as economias subdesenvolvidas sofriam com as oscilações das economias desenvolvidas. Contudo, era bastante contrário às políticas de industrialização dos desenvolvimentistas, propondo como alternativa “uma série de medidas de caráter preventivo, essencialmente destinadas a influir sobre os preços e sobre o nível de produção”, mas rechaçando a ideia de pleno emprego e considerando o Brasil um país despreparado para industrialização (Idem, p. 161).

As ideias desenvolvimentistas que floresceram no período de 1930 a 1964 foram divididas por Bielschowsky em três vertentes. Os “desenvolvimentistas do setor privado” eram formados por um “pequeno grupo de empresários, reunidos em grupos patronais”, que apostavam no setor industrial como carro-chefe de uma nova economia no Brasil. Passaram a ocupar cargos importantes do governo com o início do Estado Novo, destacando-se a criação do departamento econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 1946, por Roberto Simonsen, tornando-se “a principal fonte de formulação de ideias econômicas do desenvolvimentismo do setor privado” (Idem, p. 163).

A segunda vertente do desenvolvimentismo do período foi o setor *não nacionalista da esfera pública*. Minoritária dentre os desenvolvimentistas, mas muito ativa, se definia pela crença de que o maior impulso para a industrialização no Brasil deveria ser feito pelo capital estrangeiro, tese bastante contestada, pois poucos acreditavam que se superaríamos o subdesenvolvimento com a ajuda estrangeira. Ao contrário, os desenvolvimentistas não nacionalistas acreditavam que havia uma janela de oportunidades nas “inversões estrangeiras”, exemplificado pelos projetos governamentais, de 1950 a 1954, da “Comissão Mista Brasil-EUA”, processo que alçou o maior expoente desta vertente, o economista Roberto Campos (Idem, p. 163-4).

Tinham acordo fundamental com os demais desenvolvimentistas no que tange a defesa de uma industrialização planejada pelo Estado. Porém, acreditavam que o setor

público deveria deixar para o setor privado a premissa do investimento em setores da indústria, que consideravam ter melhores resultados pelo mercado livre. Além disso, defendiam enfaticamente o controle da inflação e a estabilização monetária (Idem, p. 164).

Dentre as diversas vertentes desenvolvimentistas do período de 1930 a 1964, aquela que é tratada pelos neodesenvolvimentistas como sua principal referência é a dos desenvolvimentistas nacionalistas do setor público, ou *nacional-desenvolvimentistas*. Segundo o economista Ricardo Carneiro, a inauguração desta corrente se deu pela publicação de *El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas*, lançado originalmente em 1949 por Raúl Prebisch. Nesse livro é colocado o problema das economias periféricas e suas desvantagens diante das economias centrais, que, através da constatação de uma divisão internacional do trabalho desfavorável, criticaria a “teoria de vantagens comparativas”, que justamente apontaria uma tendência ao equilíbrio entre países produtores de produtos primários e produtores de bens industriais, o que não se confirma no decorrer da evolução do capitalismo (CARNEIRO, 2012, p. 750-1).

Prebisch, então, contestaria a tese de que o “subdesenvolvimento poderia ser superado por meio do aprofundamento da divisão internacional do trabalho com maior especialização na produção de bens primários”, e fortaleceria a hipótese de superação do subdesenvolvimento justamente através da industrialização dos países periféricos. Além de reconhecer que os mercados de bens primários cresciam num ritmo inferior aos mercados para bens industriais, ressaltaria que a produção industrial possuía cadeias produtivas mais extensas e maior potencial para criação de produtos novos podendo, assim, obter maior potencial de diversificação em comparação à produção de bens primários (Idem, p. 751-2).

Essa nova interpretação sobre *desenvolvimento* e *subdesenvolvimento* seria seguida por Celso Furtado, adicionando “a ideia do subdesenvolvimento como uma situação historicamente determinada, não como uma etapa necessária do desenvolvimento econômico”. Esse subdesenvolvimento não necessariamente se extinguiria, mesmo quando as economias periféricas se industrializam, o que é a ideia de “continuidade do subdesenvolvimento” de Furtado. Essa continuidade se daria pela diferença de “dinamismos” dos países centrais e países periféricos. Enquanto nos países centrais o dinamismo de suas economias se daria a partir do progresso técnico, nos países periféricos, o dinamismo ocorreria a partir da demanda externa por produtos primários e

demanda insatisfeita de importações (que provocariam uma política de substituição de importações, como vimos no Brasil na Era Vargas). Ou seja, enquanto nos países centrais o que move suas economias é uma demanda interna, nos países periféricos, a dinâmica é externa, fazendo do primeiro autônomo e o segundo dependente (Idem, p. 752-3). Fora isso, mesmo com uma industrialização tardia, países periféricos tendem a obter uma “assimilação desigual do progresso técnico”, o que também explica a continuidade do subdesenvolvimento (Idem, p. 754).

Portanto, o capitalismo desenvolvido em Furtado seria definido pela “centralidade do processo de incorporação e difusão de novas técnicas como determinante do aumento da capacidade de produção e da produtividade”. Essa produção ampliada precisaria de aumento de consumo, o que torna importante para Furtado as políticas de “distribuição de renda, pelo investimento do exterior e pelo gasto público” (Idem, p. 753).

A partir do primeiro governo Vargas, e através da fundação de diversos órgãos responsáveis pela planificação da industrialização, nomes como Barbosa Carneiro, Horta Barbosa e Macedo Soares foram os principais representantes da corrente nacional-desenvolvimentista no setor público (BIELSCHOWSKY, 1991, p. 164-5).

Após o primeiro Governo Vargas, o pensamento *nacional-desenvolvimentista* passou por um período de pouca entrada de suas ideias no governo, retornando com força no segundo mandato de Vargas, de 1951 a 1954, através, principalmente, da Assessoria Econômica do Presidente e a partir da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Para fortalecer ainda mais a ascensão nacional-desenvolvimentista, Celso Furtado e Américo de Oliveira criaram o Clube dos Economistas, composto por dezenas de técnicos do governo federal e desenvolvimentistas do setor privado (Idem, p. 165).

Os *nacional-desenvolvimentistas*, além de defenderem a transformação do Brasil num país “de capitalismo industrial moderno”, se distinguiam das demais vertentes desenvolvimentistas pela defesa “da intervenção do Estado na economia, com políticas de apoio à industrialização”, incluindo até mesmo “inversões estatais nos setores considerados básicos” (Idem, *ibidem*).

Queriam, acima de tudo, fugir do “arbítrio do capital estrangeiro” para garantir o desenvolvimento nacional efetivo, com uma oferta de produção de manufaturados ampla, que deixaria o país economicamente menos dependente do capitalismo central. Segundo Bielschowsky, a ambição dos nacional-desenvolvimentistas pelo controle de setores estratégicos dominados até então pelo capital estrangeiro, como transporte e energia,

levou os mesmos a ter “uma conotação fortemente nacionalista e estatizante” em seu pensamento e movimento político (Id. Ibid.).

Outras duas características eram específicas dos *nacional-desenvolvimentistas*. A partir de uma visão “estruturalista cepalina”, colocavam a política monetária subordinada a política de desenvolvimento, o que os levavam a planejamento econômicos prioritariamente a médio, longo prazo. Além disso, os nacional-desenvolvimentistas tinham forte “inclinação política para medidas econômicas de conteúdo social”, que se expressavam na preocupação com “desemprego, pobreza, o atraso cultural da população brasileira e o arcaísmo das instituições do país” (Id. Ibid.).

Celso Furtado foi o grande intelectual do *nacional-desenvolvimentismo*, e também a maior referência citada por neodesenvolvimentistas em suas contribuições para o pensamento econômico. Responsável por introduzir os esquemas cepalinos de análise na economia brasileira, “proporcionou consistência analítica e unidade ao pensamento econômico de uma grande parte dos técnicos governamentais que trabalharam a favor do projeto de industrialização”, ajudando, sobretudo, na compreensão do subdesenvolvimento brasileiro. Segundo o economista Ricardo Bielschowsky, uma das características mais marcantes de Furtado foi sua motivação política, com uma pesquisa e um trabalho voltado para “uma ação transformadora” (BIELSCHOWSKY, 2001, p. 109). A partir disso, um dos maiores de seus méritos foi, contudo, “combinar a produção intelectual com o esforço executivo, e de abrir espaço para a implementação das tarefas do desenvolvimento” (BIELSCHOWSKY, 1991, p. 166).

O *sistema analítico furtadiano* foi constituído de “um alicerce e três pavimentos”. O primeiro pavimento é a “análise do subdesenvolvimento econômico”, que combina quatro níveis de análise econômica (teórica, histórica, análise dos processos e tendências correntes, além da formulação de política econômica). O segundo pavimento do pensamento furtadiano passa pelo “piso socioeconômico e sociopolítico”, e o “terceiro piso é o da problemática do subdesenvolvimento no plano da cultura” (BIELSCHOWSKY, 2001, p. 110). Para nosso estudo, é fundamental considerar a originalidade analítica na obra de Celso Furtado, assim como a que projeto político se direcionou seu pensamento econômico.

Associado ao seu sistema analítico singular, Furtado utiliza um método histórico-estrutural, que parte do *estruturalismo* de Raul Prebisch associado a uma abordagem historicista. Por isso, Furtado tornou-se também uma das principais referências do pensamento *estruturalista*, que influenciou o *nacional-desenvolvimentismo*, no que tal

pensamento econômico se distinguiu dos demais desenvolvimentistas, como a intervenção estatal na economia, “por meio de inversões em setores estratégicos”, a submissão da política monetária à política de desenvolvimento, e a preocupação com reformas sociais, a exemplo do aberto apoio à Reforma Agrária (BIELSCHOWSKY, 1991, p. 166).

Bielschowsky define o *estruturalismo latino-americano* como um “sistema analítico que tem por base a caracterização das economias periféricas por contraste às centrais”. Partindo desse pressuposto inicial, seus intelectuais constatam em suas respectivas pesquisas que, em comparação com economias de países considerados centrais, as economias latino-americanas teriam:

(...) baixa diversidade produtiva (reduzida integração horizontal e vertical, insuficiência de infra-estrutura etc.) e especialização em bens primários; forte heterogeneidade tecnológica e oferta ilimitada de mão-de-obra com renda próxima à subsistência; e, por último, mas não menos importante, estrutura institucional pouco favorável ao progresso técnico e à acumulação de capital. (BIELSCHOWSKY, 2001, p. 111)

A partir dessa comparação, Furtado e os desenvolvimentistas concluiriam que haveria uma inserção internacional prejudicada das economias da América Latina no mercado internacional. Assim como Trotski apontou em sua análise sobre a Rússia, exemplo de país de capitalismo atrasado, o economista brasileiro apontava que a industrialização deveria ser o motor para superação da pobreza e a reversão entre as economias periféricas e as centrais.

A problemática apontada pela análise estruturalista se daria em “três tendências perversas: crescentes desequilíbrios estruturais da balança de pagamentos, inflação causada essencialmente por fatores estruturais (‘não-monetários’) e subemprego”. Como saída dessa problemática, o projeto político desenvolvimentista pregaria um processo de industrialização planejado pelo Estado, que daria “eficiência e sustentabilidade” a esse (Idem, p. 112).

Para além das bases gerais do pensamento estruturalista, Furtado se utiliza da história econômica para fundamentar de maneira mais completa sua perspectiva teórica. A partir disso, o economista foi capaz de apontar que o subdesenvolvimento faz parte da evolução do “capitalismo industrial cêntrico”, ou seja, sua evolução passa pela apropriação de economias arcaicas por parte de empresas modernas, que formariam “economias híbridas, profundamente heterogêneas”. Além disso, Furtado determinou em

sua obra que a categoria do *subdesenvolvimento* não pode ser vista como uma etapa necessária do desenvolvimento, e que é preciso uma mobilização social e política para superá-la em cada país (Idem, p. 113).

Soma-se a isso ainda ao contraste gerado pela importação do progresso técnico, que vêm dos países centrais, da mão-de-obra dos países subdesenvolvidos. Furtado admite que a mudança lenta na oferta de mão-de-obra qualificada, o que antes era de uma vasta economia de subsistência (em grande parte, rural), tendia a gerar concentração de renda e aumento das desigualdades sociais, pois esta industrialização forçada não é capaz de absorver o conjunto da mão-de-obra disponível.

As ideias de Celso Furtado não se disseminaram solitariamente. Numa conjuntura marcada por um longo ciclo desenvolvimentista no Brasil (de 1930 a 1945, uma fase de origem, de 1945 a 1955, uma fase de amadurecimento, de 1956 a 1960, auge, e nos primeiros anos de 1960, uma fase de crise), suas ideias corresponderam ao “auge do ciclo ideológico do ‘desenvolvimentismo’ no Brasil” (Idem, p. 118). Para Bielschowsky, sequer é correto afirmar que Celso Furtado teria sido o pai ou precursor do desenvolvimentismo no Brasil, dando esse título a Roberto Simonsen, autor de *História Econômica do Brasil*, localizado no campo dos desenvolvimentistas do setor privado (Idem, p. 119).

Furtado foi identificado como a maior liderança *desenvolvimentista* (da vertente *nacional-desenvolvimentista*) a partir de 1954, quando ocorre a morte do presidente Getúlio Vargas e Rômulo de Almeida, sucessor de Simonsen e que participava da assessoria econômica do falecido presidente, se retira da política nacional (Idem, *ibidem*). A corrente *nacional-desenvolvimentista* passou a ser identificada pela “subordinação monetária à política desenvolvimentista e o controle, por agentes nacionais estatais privados, dos centros de decisão sobre poupança e investimento”. Além disso, havia uma preocupação social, expressa pela agenda de reformas estruturais, em disputa na década de 1960 no Brasil (Idem, *ibidem*).

No debate em curso na década de 1960 sobre o caminho necessário a alcançar, no Brasil, as reformas estruturais, Furtado se localiza na posição de *reformista progressista*. Ao longo de sua vasta obra publicada nesse período, o economista diagnosticava constantemente os limites da industrialização no país, que não eliminava as desigualdades sociais, nem a dependência do país com relação aos países capitalistas centrais. Mais especificamente, identificava que os “conglomerados multinacionais” lideravam “uma nova modalidade de dependência”, a partir de uma aliança com atores

locais de economias arcaicas, “formando um núcleo hegemônico de poder”, que mais do que seu aspecto conservador de manutenção de modelos, cumpria um papel reacionário diante das mudanças progressistas do mesmo (Idem, p. 120).

As conclusões de Furtado partiam de uma análise própria do processo histórico do desenvolvimento, isto é, da formação e consolidação do capitalismo no mundo. Com viés profundamente crítico aos economistas *neoclássicos*, elencou em suas análises econômicas o “fluxo de renda” como objeto central. Mesmo assim, a partir do “excedente de produção”, que o economista brasileiro considera bastante importante para a “teoria do desenvolvimento”, pois é do excedente que se identifica “o processo de acumulação”, há uma ponte de diálogo com os *neoclássicos* e uma diferenciação com Karl Marx, pois este excedente não sofre qualquer vinculação com juízos de valor, sendo tratado apenas como “resultado de um ato de contenção ou abstinência”. Em Marx, é do excedente de produção que se origina a exploração do trabalho e toda opressão de uma classe sobre a outra que advém dela (FURTADO, 2013, p. 254).

A escolha de Furtado em não tratar o excedente da forma marxiana não parte da falta de percepção sobre o caráter político e social do modo de produção capitalista, ele conhecia perfeitamente o fato de que “em todas as sociedades formaram-se grupos minoritários que, por uma forma ou outra, souberam apropriar-se do excedente de produção, permanente ou ocasional, do conjunto da coletividade” (Idem, *ibidem*).

O salto do capitalismo sobre as demais sociedades estaria na obtenção de excedentes a partir da expansão (e não contenção) do consumo coletivo. Com o comércio aumentou-se a produtividade e o processo acumulativo passou a ser fruto da “apropriação do fruto do aumento de produtividade decorrente do aproveitamento mais racional dos recursos, possibilitado pelo comércio” em primeiro lugar (Idem, p. 255). Tal movimento econômico gerou alta concentração de riqueza entre os comerciantes e, assim, assumiu a forma de Capital e permitiu novas expansões comerciais e, finalmente, a industrialização dos primeiros países.

A crítica aos *neoclássicos* aparece em Furtado quando o mesmo admite que essa forma de pensamento “apresenta a falha fundamental de ignorar que o desenvolvimento econômico possui uma nítida dimensão histórica” (Idem, p. 241). Desse modo, justifica a obrigatória associação da acumulação de riquezas com seus impactos sociais no processo histórico. O economista brasileiro destacou que houve uma mudança na relação da mão-de-obra assalariada com seus patrões da primeira fase da Revolução Industrial, quando os mesmos “um salário de sobrevivência” (Idem, p. 246), para uma etapa de maior

qualificação e especialização, devido a diversas inovações técnicas e tecnológicas, que permitiam alçar uma classe operária a um padrão de consumo mais elevado.

Furtado também destaca que no início da industrialização do mundo, na Europa, o papel da indústria de bens de produção foi determinante (“sobretudo indústria de equipamentos”) (Idem, p. 248). O período de encerramento dessa primeira fase coincidiria com a absorção das demais economias pré-capitalistas no mundo em sua dinâmica, o que Trotski apontou como “economia mundial” e Lenin como “imperialismo, fase superior do capitalismo”.

Na Segunda fase da Revolução Industrial há um “desequilíbrio fundamental entre a capacidade de produção de bens de capital e a possibilidade de absorção dos mesmos”. Com a reprodução do capital se dando em ritmo mais acelerado e volumoso do que as melhorias na renda e condições do trabalho, a pressão para equilibrar essa equação aumentou, especialmente na Europa do final do século XIX. Furtado atribui isso, essencialmente, ao “excesso estrutural de oferta” (Idem, p. 250), o que também pode ser denominado exército industrial de reserva. Houve a necessidade de reparar esta defasagem na medida em que a indústria de bens de consumo se expandia e apresentava novas demandas para geração de lucros. A classe trabalhadora é quem deveria consumir os produtos da nova indústria, obviamente.

Quando houve a expansão do capitalismo em âmbito global, ela foi dividida entre a colonização de “terras ainda desocupadas e de características similares às da própria Europa”, o que Furtado chama de “segunda linha de desenvolvimento da economia industrial europeia”, e uma expansão para regiões já ocupadas, porém com “com seus sistemas econômicos seculares, de variados tipos, mas todos de natureza pré-capitalista” (Idem, p. 252-3). O resultado da expansão da chamada terceira linha de desenvolvimento industrial é o que o economista brasileira chama de subdesenvolvimento:

O contato das vigorosas economias capitalistas com essas regiões de antiga colonização não se fez de maneira uniforme. Em alguns casos, o interesse limitou-se à abertura de linhas de comércio. Em outros houve, desde o início, o desejo de fomentar a produção de matérias-primas, cuja procura crescia nos centros industriais. O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. (Idem, p. 253).

Sendo um processo “autônomo” e “híbrido”, o subdesenvolvimento não corresponde a uma etapa necessária para a evolução do capitalismo nos países que passam por este. Mesmo assim, tal sistema econômico possui relação direta com a economia mundial e cumpre um papel fundamental para seu funcionamento. Por essa razão, mesmo se tratando de economias pré-capitalistas, a partir da inserção subalterna dessas economias no capitalismo mundial, sua formação passa a conter elementos típicos do capitalismo desenvolvido, como “a massa de salários no setor ligado ao mercado internacional” que dão “caráter monetário a uma importante faixa do sistema econômico”, caso do Brasil, por exemplo, gerando mudanças nos padrões de consumo de parcela da população também (Idem, p. 256).

O problema para Furtado das economias subdesenvolvidas é quando absorvem uma nova tecnologia o fazem “quase que totalmente por empréstimo”, o que desorganiza “a faixa da economia artesanal preexistente” e gera um “excedente de mão-de-obra sem viabilidade de absorção”. O excedente reflui para formas de economias de subsistência promovendo um dualismo neste sistema econômico, cujas mais evidentes consequências são “por um lado, uma distribuição extremamente desigual de renda e, por outro, numa demanda de bens finais pouco vigorosos” e, por fim, a ausência de uma classe assalariada vultosa para alimentar o mercado interno (FURTADO, 1964, p. 33).

Isso está muito presente em uma de suas obras mais importantes, publicadas ainda em 1964, logo após o fatídico golpe civil-militar de 1964 no Brasil, intitulada *Dialética do Desenvolvimento*. Já nesse período, suas ideias tinham como base teórica o historicismo e dialética de Hegel.

A leitura de Furtado sobre o conceito de dialética se referêcia no marxismo, em especial no autor Lukács, conclui que processos históricos somente serão compreendidos quando superarem uma “análise isolada da multiplicidade de fatos que o integram”, e, conseqüentemente, buscarem o “conhecimento da totalidade do fenômeno histórico” (Idem, p. 14-5).

Furtado também defende a concepção dialética da história formulada por Marx e a associa ao método científico, pois foi a partir do trabalho científico que superamos as “classificações simples de fenômenos para a identificação de inter-relações entre fenômenos, é possível construir modelos representativos do comportamento desses fenômenos” (Idem, p. 20).

Partindo das referências teóricas acima, o economista brasileiro aponta para uma relação social e política estabelecida no capitalismo de “interdependência das distintas

instituições”, de certa forma, adotando uma interpretação “estruturalista” para o desenvolvimento histórico em Marx, considerando que “os demais segmentos da estrutura social estariam condicionados por aquela infra-estrutura econômica” (Idem, p. 16), e que é o desenvolvimento tecnológico seu “fator mais irreduzível” para determinar o andamento das demais estruturas sociais. Assim, Furtado admite que “sendo a cultura um conjunto de elementos interdependentes”, os avanços tecnológicos promovem mudanças nos demais elementos sociais, que originam novos processos (Idem, p. 19).

Ao reconhecer que “as inter-relações entre os múltiplos fatores que integram um sistema” não seriam suficiente para explicar um processo de desenvolvimento (Idem, p. 22), Furtado apresentava que era preciso haver inovação tecnológica para que as demais peças da engrenagem do sistema também avançassem. Nisso, criticava a explicação de Marx sobre o desenvolvimento histórico, porque considerava “simplificadora” a classificação das estruturas sociais divididas em infra-estrutura e superestrutura, reconhecendo-o como “ponto de partida para o estudo da dinâmica social” (Idem, p. 23).

Para Furtado, nem toda inovação tecnológica necessariamente modificaria o equilíbrio de um sistema social, e para identificar sua capacidade de transformação seria preciso uma análise histórica, que passaria pela compreensão de que as mudanças culturais, mesmo que acompanhando os impulsos das inovações tecnológicas, ocorrem num ritmo distinto ou até mesmo poderiam resistir a estes impulsos. Nesse ponto, Furtado absorvia a tese marxiana de que o avanço das forças produtivas entra em conflito com as relações de produção e, portanto, promovem conflitos entre classes sociais (Idem, p. 30).

A partir dessa leitura sobre o desenvolvimento (capitalista), Celso Furtado analisava o desenvolvimento de sociedades subdesenvolvidas, que são formadas por “uma série de peculiaridades que o distinguem do modelo corrente do desenvolvimento capitalista” (Idem, p. 32). Trata o capitalismo como um sistema que tem “relativa aptidão para manter-se em equilíbrio dinâmico”, e que, graças ao avanço da ciência, “assegura um permanente avanço da tecnologia” (Idem, *ibidem*).

Furtado observou que “a persistência de formas anacrônicas de distribuição de renda” é o principal obstáculo para o pleno desenvolvimento do sistema em questão. Para solucionar a questão, o economista brasileiro propõe “formas mitigadas de planejamento”, a partir de “política fiscal”, que superaria tais formas anacrônicas, através de “formas múltiplas de análise das interdependências das variáveis pertinentes”, que viabilizariam “a capacidade dos investidores para conhecer as expectativas dos consumidores e seu provável comportamento futuro” (Id. *Ibid.*).

A partir de sua análise sobre o desenvolvimento histórico, Furtado apontava que o problema das economias subdesenvolvidas era, portanto, a forma como absorviam uma nova tecnologia, fazendo-o “quase que totalmente por empréstimo”, o que desorganizava “a faixa da economia artesanal preexistente” e gerava um “excedente de mão-de-obra sem viabilidade de absorção”. (Idem, p. 33).

Para Furtado, o Brasil representava, nas décadas de 1950 e 1960, um “caso complexo” de subdesenvolvimento. A versão mais “simples” do subdesenvolvimento corresponderia ao caso de “coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de uma mercadoria de exportação, com uma larga faixa de economia de subsistência, coexistência esta que pode perdurar, em equilíbrio estático, por longos períodos”. O caso brasileiro:

(...) é aquele em que a economia apresenta três setores: um, principalmente de subsistência; outro, voltado sobretudo para a exportação, e o terceiro, como um núcleo industrial ligado ao mercado interno, suficientemente diversificado para produzir parte dos bens de capital de que necessita para seu próprio crescimento. O núcleo industrial ligado ao mercado interno se desenvolve através de um processo de substituição de manufaturas antes importadas, vale dizer em condições de permanente concorrência com produtores forâneos. Daí resulta que a maior preocupação do industrial local é a de apresentar um artigo similar ao importado e adotar métodos de produção que o habilitem a competir com o exportador estrangeiro. (FURTADO, 2013, p. 261)

Celso Furtado aponta que este modelo de industrialização, em que o foco é substituir importações para aumentar a competitividade de produtos gerados no país tem pouco alcance no aumento do mercado interno e renda per capita da população, visto que a amplitude dessa expansão é limitada. O “setor cuja principal atividade é a produção para subsistência” mantém-se bastante elevado, o que explica a manutenção também de uma “estrutura ocupacional tipicamente pré-capitalista e que grande parte de sua população esteja alheia aos benefícios do desenvolvimento”, mesmo com uma produção industrial bastante diversificada (Idem, ibidem).

Partindo da análise sobre o subdesenvolvimento dos países latino-americanos, em especial o Brasil, o economista brasileiro rejeitava a economia convencional para dar respostas às problemáticas aos problemas sociais do país. Reconhecendo sua formação econômica específica, embora absolutamente integrada com a economia mundial, Furtado avança para uma importante discussão de saídas políticas próprias e marcantes.

Para Furtado, o Estado no capitalismo, embora também moldado e influenciado pelo desenvolvimento econômico, pode desempenhar em muitas oportunidades um papel

autônomo nos conflitos que caracterizam o desenvolvimento dessa sociedade” (Idem, p. 40).

Exemplifica a leitura acima a partir da formação dos Estados Nacionais europeus da Era Moderna, que, comandadas pelas monarquias, atuavam em benefício desta classe, mediando as relações entre aristocracia feudal e burguesia (Idem, p. 41).

Ainda sobre a estruturação dos Estados Nacionais europeus, o economista brasileiro aponta que, no século XIX, o desenvolvimento do capitalismo industrial gerou “maior instabilidade social interna decorrente da luta de classes”, o que forçou mudanças no formato do Estado, ampliando sua participação política, tornando-o mais flexível. Somado a isso, com o acúmulo capitalista das sociedades europeias, as necessidades coletivas se ampliaram, “o que exigiu um inusitado crescimento do aparelho estatal prestador de serviços”. Furtado conclui que estes dois processos culminaram na formação dos “regimes democráticos modernos” (Idem, *ibidem*).

Furtado, a partir de sua caracterização do Estado capitalista, admite uma “relativa neutralidade” do mesmo, sobretudo por conta da presença de “instituições políticas suficientemente flexíveis para que as massas crescentes de população participassem da formação do poder” em seu interior (Idem, p. 41-2). Mesmo assim, reconhece que “a missão básica de todo o Estado é assegurar o *status quo*”, ou seja, “perpetuar uma série de privilégios de uma minoria social que tem o controle dos meios de produção”, assim como Marx e os marxistas definem (Idem, p. 45).

A partir da definição de Estado acima, “o desenvolvimento da sociedade democrática” consolidar-se-ia como o meio para superação do papel original e básico do Estado, de mantenedor do *status quo*, a exemplo de processos como a reforma agrária. Furtado rejeitaria a hipótese da revolução como solução para os conflitos de classe e forma de atacar os privilégios das classes dominantes. Ao contrário, entendia que “a crescente estabilidade institucional” (p. 48) e não a destruição das instituições vigentes a melhor forma de superação das desigualdades sociais.

Partindo da reflexão acima, Furtado rejeitava a perspectiva revolucionária da tradição marxista, que o mesmo caracteriza como:

O modelo revolucionário que vimos se reproduzir em forma sintética se fundamenta em ideias extremamente simples: a revolução é sempre o resultado do esforço de minorias, e as massas as seguirão sempre que elas estejam aptas para permanecer no poder e que atuem no sentido de satisfazer aos anseios de desenvolvimento social (p. 56).

Para o economista brasileiro, havia uma falha importante nas análises de Marx sobre o capitalismo, que era uma aposta da inevitabilidade do colapso do capitalismo a partir de suas crises. Nesse sentido, as condições para a superação do sistema já estariam colocadas após 1848, o que não se confirmou. Ao contrário, a classe dominante capitalista, a burguesia, “foi admitindo modificações crescentes nas instituições políticas, o que fixou a classe operária em posições de co-responsabilidade nos centros de decisão”. Furtado destacava ainda que o desenvolvimento econômico das grandes potências capitalistas trazia um “permanente aumento da riqueza nacional”, o que permitia uma barganha com a classe operária que freava seu ímpeto revolucionário em troca de reivindicações da classe atendidas.

Para explicar a experiência russa, quase um século depois do lançamento do Manifesto Comunista¹⁸, Furtado apontava que as condições econômicas e sociais da Rússia de 1917 eram similares a da Europa Ocidental de um século anterior, quando eclodiram revoluções liberais naquela região do mundo. Destaca, contudo, a contribuição de Lenin e sua proposta de preparação ideológica da classe operária para a revolução, o que significaria um passo a mais em comparação com o determinismo marxiano de quase um século anterior (Idem, p. 60).

Segundo Furtado, o desenvolvimento das sociedades capitalistas é movidos por dois impulsos, o de acumular e o de melhoria de condições de vida. O primeiro impulso é protagonizado pela classe dirigente do sistema, a burguesia industrial, nas primeiras fases de consolidação do capitalismo, enquanto que o segundo impulso é protagonizado pela classe trabalhadora, em fases avançadas do capitalismo. Mais uma vez, o economista brasileiro afirma o espaço no Estado, a partir da vasta oferta de recursos advindos do desenvolvimento capitalista, para promover políticas sociais que equilibram o consumo (Idem, p. 65).

No entanto, o que seria uma tendência à redução da acumulação capitalista, assim como o avanço do equilíbrio social, foi subvertida pelo avanço tecnológico a serviço da acumulação do capital, que passou a oferecer maior oferta de mão-de-obra indiretamente, aumentando a produtividade sem alteração dos recursos humanos disponíveis. Mas esse impulso por acumulação segue sendo resistido pela organização da classe trabalhadora, que se expressam mais formidavelmente pela consolidação das “modernas democracias capitalistas”. Mesmo reconhecendo que nesse sistema político, “os centros de decisão

¹⁸ Livro em que as ideias revolucionárias de Marx e Engels são sistematizadas pela primeira vez.

mais significativos estão nas mãos da classe dirigente capitalista”, Furtado apontava que é a participação da classe trabalhadora nessas arenas decisórias que geram “o dinamismo dessas sociedades”, como autolimitador do ímpeto capitalista (Idem, p. 67).

Portanto, o desenvolvimento econômico capitalista passa, sobretudo, para Furtado, pela “existência de antagonismos de classe”, cuja materialização política é a democracia capitalista. Esse modelo seria decisivo para o crescimento, da mesma forma que regimes totalitários tenderiam à estagnação econômica, pois ele permitiria a incorporação crescente dos interesses da classe trabalhadora (Idem, p. 68).

Nesse cenário é que Furtado admitia que o nacionalismo era a “única ideologia capaz de integrar em sua plenitude interesses antagônicos de classe”. Considerando que os interesses do desenvolvimento nacionais passavam pela “defesa dos mercados nacionais”, isto é, o mercado interno, o nacionalismo convergiria as diferentes ideologias da democracia capitalista em um interesse comum (Idem, p. 69).

Já ao refletir sobre “movimentos revolucionários”, o intelectual nacionalista apontava que os mesmos serviam para “precipitar transformações inevitáveis”, e que contribuíam para “remover obstáculos ao desenvolvimento da sociedade”, somado a forças “que visam entorpecer o autêntico processo de democratização”, que geram um custo alto de conquistas sociais advindas da revolução, pois, ao limitarem a representatividade popular do governo futuro, comprometem novas transformações sociais em consequência disso (Idem, p. 74).

No entanto, mesmo rejeitando a alternativa revolucionária, Furtado considerava o problema da expansão burocrática do Estado capitalista, capaz de promover uma máquina que transformaria a administração pública em “um novo poder, capaz de condicionar o comportamento dos órgãos políticos em importantes setores”. Para lidar com essa contradição entre democracia e Estado no capitalismo, o economista não ia muito além de afirmar a necessidade do “entrechoque” entre “posições irreduzíveis” (conservadoras e revolucionárias) para a construção das condições históricas para a “solução mais viável” (Idem, p. 76-7).

Para a cientista política Vera Cepêda, o destaque da obra de Furtado, especialmente de suas publicações entre o final da década de 1950 até 1964, é a questão política, quando o economista aponta que “sem reformas políticas não haveria qualquer chance de desenvolvimento e para o progresso” (CEPÊDA, 2001, p. 168). Sendo assim, a democracia serviria como peça fundamental para concretização das etapas de desenvolvimento nacional.

No entanto, como Cepêda mesmo constata, o pensamento furtadiano reconhecia que as transformações sociais se dariam tratando o “capitalismo como a única fórmula do progresso, e, com as mudanças mundiais oriundas da Primeira e Segunda Revoluções Industriais, a aceitação de que capitalismo avançado significava indústria”. O Estado protagonista da mudança de modelo econômico no país era um Estado aos moldes das potências capitalistas europeias, ou seja, capitalistas (um modelo exemplar, nesse caso, seria a Alemanha bismarckiana) (Idem, p. 171).

O nacionalismo furtadiano também demonstra sua perspectiva capitalista e, até mesmo, de um projeto que se inicia pela autodeterminação para uma inserção na economia mundial não subalterna, e poderia evoluir para a reprodução do papel das potências imperialistas diante de economias ainda mais atrasadas. Ainda assim, é importante ressaltar a crítica profunda de Celso Furtado a um modelo econômico cujo principal impulso dava-se pela economia agroexportadora.

Para Furtado, portanto, as mudanças sociais ocorreriam não pela tomada dos meios-de-produção pela classe trabalhadora ou mesmo o Estado, mas sim pela ampliação da “renda auferida dos trabalhadores, como centro do processo de expansão sem traumas do capital” (Idem, p. 175), influenciado pelas ideias do economista britânico John Maynard Keynes, expressas no ciclo da economia mundial marcado pelos acordos de Bretton-Woods.

Como distinção do pensamento de Celso Furtado diante da socialdemocracia europeia e as ideias keynesianas, considerando a formação socioeconômica absolutamente discrepante dos países subdesenvolvidos, o economista brasileiro apontava que “o aumento da ação do Estado não tinha o cunho providencial, mas fora essencialmente incorporado como ferramenta de desenvolvimento”. Ou seja, nos países desenvolvidos a ampliação do Estado foi fundamentalmente dado pelo “aumento da interpenetração da esfera pública na esfera privada”, com mais serviços públicos, direitos sociais, etc. A industrialização teria se dado de forma um pouco mais espontânea, mesmo que o papel do Estado tenha sido também fundamental em diversos aspectos.

Mesmo sem defender uma ditadura do proletariado, isto é, a expropriação das classes dominantes do poder do Estado e sua tomada pela classe trabalhadora, Furtado considerava a “maior participação política dos segmentos populares como uma forma superior e inevitável de organização das relações socioeconômicas na sociedade moderna”. No entanto, o processo histórico de transformações passaria, primeiramente,

por mudanças nas relações econômicas, que dariam “impulso inicial da transformação, produzindo, por extensão, novas relações institucionais” (Idem, p. 177).

Grosso modo, a proposta de transformação social e política no Brasil de Celso Furtado passava por uma sequência de etapas necessárias para seu acontecimento. A primeira delas seria a promoção de uma industrialização que tirasse o país da dependência do mercado internacional, superando sua característica agroexportadora; em segundo lugar, estas mudanças econômicas estruturais formariam uma nova sociedade, com uma forte classe operária e popular; por fim, este novo cenário permitiria uma maior participação política da sociedade, que alcançaria uma forma de *bem-estar social* no Brasil.

Furtado reconhecia, sem dúvida, que tal processo histórico, chamado de “modelo dinâmico” teria como consequência diversos conflitos sociais centrados em dois pilares: “um em relação ao passado, às estruturas que vão caducando diante da marcha da história”, e um mais constante, “mantido pelas próprias características do capitalismo” (Idem, p. 177). No caso brasileiro, o combate à concentração de propriedade em pouquíssimas famílias era reflexo desses dois aspectos do conflito social necessário para as transformações propostas e sonhadas por Furtado.

O economista brasileiro apontava que, embora os conflitos sociais fossem inevitáveis, eles poderiam ser conduzidos de maneira relativamente pacífica, sob mediação de um forte Estado, obviamente. Para isso, o aumento da produtividade da economia era fator chave para a promoção de uma “pressão distributiva do conflito de classes sem entrar em colapso”.

Porém, a sustentação de sua tese dava-se na crença de que “a economia capitalista desenvolvida” de sua época (anos 1950 e 1960) “se configuraria como um sistema econômico-social com uma relativa aptidão para manter-se em equilíbrio dinâmico”. Sua crença no capitalismo dava-se no “avanço da ciência” como fator para o desenvolvimento econômico “exponencial”. Vera Cêpeda destaca que, mesmo com algumas contradições importantes, Celso Furtado não era filiado “aos interesses da burguesia industrial”, visto que defendia a distribuição de renda como “princípio fundamental do equilíbrio dinâmico do capitalismo, colocando ênfase não na acumulação, mas na distribuição de riquezas”. Nesse sentido, a teoria da mudança social furtadiana sustentaria “um projeto de capitalismo democrático” (Idem, p. 179-80).

Mais detalhadamente, sua “questão de justiça social” é sustentada por dois argumentos centrais. O primeiro, de cunho econômico, aponta que “a pobreza resulta em

diminuição da capacidade de expansão endógena do capitalismo”; o segundo, de cunho político, “de que a exclusão fomenta soluções radicais” (Idem, p. 182).

Furtado, portanto, era contrário a saídas disruptivas, como a proposta marxista, e propunha mudanças dentro do “marco institucional e a democracia como melhor forma de conduzir o projeto de desenvolvimento e a consolidação da Nação”. O desenvolvimento seria a saída para “garantir a humanização da vida da maioria dos brasileiros” (Idem, *ibidem*).

Embora Cêpeda aponte que Furtado não fora filiado aos interesses da burguesia industrial, admitia que seu projeto colocava em oposição interesses agrários com industriais progressistas. A distinção entre seu projeto industrializante e uma associação política direta à burguesia industrial estava na aposta da ampliação da participação da política da classe trabalhadora, “via sindicatos, pressionando por distribuição de riqueza, empurrando a opinião pública no combate aos interesses regionais e ou oligárquicos” e também pelo voto (Idem, p. 183).

Cabe ressaltar também, que, a perspectiva “reformista progressista” de Celso Furtado foi frustrada pelo Golpe civil-militar de 1964. Sua aposta numa aliança nacional contra a dependência internacional e estagnação da economia brasileira foi derrotada pela sucessão dos fatos ocorridos no país durante a década de 1960 e 1970. Foi vitoriosa a proposta de “modernização conservadora” dos militares, que gerou um modelo de crescimento com concentração de renda.

A principal obra de Celso Furtado foi *Formação Econômica do Brasil*, publicada inicialmente com o nome de *Economia Brasileira*¹⁹ em 1954, considerada uma referência do estruturalismo cepalino. Respondia a uma “dupla vulnerabilidade” das análises estruturalistas da época, trouxe mais clareza e coerência na visão cepalina da interpretação da realidade latino-americana, e combinou à análise estruturalista um forte historicismo, que embasou ainda mais sua visão teórica, que passava a se configurar como “histórico-analítica de orientação estruturalista” (BIELSCHOWSKY, 1989, p. 39-40).

Lançado em sua versão definitiva em 1958, tinha uma análise histórica que possibilitou a Furtado observar a origem dos “problemas econômicos do país”. O primeiro problema percebido, ainda antes do lançamento de sua principal obra, foi a de que no Brasil havia uma tendência histórica de aumento da concentração de renda em fases

19 Na realidade, a publicação *Economia Brasileira* é uma versão, que foi melhorada, do que viria a ser o livro *Formação Econômica do Brasil*.

de prosperidade econômica, “resultado da pressão baixista sobre os salários reais em todas as fases do ciclo econômico”. Tanto na alta, quando “a abundância de mão-de-obra permitiria a apropriação de um excedente crescente por uma reduzida parcela da população”, quanto na depressão, a partir do “prejuízo causado ao setor agroexportador e ao Estado pela baixa de preços da exportação transferido para à massa compradora, através de desvalorização cambial” (Idem, p. 40).

Para análise da principal obra de Furtado utilizamos a divisão analítica de Bielschowsky em duas partes. Na primeira parte do livro, há uma “análise da formação da estrutura subdesenvolvida brasileira”. Na segunda parte, discute-se “a problemática de crescimento que ocorrerá nessa estrutura específica, na fase áurea da expansão cafeeira e na fase de transição para a economia industrial” (Idem, p. 42).

Ao analisar a formação dessa estrutura subdesenvolvida no Brasil, Furtado rejeita a hipótese de que a diferença entre o desenvolvimento brasileiro e dos Estados Unidos é apenas causada pela ausência de uma política protecionista em nosso país, ao contrário do que ocorreu na nação norte-americana. Faltaria ao Brasil também um forte “mercado interno, a base técnica empresarial e a indicação de classes dirigentes de um seguro apoio à industrialização”, como havia ocorrido nos EUA. Somado a isso, faltava ao Brasil “estímulos externos” bem presente na formação econômica estadunidense, a exemplo do incentivo “à expansão doméstica que vinha da guerra de independência e das guerras napoleônicas” (Idem, p. 43-4).

Na segunda parte da obra é melhor explicada o mecanismo de aumento da concentração de renda, tanto no período de alta quanto baixa econômica. Ao contrário do esperado, a baixa cíclica não recai mais sobre os lucros do que sobre os salários, através da “desvalorização cambial”, para promover uma “socialização de perdas”, que resultava da “contração cíclica das exportações”, o que resultava numa “manutenção do grau de concentração da renda”, além de uma maior resistência a crises, visto que com a depreciação salarial a partir da desvalorização cambial, era possível manter o nível de produção, evitar a queda de emprego e limitar “efeitos secundários da crise” (Idem, p. 51-2).

As conclusões de Furtado ocorrem, em grande medida, a partir do exemplo do setor cafeeiro, que sofreu uma grande desvalorização de seu produto na Crise de 1929, mas que não afetou drasticamente a renda de sua classe de proprietários, pois estes se beneficiaram de uma forte desvalorização cambial, que permitiu essa socialização de perdas acima exposta, e houve destruição de parte da produção para revalorização do

produto. Tais medidas permitiram manter o “nível de emprego de emprego do setor agroexportador”, assim como “naqueles setores produtivos ligados ao mercado interno”, obviamente com um custo de perda salarial para os trabalhadores (Idem, p. 52).

Para Furtado, a “forte desvalorização cambial” gerou uma queda também do “coeficiente de importações”, proporcionando uma “forte expansão interna substitutiva das importações”. Essa demanda se tornou o principal motor para a industrialização brasileira, iniciada nos anos 1930, ou o “deslocamento do centro dinâmico da agricultura de exportação para as atividades de mercado interno” (Idem, *ibidem*).

No prefácio da 32ª edição de *Formação Econômica do Brasil*, Plínio de Arruda Sampaio Jr. apontou que “a reflexão de Furtado sobre subdesenvolvimento parte da constatação de que as premissas históricas que viabilizam o desenvolvimento não estão presentes nas economias subdesenvolvidas”, diferenciando a “situação periférica” dos países centrais, equacionada pela divisão mundial “centro-periferia” (FURTADO, 2003, p. 8).

Dessa forma, Furtado estabeleceu uma leitura que municiou um projeto nacionalista que incluiria reformas profundas, como a Reforma Agrária e Reforma Urbana. São proposições políticas nos marcos do sistema capitalista, que visam a reinserção do Brasil no mercado mundial de forma menos subalterna e dependente. Em *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), Furtado aprofundou mais ainda sua crítica ao modelo econômico brasileiro, situando o Brasil como um país periférico, que mesmo quando avançava para sua industrialização, sofria “um processo de agravamento das disparidades sociais”, porque esta industrialização é conduzida fundamentalmente por grandes empresas multinacionais. Enquanto nos países centrais ocorre “fluxo de novos produtos e da elevação de salários reais que permite a expansão do consumo”, nos países periféricos, vemos o “mimetismo cultural” que apenas permite a inclusão de uma minoria nas formas de consumo dos países centrais, gerando permanente concentração de renda como resultado principal (FURTADO, 1974, p. 44-5).

Portanto, a industrialização por si só para Furtado não seria o suficiente para superar a condição inicial de subdesenvolvimento. As substituições de importações promoviam um aumento da “descontinuidade estrutural dentro do sistema capitalista” (Idem, p. 46), o que não incidia sobre a questão fundamental para Furtado no desenvolvimento nacional, o avanço tecnológico de um país, na medida em que este avanço era “importado” dos países centrais, ou seja, não era desenvolvido nacionalmente e não diminuía a dependência econômica dos países periféricos, como o Brasil.

Na prática, o que é operado a partir da industrialização de países periféricos liderados por grandes empresas de países centrais é que estas ampliam seu sistema produtivo em escala mundial. Um dos elementos que mais atrai essa grande empresa para a periferia do capital é sua oferta de mão-de-obra mais barata, que potencializa a competitividade destas grandes empresas multinacionais (Idem, p. 50).

A análise de Furtado apontava, portanto, por considerar que “o processo de acumulação tende a ampliar o fosso entre o centro, em crescente homogeneização, e uma constelação de economias periféricas” (Idem, p. 68-9).

Furtado respondeu ao processo que viríamos a compreender como globalização ou mundialização, que tinha como marca a multiplicação de deslocamentos das produções das grandes empresas, que se transnacionalizariam cada vez mais. Para o intelectual nacionalista, a proposta estaria fadada ao fracasso, pois seria difícil “imaginar de um país possam mobilizar-se para reduzir o nível de emprego no próprio em benefício da expansão de emprego em outro” (Idem, p. 58).

Em alternativa, o economista brasileiro defendia “modificações políticas de fundo sob a pressão das crescentes massas excluídas dos frutos do desenvolvimento” em esfera local ou nacional, sem “rupturas cataclísmicas”, com objetivo de “acarretar mudanças substantivas na orientação do processo de desenvolvimento”, isto é, em oposição às tendências do capitalismo mundial e na busca pelas “necessidades fundamentais da coletividade” (Idem, p. 71-3).

Embora mantivesse coerência de suas bases teóricas ao longo de sua vida, Celso Furtado não seria impermeável aos ensinamentos que diferentes conjunturas dariam ao seu pensamento heterodoxo.

Analisando a obra *Brasil: a construção interrompida*, publicada originalmente após o regime militar, em 1992, quando se iniciava a implementação do projeto neoliberal no Brasil, vemos que o desenvolvimentista criticava ferozmente a “estagnação econômica prolongada” que observava naquela conjuntura, e defendia que:

O desafio que se coloca à presente geração é, portanto, duplo: o de reformar as estruturas anacrônicas que pesam sobre a sociedade e comprometem sua estabilidade, e o de resistir às forças que operam no sentido de desarticulação do nosso sistema econômico, ameaçando a unidade nacional (FURTADO, 1992, p. 13)

Furtado em 1992 demonstrava profunda preocupação com o processo global de “transnacionalização das empresas”, o que é perceptível em sua visão já em 1974,

referindo-se à evolução das “grandes empresas” internacionais. Reafirmava a importância do fortalecimento do mercado interno nacional para resistir ao processo de dependência econômica que há décadas denunciava entre países periféricos, como o Brasil, e países centrais. Em oposição a “economias cuja dinâmica se funda na abertura externa”, defendia um “sistema econômico nacional”, que utilizava “a prevalência de critérios políticos que permitem superar a rigidez da lógica econômica na busca do bem-estar coletivo”. Em oposição à lógica das empresas transnacionais, defendia a “produtividade social”. Em oposição à “economia de mercado puro”, propunha “técnicas de coordenação e regulação macroeconômica”, em referência explícita ao velho economista britânico Keynes. (Idem, p. 30).

2.4.4 – Socialismo num só Brasil

Partindo da ideia de que para superar o atraso econômico e as desigualdades sociais era preciso uma revolução socialista, o pensamento socialista era formado, principalmente, por intelectuais do Partido Comunista e, a partir dos anos 1960, também por suas dissidências. Defendiam também, assim como os desenvolvimentistas, “uma estratégia de industrialização com forte intervenção estatal”, que também incluíam “inversões estatais de setores básicos da economia”, e o “controle do capital estrangeiro” (BIELSCHOWSKY, 1991, p. 167).

No entanto, a defesa dos socialistas de uma política desenvolvimentista era inserida numa estratégia conhecida como “revolução por etapas”, em que a industrialização ou “desenvolvimento das forças produtivas” em busca de um país capitalista central ou avançado era uma etapa da transição socialista (Idem, *ibidem*).

Como importante contribuição para o pensamento econômico brasileiro, autores comunistas como Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré introduziram e difundiram “uma perspectiva histórica no debate da economia brasileira”. Prado Jr., entretanto, não era adepto da estratégia de *revolução feita por etapas*, como veremos a seguir.

A partir do VI Congresso da Internacional Comunista ou Komintern, ocorrido em 1928, ficou caracterizada que o continente latino-americano era marcado por “relações feudais”, fruto de “uma visão universalista e fortemente eurocêntrica”, que exaltava “o aspecto jurídico-político na conformação da estrutura colonial” similares e herdados da ordem feudal europeia, sem levar em conta a “especificidade latino-americana, seja em

suas particularidades histórico-processuais, seja no referente a elementos concreto-singulares” (MAZZEO, 2015, p. 116).

A partir da teoria da revolução feita por etapas, o Brasil (e a América Latina) entravam numa classificação de blocos divididos por nível de desenvolvimento: “países de alto desenvolvimento, médio desenvolvimento e países coloniais e semicoloniais”. A partir dessa divisão, os países latino-americanos teriam “resquícios feudais que seriam originados do processo de colonização”, como vemos em contribuições do comunista Astrojildo Pereira (Idem, p. 119).

Os comunistas brasileiros assimilaram a linha política da Internacional defendendo que a primeira etapa da revolução brasileira deveria ser “democrática, antifeudal e anti-imperialista”. A associação do anti-feudalismo com o anti-imperialismo vinha da percepção que os latifundiários brasileiros eram “aliados estruturais” do imperialismo, e, conseqüentemente, uma etapa democrática, em aliança com o setor industrial da burguesia nacional, seria a missão imediata para os comunistas (Idem, p. 124).

No centro dessa visão tático-estratégica – revolução por etapas – colocava-se a tarefa da realização da etapa democrático-burguesa da revolução, que viria exatamente como resultado da luta antifeudal e anti-imperialista. O elemento fulcral dessa definição tática-estratégica dos comunistas era a aliança com os chamados “setores democráticos e progressistas” de uma “burguesia nacional”, que estaria em contradição estrutural com o imperialismo. Nessa concepção, a burguesia “progressista”, em sua contradição com o imperialismo, teria um papel decisivo na consolidação da democracia e de um capitalismo de caráter nacional que, ao desenvolver-se, dissolveria os “resquícios feudais” presentes na formação social brasileira (Idem, p. 124).

A grande referência do pensamento *etapista* no Brasil foi o historiador comunista Nelson Werneck Sodré, que compreendia o *nacionalismo* como uma ideologia com papel central na luta socialista no Brasil dos anos 1950 e 1960, pois “as forças econômicas externas” representavam “o mais poderoso obstáculo” para o desenvolvimento nacional do país e uma superação dos “remanescentes feudais”, que se referia ao “passado colonial” (SODRÉ, 1978 apud FERREIRA, 2001, p. 92).

Segundo Nelson Ferreira, a defesa nacionalista de Sodré traduzia-se para a esfera econômica com uma abordagem bastante similar ao nacional-desenvolvimentismo, uma posição pautada pelo desenvolvimento econômico, somente possível com a superação da dependência econômica do Brasil às potências estrangeiras.

Sodré partia do princípio de que não havia desenvolvimento capitalista no Brasil, e que o país precisaria chegar a esse patamar de evolução sócio-econômica para realizar sua revolução socialista. Que o período de colonização é marcado pela coexistência do modo-de-produção escravista e feudal. As relações feudais, no caso, seriam compostas por “relações sociais entre pessoas livres, nos latifúndios que davam a configuração da ocupação do solo”, e que as disputas de famílias, o banditismo, o fanatismo representavam expressões do feudalismo no território brasileiro (SODRÉ, 1997, p. 66).

Na leitura de Sodré, tanto o escravismo quanto o feudalismo brasileiro exerceram uma “influência negativa acentuada” no “desenvolvimento da sociedade brasileira, perpetuando uma longa tradição senhorial, que “embruteceu e corrompeu costumes, intoxicou o ambiente social de profundos e duradouros preconceitos”, e foi um fator de estagnação cultural, econômica e política no país (Idem, p. 67).

A forma como o historiador comunista encara o processo revolucionário, embora apropriando-se de categorias marxianas, é bastante esquemática. Pressupunha a repetição de processos históricos ocorridos na formação do capitalismo europeu, como condição para que uma revolução socialista, futura, ocorresse. Atribui, principalmente, a “ausência de passado feudal”, por exemplo, para justificar o desenvolvimento pleno do capitalismo nos EUA (Idem, p. 87).

2.4.5 – A crítica marxista ao etapismo/nacional-desenvolvimentismo

Mesmo que a leitura de Sodré fosse hegemônica no PCB daquele período, mesmo dentro do IC alguns de seus militantes se diferenciavam da linha geral comunista, como o suíço Jules Humbert-Droz, na época assistente do IC para os “países latinos”, que procurou “ressaltar aspectos particulares da realidade latino-americana”, especialmente ao destacar “o caráter de subordinação das burguesias ‘nacionais’ latino-americanas em relação ao imperialismo, tanto inglês quanto estadunidense”. Mas um ponto chave, que seria resgatado e aprofundado por Caio Prado Jr., principal teórico marxista dissidente do etapismo na época, é a caracterização do sistema de produção latino-americano como parte do capitalismo, rejeitando a tese de resquícios do feudalismo na formação econômica brasileira (MAZZEO, 2015, p. 120-1).

Segundo Mazzeo, o mérito de Caio Prado Jr. foi o de trazer “categorias analíticas marxianas para o campo da *concretude histórica* – enquanto resultado de múltiplas

determinações”, o que significaria identificar “*elementos de particularidade histórica* que permitem um enfoque mais próximo da concretude para a explicitação do caráter *não clássico* da forma capitalista brasileira”. Além disso, o autor realçou em sua obra a impossibilidade de construção de um “capitalismo de caráter nacional e autônomo num país como o Brasil, onde a burguesia demonstrou ser incapaz de realizar sua tarefa histórica fundamental, isto é, a revolução burguesa” (Idem, p. 125-6).

Em alternativa a análise *etapista*, Prado Jr. aponta que “a particularidade histórica brasileira” coloca o Brasil em uma “inserção subordinada no conjunto do sistema mundial do capitalismo”, e que se inseriria “tardiamente no processo de industrialização”, de forma subordinada e dependente aos interesses dos países centrais. Isso se materializaria em uma “estrutura econômica voltada para o mercado externo”, o que ele aponta como característica definidora da “raiz histórica colonial”, um “elemento *morfogenético* de um capitalismo periférico e subalternizado” (Idem, p. 126-7).

A crítica de Prado Jr. era profunda e implacável com a adoção mecanicista de conceitos advindos de outros processos históricos, especialmente europeus, ao tratar da realidade brasileira, sem negar a sua referência marxiana e sua convicção na importância da revolução brasileira.

No Brasil, talvez mais que em outro lugar qualquer (porque o mesmo mal também existiu e ainda existe em outras partes), a teoria marxista da revolução, na qual direta ou indiretamente, deliberada ou inadvertidamente se inspira todo pensamento brasileiro de esquerda e que forneceu mesmo os lineamentos gerais de todas as reformas econômicas fundamentais propostas no Brasil, se elaborou sob o signo de abstrações, isto é, de conceitos formulados a priori e sem consideração adequada dos fatos; procurando-se posteriormente, e somente assim — o que é o mais grave —, encaixar nesses conceitos a realidade concreta. Ou melhor, adaptando-se aos conceitos aprioristicamente estabelecidos e de maneira mais ou menos forçada os fatos reais. Derivou daí um esquema teórico planando em boa parte na irrealidade, e em que as circunstâncias verdadeiras da nossa economia e estrutura social e política aparecem com frequência grosseiramente deformadas (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 20).

Ao contrário de ir “do conceito aos fatos”, Caio Prado buscava ir dos “fatos aos conceitos”, criticando, inclusive, a teoria da revolução anterior à sua formulação, que teria sido “elaborada originalmente em época na qual pouco ou nada se conhecia acerca de nossa realidade, quando nos faltava experiência política”. Atribuía isso a, também, uma

“longa fase de acentuado dogmatismo que imperou em todo o pensamento marxista” no país por décadas, “fruto de graves erros do stalinismo” (Idem, p. 20-1).

Partindo da crítica da análise, o historiador anti etapista criticava a visão etapista, que apontava que o Brasil precisaria passar por uma “evolução histórica”, com etapas anteriores ao socialismo, como o feudalismo e o capitalismo, tratando-as, inclusive, “estranhas a Marx, Engels e demais clássicos do marxismo”. Estes, no caso, buscariam uma visão particularizada dos casos de cada um dos países pesquisados (Idem, p. 22). Considerando que o capitalismo não se caracterizava pelo nível de tecnologia empregada na produção, compreendia que era perfeitamente aceitável tratar a produção latifundiária brasileira, arcaica, como parte da engrenagem do capitalismo mundial. Mesmo rudimentar, a agropecuária brasileira já se estruturava na primeira metade do século XX a partir de “empresas comerciais, isto é, produtoras para o mercado e visando única e exclusivamente lucro financeiro” (Idem, p. 74).

A leitura evolucionista e dogmática criticada por Prado Jr. levava a defesa de uma estratégia revolucionária democrático-burguesa, como uma cópia do modelo leninista pré-revolução de outubro, que desconsiderava as diferenças entre países coloniais e semicoloniais latino-americanos e asiáticos, por exemplo, e até mesmo dos países de nosso continente entre si (Idem, p. 25-6).

Segundo Mazzeo, Francisco de Oliveira, cientista social que publicaria em 1972 o livro *Crítica à razão dualista*, aprofundaria a crítica de Caio Prado Jr. ao etapismo nessa obra, também crítico, sobretudo, ao pensamento *desenvolvimentista* ou *cepalino*. Sua discussão parte do pressuposto de que é preciso superar a perspectiva “ético-finalista” de “satisfação das necessidades da população” a partir das taxas de crescimento, presentes nas análises desenvolvimentistas, mas sim debater as reais condições políticas do sistema. Para ele, “o ‘economicismo’ das análises que isolam as condições econômicas das políticas é um vício metodológico que anda de par com a recusa em reconhecer-se como ideologia” (OLIVEIRA, 2003, p. 29-30).

Oliveira afirmou que seu trabalho era uma ruptura com o “estilo cepalino de análise”, associando este a um “arsenal marginalista e keynesiano” e a uma contradição entre a denúncia de “miseráveis condições de vida de grande parte da população” com “esquemas teóricos e analíticos” presos “às discussões em torno da relação produto-capital, propensão para poupar ou investir, eficiência marginal do capital, economias de escala, tamanho do mercado, levando-os, sem se darem conta, a construir um estranho

mundo da dualidade e a desembocar, a contragosto, na ideologia do círculo vicioso da pobreza”, que os levavam a “proposições reformistas” (Idem, p. 30-2).

O que o cientista social caracteriza em sua obra como *razão dualista* é a dualidade entre sociedade moderna e sociedade tradicional. Sua crítica é parte de uma diferença de análise que leva em consideração que o desenvolvimento brasileiro combinou modernidade e “atraso”, num processo de “simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia” (Idem, p. 32).

Contrariando a visão de Celso Furtado, Oliveira aponta que:

(...) o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. (Idem, ibidem)

Para Oliveira, o maior problema da chamada análise dualista é sua dificuldade em tratar os “aspectos internos das estruturas de dominação”, com estruturas de acumulação próprias, atendo-se a “oposição entre nações” (Idem, p. 33).

Por fim, aponta que “a teoria do subdesenvolvimento sentou as bases do “desenvolvimentismo” que desviou a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, justamente no período em que, com a transformação da economia de base agrária para industrial-urbana, as condições objetivas daquela se agravavam”. Nesse sentido, o desenvolvimentismo e o populismo foram, sobretudo, “máscaras” da burguesia, enquanto a ditadura militar não (Idem, p. 34).

A leitura de Francisco de Oliveira sobre a evolução socioeconômica do Brasil parte destas críticas à teoria desenvolvimentista para apontar uma nova interpretação da trajetória da história econômica do Brasil. Partindo do ano de 1930, marcado como “o fim da hegemonia agro-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial”, quando o cientista social apontará a existência de uma “nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal” como provas de que a nova hegemonia havia se concretizado, introduzindo “um novo modo de acumulação” com uma “realização parcial interna crescente” (Idem, p. 35).

Nesse período de consolidação de um processo de industrialização, é importante destacar também que a “regulamentação das leis de relação entre o trabalho e o capital”

fora um fator de suma importância para a mudança do modelo econômico no Brasil, fortalecendo o processo de acumulação capitalista industrial (Idem, p. 36-7).

Nesse contexto, o papel do Estado foi o de “institucionalizar” as regras do modelo capitalista de produção. A aprovação do “salário-mínimo” nada mais foi do que uma regulamentação da classe proletária, pois o mesmo era o “salário de subsistência”, transformando-as em “exército de reserva”. Caso o salário do operariado não passasse por essa regulamentação institucional, seria provável que “ele subisse para algumas categorias operárias especializadas”, beneficiando a acumulação (Idem, p. 37-9).

O Estado também foi fundamental para “fixação de preços, distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos”, etc. De modo que o Estado no Brasil ampliou suas funções até o Governo Kubitschek, “transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema” (Idem, p. 40-1).

Recorrendo ao paradigma marxiano, Oliveira aponta que mesmo com melhores salários, os trabalhadores urbanos e industriais serviam melhor a acumulação do capital do que os camponeses, visto que “o parâmetro que esclarece a relação favorável à acumulação é a produtividade das atividades urbanas”, ou seja, “a taxa de exploração que explica o incremento da acumulação é determinada em função dos salários e dos lucros ou ganhos de produtividade das atividades urbanas” (Idem, p. 40).

Nesse cenário, mesmo perdendo a hegemonia no país, o setor agrário permaneceria fundamental para “suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa”, com seus produtos de exportação, e para “suprir as necessidades das massas urbanas, com seus produtos destinados ao consumo interno, sem prejudicar a acumulação capitalista industrial com custo da alimentação (para isso, os custos de matérias-primas para o campo seriam regulados)” (Idem, p. 42).

A adequação do campo brasileiro a uma transição da economia brasileira, que passou da “base agrário-exportadora para urbano-industrial é um ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista” no país. Como foco nesta questão estariam o “enorme contingente de mão-de-obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado construindo infraestrutura, principalmente a rede rodoviária” (Idem, p. 42-3).

Oliveira lembrou que Marx atentou para o processo de expropriação do campesinato como uma das condições prévias para a acumulação capitalista e que isso não se dá apenas na “gênese do capitalismo”, mas também pode ser estrutural,

especialmente no desenvolvimento do capitalismo nas periferias. Sendo assim, não se trataria de uma expropriação da “propriedade”, mas sim do excedente, pois o camponês não se vinculava à terra pela formalidade da propriedade privada burguesa. O processo passaria pela ocupação de terras pelo trabalhador rural, que a desmataria e cultivaria lavouras temporárias de subsistência, preparando a terra para lavouras permanentes do proprietário futuro (Idem, p. 43).

O resultado, portanto, desse processo seria a formação de um proletariado rural, que no caso brasileiro serviu às culturas comerciais de mercado interno e externo, sem a devida legislação e previdência social para tal classe social (Idem, p. 45).

Como resultado disso, “a manutenção, ampliação e combinação do padrão ‘primitivo’ com novas relações de produção no setor agropecuário têm, do ponto de vista das repercussões sobre os setores urbanos”, grande importância pois “permitiram um extraordinário crescimento industrial e dos serviços, para o qual contribuíram de duas formas”: 1) fornecendo maciços contingentes populacionais para formar o “exército de reserva”; 2) fornecendo os excedentes alimentícios com preços determinados pelos custos baixos da reprodução da força de trabalho rural (Idem, p. 46).

Foi essa nova composição socioeconômica que permitiu um arranque industrial pós-30, que não deve ser resumida à política de “substituição das importações”, quando “a crise cambial encarece os bens até então importados e, impedem” o acesso aos mesmos, motivando o investimento “sem ameaça de competição” de empresários no país de “produtos com qualidade mais baixa que os importados e a preços mais elevados”, isto seria seguido de um protecionismo do Estado que dava preferência aos produtos de fabricação interna (Idem, p. 48).

No estágio inicial da industrialização brasileira, “começou-se a produzir internamente em primeiro lugar os bens de consumo não-duráveis destinados, primordialmente, ao consumo das classes populares”, motivado pela ampliação massiva da classe operária e população urbana, que resultou num modelo concentracionista (Idem, p. 50).

No segundo estágio, “o processo dirigiu-se à produção dos bens de consumo duráveis, intermediários e de capital”. Segundo Oliveira, nesta etapa ficou ainda mais evidente que tal deslocamento deu-se pelas necessidades da produção/acumulação e não consumo, como pensavam os cepalinos, pois os preços dos produtos de consumo duráveis (por exemplo, automóveis) nacionais eram mais caros que os importados, o que permitiu

maior acumulação desta indústria, visto que a política brasileira era protecionista e estes produtos não tinham ainda forte competição internacional (Idem, p. 51-2).

Tal processo de industrialização levou o país a um crescimento urbano vertiginoso e ao decréscimo da “participação da agricultura no produto total”, que pode ter sido caótico pelas condições urbanas das cidades, mas serviu “às necessidades da acumulação” de maneira formidável. O desenvolvimento brasileiro, segundo Oliveira, foi “desigual e combinado”, fazendo referência direta à Leon Trotski, como “produto de uma base capitalista de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 1930, que da existência dos setores ‘atrasado’ e ‘moderno’”. Oliveira enfatiza que essa “combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante” (Idem, p. 59-60).

O que há, de fato, de originalidade na “expansão capitalista no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo”. Com isso, “a introdução de relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas” serve para potencializar a acumulação e expansão deste novo setor, o industrial. Fora isso, o sistema desenvolvimento caminhou para uma concentração de renda, da propriedade e do poder, mesmo com estas especificidades (Idem, p. 60). “Ao contrário da revolução burguesa ‘clássica’, a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresário-industriais” não exigiu, no Brasil, “uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais”. (Idem, p. 63-4).

Na evolução política, Oliveira destaca que o populismo foi uma larga operação de adequação das relações de produção para o desenvolvimento do capitalismo avançar no país, juntando “arcaico” e “novo”, criando novas fontes internas de acumulação, a exemplo da legislação trabalhista (Idem, p. 64).

A exemplo disso, a presidência de Juscelino Kubitschek teria forçado a aceleração da acumulação capitalista com seu plano *50 anos em 5*, ilustrado pela “definitiva conversão do setor industrial e das suas empresas em unidades-chave do sistema, a implantação dos ramos automobilísticos, construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose, ao lado da triplicação da siderurgia” (Idem, p. 71). Ainda nos anos JK, o Estado investiu em “infraestrutura de rodovias, produção de energia, armazenagem e silos, portos” e avançou com a fronteira agrícola, a partir da construção de Brasília e a rodovia Belém-Brasília (Idem, p. 72).

No entanto, por conta do cenário internacional não mais favorável e uma estrutura fiscal primitiva, o governo JK gerou grande endividamento externo privado, gerando pressões sobre a balança de pagamentos. Mesmo assim, Oliveira afirmou que “a expansão capitalista no Brasil foi muito mais resultado concreto do tipo e do estilo de luta de classes interna, que um mero reflexo das condições imperantes no capitalismo mundial”. Para ele, após a crise de 1930, o país poderia ter estagnado, mas suas condições específicas permitiram que o mesmo vivesse um dos seus períodos de maior crescimento econômico (Idem, p. 74-5).

Nesse contexto, o plano de metas de JK, embora tenha sido, de fato, “muito longe de qualquer planejamento acabado”, representou os anseios dos capitalistas no país. Por essa razão, a “prioridade para as indústrias automobilísticas, de construção naval, para a siderurgia, a reforma da legislação tarifária, a concessão de câmbio de custo de importações de equipamentos, não podem ser entendidas como acaso”, mas sim medidas concebidas em função do objetivo de aceleração da industrialização no Brasil (Idem, p. 75).

As empresas dos EUA tiveram pouca participação no Plano de Metas de JK, mostrando o pouco apoio do centro do capitalismo mundial com a industrialização brasileira, e ainda amarrados à antiga divisão internacional do trabalho, tratando o Brasil como exportador de bens primários apenas. Nossa industrialização ocorreria “nas brechas do policentrismo, com a reemergência dos países do Mercado Comum Europeu e do Japão” (Idem, p. 76).

Essas contradições do desenvolvimento brasileiro não impediram o aumento da taxa de exploração da força de trabalho nos anos JK, exemplificado pelo não aumento do salário real dos trabalhadores de SP e RJ entre 1944 e 1968, mesmo com o aumento significativo da produção industrial no país nesse mesmo período (Idem, p. 78-82). Deste ponto que as relações de produção no capitalismo brasileiro começaram a se desequilibrar. Por um lado, o salário real não era capaz de pagar os custos da reprodução da classe trabalhadora, por outro lado, o padrão de consumo dessa classe trabalhadora se ampliaria a partir de uma sociedade industrializada. Nesse contexto, tais serviços como educação, saúde e transporte não comportavam mais soluções “primitivas” e houve o crescimento da demanda pela desruralização do custo de reprodução da força de trabalho (Idem, p. 85).

A crise do desenvolvimento nacional passou por diversos sentidos. “Para alguns industriais dependentes da demanda das classes de renda mais baixa, há uma crise de

realização”, em função da queda dos salários reais. Os novos ramos, especialmente os de bens de consumo duráveis, “era assegurado pelo mesmo caráter concentracionista”, numa combinação de pouca mão de obra qualificada e elevação dos salários de alto funcionários, que serviam ao mercado consumidor destes bens (Idem, p. 87).

Com a mudança brusca no regime, a partir de um golpe civil-militar em 1964, o novo governo expressou no PAEG seu plano econômico com objetivo de “restauração do equilíbrio monetário” (contenção da inflação), assemelhando-se ao Plano Trienal do Governo Goulart. Isso contribuiu para que o país mergulhasse numa recessão até 1967, semelhante à recessão vista no Plano Trienal de Celso Furtado (Idem, p. 92-3). A economia somente se recuperaria quando os militares em seu governo aplicaram uma política seletiva de combate à inflação, de acordo com as necessidades da produção, e combinou-se com aumentos dos gastos governamentais, maior controle salarial, e uma substituição de impostos diretos por impostos indiretos (Idem, p. 93-4).

Para Oliveira, a política econômica do regime militar gerou ainda mais concentração de renda, a partir do que ele chama de “superacumulação”, que resulta da elevação da mais valia absoluta e relativa, consequência esta da repressão salarial do governo militar (Idem, p. 100). A motivação para esse movimento da economia nacional impulsionada por medidas estatais foi a necessidade de manutenção de altas taxas de lucro:

Tendo sido um requisito para a aceleração dos anos 1957/1962, em condições adversas do balanço de pagamento – fato que não ocorria no período 1947/1952, quando se observou igual aceleração e repressão salarial – a elevação da taxa de lucro transforma-se numa necessidade permanente para a expansão da economia. (Idem, p. 100).

Segundo Oliveira, a partir de 1957/1962 foi introduzido alguns ramos de indústrias no Brasil que exigem uma homogeneidade monopolística como condição para sua expansão, mantendo e elevando a taxa de lucros e garantindo sua expansão. “A homogeneização monopolística não é somente uma necessidade de proteção de mercados, mas, principalmente, uma necessidade da expansão das empresas monopolísticas em áreas e setores da economia ainda não sujeitos às práticas da monopolização” (Idem, p. 101).

A chamada homogeneização monopolista que abriu caminho para a formação de conglomerados no Brasil, a “unidade típica da estruturação monopolística”, capaz de fazer circular o excedente intramuros do próprio conglomerado. A formação de

conglomerados no Brasil foi incentivada fortemente pelas políticas econômicas do governo e o investimento do mercado de capitais (Idem, p. 101-2).

Nesse cenário, “o mercado financeiro transformou-se ele mesmo em ativo competidor dos fundos para a acumulação: a aplicação meramente financeira começou a produzir taxas de lucro muito mais altas que a aplicação produtiva e, de certo modo, a competir com esta na alocação dos recursos” (Idem, p. 102). Desse ponto em diante, a economia brasileira estaria aprisionada a uma lógica perversa de acumulação que o manteria em dependência estrutural com o capital internacional.

Oliveira destacou em *Crítica à razão dualista* o problema da concentração de renda como primeira grande conclusão do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil (Idem, p. 107-8).

A reversão da concentração de renda, quando ocorreu na história, deu-se pela organização dos trabalhadores e não por uma tendência intrínseca do sistema capitalista. Em resposta a isso, o sistema reduziu “o custo relativo da reprodução da força de trabalho elevando-se a mais valia relativa e mantendo a proporcionalidade entre essas variáveis”, o que é previsto por Marx. Por isso, a manutenção do “pleno emprego” é a melhor forma de desempenho de uma economia capitalista (Idem, p. 109).

O Brasil vivia uma especificidade na década de 1970, pois “a reserva da força de trabalho é de tal porte que o sistema se dá ao luxo de crescer horizontalmente, com baixíssimos coeficientes de capitalização”. Outra questão é que após o Golpe de 1964, a organização dos trabalhadores regrediu enormemente, elemento necessário para ampliar a mais valia relativa (Idem, p. 112).

Há um relativo acordo entre Oliveira e Furtado em relação a participação da classe trabalhadora no processo político para que um projeto alternativo ao da acumulação desenfreada do capitalismo fosse interrompido. A distinção está na forma como essa participação se daria. Para Furtado, o povo aparece como participante de um sistema político e jurídico já existente, que se democratizaria mais com a sua participação. Para Oliveira, a conciliação entre o desenvolvimento e os interesses dos trabalhadores lhe parece impossível.

O debate entre os dois intelectuais acima citados, em torno da defesa e crítica da visão desenvolvimentista sobre a realidade brasileira foi resgatado, na forma do *Novo Desenvolvimentismo*, por autores que discutiremos no capítulo seguinte. Para o economista Plínio de Arruda Sampaio Jr. “a economia política da CEPAL representava a crítica da ordem e a aposta na possibilidade de mudanças estruturais, que criassem as

condições objetivas e subjetivas para que se pudesse conciliar capitalismo, democracia e soberania nacional”. Já o *neodesenvolvimentismo* seria, para ele, “uma tosca apologia da ordem”, que “naturaliza a dupla articulação responsável pelo capitalismo dependente”, sendo “entusiastas do capital internacional, do agronegócio e dos negócios extrativistas”. Não passariam de “entusiastas do status quo”, que acreditam que “desenvolvimento e fim da história caminham de mãos dadas” (SAMPAIO, 2017, p. 161-2).

Capítulo 3 – Neodesenvolvimentismo: vertentes e apropriação governista

Segundo o economista Ricardo Carneiro, no começo dos anos 2000 houve uma retomada do pensamento desenvolvimentista no Brasil e na América Latina, em função do “fracasso do neoliberalismo e sua variante suavizada, o Consenso de Washington”. Apresentaremos, a seguir, as “novas correntes interpretativas do desenvolvimento brasileiro e novos perfis de políticas econômicas”, definidas como um campo de pensamento econômico com “uma interpretação peculiar do desenvolvimento brasileiro e latino-americano”, associado a “um conjunto variado de políticas econômicas de natureza intervencionista, portanto aparentemente antiliberais, mas com matizes muito diferenciadas ao longo de vários momentos históricos e por diferentes países” (CARNEIRO, 2012, p. 750).

Como vimos no capítulo anterior, o pensamento econômico *nacional-desenvolvimentista*, através de figuras como Raúl Prebisch e Celso Furtado, obteve grande influência em governos federais brasileiros de 1930 a 1964, com destaque para os dois mandatos de Getúlio Vargas. Já no período vigente da ditadura civil-militar brasileira, alguns economistas concentrados no Instituto de Economia da Unicamp, a chamada *Escola da Unicamp*, colocaram-se como uma vertente herdeira do nacional-desenvolvimentismo. Destacam-se os professores Luiz Belluzo, João Manuel Cardoso de Mello, Maria da Conceição Tavares e Luciano Coutinho. Segundo Carneiro, essa vertente também propunha superar, a partir de novas referências teóricas, como o marxismo, o antigo desenvolvimentismo. Exemplo disso, tais teóricos tratavam a categoria “desenvolvimento capitalista” da CEPAL como “desenvolvimento das forças produtivas capitalistas”, que significaria “industrialização pesada”. A partir dela, seria conquistada uma “autonomia completa ante a demanda do exterior”, rompendo com o processo de dependência do Brasil com o centro do capitalismo, o que faria “o investimento autônomo” a nova variável para o crescimento no país (Idem, p. 756).

Melhor explicado por João Manuel Cardoso de Mello, com a industrialização pesada seria possível realizar “saltos tecnológicos”, o que representaria “a diferenciação da estrutura produtiva, com a implantação de novos setores e sua capacidade de crescer desconectado da demanda prévia, pelos efeitos de encadeamento do novo bloco de inversões”, viável a partir do investimento autônomo, ou seja, um investimento não

induzido, o que diferencia a *Escola da Unicamp* dos *nacional-desenvolvimentistas* (Idem, p. 757).

Destacam, ainda, a participação do Estado nacional na industrialização brasileira, sobretudo no setor de infraestrutura e indústria de base. Em contraste a isso, o capital multinacional, dominante no “setor de meios de produção, termina por constituir-se em um obstáculo ao desenvolvimento nacional”, pois sua “estrutura hierarquizada” inviabilizava que o “progresso tecnológico” da matriz chegasse nas suas sedes periféricas, bloqueando o “investimento autônomo”, tão importante para o desenvolvimento, segundo os economistas da Unicamp (Idem, p. 758).

Outro fator destacado pela *Escola da Unicamp* como impeditivo para o desenvolvimento nacional brasileiro fora o bloqueio das finanças. Para Tavares, isso ocorre a partir da “atrofia do capital financeiro”, processo que leva ao capital a não “concentrar massas de capital dinheiro”, inviabilizando sua capacidade de “comandar o processo de acumulação”, barrando o desenvolvimento. Além disso, a “síndrome da liquidez”, que é caracterizado pela preferência de investidores em “títulos de curto prazo”. Isso impede “a formação de taxas de juros de longo prazo, dificultando, assim, o desenvolvimento da intermediação financeira necessária para dar suporte ao financiamento da acumulação”, pois, para o desenvolvimento, que significa um robusto processo de industrialização, é preciso investimento de médio-longo prazo (Idem, p. 759).

Seria essa “industrialização pesada” a grande saída para os economistas da Unicamp, pois a “diversificação da indústria”, com destaque ao “setor de meios de produção”, é que permite “tornar a economia independente da capacidade para importar criada pelo setor exportador e converteria o investimento autônomo em força motriz do crescimento”. Tal esforço de investimento faria da economia brasileira capaz de “crescer pela autogeração da demanda fundada no papel do investimento autônomo movido pelo progresso técnico”, o processo conhecido como “catching up” (Idem, p. 760).

Após a contribuição da *Escola da Unicamp*, o Brasil passou por um período de grande marginalização do pensamento econômico desenvolvimentista, sobretudo a partir da “crise da dívida”, ocorrida no Brasil na década de 1980, que estimulou o “ressurgimento de ideias liberais e de suas práticas de política econômica, resumidas no Consenso de Washington”. Especificamente, “o protecionismo como forma de viabilizar a indústria nascente e a distorção de preços daí decorrente” foi um alvo prioritário dos organismos internacionais regulares, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Regras como disciplina fiscal, redução e mudança de prioridades dos

gastos públicos, abertura comercial e liberalização da taxa de juros, assim como privatizações e desregulação bancárias deram a tônica para a política econômica de países como o Brasil (Idem, p. 765-6), enquadrados na categoria “países em desenvolvimento”, mas que não passavam de países dependentes e periféricos, absolutamente reféns de uma endividamento externo gigantesco.

Na virada do milênio, o projeto neoliberal sofria um grande desgaste na América Latina, incluindo o Brasil, pois não foram capazes “em fundamentar políticas econômicas capazes de engendrar processos de desenvolvimento mais duradouros”. Com isso, as correntes do *novo-desenvolvimentismo* e o *social-desenvolvimentismo* ascenderam dando nova roupagem teórica e prática para ideias dos desenvolvimentistas da metade do século XX (Idem, p. 767).

Em comum, as novas vertentes desenvolvimentistas criticavam o neoliberalismo por sua “política macroeconômica consubstanciada em altas taxas de juros e moeda apreciada e sua incompatibilidade com o crescimento”. Por outro lado, se diferenciavam do velho desenvolvimentismo, pois consideravam sua “ênfase excessiva no papel do Estado e na política industrial” um tema superado, visto que “a industrialização ter-se-ia completado” no Brasil. Como proposta de síntese, os neodesenvolvimentistas apontavam que “o desenvolvimento econômico seria conseguido pelo manejo apropriado dos preços relativos – juros, câmbio e salários – por parte do Estado”, deixando ao mercado a condução do restante da economia (Idem, p. 768).

Há também diferenças entre os *neodesenvolvimentistas*, que exporemos nos tópicos seguintes com mais detalhes. Como maior expoente dos novos desenvolvimentistas está Luiz Carlos Bresser-Pereira, seguido de João Sicsú, José Luís Oreiro, Renault Michel e Luiz Fernando de Paula. A esta vertente (que subdivide-se em duas, aliás) somavam-se os economistas ortodoxos na crítica ao excesso de estatização dos *nacional-desenvolvimentistas*, através da política de substituição de importações, que teriam “limitado a competitividade da indústria” por falta de concorrência interna nela (Idem, p. 769). Consideram ultrapassada “a postura de maior intervencionismo por meio da mobilização da poupança e do investimento em setores pesados”, deixando ao Estado o papel de “regulador” e voltado para “a gestão macroeconômica com o correto estabelecimento dos preços macroeconômicos – juros e câmbio”, ou seja, a rejeição do “Estado empresário” (Idem, p. 772).

Bresser-Pereira, em particular, também critica em sua obra a condução econômica do Brasil durante a *crise da dívida*²⁰, que deveria ter realizado um ajuste fiscal mais profundo, similar ao realizado nos anos 1990, a partir do Plano Real. Parte dele e rejeição ao protecionismo típico do velho desenvolvimentismo, que teria levado “a um menor crescimento das exportações e menor penetração das importações” (Idem, p. 769-70).

Segundo Carneiro, a ideia geral dos neodesenvolvimentistas estaria na “ideia de que o crescimento tem na demanda sua força dinâmica principal”, e que o “Estado garantiria não só a estabilidade de preços, mas também a macroeconômica, entendida como a sustentação da demanda. A questão da demanda seria um problema crônico causado pelo “crescimento dos salários abaixo da produtividade, por conta do excedente estrutural de força de trabalho, conformando uma insuficiência do consumo e a tendência à sobrevalorização da moeda doméstica” (Idem, p. 770).

Contrapondo-se ao *novo desenvolvimentismo* de Bresser Pereira e João Sicsú, o social-desenvolvimentismo é um campo considerado menos acadêmico e mais ligado aos “debates partidários e políticas de governo”, com a ideia chave de que o social é o eixo do desenvolvimento, invertendo a prioridade com o *nacional-desenvolvimentismo*, que apontava para a industrialização como eixo do desenvolvimento. De certa forma, busca redefinir o que se entende por “desenvolvimento”. O desenvolvimento das forças produtivas ainda seria relevante, mas agora subordinado às “metas de desenvolvimento social”. Para o economista Ricardo Bielschowsky, um dos principais intelectuais dessa vertente, a estratégia dos *social-desenvolvimentistas* passaria pela “ampliação e generalização do consumo de massas”, alcançada via distribuição de renda, que “seria o fator dinâmico primordial”. Com isso, seria gerado um “círculo virtuoso do crescimento a ser obtido por meio de aumento de salários/ampliação de consumo popular/investimentos/aumento de produtividade/aumento de salários” (Idem, p. 774).

20 O processo definido como crise da dívida ocorreu, sobretudo, na década de 1980 no Brasil. Segundo a economista Alessandra Kely da Silva, “a crise da dívida externa começou a ser gestada já no final dos anos sessenta e, nesse sentido, para o entendimento da espiral do endividamento que mergulhou a economia brasileira nos anos oitenta”, a partir da “mudança na condução da política econômica como aumento dos juros nos Estados Unidos, em 1979 e a posterior interrupção do financiamento ‘voluntário’ de crédito já em fins de 1982”, que levou o país a rolar sua dívida externa e foi decisivo para a paralisação do crescimento econômico do Brasil nos anos 1980 (SILVA, 2017, p. 2).

3.1 – Ideias neodesenvolvimentistas: divergências e convergências

Nesse tópico abordaremos a gestação do pensamento *neodesenvolvimentista* no Brasil, do seu embrião até sua apropriação institucional, e uma tentativa de definição geral desse pensamento econômico, com base na sua sistematização de vertentes realizada por Maria de Lourdes Mollo e Adriana Amado, a partir do artigo *O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido*. Considerado como um movimento da “heterodoxia”, o *neodesenvolvimentismo* obteve grande repercussão como contraponto ao pensamento neoliberal, no início do século XXI, com pioneirismo de Luiz Carlos Bresser-Pereira ao propor um “papel deliberado do Estado para garantir crescimento e transformação da sociedade” e por apreender “fatores do lado da demanda como os motores do crescimento”, tratados como os provocadores principais da produção (MOLLO & AMADO, 2015, p. 2).

Como convenção, no intuito de facilitar a compreensão do leitor, adotaremos a denominação de todo o pensamento que pesquisamos aqui como *neodesenvolvimentista*, dividido por três vertentes. A primeira vertente são os *Novos-Desenvolvimentistas precursores*, o grupo liderado por Bresser-Pereira. A segunda vertente são os *Novo-Desenvolvimentistas pós-keynesianos*, liderados por João Sicsú e formados por um grupo de economistas da UFRJ. A última vertente que analisaremos são os *Social-desenvolvimentistas*, formados por economistas da Unicamp e alguns da UFRJ, como Ricardo Bielschowsky. Este é também o setor *neodesenvolvimentista* mais “governista”, isto é, mais diretamente ligado aos governos petistas (PAULANI, 2017, p. 141).

Em comum, Paulani enxerga em todas as vertentes *neodesenvolvimentistas* a perspectiva de ampliar o papel do Estado na economia, seja com fortalecimento da indústria local, ou no reforço de políticas redistributivas e serviços públicos. Além disso, também possuem acordo em manter uma política de controle fiscal com diferentes graus de rigor, com destaque para os *social-desenvolvimentistas*, que defendem um “controle menos rígido em benefício de políticas anticíclicas” (Idem, p. 142).

Já para Mollo e Amado, os destaques das diversas vertentes passam pela: “taxa de câmbio competitiva dos novos desenvolvimentistas precursores, a taxa de juros baixa dos novos desenvolvimentistas pós-keynesianos e o consumo de massa dos social-desenvolvimentistas” (MOLLO & AMADO, 2015, p. 22).

Segundo o economista Pedro Paulo Bastos, é também importante pontuar uma caracterização de natureza político-partidária das vertentes *neodesenvolvimentistas*.

Nessa análise, o grupo dos precursores é identificado com o Partido Social-Democrata Brasileiro (PSDB), a partir da filiação de Luiz Carlos Bresser-Pereira a esse partido e ter sido integrante do “ala desenvolvimentista” do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC)²¹. Permaneceu no debate público sobre os dilemas do desenvolvimento nacional mesmo após a vitória do petista Lula da Silva, em 2002, apontando para uma retomada do pensamento desenvolvimentista com mudanças significativas.

Embora questionasse a falta de distribuição de renda do período FHC, Bresser-Pereira não apoiou a política de distribuição de renda do governo Lula, pois, para ele, “o reajuste de salários acima dos ganhos de produtividade redistribuiu renda”, mas “estrangulou os lucros”. Ao contrário, propunha o apoio à indústria nacional e sua capacidade de exportar, argumentando que o setor privado brasileiro teria “no Brasil contemporâneo, “de capacitação tecnológica e recursos financeiros suficientes para investir em ramos industriais intensivos em alta tecnologia, para o mercado externo” (BASTOS, 2012, p. 786-9).

Já a vertente *social-desenvolvimentista* é aquela mais identificada com os governos petistas, a partir de figuras como Aloísio Mercadante Oliva, Guido Mantega, Luciano Coutinho e a presidenta Dilma Rousseff. Para Bastos, a corrente “não se limita a um corpo de ideias academicamente”, tendo o que o autor chamou de “maior eficácia prática, à medida que parece ter usufruído de influência crescente nos governos petistas” (Idem, p. 793-4).

O que é chamado de *social-desenvolvimentismo* para Mollo e Amado, e *desenvolvimentismo distributivo do setor público* em Bastos, essa corrente é unificada pelo “a ênfase no mercado interno e no papel do Estado, para influenciar a distribuição de renda e a alocação de investimentos”. Embora seja um pensamento formulado desde o início dos governos petistas, somente a partir de meados do segundo mandato de Lula da Silva foi considerado por Bastos como um governo social-desenvolvimentista (Idem, p. 794).

Bastos destaca que mesmo com uma retomada do crescimento ainda em seu primeiro mandato, a partir da “elevação do piso salarial, ampliação do gasto social e inovações financeiras (crédito consignado e microcrédito)”, o Governo Lula, no entanto, ainda não seria tratado por Bastos como adepto do *social-desenvolvimentismo*. Nesse

21 Apesar da origem psdebista, Bresser-Pereira se afastaria bastante dos “tucanos” com o passar dos anos, sobretudo quando passou a formular sua visão neodesenvolvimentista.

período ainda não era possível identificar “a eleição do ‘social’ como o próprio elemento ativador do desenvolvimento capitalista pretendido”, superando a perspectiva neoliberal, voltada para uma agenda com eixo no comércio exterior (Idem, p. 795).

As especificidades do *social-desenvolvimentismo* começam a ser percebidas quando as políticas redistributivas foram associadas “ao papel do Estado para realizar, financiar ou coordenar um conjunto de grandes projetos de investimento”, não apenas com objetivo de oferta de novas “condições gerais para a acumulação de capital (como infraestrutura, educação básica e superior, saúde, ensino técnico etc.), mas que passa gradualmente a envolver-se na reestruturação de setores prioritários” (Idem, p. 796)

Ainda assim, segundo Bastos, apenas no Governo Dilma Rousseff seria possível testemunhar uma agenda *social-desenvolvimentista* mais plena, pois seria um período de superação do conflito de ideias existente no Governo Lula, entre uma visão mais próxima da ortodoxia “com metas de superávit primário definidas pelo Ministério da Fazenda”, e ideias mais voltadas para a redistribuição de renda. Com isso, houve uma “execução desigual” das “demandas de expansão do gasto social, crédito e investimento público” que sustentariam “o fortalecimento do mercado interno” (Idem, p. 797).

3.1.1 – Novo desenvolvimentismo precursor

O economista Luiz Carlos Bresser-Pereira é visto por muitos como o fundador do *neodesenvolvimentismo* no Brasil, a partir de seu texto *O Novo Desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional*, detalhando aspectos de um pensamento econômico que o autor reivindicaria pela primeira vez em 2004, em coluna publicada no jornal *Folha de São Paulo*. A formulação é apresentada no contexto do crescimento da insatisfação de intelectuais e população da condução macroeconômica do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), associado às diretrizes do *Consenso de Washington* e, conseqüentemente, ao pensamento neoliberal.

No esteio da contraposição ao neoliberalismo, Bresser-Pereira propõe um resgate do pensamento *nacional-desenvolvimentista* de forma crítica como base para a formulação de um novo pensamento, o *novo desenvolvimentismo*. O novo pensamento econômico seria definido singelamente “como um terceiro discurso, entre o populismo

da esquerda burocrática e o neoliberalismo da ortodoxia convencional²²” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 5). Para chegar a essa conclusão, contudo, o economista realizaria um balanço da experiência brasileira desenvolvimentista e, posteriormente, apresentaria sua hipótese de novo projeto nacional de desenvolvimento.

Bresser-Pereira frisa logo no início de seu balanço sobre o desenvolvimentismo que o mesmo “não era uma teoria econômica, mas sim uma estratégia nacional de desenvolvimento”, amalgamando diversas teorias em uma perspectiva voltada para a ação governamental, para uma política que dava centralidade ao papel do Estado na economia. Estado este responsável direto de uma industrialização absolutamente atrasada em comparação a países centrais, por conta de sua herança colonial, de economia periférica/dependente (Idem, p. 6-7).

Segundo Mollo e Amado, é justamente a referência na visão cepalina de pensamento econômico, que carecia de “opções teórico-metodológicas bem definidas”, uma das principais razões para que os *precursores* reproduzissem constantemente a “tradição ortodoxa”, sobretudo “em virtude do papel atribuído à poupança”, que faz dessa vertente a mais preocupada com o equilíbrio fiscal dentre os *neodesenvolvimentistas*, questão que os separam bastante dos cepalinos. Mesmo assim, constatam uma diferença importante dessa vertente com o antigo desenvolvimentismo, pois “insistem em priorizar o mercado externo pelo crescimento das exportações como mola propulsora do desenvolvimento”, fonte principal para investimentos (MOLLO & AMADO, 2015, p. 3-7).

Como motor político para o avanço do projeto desenvolvimentista, Bresser-Pereira ressaltaria o *nacionalismo* como “ideologia da formação do Estado nacional”, com o intuito de afirmação do desenvolvimento como meio para a soberania e autonomia de sua nação diante do cenário internacional (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 7).

Na década de 1980 a estratégia nacional de desenvolvimento entraria em crise no Brasil, abrindo espaço para a retomada de ideias com base na *ortodoxia convencional*, sistematizadas no pensamento econômico neoliberal. Para Bresser-Pereira, três foram as razões para que isso ocorresse. Em primeiro lugar, o modelo de *substituição de*

22 O termo ortodoxia convencional é utilizado como uma tradução das regras compiladas no *Consenso de Washington*, embasada pela teoria econômica neoclássica, e disseminadas pelos organismos internacionais do FMI e Banco Mundial. Resumidamente, a ideologia neoliberal promove o “Estado mínimo”, “que se preocupa apenas com a segurança interna e externa, deixando a coordenação econômica, os investimentos na infra-estrutura e mesmo os serviços sociais de saúde e educação por conta do mercado” (Idem, p. 17).

importações teria sido mantido por uma duração demasiadamente longa e sem flexibilidade no *protecionismo*, considerado pelo economista “absurda” em alguns setores. Tal modelo de industrialização levaria, no longo prazo, “em um aumento substancial da relação capital-trabalho”, que geraria “concentração de renda e a diminuição da produtividade do capital ou da relação produto-capital” (Idem, *ibidem*). Ou seja, ao contrário de combater as desigualdades, o avanço da industrialização da forma como se deu no Brasil acabaria por instrumentalizar a economia para que tais desigualdades fossem perpetuadas e aprofundadas.

A segunda razão para a falência do *desenvolvimentismo* teria sido, justamente, causada pela ampliação das desigualdades, a partir do “rompimento, durante a década de 1960, da aliança nacional que constituía a base política do desenvolvimentismo”, que teve como marco político o golpe civil-militar de 1964. Segundo Bresser-Pereira, “a abordagem nacional-desenvolvimentista tinha como pressuposto a constituição de nações em cada país latino-americano”, uma forma de segunda etapa da independência política desses países alcançada no século XIX. Seria preciso formar, então, uma nova burguesia nacional, “como acontecera em países desenvolvidos, em associação “aos técnicos do governo e aos trabalhadores urbanos na realização da revolução nacional e industrial”²³ (Id. *ibid.*).

Bresser-Pereira aponta ainda uma terceira razão para a falência do *velho desenvolvimentismo* brasileiro, referindo-se à “onda ideológica” neoliberal que atingiu a economia mundial a partir dos anos 1970 e 1980, e como uma resposta à “crise da dívida externa” no Brasil nesse mesmo período. Nesse cenário, as ideias *desenvolvimentistas* foram elencadas como culpadas pela crise econômica profunda do país, permitindo à “ortodoxia convencional” identificá-las com o populismo e irresponsabilidade fiscal. Como alternativa, seriam apresentadas um conjunto de “políticas econômicas ortodoxas e reformas institucionais neoliberais”, a adoção do ideário da globalização, afastando-se da identidade nacionalista e colocando os “mercados livres, inclusive os financeiros” no protagonismo do “desenvolvimento econômico de todos” (Idem, p. 8).

O balanço de Bresser-Pereira, contudo, não foi de todo crítico ao neoliberalismo brasileiro, considerando que seu modelo teria promovido “algumas políticas e reformas necessárias”, mas deixado o país “semi-estagnado, incapaz de competir com os países

23 Debateremos isso no Capítulo 2. O aspecto nacionalista do pensamento desenvolvimentista ainda aproximava seus intelectuais da visão *etapista* do Partido Comunista Brasileiro.

mais ricos”. O pensamento econômico alternativo seria o *novo desenvolvimentismo*, superando as “distorções que o desenvolvimentismo sofrera na mão de seus epígonos” e buscando uma nova “estratégia nacional de desenvolvimento” (Idem, p. 9).

O primeiro aspecto fundamental do *novo desenvolvimentismo* de Bresser-Pereira, denominado tanto por Mollo quanto Paulani de *precursores*, é a retomada da ideia de nação e nacionalismo do antigo desenvolvimentismo, explicitamente associado a perspectiva de Estado-nação do mundo moderno ou capitalista. Partindo do conceito de nação se propõe “objetivos comuns” em torno de um projeto de desenvolvimento nacional.

Há, portanto, uma afirmação no pensamento de Bresser-Pereira de unidade econômica nacional, que coexiste com outras unidades econômicas, como empresas e indivíduos, que fazem parte do mercado e das disputas comerciais, financeiras da economia convencional. O sucesso de um Estado-nação, nesse contexto, se daria pelas “taxas de crescimento maiores do que a dos países julgados seus concorrentes diretos”. Essa nação pressupõe, também, “uma solidariedade básica entre as classes quando se trata de competir internacionalmente”, como forma de contrato social, acordo nacional, claramente rompante da perspectiva de conciliação de classes (Idem, p. 10).

Ao pontuar a defesa do nacionalismo também no *novo desenvolvimentismo*, Bresser-Pereira atualizou o que seriam considerados os “adversários internos” de seu projeto nacionalista: “os rentistas que vivem de altos juros e o setor financeiro que dos primeiros recebe comissões”. O Estado já existente, então, seria abastecido ideologicamente de um nacionalismo de caráter “liberal, social e republicano, incorporando os valores das sociedades industriais modernas” (Idem, p. 11).

O segundo aspecto dos *precursores* é sua autoafirmação como um “terceiro discurso”, localizado, “entre o discurso populista e o da ortodoxia convencional”. Reivindicam a perspectiva de compilar “propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas” em torno de uma estratégia nacional de desenvolvimento, para que a nação tenha força e capacidade para “rejeitar as propostas e pressões dos países ricos de reforma e de política econômica, como a abertura total da conta capital e o crescimento com poupança externa”, que Bresser-Pereira trata como uma agenda “neo-imperialista”. Por outro lado, tecem duras críticas ao que caracterizam como “esquerda burocrático-populista”, que resumiria sua agenda de política econômica ao propor uma renegociação da dívida externa e dívida pública do país, aumento dos gastos públicos para suprir a falta

de demanda, e ampliar o sistema de assistência social do Estado para combater a “desigual distribuição de renda” (Idem, p. 12).

Tanto o neoliberalismo quanto o que entendem como esquerda populista são tratados pelos *precursores* como irracionais, parciais e incapazes de formar um “razoável consenso” necessário para fortalecer a nação. Em outras palavras, apontam que o pensamento econômico *neodesenvolvimentista* é ainda mais nacionalista do que o *nacional-desenvolvimentismo*, pois trata-se de uma proposta mais realista e, portanto, eficaz. Nas palavras do próprio Bresser-Pereira, só há sentido no novo desenvolvimentismo “a partir de um consenso interno”, condição *sine qua non* para viabilizar “uma verdadeira estratégia nacional de desenvolvimento” (Idem, p. 13).

Explicitamente, o consenso nacionalista dos *precursores* uniria “empresários do setor produtivo, trabalhadores, técnicos do governo e classes médias profissionais (...) aproveitando o fracasso da ortodoxia convencional”. A partir dessa unidade, os países fariam uma disputa no mundo globalizado encarando-o “como um sistema de intensa competição entre Estados nacionais, por meio de suas empresas”. Por isso, o eixo da intervenção do Estado na economia passaria para o “aumento da taxa de investimento” a partir da redução das taxas de juros aplicada pelo Banco Central (Idem, p. 13).

Portanto, ao pontuar diferenças com o velho desenvolvimentismo, os *precursores* as sustentam fundamentalmente por conta da mudança do capitalismo internacional entre os anos dourados do keynesianismo e a mundo globalizado e financeirizado atual. Nessa mudança de conjuntura, haveria um aumento da competitividade dos “países de desenvolvimento médio” sobre os países ricos, que teria forçado uma mudança de posturas dos mesmos, sobretudo pela oferta de “mão-de-obra barata” oferecida por países da periferia (Idem, p. 14).

Bresser-Pereira destaca em sua contribuição também a mudança do quadro industrial de países em desenvolvimento, de uma indústria “infante” para uma “madura”, elemento que sustenta sua rejeição ao *protecionismo*. Dessa forma, para que “as empresas sejam mais competitivas em todos os setores industriais especialmente competitivas para exportar”, seria preciso apostar na liberdade do mercado, que estimularia essa competitividade. Pontua, no entanto, que o não protecionismo não significa “uma abertura de modo indiscriminado”, propondo que as mesmas sejam feitas de forma pragmática, pensando em contrapartidas, sem “renunciar as políticas industriais” (Idem, p. 14-5).

Mesmo preocupado com o maior peso das exportações de produtos primários na economia brasileira, Bresser-Pereira buscava superar o que ele chama de “pessimismo

exportador” dos velhos desenvolvimentistas, tratado com grande importância para o potencial econômico de “produtos primários de alto valor agregado” e encarado como estratégia central. Argumentando que “o modelo exportador não é especificamente neoliberal”, advoga em defesa da possibilidade de combinar o fortalecimento da produção do setor primário com investimentos no desenvolvimento tecnológico de alto desempenho (Idem, *ibidem*).

Outro ponto que destacamos aqui dos *precursores* é a busca pelo equilíbrio fiscal. Contrariam que o crescimento deve ter como base a “demanda e o déficit público”, resgatando inclusive a proposta de *Plano Trienal*, de Celso Furtado, como exemplo de busca por controle dos gastos de um expoente do desenvolvimentismo que corrobora com a visão, mais próxima da ortodoxia. Seguindo o raciocínio, um Estado forte precisaria estar com contas equilibradas, o que significa ter uma “dívida pequena e seus prazos, longos” para que tenha capacidade de investimentos, controle de juros e demais medidas macroeconômicas necessárias para suprir as demandas da estratégia nacional de desenvolvimento. Nesse cenário, um Estado com muitos credores, sobretudo credores externos, se torna dependente dos mesmos, que “podem se retirar do país com seus capitais” a qualquer momento (Idem, p. 15-6).

Como último ponto de divergência entre os *precursores* e o antigo desenvolvimentismo, Bresser-Pereira destaca a perda da centralidade do Estado como investidor na infraestrutura econômica de seu país. Considera que, embora ainda admita a hipótese de promoção de poupança forçada para liquidez com essa finalidade, afirma que “o setor privado nacional tem recursos e capacidade empresarial para realizar boa parte dos investimentos necessários”. Quando for o caso, é defendida a participação do setor privado em áreas com uma “competição razoável”, e ao Estado cabe o papel de “defender e garantir a concorrência”, deixando os setores sem esse potencial a cargo do investimento estatal direto (Idem, p. 16).

Em contrapartida, a mediação entre livre mercado e Estado também expõe uma diferença dos *precursores* com a *ortodoxia convencional*, pois revela oposição à ideia de que o livre mercado é suficientemente capaz de “coordenar sistemas econômicos” de forma independente. Questões como investimento de longo prazo e a distribuição de renda não são supridos pelo livre mercado, cabendo ao Estado intervir. Essa diferença transparece no olhar sobre as reformas do Estado. Para a ortodoxia, um plano econômico eficiente deve ser “reformista - e reformista significa fazer reformas orientadas para o mercado”. Para os *precursores*, as possíveis mudanças nas instituições devem refletir a

estratégia de desenvolvimento nacional, tanto no Estado quanto no mercado (Idem, p. 18-9).

Contudo, talvez a diferença mais aparentemente irrelevante faz com que o choque entre os *precursores* e os *neoliberais* seja mais evidente. Trata-se da forma como cada pensamento prioriza a obtenção de poupança, ou seja, liquidez para investimentos. Para os *ortodoxos*, “a necessidade de poupança externa é fundamental” e a única forma de crescimento para os países em desenvolvimento, fortalecendo a ideia de dependência dos mesmos aos países ricos, a fonte dessa poupança. No *novo desenvolvimentismo* de Bresser-Pereira há uma rejeição de que essa é a única e principal forma de aumento da poupança de um país, atribuindo casos de crescimento via poupança externa como “situações excepcionais” na história (Idem, p. 20).

O déficit em conta corrente (obtenção de poupança externa) é rejeitado pelos *precursores*, pois geraria “endividamento externo excessivo”, que pode levar “facilmente a desastrosas crises de balanço de pagamentos”. Fora isso, o endividamento externo também promoveria um círculo vicioso de aumento de taxas de câmbio, aumento artificial de salários e consumo, e nova diminuição da poupança interna. Aos poucos, essa dinâmica tornaria o país incapaz de se desenvolver, assim como criaria “um ônus em termos de dívida e de obrigações de remessas de lucros e juros para os anos futuros”, comprometendo o crescimento econômico no médio-longo prazo (Idem, p. 20).

Por fim, há mais uma diferença apontada por Bresser-Pereira na política macroeconômica entre *neoliberais* e o seu *novo desenvolvimentismo*. Para os ortodoxos, a economia do país deve girar em torno do controle da inflação, enquanto que para os *precursores* a estabilidade da moeda deve caminhar junto com a busca pelo pleno emprego, expresso num duplo mandato dado ao Banco Central, de controle da inflação (premissa neoliberal), mas também o “equilíbrio da balança de pagamentos”. Com isso, a taxa de juros precisaria ser mais controlada do que na visão neoliberal e a taxa de câmbio, vista pelo novo desenvolvimentismo como “o preço macroeconômico mais estratégico”, deve ser controlada (Idem, p. 20-1).

3.1.2 – Novo desenvolvimentismo pós-keynesiano

A segunda vertente do neodesenvolvimentismo no Brasil é chamada pelas economistas Maria de Lourdes Mollo e Adriana Amado de *Novo-Desenvolvimentistas*

pós-keynesianos, formado por professores de economia do Instituto de Economia da UFRJ, com destaque para João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renault Michel, autores do artigo *Por que novo desenvolvimentismo?*, fonte principal que trabalharemos aqui para compreender as especificidades dessa corrente dentro do pensamento econômico *neodesenvolvimentista*.

Embora Mollo e Amado atribuam em sua nomenclatura o keynesianismo como a mais forte influência da corrente liderada por Sicsú, os mesmos consideram importante tanto “a visão de Keynes e a de economistas keynesianos contemporâneos”, quanto a “visão cepalina neo-estruturalista”, mesmo que entendam que esta contribuição teórica “não foi suficiente para resolver os problemas de desigualdades sociais na região”. A visão central passa, na realidade, por um acordo com a narrativa dos precursores, afirmando não ter como objetivo nem uma economia centralizada no Estado, nem tampouco voltada para o mercado (SICSÚ & PAULA & MICHEL, 2007, p. 508-9). Por que então chamá-los de *pós-keynesianos* e não também os *precursores*?

De fato, as diferenças entre as duas vertentes supracitadas são sutis. Mas é perceptível que o fundamento do pensamento de Sicsú, Paula, Michel e outros é mais referenciado no economista inglês, sobretudo na ideia de complementariedade entre Estado e mercado. Partem da ideia de que “quase todas as atividades econômicas do capitalismo exigem o estímulo ao ganho individual”, o que determina a produção, mas que “em determinadas condições o livre jogo das forças do mercado precisa ser refreada ou mesmo guiado” (Idem, p. 512).

A equação keynesiana para o período contemporâneo passa pela “constituição de um Estado capaz de regular a economia”, com um mercado forte e um sistema financeiro voltado para “a atividade produtiva e não para a atividade especulativa”. O meio para esse fim seria a reforma do Estado no sentido de promover “uma maior profissionalização da gestão pública como também um certo grau de descentralização do Estado”, incluindo possíveis privatizações, delegando algumas funções para “agências (semi)autônomas e a transferência de serviços sociais e científicos a organizações de serviço públicas, semi ou não-estatais”. É a aposta na concorrência como motor para a inovação, e o capitalismo como sistema ideal para o desenvolvimento, mas que também passa pelo Estado como regulador dessa concorrência (Idem, p. 513).

Acusando o velho desenvolvimentismo de “protecionismo tarifário generalizado”, os *pós-keynesianos* apontam para a importância de se consolidar uma burguesia nacional forte no país, feito não alcançado no passado, pois a política de substituição de

importações do Estado brasileiro não soube incluir de forma protagonista o “empresariado industrial brasileiro”. Alternativo a isso, propõem uma “reconstrução” do papel do Estado, para que o mesmo “promova políticas voltadas ao progresso técnico e a introdução de novas técnicas de produção, o desenvolvimento de mecanismos nacionais de financiamento do investimento”, e a estabilidade econômica (Idem, p. 514-5).

Além da mais explícita filiação a ideias keynesianas²⁴, o grupo de novo desenvolvimentistas pós-keynesianos carrega algumas diferenças com relação aos precursores no que tange algumas escolhas da política econômica, especialmente com uma preocupação maior em “evitar a vulnerabilidade à qual fica sujeito o país quando a economia encontra-se aberta, em particular às entradas e saídas de capitais” (MOLLO & AMADO, 2015, p. 11).

A partir de Keynes, por não considerar a “poupança prévia para que o investimento se verifique”, o eixo das políticas econômicas dos *pós-keynesianos* pela garantia do crédito com “condições de juros razoáveis”, e uma regulação institucional de forma a contemplar as diferentes demandas de liquidez dos possíveis investidores. Portanto, é uma diferença significativa com relação aos *precursores*, que também defendem um controle relativamente rigoroso da taxa de juros, mas menos preocupados com o mercado externo e sim com a estabilidade do sistema de crédito (Idem, p. 11-3).

Mas as similaridades entre pós-keynesianos e precursores são bem maiores do que as suas divergências. Ambos apontam para um fortalecimento do mercado, porém com regulação estatal para evitar sua monopolização, além de situarem o crescimento econômico (como resultado de um mercado aquecido) a fonte para o combate às desigualdades sociais e desemprego (Idem, p. 13).

O tema da estabilidade macroeconômica aparece com grande centralidade na estratégia de desenvolvimento nacional dos *keynesianos*, tratado como um “conceito mais amplo do que mera estabilidade de preços”, mas sim um pacote de medidas que visam “reduzir as incertezas relativas à demanda futura que são inerentes aos negócios na economia”. Isso exigiria “maior coordenação de políticas (fiscal, monetária e cambial)”, o que corresponde a esse novo papel do Estado do novo desenvolvimentismo (SICSÚ & PAULA & MICHEL, 2007, p. 517).

24 Os pós-keynesianos se auto intitulam “pós” como uma diferenciação ao que ficou mais comumente conhecido os keynesianos, algo como uma vertente dentro da ortodoxia. Reivindicam, portanto, maior proximidade com as ideias de Keynes, não ortodoxas, do que os assim chamados keynesianos.

Ainda sobre o papel do Estado, os keynesianos apontam que o mesmo “deve buscar formas de blindar a conta de capital do balanço de pagamentos” para “reduzir os efeitos” de possíveis “choques internos e/ou externos sobre a taxa de câmbio”, como analisam que ocorria no país nos últimos anos. Isso significa um maior controle da taxa de câmbio, evitando sua alta volatilidade. Consideram esse controle mais importante do que o *proteccionismo* do antigo desenvolvimentismo, voltado para a balança comercial, pois assim acreditam que nossa economia manteria curvas de crescimento seguras, viabilizando o “pleno emprego e equidade social”, seus principais objetivos (Idem, p. 519).

Outro destaque importante dos *pós-keynesianos* (similar aos *precursores*) é o viés nacionalista de seu pensamento, expresso na ideia de que tal sentimento “reforça um projeto de desenvolvimento”, a partir de “um conjunto de atitudes dos governos e de cidadãos com o objetivo de defender o capital e o trabalho de seu país no mundo”, mundo este extremamente competitivo. Sendo assim, é o nacionalismo que fortalece uma coesão empresarial nacional capaz de aumentar o grau de competitividade das mesmas no mercado mundial. Não é uma rejeição ao processo de globalização, mas sim uma proposta de “inserção soberana” nesse processo de modo a potencializar “mais ganhos do que perdas, em termos de geração de conhecimentos, novos empregos, crescimento e bem-estar social” (Idem, p. 521-2).

3.1.3 – Social-desenvolvimentismo

Segundo Mollo e Amado, o terceiro grupo de *neodesenvolvimentistas*, os *social-desenvolvimentistas*, se distinguem por colocar “as políticas de distribuição de renda” como centro de sua visão econômica, ou seja, o desenvolvimento a partir do fortalecimento do mercado interno, com a “poupança financiando o investimento” (MOLLO & AMADO, 2015, p. 14).

A partir do raciocínio de intelectuais como o economista da UFRJ Ricardo Bielschowsky, defendem a ideia de que é possível, com a ampliação do “consumo de massa”, aumentar o “rendimento de escala, o progresso técnico e a elevação de salários”, o que geraria um círculo virtuoso de desenvolvimento de “crescimento e distribuição de renda”. Por isso os *social-desenvolvimentistas* consideram o consumo de massas, junto dos recursos naturais e infraestrutura, “os três motores do desenvolvimento econômico”.

É dessa forma que apostam alcançar com mais garantias o objetivo de distribuição de renda (Idem, p. 16).

Há, portanto, uma diferença importante entre os *social-desenvolvimentistas*, os *precursores* e os *pós-keynesianos*, visto que se afiliam a uma estratégia de crescimento *wage-led*, e não *export-led*. Além dos motivos citados no parágrafo anterior, soma-se a grande preocupação dos *social-desenvolvimentistas* com as crises do capitalismo, como a vista em 2007, que derrubam a demanda global e, conseqüentemente, o motor do desenvolvimento baseado no mercado externo (Idem, p. 20).

Mollo e Amado, assumindo clara predileção por essa vertente dentro do neodesenvolvimentismo, apontam como vantagens do pensamento *social-desenvolvimentista* sobre os demais *neodesenvolvimentistas* as seguintes: 1) mais potencialmente eficaz na busca por justiça social; 2) mais bem protegida contra oscilações internacionais ocasionadas por crises do capitalismo, visto que seu motor é o mercado interno não o externo; 3) seu foco no mercado interno, resolvem o dilema do crescimento liderado pelo investimento ou consumo, visto que com mais consumo, mais lucros e mais estímulo para o investimento; 4) atacam de forma mais incisiva o problema da industrialização, por priorizarem os investimentos prioritariamente girados para este setor, com perspectivas de “turbinar o crescimento com a formação de encadeamentos produtivos tanto nos setores tecnologicamente nobres quanto em setores produtivos tradicionais” (Idem, p. 21-2).

No plano teórico, adeptos da vertente *social-desenvolvimentista* apontam não apenas para a ampliação do mercado interno, mas também para “a demanda por investimentos em infraestrutura e recursos naturais abundantes”, que, impulsionados “pela recuperação de encadeamentos produtivos fragilizados e por inovações tecnológicas”, poderiam gerar um “desenvolvimento brasileiro poderá ser vigoroso nas próximas décadas” (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 730).

Bielschowsky desenvolveu uma das principais elaborações da vertente *social-desenvolvimentista* em seu artigo *Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual* (2012), em que, trata o investimento nas três frentes citadas acima (mercado interno, recursos naturais e infraestrutura) é possível realizar um desenvolvimento autônomo e soberano.

Ele parte de um balanço histórico da experiência do antigo desenvolvimentismo no Brasil, em que aponta para uma falta de “duas tradicionais referências organizadoras, ou seja, um padrão de desenvolvimento e as estratégias e políticas governamentais de

longo prazo”, sobretudo a partir dos anos 1980. Desse balanço, identificava que o novo cenário mundial dos anos 2000, com a ascensão da economia chinesa e sua demanda por matérias-primas, tornou esse cenário um “solo fértil para uma nova etapa de discussões sobre o desenvolvimento” no país (p. 735).

Tal balanço é compartilhado por Mollo e Fonseca, que rebatem a crítica feita por *Precursores*, de que não teria havido “preocupação com a estabilidade monetária, fiscal e cambial” nos governos Vargas, tido como principal exemplo prático do nacional-desenvolvimentismo por Bresser-Pereira. Ao contrário, consideram que o Governo Vargas prezou sim pela responsabilidade fiscal, tanto em discursos de Vargas, quanto nas políticas econômicas implementadas e nos resultados. Ressaltam que houve equilíbrio fiscal nesse governo, assim como grande crescimento industrial (11,2% de 1933-39), o que aponta para uma contradição entre o que, de fato, foi o governo tido como exemplar e identificado ao velho desenvolvimentismo, e a crítica dos novo-desenvolvimentistas (que é a mesma da ortodoxia liberal) ao mesmo (MOLLO & FONSECA, p. 229-231).

Mollo e Fonseca afirmam ainda, que mesmo quando houve um desequilíbrio na balança de pagamentos, já no segundo Governo Vargas, isso teria sido resultado de uma imposição do “acordo de Bretton Woods”, que “acabava por sobrevalorizar o cruzeiro”. Reconhecem, contudo, que a busca pela estabilidade de preços de Vargas, no entanto, nunca foi mais importante do que o crescimento econômico, assim como os déficits públicos não foram alheios às oscilações internacionais (Idem, p. 231-3).

Mesmo otimista, Bielschowsky ressalta em sua análise que as mudanças a estratégia nacional de desenvolvimento promoveriam mudanças a serem realizadas gradualmente, “como resultado de acontecimentos, pressões, articulações e conflitos econômicos e políticos que a própria evolução histórica” permitiria durante os governos petistas, assim como ocorrera na “era desenvolvimentista” (Idem, p. 736).

Com base nessa estratégia de desenvolvimento, as exportações de bens industriais serviriam “como complemento à demanda gerada pelo mercado interno”, considerando que, na maioria dos casos, “as decisões de investir nas empresas industriais sediadas nos países acontecem essencialmente em função do mercado interno e só de forma complementar visam ao mercado internacional” (Idem, p. 730).

A primeiro delas elencada por Bielschowsky, o mercado interno, era visto como “tanto mais amplo quanto melhor vier a ser a distribuição da renda”, associado a uma “estrutura produtiva” que impulsionasse a produção nos diversos setores, “sem prejuízo de ampliar as exportações” (Idem, p. 730).

Considerando a retomada do crescimento econômico do país nos primeiros anos do Governo Lula, houve a expansão do mercado de consumo de massas, causado essencialmente pelos seguintes fatores:

i) rápido aumento na massa salarial, por volume de emprego e elevação dos rendimentos do trabalho; ii) transferências de renda à população pobre, por efeito de políticas sociais como o impacto do aumento do salário mínimo sobre as pensões e o “Bolsa Família”; iii) estabilidade ou queda nos preços dos bens industriais de consumo popular por valorização cambial e por importação de bens da China e da Ásia; iv) forte ampliação do crédito ao consumo e acesso da população de baixa renda ao mesmo (Idem, p. 738).

Bielschowsky compreendeu que esse cenário representaria “extraordinária oportunidade para o Brasil”, pois abria espaço para “rendimentos de escala” e porque os bens consumidos era produzidos por “estruturas produtivas e empresariais modernas, afeitas ao progresso técnico e ao aumento de produtividade”. Com isso, seria possível operar um “círculo virtuoso”, que passaria pelo “aumento do consumo”, que geraria “expansão dos investimentos” e “aumento da produtividade e competitividade”, proporcionando aumentos salariais, redução do preços dos bens e, por fim, um “consumo popular continuamente ampliado”, fechando o ciclo e o repetindo (Idem, p. 738-9).

É na esteira desse círculo virtuoso que se daria o desenvolvimento brasileiro no século XXI, fazendo do significativo parque industrial brasileiro já existente evoluir “por meio dos encadeamentos produtivos da produção de bens finais de consumo popular, inclusive daqueles de maior intensidade tecnológica”, como indústria eletrônica e química (Idem, p. 739).

A segunda frente importante da expansão desenvolvimentista no século XXI para Bielschowsky é a exploração de recursos naturais, com ênfase em novas fontes de energia elétrica, no petróleo e etanol. Considerando que há no Brasil abundância de oferta de recursos naturais, uma “crescente demanda mundial pelas matérias-primas brasileiras”, é feita uma aposta do desenvolvimento nacional pela exploração de recursos naturais diversos no Brasil, mediante a produção dos equipamentos e serviço de “alta densidade tecnológica para o ramo, que proporcionaria um alto aproveitamento dos produtos gerados pelo setor (Idem, p. 740-1).

Bielschowsky também atenta pela “ameaça de compra de terra e do acesso à energia e a metais pela China e outras potências mundiais”, defendendo regulamentação fundiária que permita ao Brasil explorar tais recursos e se desenvolver através disso.

Defende também combinar a preocupação do desenvolvimento nacional com a perspectiva da sustentabilidade e a inserção do setor privado de uma forma mais vantajosa para a economia nacional do que foram as privatizações de grandes estatais, como a Vale (Idem, p. 741).

Por fim, a última frente de expansão econômica no Brasil são os investimentos em infraestrutura, “porque movimentam uma quantidade gigantesca de recursos e de emprego, e geram externalidades ao setor privado e à economia como um todo”. Tal preocupação leva em conta a estagnação no país desse tipo de investimento desde a década de 1980. O segredo que permite que tal frente seja um dos motores do desenvolvimento nacional é a proliferação de diversas possibilidades de investimentos de longo prazo.

Nos últimos anos, através dos planos de aceleração do crescimento (PAC), foi percebida uma nova tendência, acompanhada da recuperação dos “serviços de consultoria e engenharia desse país”, assim como “a capacidade de financiamento de investimento de longa maturação, públicos e privados” (explicados a partir aumento da carga fiscal, expansão de capital do BNDES, maior capacidade do mercado de capitais para investimentos de longo prazo, e maiores recursos para o ramo de “construção residencial”, a partir do “Minha casa, minha vida”). Esse novo quadro permite que os investimentos infraestruturais contribuiriam para taxas de crescimento ainda maiores do que a média de 4% ao ano, registradas entre 2004 e 2011 (Idem, p. 742-3).

Bielschowsky destacaria ainda dois “turbinadores” para que as três frentes de expansão apontadas potencializassem o projeto *social-desenvolvimentista*. O primeiro é a questão da “inovação tecnológica”, constantemente destacada, por abrir a possibilidade da transformação em “núcleos estruturantes da economia nacional várias atividades produtivas ainda inexistentes”, que adensaria e multiplicaria o potencial das três frentes de expansão e reduziria a “vulnerabilidade externa” de nossa economia (p. 731). O segundo turbinador passa pelos “investimentos nos encadeamentos produtivos tradicionais, não dependentes de maiores inovações” (Idem, p. 743).

Essa complexa proposta de estratégia de desenvolvimento nacional mostra uma nítida diferença de abordagem do problema da dependência, subdesenvolvimento ou localização periférica da economia brasileira, em comparação com a abordagem dos precursores e mesmo dos pós-keynesianos. Veremos nos tópicos seguintes que, ainda que os intelectuais *social-desenvolvimentistas* sejam mais próximos e articulados politicamente com os governos petistas, isso não significa que a pensamento norteador da

política macroeconômica desses governos seja coerente com esta vertente (ou mesmo com outras vertentes do neodesenvolvimentismo).

3.2 – Governos Petistas e Neodesenvolvimentismo

3.2.1 – Discursos oficiais da gestão petista

Neste tópico analisaremos discursos e pronunciamentos proferidos por Lula e Dilma ao longo de seus respectivos mandatos. O objetivo aqui é identificar até que ponto a retórica neodesenvolvimentista esteve presente nos pronunciamentos oficiais destes governos, e o quanto ela se amalgamava com o receituário neoliberal.

É importante ressaltar aqui que a nossa pesquisa não trata os discursos como fonte única de averiguação dos fatos políticos e sociais da História do Brasil recente. São, contudo, fontes que ilustram ainda mais o que pesquisadores, intelectuais e militantes marxistas analisam e concluem no capítulo seguinte desta tese. A complexa caracterização sobre os governos federais petistas toma uma proporção distinta, na medida em que discurso e prática são tratados como coerentes ou contraditórios por seus críticos ou seus defensores.

Lula 1º Mandato

No discurso de posse de seu primeiro mandato de Presidente da República, realizado em 1º de janeiro de 2003, Luis Inácio Lula da Silva nada disse de efetivo sobre a política econômica a ser adotada em seu governo. Contudo, na sessão solene do Congresso Nacional no mesmo dia de sua posse, o chefe de Estado recém-empossado, em uma fala mais extensa, com alguns apontamentos mais perceptíveis.

Falou, especialmente, em “mudança”, negando um modelo que:

(...) produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades, diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico,

social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária. (BRASIL, 2003b, p. 1)

Lula seguiu o seu discurso de mudança aos congressistas destacando a importância da busca de uma “nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional”. Essa mudança ocorreria “com coragem e cuidado”, “por meio de diálogo e negociação, sem atropelos e precipitações” (BRASIL, 2003b, p. 2). Mesmo sendo um discurso mais restrito, o pronunciamento do presidente para os congressistas não se aprofundou em temas específicos como a forma para se alcançar a soberania, embora tenha citado a necessidade de uma “reforma agrária pacífica, organizada e planejada” (BRASIL, 2003b, p. 4).

O discurso do dia 1º de janeiro para congressistas foi, em diversos momentos, marcado por propostas e ideias desenvolvimentistas clássicas, como a defesa do mercado interno, soberania e fortalecimento da produção industrial nacional. O tom desenvolvimentista combinava-se com o combate à inflação e uma esperança no pacto social entre capital e trabalho, que para muitos intelectuais desenvolvimentistas, como Celso Furtado, estava perdida. Lula ainda mencionou o “protecionismo”, mas não para defendê-lo como forma de proteção à economia nacional, mas sim criticando outros países, desenvolvidos, com “escandalosos subsídios agrícolas”. A saída para o recém-empossado presidente não era de conter a globalização, financeirização e mundialização, mas sim de inserir o Brasil da melhor forma nesse processo histórico.

A ambiguidade ficou mais evidente na comparação do discurso de Lula da Silva no III Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, com sua intervenção no XXXIII Fórum Econômico Mundial, ocorrido em Davos, ambos respectivamente em 24 e 26 de janeiro de 2003. Em Porto Alegre, falou da importância de atender propostas formuladas pelos movimentos sociais, partidos, Igrejas e ONGs em seu governo. Já anunciava sua ida para Davos, e que iria promover um diálogo entre os fóruns. Ao discursar no evento na Suíça, reforçou seu anseio conciliador:

Eu não sei como é que nós iríamos fazer para que os dois fóruns se entendessem. A única coisa de que eu tenho certeza é que se ficarmos no Fórum Social Mundial, reunidos em Porto Alegre e vocês aqui, no Fórum Econômico, reunidos em Davos, sem conversar, chegaremos a um novo

milênio fazendo as mesmas coisas e discutindo somente entre aqueles que concordam conosco, seja aqui ou em Porto Alegre. (BRASIL, 2003d, p. 2)

O explícito posicionamento de “diálogo” com um fórum liderados pelas principais potências mundiais capitalistas não era apenas pela melhor inserção do país na ordem mundial já existente. Sua crítica, presente em seu pronunciamento no dia da posse para parlamentares federais, era de que o “livre comércio” praticado no mundo servia apenas para os “países em desenvolvimento, pobres”, advogando pela derrubada da política protecionista de países desenvolvidos (BRASIL, 2003d, p. 4).

Também é notável a importância que Lula da Silva deu às reformas da previdência e tributária em seu primeiro discurso no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, na segunda reunião do fórum, realizada no dia 31 de março de 2003. O CDES foi um espaço que, em teoria, deveria ter sido o principal instrumento de elaboração de políticas públicas e de Estado a serviço de um projeto de desenvolvimento nacional para o país. A reforma da previdência, tratada por muitos movimentos sindicais como “contrarreforma”, foi responsável pela perda de direitos de trabalhadores e orientada por organismos internacionais como FMI e Banco Mundial, sendo aprovada ainda naquele ano de 2003 e promovendo uma forte dissidência pública do partido de Lula, o PT, no período.

Além da defesa das reformas orientadas pela cartilha neoliberal, o ex-operário presidente citava exemplos de ações sociais lideradas por grandes empresas, tais como a Pirelli e organizações patronais, como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), tratando o espaço como uma espécie de articulação de ONGs (BRASIL, 2003e, p. 8-9).

A perspectiva econômica liberal ficou mais evidente ainda em 2003, em fala do presidente na *Conferência Anual do Banco Mundial sobre Economia em Desenvolvimento* daquele ano, ocorrida em maio. Lula enfatizou naquela ocasião a importância da “reciprocidade no acesso a mercados, tecnologias e a fonte de recursos para a formação do capital produtivo”, destacando o potencial do “comércio e os investimentos internacionais” nesse contexto (BRASIL, 2003f, p. 2-3).

Outro aspecto importante do discurso de Lula da Silva para o Banco Mundial foi seu reconhecimento de que o Brasil não poderia “competir com orçamentos públicos de países avançados”, por conta de “prioridades fiscais” que impediriam um papel mais protagonista do Estado no desenvolvimento econômico brasileiro.

Mesmo em discurso pouco relacionados à austeridade fiscal e voltado para organismos financeiros e bancos, Lula da Silva reafirmava a importância da aprovação de reformas da agenda neoliberal, como na Cúpula Extraordinária das Américas, ocorrida em 13 de janeiro de 2004, pouco tempo após a aprovação da Reforma da Previdência no Congresso Nacional.

Na reabertura das sessões legislativas do Congresso Nacional brasileiro de 2004, o chefe do executivo associava as metas de “geração de emprego e os investimentos na área social e de infraestrutura” com o de aprovação de “reformas estruturais”, como as reformas sindical e trabalhista (BRASIL, 2004b, p. 2).

Entre os discursos do Presidente Lula em 2004, um de seus mais importantes foi sua fala em sua visita à China, em 11 de maio. Tratou naquela altura o estreitamento de laços comerciais com diversos países como vantajosos para o Brasil e impulsionadores de nosso desenvolvimento econômico.

Em especial, a forma como o presidente tratou a relação com a China foi muito elucidativa para compreender o pensamento econômico que alinhavou seus discursos. Falava em uma relação equilibrada e construída, àquela altura, entre “dois países em via de desenvolvimento”, exemplificando essa caracterização por conta do apoio dos chineses na produção de satélites brasileiros, em contrapartida com o apoio brasileiro à fabricação de aviões na China (SILVA, 2004, p. 3). O otimismo presidencial era evidente em declarações como essas, assim como mais um exemplo que justificaria a perspectiva de abertura econômica, em oposição ao nacionalismo dos desenvolvimentistas.

Em 2005 observamos um aumento de discursos e pronunciamento de Lula da Silva para dar explicações diante dos escândalos de corrupção envolvendo seu governo, e que culminaram na CPI do Mensalão. Nesse contexto, surgiam declarações triunfalistas sobre a condução do executivo federal e, mesmo antes de revelada publicamente a denúncia de compra de votos de deputados no governo petista, em junho de 2005, Lula da Silva apresentava seu balanço altamente positivo de governo, no Pronunciamento à Nação do Presidente da República para rádios e TVs de 2 de janeiro de 2005. Além de exaltar as altas de indústria, comércio e emprego, associava o crescimento econômico do país naquele período com as “medidas amargas” tomadas pelo seu governo desde 2003, a busca de “recursos internacionais” para investimento no país, (BRASIL, 2005b, p. 3).

No discurso do dia do Trabalhador de 2005, em 1º de maio, o presidente declarava que o país tinha superado sua dependência econômica e em “apenas dois anos

conseguimos sair do FMI²⁵” (BRASIL, 2005b, p. 2). A fala servia para simbolizar que o Governo Lula havia quitado seus débitos com o organismo internacional.

O controle da inflação também foi bastante exaltado em discursos presidenciais no ano de 2005, como o proferido na abertura da reunião ministerial de 12 de agosto. A inflação, dita como “a menor dos últimos cinco anos”, era comentada junto do crescimento da produção industrial e das exportações, pois era essa estabilidade financeira que permitia “um ambiente favorável para a volta dos investimentos” (BRASIL, 2005c, p. 1).

O anúncio oficial, no entanto, da quitação completa da dívida do Brasil com o FMI foi realizado no dia 16 de janeiro de 2006, início do último ano do primeiro mandato de Lula da Silva. Entusiasmado com o feito, o presidente mencionou neste discurso o fim da dívida, porém os números apresentados foram referentes a outros indicadores distintos dos valores da dívida mencionada e a frequência foi realizado esse suposto pagamento. (BRASIL, 2006a, p. 1-2).

No final de março de 2006 houve uma mudança aparentemente significativa no Ministério da Fazenda no Governo Lula, responsável pela condução da política econômica desta gestão. No lugar do médico e ex-prefeito de Ribeiro Preto Antonio Palocci, entrava Guido Mantega, economista com produção intelectual na área. Ao contrário de diversas trocas de ministério, foi realizada uma cerimônia para a posse de Mantega, com a presença e discurso de Lula da Silva.

Primeiramente, o presidente da República no discurso de posse de Guido Mantega exaltou a importância de seu antecessor, Palocci, desde a campanha eleitoral, atribuindo ao mesmo protagonismo na formulação da *Carta aos Brasileiros*²⁶, que teria, na visão de Lula, representando um movimento político decisivo na campanha presidencial de 2002 para levar a vitória petista. Também ressaltou que a condução econômica do ex-prefeito havia trazido “confiança internacional” e “confiança interna”, superando críticas inclusive de parte da militância petista (BRASIL, 2006b, p. 2).

Ao falar do papel futuro de Mantega, Lula da Silva falou em “fazer acontecer a política do desenvolvimento que todos nós queremos que aconteça sem oferecer para a sociedade nenhum milagre” (Idem, p. 5), em tom de continuidade com relação ao

²⁵ Fundo Monetário Internacional, órgão internacional que operou em grande medida o avanço do neoliberalismo no mundo.

²⁶ Carta aos brasileiros foi documento lançado pela campanha de Lula da Silva no segundo turno das eleições presidenciais de 2002 que anuncia compromissos com o capital financeiro.

ministério anterior. Ao mesmo tempo, a partir da referência desenvolvimentista de Mantega, o presidente parecia também sinalizar, há poucos meses de nova campanha eleitoral, que seu governo mudaria de condução para algo mais próximo do que historicamente no Brasil foi identificado com o nacional-desenvolvimentismo de Celso Furtado e companhia.

Lula 2º Mandato

Tendo sido eleito para seu segundo mandato nas eleições de 2006, Lula da Silva retornou ao palanque de posse presidencial, no Palácio do Planalto, no dia 1º de janeiro de 2007, e preferiu exaltar a vitória eleitoral, agradecer aos aliados no Congresso e tratar sua eleição como um símbolo do fortalecimento da democracia no país. Não mencionou na ocasião, nenhum novo plano econômico, seja para reafirmar a condução do primeiro mandato, protagonizada por Antonio Palocci, ou uma mudança de rumos, expectativa gerada pela condução de Guido Mantega (BRASIL, 2007a).

Já em Davos, no retorno do presidente Lula ao Fórum Econômico Mundial, o chefe de estado brasileiro apresentou as primeiras diretrizes de seu novo plano de desenvolvimento econômico, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Considerando que os investimentos sociais e infraestrutura já haviam acontecido em boa escala em seu primeiro mandato, a exemplo do Fome Zero, a ampliação da oferta de energia elétrica residencial e o aumento do crédito para a agricultura familiar, apontava que tal desempenho positivo só foi possível porque o país teve responsabilidade fiscal, “saldando suas dívidas com o FMI” (BRASIL, 2007b, p. 1-3).

O PAC, tratado como programa de desenvolvimento por Lula da Silva, era definido por três aspectos centrais no discurso de Davos, em 2007.

Pois bem, neste segundo mandato nós começamos o ano lançando um programa de desenvolvimento para o Brasil, um programa de desenvolvimento que leva em conta três aspectos. O primeiro aspecto são mudanças na política econômica, sobretudo na área de desoneração de vários setores da economia. Num segundo momento são medidas que estamos enviando ao Congresso Nacional para desobstruir os marcos regulatórios, para garantir que o Brasil tenha mais facilidade de colocar em prática os seus projetos. E o terceiro, uma definição de desenvolvimento regional, levando em conta as particularidades de cada região do País para que a gente possa, no que diz respeito a estradas, rodovias, ferrovias, portos, eletricidade, ou seja, um projeto que prevê um investimento de 236 bilhões de dólares até 2010. (BRASIL, 2007b, p. 4).

Em entrevista concedida em junho de 2007 para o Jornal Valor Econômico, o presidente relata que a previsão de investimentos do PAC seria de R\$ 504 bilhões até o final de seu mandato, em 2010. Na mesma entrevista, retomou a intenção de realizar nova Reforma da Previdência, com intuito de reduzir gastos do Estado, assim como avançar com a Reforma Trabalhista, para flexibilizar as regras da CLT²⁷ e também aprovar a Reforma Tributária (SILVA, 2007, p. 4-6).

Em 2008, foram diversos os eventos relacionados às obras e medidas do PAC que contaram com discursos presidenciais, de obras regionais a lançamento de programas relacionados a ele, como o Bolsa Formação. Um aspecto importante a ser destacado dos discursos de Lula da Silva sobre o PAC nesse ano foram suas comparações com o Plano Nacional de Desenvolvimento II, do Governo Geisel, na década de 1970. O presidente ex-operário dizia que o PAC era o maior investimento federal em obras de infra-estrutura desde o PND II dos militares, com a vantagem de que não aumentaria a dívida externa do Brasil, o que ocorreu no regime militar abundantemente (BRASIL, 2008a, p. 1).

Embora procurando ser ponderado em seus discursos, Lula da Silva associou nitidamente os méritos do avanço do PAC com a figura de Dilma Rousseff, à época Ministra da Casa Civil, tratada pelo próprio presidente como “mãe do PAC” publicamente (Idem, p. 9). Veríamos o PAC como forte política de propaganda com o passar dos anos e mandatos dos governos petistas.

Outro tema bastante explorado em discursos do presidente Lula em seu segundo mandato foi referente à descoberta de jazidas de petróleo no pré-sal brasileiro. Quando anunciou a proposta do governo federal para o marco regulatório da exploração do pré-sal para o Congresso, em agosto de 2009, defendeu que o Brasil não deveria repetir erros de outros países com alta exploração de petróleo (considerando que seríamos, graças às novas jazidas, um dos países mais exploradores do mundo do produto químico negro), que permaneceram nações empobrecidas ou com economias dependentes do petróleo (BRASIL, 2009, p 1-2).

Lula da Silva expôs no evento em Brasília que a proposta de marco regulatório de seu governo passaria por três diretrizes principais. A primeira diretriz era uma promessa de “assegurar que a maior parte da renda gerada permaneça nas mãos do povo brasileiro”. A segunda diretriz era que a exploração deveria priorizar a exportação de derivados do petróleo e não o “óleo cru”. E a terceira diretriz passava por garantir que parte da

²⁷ Consolidação das Leis Trabalhistas, aprovada em 1943.

destinação dos lucros desta exploração mineral deveriam ser destinados a investimentos sociais, sobretudo na área da educação (BRASIL, 2009, p. 3-4).

No início de 2010, retornando ao Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em período de aprofundamento de uma crise mundial iniciada em 2007, cujos impactos ainda não seriam completamente sentidos no Brasil até a chegada de Dilma Rousseff à presidência da República, Lula da Silva culpava da crise financeira a “irresponsabilidade gerencial, administrativa e de concepção” do sistema financeiro mundial. Repetia o discurso sobre o pagamento da dívida externa com o FMI, agora propagandeando que o Brasil emprestara US\$ 14 bilhões para o fundo internacional, o que ilustrava a competência da gestão brasileira, em contraste com a incompetência internacional (BRASIL, 2010a, p. 4.).

A propaganda de um Brasil não só financeiramente equilibrado, mas capaz de ser um impulsionador da soberania econômica de países como Haiti, países africanos e México também estava presente no discurso de Lula do dia 26 de janeiro de 2010, a menos de um ano do fim de seu mandato. Os números apresentados pelo presidente nessa ocasião, de geração de mais de um milhão de empregos no Brasil em 2009, era colocado em contraste com o aumento de desemprego em países desenvolvidos, como os EUA (com crescimento de sete milhões de desempregados) e países europeus (também com sete milhões de novos desempregados em 2009) (Idem, p. 11).

O discurso triunfalista do ex-operário presidente de balanço de seu governo foi reproduzido em inúmeras ocasiões, como na visita de Lula da Silva a Madrid, no Seminário “Brasil: Parceria para uma Nova Economia Global”, promovida pelo governo espanhol. O presidente brasileiro apontava que nossa economia tinha “previsibilidade” e seus números eram “sólidos” (BRASIL, 2010b, p. 8).

Dilma 1º Mandato

Após concluir dois mandatos presidenciais, Lula da Silva apoiou Dilma Rousseff, ex-ministra de seu governo, para a campanha presidencial de 2010. A ex-ministra se elegeu com mais de 55 milhões de votos no segundo turno, derrotando José Serra, do PSDB, que obteve pouco mais de 43 milhões de votos, tornando-se a primeira mulher presidenta da República no Brasil²⁸.

²⁸ Dados coletados pelo site G1 disponível no link <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-rousseff-e-primeira-mulher-eleita-presidente-do-brasil.html> Acesso em: 19/02/2022.

Em um de seus primeiros discursos como presidenta, Rousseff estabelecia um tom de continuidade com relação ao Governo Lula, mencionando o líder do executivo anterior diversas vezes em breve discurso no dia de sua posse (BRASIL, 2011a). Embora mantivesse a mesma caracterização de seu antecessor sobre a crise mundial iniciada em 2007, sobretudo na comparação da capacidade de recuperação dos países desenvolvidos com relação ao Brasil, já apontava que os países ditos emergentes teriam maiores dificuldades nos anos porvir, por conta da pressão cambial e financeira do centro do capitalismo mundial:

Os países emergentes que, é bom que se reconheça, sustentaram a dinâmica econômica no pior momento da crise, agora são pressionados por políticas de expansão intensa da liquidez internacional, geradora de desequilíbrios não só cambiais, mas, também, de desequilíbrios inflacionários. E isso é importante que nós tenhamos consciência e clareza: de desequilíbrios e pressões cambiais e inflacionárias, porque um afluxo deste nível que hoje o mundo experimenta, de liquidez sobre as economias em desenvolvimento, significa, necessariamente – como também foi mostrado aqui hoje – uma grande pressão sobre o valor de todos os ativos e uma expansão absolutamente desenfreada do crédito e uma pressão monetária sobre as economias em desenvolvimento (BRASIL, 2011b).

Preocupada com o aumento da inflação, a presidenta anunciava na mesma reunião medidas de controle inflacionário de “controle da expansão do crédito, de controle da expansão fiscal por meio do aumento no resultado primário” e a ampliação da taxa de juros através do Banco Central (Idem).

Em contrapartida, programas de investimento como o PAC em suas diversas modalidades e o programa de habitações populares Minha Casa, Minha Vida eram muito destacados nos discursos, entrevistas e pronunciamentos de Rousseff, como o realizado em 18 de novembro de 2011, em Salvador, por ocasião do anúncio do apoio financeiro de R\$ 1 bilhão do governo federal às obras do metrô da capital baiana (BRASIL, 2011c).

Mesmo com muitos investimentos, a economia brasileira em 2012 já demonstrava muitas dificuldades para o crescimento, o que foi objeto de questionamento do Jornal Valor Econômico, em entrevista realizada com a presidenta em novembro daquele ano. Como resposta para a estagnação econômica presente e que duraria no restante de seu governo, Rousseff oscilava entre a pauta dos investimentos infraestruturais, e medidas

neoliberais como a “desoneração da folha” salarial dos servidores públicos, e também a busca pela redução do “custo da mão-de-obra” no Brasil (ROUSSEFF, 2012).

Embora em queda de popularidade desde junho de 2013, e pressionada pela crise econômica, Dilma Rousseff sustentava ainda em 2013 um discurso de que os rumos da política econômica de seu governo se manteriam, como aponta entrevista coletiva que a presidenta concedeu por razão da reunião ministerial, realizada no dia 1º de julho daquele ano (ROUSSEFF, 2013).

A contestação de parte significativa da população brasileira foi sentida na campanha presidencial de 2014, em que Dilma Rousseff derrotou no segundo turno seu adversário direto, Aécio Neves, por pequena margem de votos. Os efeitos disso na economia eram apontados por jornalistas em entrevista coletiva realizada com a presidenta reeleita em 27 de outubro de 2014. Quando questionada sobre a reação da bolsa de valores (de queda), assim como a queda das ações da Petrobrás e a alta do dólar logo após o anúncio do resultados das eleições presidenciais brasileiras daquele ano, Rousseff respondia que não havia motivos para descreditar a economia brasileira, exemplificando com a grande reserva de dólares da União, cerca de US\$ 376 milhões na época (ROUSSEFF, 2014).

Mantendo um discurso de calma, a presidenta admitia que realizaria mudanças na condução econômica de seu governo, efetivada pela nomeação de Joaquim Levy como novo Ministro da Fazenda²⁹, de viés claramente neoliberal (Idem).

Dilma 2º Mandato

Em abril de 2015, a pressão da imprensa era grande sobre uma séries de indicativos econômicos preocupantes, como a alta de juros para controle da inflação, e a desvalorização do real, que interferia em importantes indústrias, como a automobilística, e a reação negativa dos industriais à falta de sinalizações do Governo Dilma em proteção do setor (ROUSSEFF, 2015).

Outro aspecto significativo da nova postura da presidenta e de seu governo em seu segundo mandato estava na defesa de uma agenda semelhante a que Lula da Silva

²⁹ Informação comprovada pela matéria disponível no link: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2014/11/ex-chefe-de-novo-ministro-presidente-do-bradesco-aprova-escolha-de-levy.html>

encaminhara em 2003, em especial a partir da defesa de uma nova Reforma da Previdência (ROUSSEFF, 2016).

Pressionada em entrevista coletiva do dia 15 de janeiro de 2016 sobre a contradição entre controle fiscal e ampliação de crédito, a presidenta respondia o seguinte:

Por exemplo, para haver crescimento econômico, você tem de ter equilíbrio fiscal e controle da inflação. Se não, não tem crescimento econômico viável, principalmente se você considerar que você precisa de estabilidade fiscal e controle da inflação até para viabilizar investimento privado. Então, o crescimento depende diretamente dessa estabilidade fiscal e do controle da inflação (Idem).

Na mesma entrevista, no entanto, Dilma se recusava a falar sobre aumento de juros, que estavam em elevação no período e, por isso, contradiziam seu discurso desenvolvimentista ancorado em investimentos de infraestrutura de seu governo e do anterior, de Lula da Silva.

Ao longo de 2016, até o período de votação de seu afastamento da presidência da República, muito de seus pronunciamentos públicos eram voltados para a defesa de seu mandato, negando uma possível renúncia, além de responder às diversas considerações que justificaram seu Impeachment por parte do Congresso Nacional, entre os meses de abril e agosto, principalmente³⁰.

3.2 – Apropriação petista da retórica neodesenvolvimentista

Nesse tópico abordaremos a visão de parte da intelectualidade brasileira que aponta nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, em especial a análise do ex-ministro petista Aloísio Mercadante, como sendo um período de “Novo Desenvolvimentismo” ou neodesenvolvimentista, numa tentativa de reivindicação do pensamento econômico que analisamos e debatemos no tópico anterior.

³⁰ O processo de Impeachment contra Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o pedido de afastamento feito pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal foi acatado pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil> Acesso em: 20/02/2022.

“Nunca antes na história deste país!”. A frase, repetidas diversas vezes pelo ex-presidente Luís Inácio “Lula” da Silva, durante seus dois mandatos e posteriormente, ilustra uma narrativa não apenas repetida por ele, mas que alcançou o status de pensamento econômico supostamente inovador. Traduzido em parte da academia pela expressão “singularidade histórica”, a caracterização dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff como expressão de uma proposta neodesenvolvimentista de gestão é o cerne da tese do pensamento econômico *neodesenvolvimentista* brasileiro, que apresentaremos a seguir.

Um dos principais expositores das ideias do pensamento neodesenvolvimentista associado aos governos petistas é o ex-ministro Aloísio Mercadante de Oliva. Em sua tese de doutorado, defendida em dezembro de 2010 na Universidade Estadual de Campinas para uma banca nada ocasional, formada por Antônio Delfim Neto, Luiz Carlos Bresser-Pereira e João Manuel Cardoso de Mello, apontou que os dois mandatos do presidente Lula da Silva teriam representado a aplicação prática de um pensamento econômico intitulado pelo ex-ministro como de “Novo Desenvolvimentismo”.

Para Aloísio Mercante Oliva, o Novo Desenvolvimentismo no Brasil se define a partir da combinação de alguns fatores que formaram pilares da política macroeconômica dos Governos Lula. Centralmente, esse “novo desenvolvimento” passa pela “sólida estabilidade econômica” associada com o “social como eixo estruturante de desenvolvimento”. Na prática, a política econômica apresentada pelo ex-ministro admite a defesa das medidas mais relevantes aplicadas desde os anos 1990 no país, com uma política de distribuição de renda, a partir de alguns programas sociais dos governos Lula (OLIVA, 2010, p. XXVI).

Para Oliva, o chamado “novo processo de desenvolvimento” se distinguiu do “modelo neoliberal” e do “antigo nacional desenvolvimentismo” (Idem, p. 9). Esta foi a perspectiva que motivou a consideração de que os Governos Lula da Silva foram gestões dotadas de “singularidade histórica”. Para Mercadante, “a criação do salário-mínimo, a sindicalização dos trabalhadores urbanos e o crescimento econômico” do período nacional-desenvolvimentista “não eram resultados de uma política social consistente e não atingiam, nem de longe, a maioria da população brasileira”. Reconhece que tal período foi exitoso “na criação de uma indústria robusta e integrada e na geração de uma infraestrutura básica que, apesar dos retrocessos promovidos pela agenda neoliberal, permitem, ainda hoje, alicerçar vetores importantes do desenvolvimento brasileiro”. Porém, afirma que “o nacional-desenvolvimentismo, ao contrário do ocorrido no Novo

Desenvolvimentismo brasileiro, nunca conseguiu enfrentar a contento o grave e recorrente problema da inflação, dos endividamentos externo e interno e da instabilidade macroeconômica geral” (Idem, p. 21).

Como analisamos no tópico anterior, a perspectiva crítica à ideia de irresponsabilidade fiscal está presente no pensamento do economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, no entanto, o principal expoente no Novo Desenvolvimentismo precursor. Tal visão foi apropriada por Oliva, que tratou o Governo Lula como exemplo prático desse modelo de pensamento econômico. Embora seja uma proposta teórica, ela é fundamentalmente calcada numa análise sobre governos da América Latina da virada dos anos 2000. Bresser-Pereira admite em sua discussão um conceito específico para o nacional desenvolvimentismo clássico. Para ele:

A designação “nacional-desenvolvimentismo” enfatizava, em primeiro lugar, que o objetivo básico dessa política era promover o desenvolvimento econômico, e em segundo lugar, que, para que isso acontecesse, a nação – ou seja, empresários, burocracia do Estado, classes médias e trabalhadores, unidos na competição internacional – precisava definir os meios para alcançar esse objetivo no âmbito do sistema capitalista, com o Estado como o principal instrumento da ação coletiva. (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 75).

Nesse sentido, Bresser-Pereira diferencia o velho e o novo desenvolvimentismo a partir de “duas variáveis que surgiram na segunda metade do século XX”. A primeira refere-se a mudanças no capitalismo mundial, saindo da “idade de ouro” para a “globalização”; e a segunda, a mudança de estágio de desenvolvimento de países como o Brasil, não mais em processo nascente de industrialização (Idem, p. 87).

Quando se refere ao contexto histórico internacional, Bresser aponta que as taxas de crescimento do capitalismo globalizado são bem menores do que durante a “idade de ouro”. Soma-se a isso o fato de que, por conta da Guerra Fria, as concessões dos países capitalistas centrais com relação aos países subdesenvolvidos eram maiores do que no período mais recente, em que teses como o “fim da História”³¹ apontavam a soberba e supremacia das ideias capitalistas no mundo.

O segundo problema, de causa interna e responsabilidade do projeto desenvolvimentista, seria a demora em “reduzir as barreiras protecionistas”. Segundo Bresser, considerando que o Brasil já na década de 1960 era uma economia com

31 A tese intitulada “o fim da história” foi defendida em 1989, depois reforçada no livro *O fim da história e o último homem*,

industrialização madura, deveria ter se voltado para a exportação com mais fôlego do que fez. Nisso há uma diferença fundamental entre o novo e velho desenvolvimentismo: a nova proposta não é protecionista, reduzindo sua defesa da economia nacional a uma busca de uma “taxa de câmbio competitiva” (Idem, *ibidem*).

Outra diferença marcante é a defesa de ajustes fiscais e compromisso com o controle da inflação, associado a papel subsidiário do Estado no investimento em empresas nacionais (Idem, p. 89). Nesse sentido, aproxima-se bastante com a implementação do projeto neoliberal aplicado no Brasil pelos governos Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

Mesmo colocando uma diferenciação clara com o nacional-desenvolvimentismo, numa nítida adesão ao pensamento de Bresser-Pereira, Mercadante trata como sua maior referência teórica o economista Celso Furtado, um dos precursores, junto com Raul Prebisch e outros. A perspectiva do ex-ministro em sua tese contextualiza a perspectiva de retomada do crescimento com o de “construção interrompida”, de Furtado e são expressos nos governos Lula:

(...) na massiva transferência de renda para os setores mais pobres e desprotegidos, na recuperação sistemática e expressiva do nível de emprego e do poder de compra do salário-mínimo, na popularização do crédito para os segmentos anteriormente excluídos, na criação de programas massivos e eficientes destinados a construir moradias populares, em uma renovada ênfase nos assentamentos da Reforma Agrária e no apoio eficaz à agricultura familiar, na democratização das oportunidades educacionais. (OLIVA, 2010, p. 18)

A diferenciação de Mercadante, na comparação entre o Novo Desenvolvimentismo e o antigo desenvolvimentismo, também passou por descolar os governos petistas com o fenômeno político e social do “populismo”, expressão bastante associada à política econômica desenvolvimentista. O Governo Lula, ao contrário do populismo, teria alcançado vitórias para na ampliação de “direitos econômicos e sociais” para grande parte da população por via institucional e “dentro dos marcos do sistema político-democrático e republicano”. Não teria havido, ao contrário dos governos latino-americanos centrados na exaltação de figuras carismáticas, “nenhuma tentativa de se estabelecer vínculos diretos entre o governante e os governados”, com uma “separação entre os poderes constituídos foi respeitada e consolidada e as instituições republicanas foram fortalecidas” (Idem, p. 29).

Para Mercadante, portanto, o *Novo Desenvolvimentismo* não passou apenas por uma nova política econômica, mas sim toda uma revisão do Estado brasileiro, que realiza

mudanças estruturais “dentro dos limites políticos dados pelo Estado Democrático de Direito e suas instituições” e, por isso, têm “contribuído de modo importante para o aperfeiçoamento da democracia brasileira”³² (Idem, *ibidem*).

A comparação crítica, de Bresser-Pereira e Mercadante, entre o novo e o velho desenvolvimentismo suscita a pergunta: com tantas diferenças com relação ao desenvolvimentismo clássico brasileiro, quais seriam suas diferenças com o chamado “modelo da estagnação”³³?

A ortodoxia convencional é influenciada pela teoria neoclássica, porém formulada principalmente pelos organismos internacionais Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Um “conjunto de diagnósticos e políticas destinados aos países em desenvolvimento”, identificada com o “Consenso de Washington” ou a “forma efetiva que a ideologia neoliberal e globalista assumiu nas políticas econômicas recomendadas aos países em desenvolvimento” (Idem, p. 90).

Para Bresser-Pereira, a diferença fundamental entre o neoliberalismo e o novo desenvolvimentismo é que o primeiro coloca o Estado contra o mercado, enquanto o segundo considera que o mercado e o Estado devem trabalhar juntos. Nesse ponto, separa também o crescimento “legítimo” e “ilegítimo” do Estado. O crescimento legítimo seria o aumento do Estado para fortalecer a infra-estrutura e os serviços sociais de um país, e o crescimento ilegítimo o aumento do Estado a partir do clientelismo e para empregar uma burocracia. A ortodoxia neoliberal trataria o Estado “preocupado apenas com a segurança interna e externa”, livrando-se dos serviços sociais, a partir do processo de privatizações, deixando-os para o mercado (Idem, p. 91).

Bresser-Pereira ainda se refere à ortodoxia convencional como “fundamentalista de mercado” (Idem, *ibidem*). Porém, diz que as ideias do novo desenvolvimentismo compartilham da perspectiva de “reforma institucionais, com objetivos diferentes” (Idem, p. 93). Coloca também muitas ressalvas na política de “distribuição de renda”, colocando limites para os mercados.

Em suma, o *Novo Desenvolvimentismo* diferenciar-se-ia do neoliberalismo, em teoria, pela busca da manutenção de algumas funções do Estado propostas pelos desenvolvimentistas, como os serviços sociais, a política de emprego, administrando

32 É importante ressaltar que tais reflexões sobre a democracia brasileira foram feitas até 2010, quando Aloísio Mercadante Oliva defendeu sua tese de doutorado.

33 Adotamos a caracterização de Oliva para a ortodoxia convencional, mesmo que num tom bastante pejorativo, pois a seguir elucidaremos que as diferenças entre o pensamento de Oliva e seus opositores neoliberais é mais retórica do que prática.

taxas de juros e câmbio. Semelhante à *ortodoxia convencional*, no entanto, pela própria visão de Bresser-Pereira, a nova ideologia busca o controle da inflação, mantém a taxa de *câmbio flutuante* e combate o chamado “inchaço clientelista” do Estado (Idem, p. 95).

Para Aloísio Mercadante, foi o Governo Lula a gestão capaz de romper com o círculo vicioso com o chamado “Estado anêmico ou neoliberal”, a partir da consolidação de instituições republicanas, destinadas ao controle da máquina pública, como Ministério Público, Polícia Federal, CGU e outras³⁴. Também a partir da recuperação e criação de mecanismos de planejamento e intervenção do Estado na economia, além de, principalmente, incorporar “reivindicações expressivas dos movimentos sociais organizados nas políticas governamentais (...), mediante a incorporação das Centrais Sindicais às mesas de negociação de políticas públicas e a realização de um grande número de conferências nacionais” (OLIVA, p. 27).

Oliva em sua formulação se diferenciou mais, pelo menos retoricamente, do neoliberalismo em comparação com o nacional-desenvolvimentismo. Apontou, inclusive, o que, para ele, é um ponto de similaridade entre o novo e o velho desenvolvimentismo: a política econômica externa, pautada “ao longo do período histórico do nacional-desenvolvimentismo” por uma “afirmação autônoma do país mediante vigorosas negociações bilaterais, mantendo, no entanto, forte presença nos organismos multilaterais”, inclusive durante o regime militar. Para Mercadante, o marco de diferenciação nesse tema está no período chamado de “neoliberal”, quando “foi substituída por outra política que, com fundamento nos ditames do Estado Mínimo, colocava ênfase na integração do país ao ‘processo de globalização’, no alinhamento aos interesses da única superpotência, na chamada relação Norte-sul e no reconhecimento do status de mera potência média regional para o Brasil” (Idem, p. 30-1).

Cabe ressaltar que, o partido identificado com a implementação do modelo neoliberal no Brasil, o PSDB, foi, em todas as eleições presidenciais vitoriosas para o PT no Brasil, de 2002 a 2014, seu principal adversário nas urnas, sempre levando o opositor dos petistas (por duas vezes Lula da Silva e outras duas Dilma Rousseff) ao segundo turno. O que parece ser um dos objetivos da tese de Mercadante não é, simplesmente, associar o pensamento *neodesenvolvimentista* ao Governo Lula, mas sim a construção de uma narrativa que enfatiza uma diferenciação constante com o Governo de Fernando Henrique Cardoso e sua mais forte oposição, o PSDB. Considerando a data de publicação

34 O comentário da nota 24 também serve para este trecho.

do livro, que continha boa parte da tese de doutorado do ex-ministro petista, lançado em julho de 2010, ou seja, no período pré-eleitoral em que Dilma Rousseff e José Serra, liderança do PSDB, se enfrentaram pelo pleito presidencial.

Afirmamos a motivação eleitoral não apenas pela observação do contexto político eleitoral em que se insere a defesa do pensamento neodesenvolvimentista. Partindo da definição do que é o projeto neoliberal e sua aplicação no Brasil, que chamamos de neoliberalismo brasileiro, cujo principal representante seria, de fato, o sociólogo e ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o FHC; da definição do nacional-desenvolvimentismo e o pensamento desenvolvimentista, representado por Furtado, Prebisch e outros; e pelo que os próprios defensores e autoproclamados neodesenvolvimentista definem seu pensamento. A partir da crítica marxista, a distância entre “neodesenvolvimentistas” e “neoliberais” acaba sendo restrita à retórica e apropriação de dados da macroeconomia durante os governos petistas que convém para afirmação desta narrativa.

Um bom exemplo para ilustrar essa diferenciação meramente retórica está no balanço do ex-ministro sobre a política de comércio exterior de Lula. Para Mercadante, o sucesso no comércio exterior foi “além do crescimento do comércio mundial e do aumento dos preços das commodities” (Idem, p. 32), o que contraria alguns diagnósticos que apontam exatamente este fator (o boom das commodities) como um fator decisivo para o sucesso temporários da política econômica do Governo Lula.

A política lulista de comércio exterior seria mais uma diferenciação do neodesenvolvimentismo com a teoria furtadiana. Para Mercadante, o *Novo Desenvolvimentismo* no Brasil seria “mais internacionalista que o velho nacional-desenvolvimentismo”, pois estaria ancorado “a construção da nação na integração regional, em uma diversificação cada vez maior de parcerias comerciais e diplomáticas e em um protagonismo intenso nos foros de governança global e no cenário internacional” (Idem, p. 33).

Contudo, a expressão mais clara da busca na diferenciação entre o chamado “período neoliberal” com o “período de Novo Desenvolvimentismo” ocorre no resgate histórico feito na tese de doutorado do ex-ministro petista. O mesmo apresenta nesse texto uma proposta de trajetória da industrialização no Brasil, a partir das referências de autores como Maria da Conceição Tavares, Luiz Gonzaga Belluzzo e outros. Destaca o papel decisivo do Estado na industrialização brasileira, a partir de 1930 até 1980. Destaca que, devido à opção por um “modelo de financiamento da economia (...) altamente

dependente dos recursos externos e da mediação estatal”, desde a década de 1970, tal escolha levou à economia brasileira na década de 1980 a um profundo endividamento.

Para Mercadante:

(...) a crise da dívida externa marca o fim ciclo de industrialização iniciado na era Vargas e intensificado no pós-guerra, baseado em um modelo de acumulação que tinha como eixos centrais a presença ativa do Estado, na provisão de externalidades e financiamento ao setor privado e na produção de bens de capital e insumos básicos para o desenvolvimento da plataforma industrial; a aliança com o capital estrangeiro, via parcerias e políticas de atração e estímulo à implantação das grandes corporações transnacionais em setores estratégicos para o crescimento; e o financiamento externo como peça-chave para a viabilização dos blocos de investimento que, em fases sucessivas, alimentaram a expansão da economia desde o pós-guerra. (Idem, p. 70)

Além disso, aponta que “a industrialização, ao não ser acompanhada de transformações dirigidas a reduzir a heterogeneidade da estrutura social, estabelecer um padrão auto-sustentável de financiamento da economia”, com a implantação de “um núcleo endógeno de produção e difusão tecnológica capaz de alimentar o processo de acumulação de capital, teve um impacto limitado na modificação do padrão histórico de inserção internacional do país” (Idem, *ibidem*).

A partir do raciocínio exposto acima, o ex-ministro localiza em dois pontos as mudanças profundas do último quartel do século XX: “novo paradigma tecnológico configurado no pós-guerra” e a “expansão dos fluxos internacionais do capital financeiro”, a partir da referência de Maria da Conceição Tavares (Idem, p. 71). Com isso, destaca o surgimento de um novo modelo de acumulação com raízes “nas políticas de liberalização e desregulamentação econômica e financeira adotadas pelos Estados Unidos na década de 70, a partir da ruptura unilateral do acordo de Bretton Woods”, a partir dos governos de Reagan e Thatcher. Tal modelo promoveria uma “globalização financeira que se intensifica paralelamente a essas transformações na estrutura e dinâmica da produção, dos investimentos e do mercado”, promovendo uma “crescente autonomia e hegemonia dos componentes financeiros, vis a vis a economia real, desloca o eixo das decisões ligadas à direção e magnitude dos fluxos de capital internacional – que passam a privilegiar a obtenção de lucros patrimoniais e especulativos em operações nos mercados financeiros e cambiais” (Idem, p. 72).

Mercadante coloca em seu resgate histórico das raízes do neoliberalismo a oposição entre o novo modelo estadunidense de acumulação e o “intervencionismo estatal do pós-guerra”. Destaca que a nova economia mundial desregulada é marcada por “uma

sucessão de crises”, desde 1987, “evidenciando o caráter estruturalmente instável e carregado de incertezas e inseguranças do novo ordenamento econômico mundial” (Idem, p. 74).

Mercadante afirma que esse novo modelo econômico “pôs em marcha um processo de reestruturação da economia mundial, que conduziu a mudanças relevantes no status dos estados nacionais”. Gerou “restrições adicionais às margens de manobra dos Estados Nacionais dos países periféricos” (Idem, p. 74-5). Nesse contexto, coloca que “os organismos multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional passam a ter papéis cada vez mais importantes”, impondo ajustes estruturais de políticas macroeconômicas nacionais que legitimavam o sistema financeiro internacional globalizado. Outro órgão, a Organização Mundial do Comércio teria passado a impor “uma nova institucionalidade para as regras de comércio exterior, aumentando a capacidade de pressão e as exigências das grandes potências econômicas, em particular os Estados Unidos, sobre os países em desenvolvimento”. Nesse processo haveria também uma “ofensiva ideológica da inevitabilidade das ‘reformas’ e da ‘modernização’ como parte do pensamento único construído na pretensa racionalidade do mercado” (Idem, p. 75).

A partir da contextualização das mudanças em escala mundial da economia e relações entre os diversos países, o ex-ministro apontaria que o Brasil teria começado sua abertura econômica para o modelo neoliberal a partir do Governo Collor, em 1990, “com a abertura da conta de capitais do balanço de pagamentos e a redução das tarifas de importação”. Segundo Mercadante, essa agenda governamental enfrentou forte resistência dos movimentos sociais e oposição parlamentar, dos quais o PT tinha protagonismo³⁵ (Idem, p. 77).

Com a queda de Collor e a transição instável de Itamar Franco, o Plano Real foi, para Mercadante, a mudança econômica mais relevante na economia brasileira na década de 1990. O ex-ministro resumiu o plano a partir de sua inspiração no FMI e articulação do “aumento acelerado de importações” com a “absorção de recursos externos”, associada a uma política monetária de juros altos (Idem, p. 78).

35 O historiador Rodrigo Teixeira aponta que “a conversão da CUT, deixando de ser um espaço de organização autônoma dos trabalhadores para tornar-se um aparelho de manutenção da ordem” foi um fator decisivo para o sucesso da implementação do projeto neoliberal no Brasil, já na década de 1990. O núcleo dirigente do PT, que comandava a central sindical, foi protagonista nessa “transmutação” da central. (TEIXEIRA, 2013, p. 13).

Curiosamente, o balanço sobre a existência a implementação do Plano Real de Mercadante é distinta do balanço sobre a política econômica dos governos FHC, em que, para ele, houve uma retomada da agenda neoliberal, com o impulso de “reformas econômicas destinadas a estabelecer a primazia absoluta do mercado e remover as restrições à inserção do país no processo de globalização” a partir das medidas, como: “abertura comercial ampla e irrestrita; sobrevalorização da taxa de câmbio; remoção das restrições à livre movimentação do capital estrangeiro; privatização das empresas e serviços públicos” e menor participação do Estado na economia.

Foi, para o ex-ministro, uma resposta de “pensamento econômico conservador à crise do modelo desenvolvimentista” e alinhamento do país ao “Consenso de Washington”, que tinha como receituário básico: “(...) disciplina fiscal; mudanças nas prioridades do gasto público; desregulamentação da atividade econômica; abertura comercial; privatização; liberalização do investimento direto estrangeiro”; e taxa de juros e de câmbio determinada pelo mercado (Idem, p. 78).

Mercadante aponta que foi o cenário de “crescente descontrole dos preços” e fracassos nas “tentativas de reverter o processo inflacionário”. Nos anos 1980, que viabilizaram a implementação desse “modelo de estabilização e reforma da economia”, somente possível na década de 1990 pois, naquele período, havia maior liquidez internacional e um novo ciclo de crescimento econômico nos EUA (Idem, p. 79-80).

A implementação do Plano Real insere-se nesse contexto. Foi uma resposta eficiente ao descontrole inflacionário, cujo êxito imediato, somado à hegemonia do paradigma neoliberal à época, pavimentou o caminho para o estabelecimento de um governo consentâneo com o pensamento econômico então dominante e o credenciou para a implementação das reformas econômicas plasmadas no Consenso de Washington. (Idem, p. 80)

Os elogios do ex-ministro petista são maiores à implementação da Unidade Real de Valor, URV, política cambial de transição entre o cruzeiro e o Real, considerada por ele a “dimensão mais criativa do programa”. Contextualizando, a primeira fase do Real, no período de URV, consistiu em: combate à inflação sem congelamento de preços; universalização de um novo indexador diário – retorno da moeda como medida do valor (A URV tinha seu valor estabelecido diariamente pelo Banco Central, com uma média de três índices de preços com um mês de defasagem); conversão dos salários pelo salário médio real do quadrimestre anterior, com correções diárias a posteriori; estabilização da inflação através da equiparação de despesas de pessoas físicas fundamentais, como

mensalidades escolares e aluguéis; e paridade real em relação ao dólar (que colocou em risco o país a um choque externo ao sistema de preços (Idem, p. 81).

Como consequências, a fase URV do Plano Real: alinhou preços relativos; estabilizou a inflação em um patamar elevado; criou condições favoráveis para a reforma monetária definitiva; simultânea retomada e expansão do crédito (o que teve efeito positivo sobre a renda). Já em 30 de junho de 1994, todos os valores em URV foram convertidos para o Real, equivalente na época a CR\$ 2750,00 (Idem, p. 82).

Em seguida, o Plano Real promoveu uma estabilidade nos preços a partir: da âncora cambial e sobrevalorização do Real – com abertura comercial e grande entrada de produtos importados, o que pressionou os preços dos produtos; congelamento provisório de preços e tarifas públicas; excelente safra descapitalizada, que estabilizou o custo de vida (queda do Índice Nacional de Preços de Consumidores mensal, um dos mais importantes indicadores de inflação no país, de 48,2% em junho para 7,75% em julho e 1,85% em agosto) (Idem, ibidem).

Segundo Mercadante, o resultado imediato do Plano, com o fim do imposto inflacionário, a revitalização do crédito ao consumidor e uma queda de preços relativos a cesta básica, foi a geração de uma bola de consumo, decisivo para eleger Cardoso no primeiro turno, em 1994 (Idem, p. 82-3). A avaliação, relativamente positiva do ex-ministro sobre a proposta e aplicação do Plano Real, é um contraste em relação ao conjunto da política econômica do governo FHC. Para ele, “as reformas de ordem econômica foram concebidas para abrir a economia ao capital estrangeiro (...) reduzir a intervenção do Estado na economia, privatizar as empresas públicas nas áreas produtivas e de prestação de serviços e desregulamentar o sistema financeiro” (Idem, p. 83). Exemplo disso seriam as Emenda 5, de 1995, de quebra do monopólio de distribuição local de gás canalizado, e a Emenda 8, do mesmo ano, que quebra o monopólio estatal das telecomunicações e desloca as funções de regulação do setor para órgão específico, dentre outras medidas com o mesmo sentido (Idem, ibidem).

Mercadante avalia em seu trabalho que as mudanças realizadas em 1995 e 1996 impulsionaram as privatizações, “através da alienação do controle acionário das estatais e da concessão de serviços públicos a empresas privadas”, dando sequência e ampliando o “Programa Nacional de Desestatização (PND), criado pela administração Collor, por meio da lei nº 8.031/1990” (Idem, p. 84). Essas privatizações teriam gerado mais de 100 bilhões de dólares, recursos usados, em grande parte, “na sustentação da política cambial e em despesas financeiras do setor público”. Produziram, para Mercadante, um aumento

de eficiência em empresas privatizadas e aumento indevidos dos preços de novos serviços privatizados (Idem, p. 84-5).

Ainda que muito crítico, Mercadante aponta em seu balanço sobre a política econômica de FHC, que alguns setores teriam sido corretamente privatizados, como a siderurgia, mas outros, equivocadamente, pois tirariam do Estado:

(...) instrumentos importantes de fomento do desenvolvimento, de articulação dos esforços públicos e privados e de implementação de políticas anticíclicas, como ficaria evidente na crise de 2008, quando a Petrobras desempenhou papel central na reversão dos impactos recessivos da crise mundial”. Para o ex-ministro, “algumas estatais poderiam ser instrumentos relevantes nesses três planos e algumas privatizações, especialmente em setores estratégicos, reduziram significativamente a capacidade e a eficácia da ação de orientação e apoio ao desenvolvimento e de regulação estatal dos processos econômicos. (Idem, p. 84)

Uma das teclas mais tocadas pelo ex-ministro petista para criticar a condução econômica dos governos do PSDB, de 1994 a 2002, se enquadram na abertura comercial irrestrita para o comércio internacional. Destaque disso está a redução das tarifas de importação gerou uma forte entrada de produtos importados no mercado brasileiro, atacando a produção nacional e gerando déficit comercial com o exterior (Idem, p. 86). Destacou também o saldo negativo crescente das Transações Correntes (balança comercial, balança de serviços e transferências unilaterais), entre 1994 e 1998, em consequência desta abertura comercial, sobrevalorização cambial e a política de atração de capitais externos. Esse déficit elevado, somado ao “encarecimento do crédito interno pela elevação da taxa de juros produziram um rápido crescimento da dívida externa do país” (Idem, 87-8).

A evolução da dívida bruta geraria a consequência de aumentar os custos de nova captação de recursos externos, em função do aumento do “Risco Brasil”. Cabe ressaltar que o carro-chefe desse endividamento seria o endividamento privado, subindo de U\$S 50 bilhões, em 1994, para U\$S 150 bilhões, em 1998. “O serviço da dívida (amortizações mais despesas brutas com juros) que em 1994 equivalia a 40% da nossa receita de exportações, representou, em 1998, o equivalente a 97% do valor total das exportações” (Idem, p. 88-9).

Esse mercado, agora altamente desregulamentado, “boa parte do financiamento externo da economia passou a ser coberta por investimentos de curto prazo e alta volatilidade potencial”, o que tornaria a economia brasileira bastante vulnerável a oscilações do mercado mundial. Isso também deixava também nossa economia bastante

dependente de investimentos externos, que representavam 8,5% do PIB em 1998, quase igual ao volume de reservas do país, e bem mais do que os 2,3% de 1994. Este quadro seria, segundo Mercadante, minimizado com o aumento da entrada de investimentos diretos, de U\$S 2 bilhões para U\$S 26 bilhões, em 1998 (Idem, p. 89-90).

Outro ponto destacado por Mercadante na avaliação da política econômica de FHC passou pela crítica a esse aumento da participação do capital exterior na economia do país, que teria gerado um forte movimento de desnacionalização de nossa economia, a exemplo da “privatização de empresas estatais”, especialmente por “setores financeiro, de alimentos e bebidas, produtos químicos e petroquímicos, metalurgia e siderurgia, seguros, eletro-eletrônicos, peças automotivas e telecomunicações”. Tal processo ampliou a participação no investimento direto estrangeiro na economia do país “de 27,3%, em 1994, para 74,1%, em 1998” (Idem, p. 91).

Associada a política das privatizações, para atrair e desestimular uma possível fuga de investimentos estrangeiros, houve uma alta na média da taxa de juros anual. Isso levou a uma elevação expressiva a dívida pública, demonstrada pela proporção de juros pagos pelo Governo e receita de impostos, que em 1995 era de 23,1% e passou para 46,2 % em 1998 (Idem, p. 95).

A dívida pública mobiliária (referente ao total de títulos públicos federais fora do Banco Central em poder do público – Títulos do Tesouro Nacional) passou de 17% para 36%. Grande parte desses títulos estavam agora no poder do mercado, que se enriquecia a partir do lucro financeiro. Além disso, a rolagem da dívida pública se dava em prazos relativamente curtos e “o governo assumiu parcela crescente do risco cambial dos tomadores de títulos públicos, que passaram a utilizar este mecanismo para lastrear suas operações externas de financiamento” (Idem, p. 96-7).

Outro grave problema na gestão econômica de FHC seria a queda do volume de empréstimos para o setor produtivo em 30%, mediante comparação dos Índices Gerais de Preços – Disponibilidade interna com o volume de empréstimos realizados no período (o primeiro, com aumento de 90% e o segundo, com aumento de pouco mais de 50%). A queda em comparação ao PIB chegou a 58%, saindo de 53% para 31% (Idem, p. 102). Outro dado importante, a inadimplência dos empréstimos, decorrente da alta taxa de juros, teria subido de 2,8%, 1994 para 9,2%, em 1998, o que levou a quebra de bancos importantes, especialmente os mais voltados com o financiamento efetivo à atividade econômica (Idem, p. 103).

Com isso, o sistema bancário brasileiro passou a ser também desnacionalizado,

passando para 22% a participação de bancos estrangeiros nos ativos financeiros em 1998 (antes eram 6,4%, em 1995) e uma redução da participação dos bancos públicos, caindo de 44% para 28% no mesmo período. Essa participação ampliada teria sido também permitida também por uma série de decretos governamentais que liberaram essa ampliação juridicamente no país (Idem, p. 104). Como consequência disso, houve um aumento da instabilidade da economia, na medida em que a tendência dos bancos estrangeiros era o de não investimento no crédito para produção e fuga de capitais ao sinal de crise, o que viria a acontecer em 1999 (Idem, p. 105).

Mercadante centra fogo na crítica na política macroeconômica dos governos tucanos a partir do balanço sobre a crise cambial de 1999. Caracterizada como de “liberalização comercial unilateral”, a partir do confronto dos baixíssimos índices de crescimentos das exportações do país (entre 1995 e 1998 foi de 2,6% anuais), associado a um baixo crescimento econômico (2,49% anuais em média, abaixo da média mundial de 3,1%) (Idem, p. 105), e: “a redução dos investimentos na infraestrutura básica para a elevação da competitividade sistêmica, a queda real nos gastos com desenvolvimento tecnológico”, além da “consequente desarticulação e desintegração de cadeias produtivas preexistentes”. Essas mudanças seriam causas da elevação do desemprego e precarização do trabalho, chegando a 15 milhões de desempregados em 1998 e aumento da informalidade nas áreas metropolitanas (Idem, p. 106-7).

O grande erro que gerou a crise brasileira em 1999 a manutenção desse modelo de investimentos, com “a sobrevalorização do Real e a política de juros elevados, que estimulava a financeirização da economia, engessava seu crescimento e fragilizava as finanças públicas”. Desse modo, quando começaram as crises cambiais internacionais, em 1997, o Brasil perderia U\$S 10 bilhões (a partir da crise asiática), levando à equipe econômica a elevar as reservas, atraindo U\$S 21 bilhões, no início de 1998. Nesse mesmo ano, o país sofreria novo ataque especulativo em função da crise da Rússia, o que o fez perder U\$S 21,5 bilhões. Com isso, houve uma desvalorização forçada da moeda em 1999, não ainda sem a perda de mais U\$S 10 bilhões (Idem, p. 108).

A solução encontrada por FHC foi realizar novo empréstimo junto ao FMI foi, que repôs essa perda da economia brasileira (superior a U\$S 50 bilhões em todo o período de crise), deixando o país ainda mais dependente e vulnerável e o aumento do Risco Brasil, o que tornava a atração para investimentos ainda mais difícil (Idem, p. 111). Desde então, o país seria regido por uma política econômica de câmbio flutuante, após uma maxi-desvalorização do Real superior a 50%, e um novo sistema de metas de inflação

inauguram uma nova fase na política macroeconômica. (Idem, p. 113)

Para Mercadante, houve um avanço na adoção do novo sistema de metas da inflação associado ao regime de câmbio flutuante, pois preservaria a estabilidade dos preços. No entanto, em sua visão o sistema de metas deve fixar metas “sem sacrificar desnecessariamente o crescimento”, o que não teria sido o que FHC fez de 1999 em diante (Idem, p. 115). No caso, o grande problema na “substituição do regime de câmbio fixo e sobrevalorizado pelo sistema de metas, com plena autonomia do Banco Central para definir e gerir a política monetária” foi o de desconsiderar os problemas de crescimento e emprego na análise geral, mesmo contribuído para o controle da inflação entre 1999 e 2002. Por isso, o sistema de metas continuou limitado e “dificultou o caminho para a conquista da estabilidade econômica, não somente de preços” (Idem, p. 116).

A partir do balanço apresentado em sua tese, Mercadante concluía que o modelo neoliberal teria sido uma experiência bastante negativa para o Brasil. Segundo ele, inclusive, “as políticas adotadas nesse período deixaram marcas profundas na economia e na sociedade brasileira, cujos desdobramentos se projetariam por vários anos, inclusive limitando o espaço e a autonomia de decisões do governo Lula em seu primeiro mandato” (Idem, p. 121).

O argumento da chamada “herança maldita”, isto é, a justificativa da manutenção das principais diretrizes da política econômica do Governo FHC por parte do Governo Lula por conta das limitações impostas por estas políticas, foi exaustivamente utilizado para justificar a continuidade do modelo neoliberal, admitido inclusive pelos gestores petistas, que trataram como um mal necessário.

Mesmo assim, para Mercadante, a economia durante o Governo Lula representou “uma inflexão das tendências estruturais que vinham se consolidando a partir do esgotamento, no início dos anos 80, do ciclo expansivo do pós-guerra”, com um “potencial transformador similar ao daqueles movimentos de transição assinalados por Celso Furtado” (Idem, p. 123). O cenário de crise é apontado pelo ex-ministro como justificativa para a adoção de “políticas restritivas nas áreas monetária e fiscal, que limitaram o crescimento” no primeiro ano de mandato de Lula da Silva. Seria essa escolha determinante para a “retomada dos investimentos e da produção”, o que teria se refletido no crescimento do PIB em 5,71% em 2004 (Idem, p. 124).

Partindo da avaliação de “herança maldita” e “mal necessário”, Mercadante divide a caracterização dos dois mandatos de Lula. No primeiro mandato houve a prioridade em “reverter o processo de desestabilização e reativar a economia a partir do impulso às

exportações”; no segundo mandato, a prioridade foi centrar-se “na aceleração do crescimento e na construção das bases endógenas para sua sustentação”, com o ponto comum de “implementação de uma política consistente de distribuição de renda e inclusão social” (Idem, ibidem).

Essa política, de distribuição de renda e inclusão social, motivaria um balanço extremamente positivo do segundo mandato de Lula. Segundo Mercadante, o país havia reduzido seu endividamento externo e aumentando suas reservas em divisas, fazendo a economia mais resistente a “flutuações dos preços e dos mercados financeiros internacionais e menos dependente das fontes externas de financiamento”. Teria ido da mera “estabilidade de preços” para um cenário de “estabilidade macroeconômica” (Idem, p. 129).

Os eixos para a conquista dessa estabilidade econômica deram-se, principalmente, a partir da “dinamização das exportações e geração de superávits significativos na balança comercial, a redução da instabilidade financeira associada à dinâmica do processo de globalização, (...) e a acentuada redução do peso da dívida externa em relação à economia do país” (Idem, ibidem).

Mais detalhadamente, houve crescimento das exportações, que “passaram de US\$ 60,4 bilhões, em 2002, para US\$ 197,9 bilhões, em 2008” (Idem, p. 130). Isso teria influenciado decisivamente o saldo positivo na balança comercial nos Governos Lula, com um superávit acumulado, entre 2003 e 2010 (até agosto) de US\$ 253,2 bilhões, “uma inflexão notável com relação ao período 1995/2002, quando a balança comercial acumulou um déficit de US\$ 8,5 bilhões” (Idem, p. 131).

A mudança nos números das exportações também reflete uma mudança na política de comércio exterior brasileira, com um redirecionamento das exportações para a Argentina (além dos demais países do MERCOSUL) e China, esta que se tornou o maior importador de produtos brasileiros, superando os EUA, em 2009. As exportações para os países do MERCOSUL “passaram de US\$ 3,3 bilhões, em 2002, para US\$ 22,0 bilhões, em 2008”. “As exportações para a China subiram de US\$ 2,5 bilhões para US\$ 16,4 bilhões” e um novo aumento de 23% apenas de 2008 para 2009, superando, assim, os EUA, que da absorção de 25,3% dos produtos exportados brasileiros em 2002, caiu para 13,9% em 2008, e 9,9% em 2009 (Idem, p. 132-3).

Mesmo Mercadante, cuja tese principal sobre o Governo Lula é de que o mesmo se constituiu como governo de aplicação prática do pensamento econômico de *Novo Desenvolvimentismo*, reconhece que, especialmente na parceria com os chineses, as

exportações fundamentalmente centradas na venda de matérias-primas, acentuavam uma “tendência à especialização primária da pauta de exportações brasileiras”. A partir disso afirmava a necessidade de “um esforço paralelo para avançar na integração da estrutura industrial brasileira e elevar, via aumentos de produtividade, a competitividade da produção nacional”. Ainda assim, conclui a análise sobre este aspecto da economia no Governo Lula dizendo que a “dependência do país em relação às exportações” tornou-se “muito menor que a da maioria dos demais países, incluindo os parceiros estratégicos dentro e fora da América do Sul” em relação ao capital internacional, o que explicaria o pouco impacto da crise mundial na economia brasileira, entre 2008 e 2009 (Idem, p. 134).

A menor dependência econômica brasileira com relação ao mercado mundial teria ocorrido durante os governos petistas liderados por Lula da Silva mantendo-se “o tripé do modelo de estabilização implantado a partir da crise cambial de 1999 – o regime de câmbio flutuante, o sistema de metas de inflação e a geração de superávits primários” (Idem, ibidem), o que é, aparentemente, um paradoxo. A explicação para o suposto sucesso da política neodesenvolvimentista estaria na aliança do modelo de estabilização com “uma estratégia defensiva, de construção de um colchão amortecedor de eventuais movimentos de desestabilização cambial ou financeira”, a partir do aumento do volume de reservas internacionais, via intervenção do Banco Central. Com o aumento da liquidez internacional desde 2004, uma economia estável e em crescimento teriam estimulado “o ingresso de investimentos estrangeiros”, viabilizando a estratégia de acumulação de reservas, que subiram de U\$S 16 bilhões, em 2002, para U\$S 261 bilhões, em 2010 (Idem, p. 135).

Segundo Mercadante, a estabilidade alcançada no Governo Lula foi fruto de um necessário ajuste fiscal logo em seu primeiro mandato “cumprindo metas bastante elevadas de superávit primário³⁶, superiores inclusive às exigidas inicialmente pelo FMI”, que teria permitido a “redução do déficit nominal” e a desaceleração da “trajetória de endividamento do setor público”. O superávit fiscal primário acumulado entre 2003 e 2008 chegou a 90% do equivalente ao crescimento do PIB, que foi da ordem de 28% (Idem, p. 143).

Normalmente a busca pelo cumprimento das metas do SFP dificultam os

36 **O que é o superávit fiscal primário?** É o montante de dinheiro usado pela União para pagamento da dívida pública. É calculado a partir daquilo que o governo gasta (em despesas que não são financeiras) menos o que ele arrecada, cujo saldo depois é usado para pagar juros da dívida pública. Um governo que tenha um SFP suficientemente positivo passa a ser confiável, pois sua ação assegura quem detém títulos da dívida pública, dificultando o calote futuro.

investimentos do governo, que contam como despesa e derrubam o saldo. Mercadante afirma que, mesmo cumprindo as metas fiscais, Lula foi capaz de ampliar gastos públicos, especialmente voltados para as áreas sociais (1999-2009 – INSS – 5,5% a 7,2; Gastos Sociais (Bolsa Família, Seguro-Desemprego, etc. – 0,8% a 1,9%; Saúde e Educação – 0,7% a 1,4%) (Idem, p. 143-144). Além disso, em 2008 o governo teria criado o Fundo de Soberania Nacional, poupando parcela adicional de 0,5% da arrecadação que não seria gasta, nem destinado ao superávit fiscal, para que em período de pouco crescimento, poderia utilizar esse recurso e manter o investimento público de maneira equilibrada. Essa engenharia de gastos e fiscal teria sido, também, viabilizada pelo aumento da carga tributária, que passou de 22,2% em 2002 para 24% em 2008. Também nos primeiros dois anos de Governo Lula, o investimento público foi bastante reduzido.

A política que resultou no acúmulo de reservas e o saldo positivo da balança comercial também teria permitido a “estabilização e reversão da trajetória de crescimento da dívida externa brasileira”. Embora reconheça que em 2008, em função da crise norte-americana e a alta remessas de lucros e dividendos das empresas estrangeiras no país, houve uma dificuldade em sanar a dívida externa (Idem, p. 137), Mercadante aponta que a dívida externa bruta teria passado de 41,8% do PIB, em 2002, para 12,1% do PIB, em 2008, até chegar a 11,9% do PIB em 2010. Em comparação às exportações, a dívida externa líquida, em 2002, equivalia a três vezes o valor das exportações. “A partir de 2007, essa relação se estabilizou em torno de 0,2, e, em 2009, caiu para 0,1 – ou seja, a dívida passou a corresponder a um décimo do valor das exportações, uma situação extremamente confortável” (Idem, p. 140).

Para Mercadante, a convergência entre a “geração de saldos comerciais expressivos, redução dos riscos da instabilidade financeira e ‘desendividamento’ externo” foi fundamental para que o país reduzisse sua “exposição cambial da economia, suas necessidades de financiamento e sua vulnerabilidade diante de choques externos”. Contudo, alertava que, estava em curso um processo de “crescente integração dos mercados financeiros e a ausência de mecanismos de regulação dos fluxos de capital financeiro”, o que representaria um elemento de vulnerabilidade da economia brasileira (Idem, *ibidem*).

Segundo o ex-ministro, mesmo com uma economia com bom desempenho, o mesmo colocava em sua tese defendida no final de 2010, que o país sofria um risco crescente com “o aumento de investimentos financeiros estrangeiros nos mercados futuros de câmbio e juros, em títulos de renda fixa e na bolsa de valores, parte importante

dos quais direcionados à obtenção de ganhos de arbitragem e valorização patrimonial, de cunho geralmente especulativo”. Além disso, atentava para “o aumento da participação estrangeira na dívida interna, que em agosto de 2010 atingiu algo em torno a 10,1% do total”, que poderia ampliar “a volatilidade cambial frente a eventuais turbulências nos mercados financeiros externos”. O processo de financeirização da economia brasileira era visto por Mercadante claramente como um fator de risco à instabilidade, considerando que não havia um marco regulatório adequado no mundo, diante da nova configuração do sistema financeiro internacional pós-crise mundial (Idem, p. 141-2).

A reconhecida financeirização da economia, por parte de Mercadante, não foi muito relacionada com a política monetária do Governo Lula. Ao contrário, reconhece méritos na manutenção até 2006 de altas taxas de juros, nos níveis aplicados pelo governo FHC. Crítica, contudo, a adoção, de 2009 em diante, a promoção de um novo ciclo de aperto monetário, operado pelo Banco Central, colocando que a inflação estava abaixo do necessário (3,14% em 2006).

(Idem, p. 147-8).

Neste ponto, é nítida uma polêmica de Mercadante com a condução econômica do país pelo Banco Central, em 2010 presidido por Henrique Meirelles. O ex-ministro petista aponta que houve forte aumento na taxa de juros, e mostra sua preocupação “com a expansão do crédito, priorizando a convergência, no curto prazo, dos índices de preços para o centro da meta de inflação, sobrecarregando a política fiscal e aprofundando a apreciação do Real em um cenário internacional de guerra cambial cada vez mais preocupante”. Como alternativa, sugeriria em sua tese que a flexibilização da política monetária poderia ser feita “via extensão do prazo para a convergência do IPCA para o centro da meta de inflação, o que possibilitaria manter a taxa de juros em patamares mais baixos, com a consequente redução do impacto fiscal e econômico de sua elevação”.

(Idem, p. 149-150)

As pequenas e pontuais polêmicas de Mercadante com a condução econômica do Banco Central na época de sua defesa de tese não diminuía seu entusiasmo ao explicitar o que ele entende como “bases econômicas do Novo Desenvolvimento”. A partir da manutenção de um modelo financeiro e monetário de austeridade fiscal, a política econômica do Governo Lula teve êxito por combinar “crescimento econômico e distribuição de renda”, o que se expressaria nas taxas de crescimento apresentadas pelo ex-ministro em sua tese.

“Entre 2003 e 2008, a taxa média de crescimento do PIB foi da ordem de 4,1%,

duplicando a média do período 1981/2002” (Idem, p. 156). No mesmo período, a taxa de desemprego teria caído bastante nas regiões metropolitanas, de 11,7% para 7,9%, em especial com empregos formais e no setor industrial, este com crescimento de 18% durante todo o Governo Lula. Ao total, isso representaria a criação de 7,7 milhões de novos empregos sob regime celetista entre, com crescimento de 26% nas regiões metropolitanas do país (Idem, p. 158-160). O salário-mínimo obteve um aumento real de 53,67% (Idem, p. 162). Além disso, houve um “aumento dos recursos para o microcrédito produtivo – R\$ 2,8 bilhões, entre 2004 e 2008, direcionados a pequenos empreendedores”; forte expansão do investimento habitacional – “que saltou de R\$ 7,9 bilhões, em 2003, para R\$ 69,9 bilhões, em 2009 – e a simultânea mudança de critério no financiamento da moradia, que passou a privilegiar as famílias com renda de até 3 salários-mínimos” (Idem, p. 164).

Nas mudanças no campo, “entre 2003 e 2009, foram criados 3.348 assentamentos, abrangendo uma área de 46,7 milhões de hectares, que beneficiaram um total de 574.609 famílias. Esta cifra é 73% superior ao total de famílias que foram assentadas, até 2002, por todos os governos anteriores” (Idem, p. 165). Também houve uma considerável diminuição da população em “condição de pobreza”. Considerando a “proporção da população total”, caiu “de 32,6%, em 2002, para 21,4%, em 2009”. Entre 2003 e 2009, “foram retirados da pobreza cerca de 28 milhões de brasileiros (Idem, p. 166-7).

Mercadante relata que a aplicação prática do projeto de Novo Desenvolvimentismo no Brasil foi colocado em risco no período de crise mundial, em 2008. Nesse período, o governo Lula buscou proteger a economia brasileira a partir de, principalmente: o desbloqueio do sistema de crédito e aumento da liquidez; preservação de empresas e instituições financeiras mais afetadas pela contração do financiamento externo e empoçamento da liquidez; a estabilização do mercado de câmbio; e a proteção dos segmentos sociais mais vulneráveis aos efeitos da crise e o estímulo à reativação do consumo, da produção e dos investimentos (Idem, p. 177).

A oferta de crédito teria sido garantida, principalmente, FAT e FGTS. Segundo Mercadante, “a participação desses diversos segmentos no aumento do crédito” mostrou “o papel fundamental desempenhado pelos bancos públicos na crise” (Idem, p. 179), que disponibilizaram no período 75% do crédito adicional disponibilizado entre outubro de 2008 e dezembro de 2009 de um total de R\$ 224,57 bilhões (Idem, p. 182). O sistema público bancário havia sido reduzido pela metade entre 1995 e 2002, graças a sua expansão de “80,7% no sexênio 2003/08, proporção que se eleva a 125,3%, se incluirmos

o ano de 2009” (Idem, p. 206), ele se fortaleceu o suficiente para servir de grande instrumento de combate à crise. Destaque também foi dado pelo ex-ministro ao papel decisivo do BNDES, que teria passado a ser o maior banco de desenvolvimento do mundo nos anos Lula, com um volume de financiamentos realizados pelo banco chegando a R\$ 137,4 bilhões em 2009 (Idem, p. 208).

A revitalização do BNDES como banco de investimento no desenvolvimento nacional, assim como do sistema público bancário como um todo, seria a razão pela qual a produção industrial, bastante retraída em 2009 (queda de 7,4%), voltaria a crescer em 2010 (15%), liderado pelo setor de bens de consumo duráveis, em especial o setor automotivo (Idem, p. 183-4).

Foram implementados dois programas de industrialização durante os mandatos de Lula. O primeiro, em 2004, foi o PITCE (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior), que tinha o objetivo de “modernizar a matriz tecnológica do setor e induzir a expansão da produção e da competitividade das exportações brasileiras”. Era dividido em cinco esferas: 1) promoção de um “sistema nacional de inovação”; 2) “expansão sustentada e diversificação da base exportadora; 3) ampliação e modernização da capacidade industrial”; 4) desenvolvimento e adensamento tecnológico da produção de bens intermediários; 5) e desenvolvimento de segmentos prioritários da produção em tecnologia – semicondutores, software, fármacos e medicamentos e bens de capital” (Idem, p. 216).

Já o Programa de Desenvolvimento Produtivo, lançado em 2008, diferenciava-se do programa anterior por ser mais detalhado no que tangia as metas e esquemas de gestão a serem adotados. Com o objetivo de “dar sustentabilidade ao ciclo de crescimento iniciado em 2006”, o programa era dividido em três categorias: “1) programas mobilizadores em áreas estratégicas(Complexo Industrial da Saúde, Tecnologia de Informação e Comunicação, Energia Nuclear, Complexo Industrial de Defesa, Nanotecnologia e Biotecnologia); 2) *programas para consolidar e expandir a liderança* (Complexo Aeronáutico, Petróleo, Gás Natural e Petroquímica, Bioetanol, Mineração, Siderurgia, Celulose e Papel e Carnes); 3) e *Programas para fortalecer a competitividade* (Complexo Automotivo, Bens de Capital, Têxtil e Confecções, Madeiras e Móveis, Higiene, Perfumaria e Cosméticos, Construção Civil, Complexo de Serviços, Indústria Naval e Cabotagem, Couro, Calçados e Artefatos, Agroindústrias, Biodiesel, Plásticos e outros” (Idem, p. 217).

Ao analisar as políticas de incentivo à industrialização adotadas por Lula,

Mercadante não aponta os resultados, sob o argumento de que com a “crise internacional e o escasso tempo de vigência da PDP tornam difícil estabelecer, de forma abrangente e precisa, a natureza e o alcance dos efeitos das políticas adotadas pelo governo sobre o sistema de inovação e sobre a estrutura e dinâmica do setor industrial”. No entanto, aponta que a produção física industrial teria crescido 25,5%, entre 2004 e 2008. A proporção da participação da indústria na economia ficou estagnada, no mesmo período, com 27% do PIB (Idem, p. 218).

O ex-ministro, no entanto, admite que houve um crescimento do setor da indústria média-alta intensidade e uma queda da produção em média-baixa e baixa intensidade, a partir da alta concorrência dos produtos chineses (Idem, p. 221). A partir da análise sobre os tipos de produtos exportados pelo Brasil, o ex-ministro também reconhece que a grande liderança brasileira está nos produtos não-industriais, com aumento de 379%, entre 2003 e 2008. Isso teria representado a mudança na proporção da participação deste tipo de produtos nas exportações, de 19,4% para 28,3%, entre 2002 e 2008. A ênfase dos produtos não-industriais exportados foi “in natura” e não produtos processados, que agregariam mais valor (Idem, p. 223-4). O mesmo período também foi marcado pelo aumento das importações de produtos da indústria de transformação, como “indústria farmacêutica, produtos químicos, artigos de borracha e plásticos, material eletrônico e de comunicações, equipamentos médico-hospitalares, de automação industrial e de precisão” (Idem, p. 226).

Entretanto, mesmo exaltando o incentivo através do sistema público bancário e, em especial, do BNDES, Mercadante localiza na agricultura o maior responsável pela balança comercial favorável para o Brasil entre 2002 e 2008, visto que, nesse período, as exportações agrícolas saltaram de U\$S 24,8 bilhões para U\$S 71,8 bilhões, enquanto as importações cresceram de U\$S 4,4 bilhões para U\$S 11,8 bilhões, tornando-se o segundo maior exportador de alimentos e matérias-primas do mundo (Idem, p. 229-30).

Por fim, Mercadante encerra sua análise sobre a política de desenvolvimento de Lula a partir de um breve comentário sobre o Programa de Aceleração do Crescimento. Segundo Mercadante, o PAC teria inaugurado uma nova fase da política econômica do Governo Lula, voltada para o crescimento, com regulação da economia e desenvolvimento. O programa foi apoiado em três pilares: 1) obras da infra-estrutura: logística e social, com forte participação de Empresas estatais e Bancos públicos; 2) incentivos tributários e financeiros ao setor privado; 3) um arranjo fiscal até 2010, com redução da taxa de juros para viabilizar o financiamento de investimento público. O PAC

previa uma aplicação de R\$ 1,14 trilhão e havia sido executado, entre 2007 e 2009, R\$ 403,8 bilhões. No PAC 2, a previsão de investimentos é de R\$ 958,9 bilhões, divididos em seis eixos: transporte, energia, habitação, mobilidade urbana e infra-estrutura social (água e luz para todos) (Idem, p. 246).

Nesse sentido, ao apresentar estes destaques da política macroeconômica do Governo Lula para enfrentar a crise, Mercadante conclui que a resistência do Brasil à crise mundial deveu-se a sua não adoção à doutrina do *Estado mínimo* e privatização incondicional. A exemplo disso, a Petrobrás teria cumprido um papel importante, investindo “cerca de R\$ 53 bilhões, em 2008, quase o dobro dos investimentos totais da União”. Os planos de expansão da empresa para o período 2009/13 envolveriam “um montante de US\$ 158 bilhões, com a criação de cerca de 1 milhão de empregos, dos quais 243 mil diretos” (Idem, p. 193).

Para Mercadante, a competência do Governo Lula ao lidar com a crise mundial foi o motivo pelo qual o Brasil passou a ser um alvo de investimentos internacionais. No país houve “um expressivo aumento do afluxo de investimentos estrangeiros em carteira, a partir de maio de 2009, com um incremento acentuado do saldo financeiro no mercado de câmbio, que fechou o ano em US\$ 18,8 bilhões” (Idem, p. 194).

Já o cientista político André Singer, que em 2015 publicaria o artigo *Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)*, em que caracterizaria o período lulista no poder de forma distinta a Aloísio Mercadante. Sua defesa do caráter desenvolvimentista seria restrita ao período que ele trata como “ensaio desenvolvimentista”, na segunda metade do primeiro mandato de Dilma Rousseff. Nesse período teria havido um enfrentamento de Dilma e sua equipe econômica, em especial o Ministro da Fazenda Guida Mantega, contra o “sistema financeiro”, a começar pela dura crítica as altas taxas de juros no país, que permitiam uma margem alta entre “os custos de captação do dinheiro pelos bancos no mercado e os juros cobrados pelos bancos” quando emprestavam aos seus clientes, chamado de *spread*.

Para Singer, é possível afirmar que o governo petista apontava naquele momento para uma agenda *desenvolvimentista clássica* a partir do conjunto de ações pensadas para a organização de uma nova matriz econômica no país.

A desobstrução de caminhos para a retomada industrial, os esforços pela industrialização integral do país, a crença no papel indispensável do Estado no planejamento, a descrença nas forças espontâneas do mercado, a decisão por parte do Estado dos setores que devem se expandir e o papel estatal no

financiamento destes estiveram todos presentes no que se poderia também denominar de “plano Dilma”. (SINGER, 2015, p. 41)

As medidas que caracterizariam o primeiro mandato de Dilma como sendo de caráter desenvolvimentista estariam resumidas nos seguintes pontos: a redução da taxa de juros do Banco Central, de 12,5% para 7,25% ao ano entre agosto de 2011 e abril de 2013, o valor mais baixo desde 1986; aumento massivo do investimento do BNDES em empresas por meio de repasse recebidos do Tesouro, chegando a R\$ 400 bilhões; aposta na reindustrialização, através de medidas como a “redução do IPI sobre bens de investimento à ampliação do MEI (microempreendedor individual)”, que chegaria a R\$ 500 bilhões até 2015; desonerações fiscais nas folhas de pagamentos para quinze setores intensivos de mão-de-obra, em 2012, e que chegaria a 42 setores, em 2014; um programa de investimentos em rodovias e ferrovias; barateamento do setor elétrico, o que levaria a baixa de custos para produção da indústria no país e aumento de sua competitividade; desvalorização do câmbio, que caiu de R\$ 1,65 por dólar até o fim do Governo Lula para R\$ 2,05 em maio de 2012; controle de capitais, “alterando alíquotas do IOF sobre investimentos estrangeiros de portfólio”, assim como “sobre as captações externas, inclusive sobre empréstimos intercompanhias”; e, por fim, com medidas consideradas protecionistas, como o aumento do imposto sobre veículos importados, além de aumento dos investimentos na produção nacional, exemplificado por navios-sonda para a Petrobrás (Idem, p. 45).

Para Singer, tais medidas representaram uma “inflexão desenvolvimentista” que se comparam com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, do governo Ernesto Geisel, na década de 1970. Além das medidas anunciadas (mesmo que boa parte delas não tenha sido concretizada), o cientista político aponta que a mudança na presidência do Banco Central, com a saída de Henrique Meirelles e a entrada de Alexandre Tombini, a partir de 2011, também representou uma mudança de rumos na política econômica brasileira (Idem, p. 45-7).

Numa comparação entre os Governos Lula e Dilma, Singer destaca a postura “não confrontacionista” do ex-presidente Lula e sua equipe econômica, enquanto Dilma optou por maiores enfrentamentos. Após vencer uma queda de braço com os banqueiros, em 2012 a economia brasileira se resumia a um cenário descrito abaixo por André Singer:

Com o BNDES capitalizado e disponível para financiar a produção a juros mais baixos, certo controle sobre o fluxo de capitais, o real menos valorizado, a desoneração da folha de pagamentos em curso, a obrigatoriedade de conteúdo

local em setores estratégicos e encomendas da Petrobrás, compras governamentais e tarifas alfandegárias voltadas para a produção nacional, programa de investimento em infraestrutura lançado, aumento do limite de endividamento dos Estados e juros mais acessíveis nos bancos comerciais, o ensaio desenvolvimentista chegava ao auge. (Idem, p. 49).

A postura caracterizada como desenvolvimentista do Governo Dilma retrocederia, segundo o próprio Singer, no início de 2013, quando, sob o argumento clássico neoliberal de “segurar a inflação”, retomou um ciclo de alta de juros que só se encerraria dois anos mais tarde (Idem, p. 50). Era o fim do chamado ensaio desenvolvimentista.

André Singer realizou também um balanço sobre os mandatos de Lula da Silva, no qual ele aponta que foram estruturadas “duas coalizões contrapostas”, uma “rentista” e outra “produtivista”. A primeira “unificaria o capital financeiro e a classe média tradicional, enquanto a produtivista estaria composta por empresários industriais associados à fração organizada da classe trabalhadora”. Como sustentação eleitoral do governo também levar-se-ia em conta o “subproletariado”. Os rentistas defenderiam o alinhamento neoliberal da política econômica brasileira, enquanto os produtivistas buscariam a aceleração no ritmo do crescimento pela intervenção estatal, culminando num processo de reindustrialização e aumento da capacidade da economia brasileira em distribuir renda (Idem, p. 54).

Como veremos nas páginas seguintes, a hipótese de Singer, assim como o balanço sobre a política macroeconômica dos governos petistas de Mercadante, a formulação sobre pensamento econômico do *neodesenvolvimentismo* do ex-ministro e de Bresser-Pereira será frontalmente contestada por autores oriundos do pensamento econômico marxista brasileiro desse mesmo período.

Capítulo 4 – A crítica marxista ao pensamento neodesenvolvimentista no Brasil

Neste capítulo, o quarto e último desta tese, apresentaremos algumas reflexões do campo marxista que abordam diretamente o pensamento econômico neodesenvolvimentista. Em seguida, buscaremos uma conexão das referências marxistas que, embora não tenham debatido diretamente o pensamento que é objeto desta tese, possuem contribuições bastante úteis, sendo algumas pouco exploradas pelo marxismo brasileiro, para a crítica aos renovadores do nacional-desenvolvimentismo em nosso país.

4.1 – A crítica marxista aos governos petistas: a negação do desenvolvimentismo

Neste tópico apresentaremos algumas visões dentro do campo marxista que criticaram os governos petistas, a partir do argumento de que estes governos tiveram uma condução da política econômica bem distante do projeto nacional-desenvolvimentista furtadiano. Ao contrário, nessa linha de argumentação, crítica e marxista, os assim chamados neodesenvolvimentistas estariam bem mais alinhados com a agenda neoliberal, quase desautorizando a associação do petismo, de alguma forma, às ideias do velho desenvolvimentismo. As análises são bem ricas em exemplos de medidas governamentais que ilustram uma condução econômica, de fato, muito semelhante ao dos tempos de FHC. Isso não significa que a hipótese central destes analistas comprova que a conexão entre o velho e novo desenvolvimentismo é absolutamente inválida. Veremos.

O economista e ex-militante do PT João Machado Borges Neto foi um dos primeiros a apontar aspectos que aproximavam os governos petistas da perspectiva de continuidade da agenda neoliberal iniciada no Brasil na década de 1990. Já em 2003, no primeiro ano de mandato presidencial de Lula da Silva, destacava a presença de “Henrique Meirelles, um banqueiro vinculado a interesses norte-americanos” e uma composição ministerial contraditória com a “transformação do país em favor dos interesses populares” (BORGES NETO, 2003, p. 177).

Realizando em 2003 um trabalho de comparação das propostas econômicas da campanha presidencial lulista com seu primeiro ano de mandato³⁷, o ex-petista³⁸ aborda diferentes tipos de fontes e aspectos da política econômica defendida e aplicada pelo núcleo dirigente petista pouco antes da posse, e durante o primeiro ano de mandato presidencial de Lula da Silva.

Borges Neto inicia análise pelo texto programático no XII Encontro Nacional do PT, de dezembro de 2001, ressaltando que, embora mais moderado, o conteúdo estava “em linha com as formulações históricas do partido³⁹”. Caracteriza o documento pela defesa de um programa “democrático e popular”, afirmando uma “ruptura global com o modelo existente” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001, p. 27-8 apud BORGES NETO, 2003, p. 179), que é explicitado por uma subordinação “aos interesses e humores do capital financeiro globalizado” da economia brasileira naquele período (Idem, p. 179).

O economista marxista expõe que os três “eixos estruturantes” do documento defendem posições programáticas antineoliberais, como, por exemplo, a de “incidir sobre fatores estruturais que determinam os padrões de apropriação e distribuição da renda e da riqueza, como as relações de propriedade da terra e do capital”, no eixo social; “lograr a inserção no mundo de maneira soberana”, a partir de “políticas dirigidas a reduzir de modo significativo a dependência e a vulnerabilidade externas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001, p. 27-8; p. 30; p. 44 apud BORGES NETO, 2007, p. 183), no eixo nacional; e a “defesa de uma revolução democrática no país e em uma disputa de hegemonia com o neoliberalismo”, no eixo democrático (BORGES NETO, 2007, p. 186).

João Machado ainda especifica seus destaques do eixo nacional do programa do PT, que provam o caráter antineoliberal do documento. Nessa parte está a defesa da “recuperação do saldo comercial e a redução do déficit na conta de serviços do balanço

37 Os textos principais para a comparação são, sobre o programa do partido: o *Concepção e diretriz do programa de governo do PT para o Brasil*, aprovado no XII Encontro Nacional do PT, de 2001, e o Programa de Governo de 2002 da Coligação Lula presidente, um Brasil para todos, de 2002. Os textos de governo, que demonstram grande mudança com relação aos textos do partido são a *Carta ao Povo Brasileiro* e o *Programa de Governo*. Borges Neto ainda analisa discursos do presidente Lula da Silva, antes e depois de sua posse, algumas medidas práticas dos primeiros seis meses de seu mandato, e, por fim, o que seria a perspectiva do governo petista na “segunda fase”, a partir do *Plano Plurianual de 2004-2007*.

38 Cabe ressaltar que João Machado Borges Neto se desfilou do PT em janeiro de 2005 oficialmente, mas no ano em que escreveu o artigo que pesquisamos aqui ele ainda estava organizado no partido.

39 A afirmação que aponta uma certa coerência entre o programa de 2001 do PT e suas formulações históricas é questionável. Diversas pesquisas sobre o partido operário liderado por Lula, dentre estas destacamos a do historiador Eurelino Coelho Neto (2005) e Cyro Garcia (2008), revelam um processo de degeneração política que se traduziu em mudanças profundas no programa do partido. Contudo, essa polêmica não interfere na análise desta pesquisa, voltada para mudanças de um programa, já bastante alterado, do partido com as políticas governamentais à frente da presidência da República.

de pagamentos”; de medidas protecionistas “através da revisão da estrutura tarifária e da criação de proteção não tarifária” de “atividades consideradas estratégicas” pelo futuro governo; a implantação de “mecanismos de regulação de entrada do capital especulativo”, para favorecer o “aumento das exportações a substituição de importações, a expansão e a integração da indústria de bens de capital e o fortalecimento de nossa capacidade endógena de desenvolvimento tecnológico” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001, p. 44-6 apud BORGES NETO, 2007, p. 184) ; e, por fim, apresenta uma denúncia os acordos com o FMI e aposta numa política externa de “multilateralidade do comércio exterior” (Idem, p. 184-5).

Diante das afirmações acima⁴⁰ expostas do documento programático petista, Borges Neto define que a linha política do texto é “social-desenvolvimentista” e, portanto, antineoliberal, pois “combina uma retomada das propostas desenvolvimentistas com uma maior preocupação com a distribuição de renda”, além de incluir em sua estratégia política a “participação dos trabalhadores e do povo na direção do processo, bem como com uma maior ênfase no caráter nacional do projeto de desenvolvimento” (Idem, p. 187).

Já nos textos *Carta ao povo brasileiro*, de junho de 2002, e o *Programa de Governo Lula 2002 da Coligação Lula Presidente, Um Brasil para todos*, de julho do mesmo anos, ambos lançados durante a campanha eleitoral de Lula da Silva, as mudanças almejadas pelos petistas passariam a ser realizadas a partir de “um período de transição”, interpretadas por Borges Neto como “um período de mudança gradual e negociada entre o modelo vigente e o novo modelo desejado” (Idem, 187-8).

Essa transição apontada pelos petistas deveria ser impulsionada pelo “retomada do crescimento”. Ao contrário de afirmar uma ruptura com o regime fiscal definidor do modelo neoliberal no Brasil, os petistas, já em 2002, apontavam para a “responsabilidade fiscal”, expressos também pelas ausências da crítica aos acordos com o FMI. Nem mesmo quando o assunto é a taxa de juros, os novos documentos deixam o tom comedido, mencionando sua queda associada ao controle inflacionário e à responsabilidade fiscal (Idem, p. 189-90).

As preocupações do economista ex-petista foram confirmadas quando Lula da Silva “avalizou o novo acordo com o FMI assinado pelo governo Fernando Henrique Cardoso”, antes mesmo do ex-operário ser tornar presidente da República, ainda em 2002, o que seria um prelúdio de seu governo em seu primeiro ano de mandato (Idem, p. 191).

40 E outras presentes no texto de Borges Neto (2003) não citadas aqui.

O primeiro ano do governo lulista foi marcado pela continuidade da política neoliberal do segundo mandato de FHC. Houve o reforço da “responsabilidade fiscal”, com a elevação de meta de superávit fiscal primário para 4,25% do PIB, “o que obrigou a cortes importantes até mesmo nos gastos sociais”. A política de privatizações continuou sendo defendida pelo governo federal, embora pouco aplicada no primeiro ano, muito em função da resistência no próprio PT a ela. As relações com o FMI mantiveram-se submissas e o Banco Central obteve autonomia em seu “controle operacional” (Idem, p. 192).

Como veremos adiante, a partir das análises de outros intelectuais marxistas brasileiros⁴¹, nos governos petistas, tanto nos dois mandatos de Lula da Silva (2003-2010) quanto nos mandatos de Dilma Rousseff (2011-2016), não houve a prometida transição entre o modelo neoliberal e um novo modelo econômico, supostamente mais próximo de uma perspectiva desenvolvimentista, apontada nos documentos de campanha de Lula em 2002. Borges Neto destaca que no primeiro ano de mandato presidencial, Lula da Silva argumentavam que, para realizar a transição de modelos, seria preciso superar primeiro a “herança maldita” deixada pelos governos anteriores, sobretudo o do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Contudo, já na sua posse como Ministro da Fazenda, no dia 2 de janeiro de 2003, Antonio Palocci, discursaria dando novo significado à ideia de transição do lulismo. Abandonaria a perspectiva de mudanças de modelos econômicos para um período “necessário para a superação das dificuldades de curto prazo”. Nisso, não apenas se afirmaria a continuidade do tripé macroeconômico do neoliberalismo brasileiro⁴², como a transição a ser promovida na economia brasileira não passaria mais pela superação desta estrutura (PALOCCI, Antonio. Discurso de Posse. 2 de janeiro de 2003 apud BORGES NETO, 2007, p. 192-3).

João Machado concluiria, portanto, já em 2003, que o governo Lula da Silva era profundamente diferente do que o programa de governo de seu próprio partido apontava menos de dois anos antes.

Naquele programa⁴³, era sobretudo a superação da vulnerabilidade externa que abriria o caminho para a redução das taxas de juros e para a viabilização do

41 Daremos destaque aqui às contribuições do economista paulista Plínio de Arruda Sampaio Júnior, o economista carioca Reinaldo Gonçalves e o também economista carioca Rodrigo Castelo, além do próprio João Machado Borges Neto.

42 A manutenção das metas inflacionárias, metas fiscais e o câmbio flutuante.

43 Da campanha presidencial, o já citado *Brasil para todos*.

crescimento econômico, do aumento do emprego e da distribuição da renda; e seria o crescimento que permitiria a superação do círculo vicioso entre déficit externo, juros elevados, instabilidade cambial e aumento da dívida pública. Além disso, insistia-se em que seria “um equívoco a ideia de que basta um equilíbrio macroeconômico, abertura e livre ação das forças de mercado para que o desenvolvimento flua naturalmente”. Destacava-se, portanto, a necessidade da “ação reguladora do Estado sobre os mercados”. Podemos resumir a dinâmica defendida com as ideias: superação da vulnerabilidade externa — busca do crescimento econômico — papel ativo do Estado (BORGES NETO, 2003, p. 195).

Borges Neto destacaria ainda o que ele avaliaria como a “demonstração mais clara de continuidade entre a política” lulista e a do governo FHC, que foi a “votação da emenda ao artigo 192 da Constituição, que tornou possível a concessão da autonomia para o Banco Central”, apoiada “enfaticamente pelo PSDB e PFL”, partidos centrais do governo anterior. Além dessa, a proposta de Reforma da Previdência, que seria aprovada ainda em 2003, também exemplificaria a continuidade, impondo cortes sociais para cumprimento de ajuste fiscal (Idem, p. 198).

Em contrapartida, segundo o ex-petista, havia uma tensão entre a “parte liberal” do governo petista, representada no Ministério da Fazenda e Banco Central, e uma linha “social-desenvolvimentista”, representada pelo Ministério do Planejamento, de Guido Mantega. O conflito teria sido naquele período equacionado pela ideia de colocar “em prática o máximo possível do programa do PT” no Governo Lula da Silva, “com a condição de não entrar em choque” com os mercados financeiros (Idem, p. 204). Governar sem o acordo (e participação) dos mercados não era, nem nunca foi, para o PT, uma alternativa. Nem mesmo por um dia sequer de mandato presidencial de Lula ou Dilma, como veremos adiante.

A caracterização como um governo *neodesenvolvimentista* ou *social-desenvolvimentista* foi contraposta por outros economistas e intelectuais, que apontaram mais semelhanças entre a política macroeconômica de FHC e Lula (além de Dilma) do que diferenças, assim como apontava João Machado já em 2003. Ao contrário da visão ufanista do governismo lulista, o Brasil estaria, na realidade, em um longo período de ajustes econômicos neoliberais, iniciados por Collor, em 1990, e continuado por Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff.

A diferença entre esses governos seria de natureza conjuntural, não estrutural. A exemplo disto, o segundo mandato Lula da Silva teria ainda mais condições de realizar investimentos públicos por conta de cenário favorável na economia mundial, especialmente com a alta no preço das *commodities*. Por outro lado, os governos

brasileiros durante a década de 1990 tiveram uma conjuntura muito mais adversa, com pouca credibilidade e abertura no comércio internacional para a produção brasileira.

O eixo convergente do pensamento *neoliberal* e *neodesenvolvimentista* é a opção política, partindo do pressuposto que qualquer outra hipótese é inevitável, de promover projetos nacionais subordinados aos interesses do capital internacional. Considerando a perspectiva marxista, trata-se de uma conclusão comprometida com a defesa de governos nos marcos do capitalismo, o que hoje significa aceitar uma subordinação a um capitalismo altamente globalizado e financeirizado.

O economista paulista Plínio de Arruda Sampaio Júnior é um desses intelectuais do campo marxista críticos aos governos Lula e Dilma, caracterizando-os como de continuidade do modelo neoliberal.

Segundo Plínio Sampaio, logo em seu primeiro ano de mandato, em 2003, a política econômica do Governo Lula obedecia “cegamente aos ditames do FMI” (SAMPAIO JR., 2017, p. 36). Manteve a política de liberalização da economia, da qual nem mesmo o efeito causado no Governo FHC, o controle da inflação, estava persistindo. Os novos serviços privatizados elevavam a média geral dos preços, legitimados pelas Agências Reguladoras (Idem, p. 37).

Sampaio denunciava também que a elevação de juros dos títulos públicos em 1,5% (a favor do rentismo), que representava uma transferência anual de R\$ 13 bilhões para os donos de títulos, num cenário de crescimento de desemprego, era coerente com uma perspectiva de continuidade do modelo neoliberal. Nesse cenário, o Governo Lula priorizou cortar gastos para garantir o superávit fiscal primário (Idem, *ibidem*). Somado a tudo isso, com as Reforma da Previdência, Reforma Tributária e autonomia do Banco Central, Lula não estaria apenas mantendo o modelo anterior, como aprofundando seus aspectos mais centrais, de privatizações, ajuste fiscal e corte de gastos sociais (Idem, p. 38).

A Reforma da Previdência do Governo Lula representaria a desresponsabilização do Estado com o amparo do funcionalismo público inativo e abriu espaços para “entrada de empresas privadas no rico filão dos planos de previdência privada” (Idem, p. 39). A Reforma Tributária seria uma das exigências do FMI em 2003, a partir da:

(...) harmonização da legislação do ICMS, transformação do Cofins em imposto sobre o valor adicionado, redução do grau de vinculação das receitas federais, elevação de impostos para compensar a perda de receita com a redução esperada da CPMF” foram medidas que, no geral, tinham a

“necessidade desesperada de gerar megasuperávits comerciais e fiscais. (Idem, p. 39-40)

A independência do Banco Central⁴⁴ passou a permitir um mandato das autoridades monetárias “fixo e não coincidente com o da presidência da República” (Idem, p. 40). Como é função do BC a de “regular a liquidez do sistema financeiro, fiscalizar a saúde econômica dos bancos, definir as taxas de juros básica, estabelecer o regime cambial, controlar os movimentos de capitais, supervisionar o mercado de derivativos, socorrer bancos que atravessam crises temporárias de falta de dinheiro, liquidar instituições financeiras inadimplentes”, dentre outras, essa independência representaria uma maior submissão do Banco em favor dos seus credores, os rentistas, em detrimento de uma política econômica que gere emprego e renda, por exemplo (Idem, p. 41). Na visão de Sampaio Jr., esta mudança significaria mais um aprofundamento da dependência econômica do país ao capitalismo globalizado e financeirizado:

Em suma, o Banco Central é uma instituição-chave que permite ao poder público a concorrência intercapitalista, buscando subordiná-la aos objetivos da sociedade nacional. É o controle da moeda que dá ao Estado alguma capacidade de graduar o ritmo, a intensidade e o sentido do processo de destruição criadora que caracteriza o desenvolvimento capitalista. Ceder a independência do BC às ‘forças do mercado’ significa simplesmente renunciar à soberania do povo sobre os rumos da política econômica (...). (Idem, p. 42)

O balanço de Plínio Sampaio sobre o Governo Lula tornou-se ainda mais crítico ao final de seu primeiro mandato, em 2005. Para o economista paulista, ao final de três quartos de seu mandato de Lula da Silva, seu sentido geral era o de “recompor a consistência estrutural do modelo econômico”, a partir da “continuidade do ajuste ortodoxo, aceitando docilmente a tutela do mercado financeiro e dos organismos financeiros internacionais sobre a política econômica” (Idem, p. 52).

Dentre as medidas que mostravam a subserviência de Lula às recomendações do FMI estavam: “megasuperávits primários, populismo cambial, taxa de juros estratosféricas, arrocho salarial, (...), gigantescos saldos comerciais, Lei de Falência, (...), Parcerias Público-Privadas, socorro ao grande capital em dificuldade econômica, (...) opção preferencial pelo agronegócio”, além das já citadas Reformas Tributárias, da Previdência e a Independência do Banco Central (Idem, p. 52-3).

44 Já mencionada anteriormente por João Machado Borges Neto na página 150. Cabe ressaltar que a mudança ocorrida a partir da emenda ao artigo 192 da Constituição foi pouco efetiva em 2003, muito em função de grande resistência interna no PT à medida (o que ocorreria nos anos seguintes)

Tais medidas demonstravam a adesão do Governo Lula “à lógica das políticas compensatórias”, atuando apenas sobre os “efeitos dos problemas sociais e não sobre suas causas”. Para Sampaio Júnior, Lula “com uma mão, ampliou o desemprego, intensificou o arrocho salarial e retirou direitos sociais, com a outra, distribuiu fortuitamente as migalhas do orçamento fiscal, anunciando um punhado de programas sociais esquálidos, mal definidos e desarticulados” (Idem, p. 53).

Além disso, Sampaio Jr. também criticou duramente “a opção preferencial pelo agronegócio, a vista grossa com os madeireiros e a ampla liberdade concedida aos transgênicos revelam a falta de compromisso com a preservação do meio ambiente” de Lula em seu primeiro mandato. A problemática da política de prioridade ao agronegócio era ainda mais alarmante, pois contrastava com a falta de recursos destinados para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao Incra, além da falta de intervenção do Estado em conflitos agrários, permitindo o aumento de mortes de trabalhadores sem-terra naquele período (Idem, p. 54-5).

A forma de apresentar seus balanços governamentais, para o economista paulista, também mostrava como o Governo havia se rendido à lógica neoliberal, por usar “indicadores macroeconômicos convencionais para comparar o desempenho da economia brasileira com o obtido na administração anterior”. No entanto, aponta que “o fator determinante na reversão da dramática conjuntura econômica herdada por Lula da Silva foi a inflexão no cenário internacional, logo no início de 2003” (Idem, p. 57).

Mais precisamente, a conjuntura internacional contemporânea ao Governo Lula era de “forte ampliação da oferta de recursos dos credores internacionais e a recuperação do comércio internacional, com expressiva elevação dos preços das *commodities*”, fator decisivo para afastar o país, temporariamente, de um colapso cambial. É isso que explicaria a recuperação das chamadas economias emergentes, as quais, diga-se de passagem, registraram, em média, expansão bem superior à verificada no Brasil”. Sampaio destaca ainda que, mesmo este crescimento não teria sido “suficiente para modificar a dramática situação do desemprego nem para permitir aumentos do salário real” (Idem, p. 57).

Para Plínio Sampaio, a perspectiva de tratar a política econômica do Governo Lula em contraste com o período anterior é equivocada. Um forte indicador que sustenta essa crítica é observar que “entre 1981 e 2005, a renda por habitante aumentou apenas 0,7% ao ano, desempenho muito inferior à média de 4,7% dos vinte e cinco anos anteriores”. Isso “veio acompanhado de uma drástica contração da taxa de investimento, que ficou em

16,5% do PIB, nível bem inferior ao patamar de 20% do PIB” do período anterior (Idem, p. 75).

O economista paulista apontava que “a liberalização da economia, a estabilidade de preços, a privatização e a desnacionalização de empresas” não haviam revertido o quadro de estagnação, e nem foram capazes de “estimular a recuperação do nível de investimentos”, chegando a apenas 13,1%, em 2007 (Idem, p. 76),

Sampaio Júnior também destaca a elevação do passivo externo bruto⁴⁵, que era inferior a U\$S 3 bilhões em 1955, saltou para U\$S 82 bilhões em 1981, e chegou a marca de U\$S 600 bilhões em 2006. No mesmo recorte temporal, as transferências financeiras em relação ao PIB foram duplicadas, passando da média anual de 1,5% ao ano, para 3% (Idem, p. 78).

Fora isso, o economista marxista identificava um caráter rentista de acumulação na economia brasileira, a partir da “expansão acelerada da massa de juros e dividendos e seu crescente peso no excedente apropriado pelo capital” (Idem, p. 78). Outro dado importante, “entre 2003 e 2006, o montante de lucro líquido de 176 empresas privadas e 22 bancos de capital aberto teve um aumento de 250% e 81%, respectivamente” (Idem, p. 78-9).

As informações acima estão conectadas com uma política econômica do Governo Lula, de continuidade em relação ao Governo FHC, de pagamento de juros da dívida pública. Entre 1999 e 2005, o montante pago pelo Estado “ficou em média no patamar de 9,5% do PIB”, enquanto o gasto com saúde e educação foi em torno de 4,1% do PIB, entre 2002 e 2004. Plínio Sampaio argumenta que isso se devia, especialmente, pela política econômica de altos juros do Plano Real. O montante da dívida pública, mesmo com as privatizações e o forte controle dos gastos públicos, chegou a 32,5% do PIB no início do Governo FHC, 57,3% do PIB no final de seu segundo mandato e 50% do PIB no final do primeiro mandato de Lula da Silva (Idem, p. 79-80).

No Governo Lula, segundo Sampaio Júnior, já era possível concluir que a economia brasileira estava reduzida às “possibilidades e nos limites do padrão de acumulação liberal periférico”, com a particularidade de obter “modestos espasmos de

45 O passivo externo bruto (uma variável de estoque, e não de fluxo) é ampliado pelos fluxos da elevação das transferências financeiras ao exterior para pagamentos de juros, remessas de lucros e *royalties* e despesas de dividendos. Constitui o valor do conjunto dos direitos que os residentes no exterior têm sobre a economia do país. Inclui, portanto, a dívida externa, pública e privada, a soma dos valores aplicados em ações e outros títulos financeiros brasileiros, incluindo a parcela da dívida interna (a dívida pública denominada em moeda nacional) de propriedade de estrangeiros, a propriedade de empresas que operam no Brasil por estrangeiros etc.

crescimento econômico (...) associados a efêmeros surtos de expansão do consumo, provocados por fatores conjunturais muito específicos, como em 1995 e 2000, ou à expansão do comércio mundial, como ocorrido em 2004-2006” (Idem, p. 81).

Um elemento que reforça o quadro de adequação ao status de capitalismo periférico do Brasil durante o Governo Lula é a “ruptura dos elos estratégicos da indústria nacional, patente no expressivo aumento do coeficiente de importações da economia brasileira, particularmente nos bens de produção, e a crescente importância da agricultura voltada para o mercado externo” (Idem, *ibidem*). Combinado a isso, houve continuidade na abertura da economia brasileira “à concorrência de mercadorias importadas e sua profunda integração no mercado financeiro internacional”, o que a deixou mais “vulnerável às pressões dos organismos financeiros internacionais e às chantagens e imposições do capital financeiro internacional” (Idem, p. 82). Tudo isso apontava para a conclusão de Plínio Sampaio, de que:

O novo modo de funcionamento da economia brasileira deu lugar a um regime de acumulação *sui generis*, no qual as condições que regem a valorização do capital desvinculam-se radicalmente das condições que presidem o desenvolvimento nacional e a melhoria de vida da população, criando uma situação paradoxal no qual é perfeitamente possível que os negócios do grande capital estejam muito bem, enquanto as condições de vida da população evoluem de mal a pior. (Idem, *ibidem*)

Ao contrário do afirmado pelos defensores da tese *neodesenvolvimentista*, a soma da exigência de geração de superávits comerciais e fiscais elevados, com a liberalização da economia geraram uma “asfixia do mercado interno”, enquanto abria grande espaço para a especulação mercantil e financeira no país (Idem, p. 82-3).

Outro dado observado por Plínio Sampaio sobre a economia brasileira nos anos Lula está na “discrepância entre a baixa acumulação na esfera produtiva e o crescimento exponencial da riqueza financeira”, e a baixa produtividade do parque produtivo em contraste com a alta rentabilidade das empresas, o que revela a “natureza parasitária” (Idem, p. 83) do modelo econômico adotado no Brasil nesse período, similar aos anos FHC.

A partir do quadro apresentado acima, Sampaio Júnior apontou que o Governo Lula foi responsável por contribuir para um processo de *reversão neocolonial* no Brasil (Idem, p. 84). Reconhecia que tal processo deveria ser compreendido a partir de uma análise da conjuntura mundial, em que “a mundialização e a financeirização do capital solaparam definitivamente as bases do regime central de acumulação baseado numa

particular associação entre capital internacional e capital estatal, tendo como norte a exploração dos espaços de substituição de importações”. Nesse cenário, seria impossível para que o Estado continuasse seu papel de industrialização, visto que a burguesia brasileira passara a participar ativamente do circuito financeiro internacional como “agente secundário dos grandes negócios do capital internacional na sua base nacional de operação” (Idem, p. 85).

A prova de que nunca houve a perspectiva concreta de enfrentamento dos petistas ao Capital foi sua condução política não um ano, mas dez anos após a posse de Lula da Silva, em 2003. O mesmo João Borges Neto apresentou um balanço da década governista petista em *Os governos do PT: poucas mudanças, nenhuma ruptura*. Neste texto, publicado em 2013, o economista e ex-dirigente⁴⁶ petista polemiza com um balanço apresentado pelo próprio PT sobre sua condução no governo federal⁴⁷. Destaca a análise petista como sendo “mais um texto de propaganda do que de análise”, cuja principal linha de argumentação “se estrutura em torno da comparação dos dez anos de governos do PT com o período dos governos de F.H. Cardoso ou, pontualmente, com todo o período 1990-2002” (BORGES NETO, 2013, p. 1).

Aqui cabe um destaque importante sobre o sentido político do núcleo dirigente petista em sua autodeclaração como afiliados ao pensamento *neodesenvolvimentista*. Também muito presente em Oliva, a necessidade de se diferenciar, ainda que superficialmente ou retoricamente, de seu mais perigoso adversário eleitoral, o PSDB, parece justificar uma tônica diferente para uma condução econômica similar. Da mesma forma, no primeiro ano de mandato de Lula da Silva a retórica petista foi direcionada para acalmar mercados e, portanto, era preciso transparecer (e isso também ocorreu na prática) continuidade. Após dez anos de governos continuístas, os mercados não precisavam mais de um discurso acalentador, mas os petistas precisavam envolver um eleitorado contra seu adversário direto, o tucanato.

46 A classificação “dirigente” é um tanto quanto subjetiva, mas para efeitos de justificativa para esta tese, consideramos que João Machado Borges Neto sempre foi um membro da direção nacional da Democracia Socialista, uma das mais importantes correntes internas do PT. Em boa parte de seu período à frente da direção da DS, também representou esta corrente no Diretório Nacional e Executiva Nacional do PT. Ver mais sobre a trajetória da DS em MIRANDA, Vinicius Almeida Ribeiro de. *Dois trotskismos num partido de massas: a trajetória das organizações Democracia Socialista e Convergência Socialista no PT de 1978 a 1992*. Dissertação de mestrado defendida na Unicamp, 2014.

47 O balanço petista foi apresentado no texto *O decênio que mudou o Brasil*, lançado pelo Instituto Lula em parceria com a fundação Perseu Abramo.

João Machado corretamente identificou a função mais importante do balanço de dez anos dos petistas: uma propaganda. Não apenas uma propaganda contra seu adversário eleitoral direto, como também uma propaganda para “vender” uma imagem de um campo defensor do desenvolvimento nacional, mesmo mantendo uma econômica dependente, vulnerável e submissa ao capital financeiro. Ao contrário da realidade, o discurso petista reivindica que seus governos foram capazes de tornar o Brasil uma “nação” a liderar outros países para “o desenvolvimento mundial”, a partir de seu “desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável” nacional (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2013, p. 6 apud BORGES NETO, 2013, p. 1).

Aqui está o ponto chave de nossa pesquisa. Em seguida, Borges Neto comentaria em seu balanço declarações dadas por Lula em uma entrevista também em 2013⁴⁸. A retórica do ex-presidente⁴⁹ enfatiza o caráter de “colaboração de classes” necessário para que seus mandatos conquistassem crescimento econômico associado à distribuição de renda. Ou seja, para que os governos petistas se tornassem um instrumento para transformar a economia brasileira em, supostamente, uma nação desenvolvida, cumprido a missão dos desenvolvimentistas, velhos e novos, a diluição dos interesses de classe necessariamente precisou acontecer em torno de uma unidade nacional. Voltaremos a este ponto mais à frente do texto.

A linha de argumentação de João Machado em 2013, semelhante ao que apontava em 2003, foi pontuar as contradições entre a retórica antineoliberal petista e sua condução econômica presidencial, muito semelhante aos neoliberais.

Se analisamos o curso real das políticas postas em prática nos últimos dez anos, temos de concluir que *certamente não houve ruptura com o neoliberalismo*. O primeiro governo Lula foi inaugurado com a manutenção e a radicalização dos pilares da política macroeconômica do segundo governo de F. H. Cardoso: regime de metas de inflação e compromisso com a manutenção de um superávit fiscal primário elevado, ambos tipicamente neoliberais. Até pelo menos 2011, o Banco Central do Brasil praticou uma política monetária especialmente conservadora (depois, houve uma redução do grau de conservadorismo, mas seu quadro geral foi mantido). O primeiro embate político importante do governo Lula não foi contra algum setor das classes dominantes, mas contra o funcionalismo público, feito para implementar uma reforma da Previdência inteiramente neoliberal e para ganhar a confiança dos “mercados”. Nenhuma privatização realizada pelos governos anteriores foi revertida, e algumas privatizações adicionais têm sido encaminhadas (ainda que o nome preferido atualmente seja o de “concessões”). (BORGES NETO, 2013, p. 2-3)

48 Entrevista concedida ao site Carta Maior (SILVA, 2013).

49 Seu mandato presidencial se encerraria em 2010, sendo sucedido por Dilma Rousseff, que em 2013 era a presidenta da República vigente.

Borges Neto ainda destacaria que no último ano de Governo Lula da Silva houve uma pequena inflexão na orientação econômica de seu governo, a partir da saída de Antonio Palocci do Ministério da Fazenda e entrada de Guido Mantega, materializada pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e visto pelo ex-petista como “uma tentativa muito limitada de recuperar algum papel do Estado no ‘desenvolvimento’” (Idem, p. 3). Conclui que, por mais que tivesse havido esta inflexão, trata como incorreto qualquer aproximação entre a condução da política econômica dos governos petistas e as ideias associadas ao pensamento *nacional-desenvolvimentista*. Ao contrário, o resumo de sua análise é a afirmativa de que tais governos não representaram “nenhuma ruptura com o neoliberalismo” (Idem, p. 4).

Como expusemos no capítulo anterior, ao final do segundo mandato de Lula da Silva, e reivindicando o pensamento *neodesenvolvimentista*, alguns intelectuais apoiadores dos governos petistas (e até participantes diretos de seus governos), especialmente o ex-ministro Aloísio Mercadante apresentaram que seus programas de promoção à industrialização e desenvolvimento foram vultosos, bem-sucedidos e responsáveis por atacar problemas estruturais do país. Sobre o PAC, Plínio Sampaio aponta que o mesmo não foi uma “negação da herança neoliberal”, mas sim um programa com propostas que se enquadram “perfeitamente nos parâmetros do padrão de acumulação neoliberal-periférico”, embora reconheça que o objetivo do programa passava por investimentos de infraestrutura (energia, transportes e portos) e “incentivar a iniciativa privada a sair da especulação financeira e realizar investimentos produtivos” (Idem, p. 86-7).

Somado a crítica acima, o economista marxista afirmou que o PAC não atacou “nenhuma das causas estruturais dos problemas que pretende resolver”, como a “baixíssima capacidade de investimento do setor público”; a indisposição da burguesia em investimentos de longo prazo e maior risco; e a financeirização da economia brasileira. A política econômica do Brasil continuaria centrada em “metas inflacionárias, ajuste fiscal permanente, câmbio flutuante, liberalização e internacionalização da economia”. Concluía, afirmando que ela se tratava de uma “política econômica convencional com um arremedo de política industrial” (Idem, p. 87-8).

Para provar sua hipótese, Sampaio mostra o perfil dos investimentos do PAC, com a aposta no “desenvolvimento voltado para fora, sob a liderança das grandes corporações multinacionais, com a participação coadjuvante dos segmentos empresariais nacionais

vinculados ao *agrobusiness*”, e as frações do capital imergidos na financeirização (Idem, p. 88). O montante que seria gerado para aumento de investimentos públicos, a partir do Plano Piloto de Investimento, foi de 0,5% do PIB, que sequer recuperaria o patamar de investimentos do segundo mandato de FHC (o mais baixo da história moderna do Brasil) (Idem, p. 89).

Mesmo que houvesse o esforço governamental em promover um “giro de investimentos” do setor privado para o setor produtivo, o aumento da “privatização da economia, estimulando Parcerias Público Privadas e as Sociedades de Propósitos Especiais”, além do incentivo à “valorização fictícia do capital lastreado em títulos da dívida pública, remunerados a taxas de juros reais verdadeiramente estratosféricas”, chocava-se diretamente com os esforços dos planos de estímulo à industrialização do PAC e outros planos dos governos petistas (Idem, p. 90).

Somado ao aprofundamento da financeirização de nossa economia, Sampaio destacou que havia uma política de arrocho salarial durante o Governo Lula, expresso no baixíssimo reajuste salarial aos servidores públicos de 1,5% em 2007, além da falsa política de “recuperação de poder de compra do salário mínimo”. Isso ocorreria porque era preciso manter baixos salários para manter baixos os custos de investimentos produtivos das empresas, o que fez da política social de Lula da Silva restrita “à distribuição clientelista”, do Bolsa Família, PROUNI e outros. Uma política social, diga-se de passagem, em consonância com o Banco Mundial e oposta à Constituição de 1988 (Idem, p. 91-2).

Nesse sentido, o economista paulista concluía que “o PAC propõe o impossível: superar a estagnação aprofundando o padrão de acumulação responsável pela paralisia da economia brasileira”, com “mais negócios para o capital, mais arrocho para os trabalhadores”, e abandonando o “único elemento não regressivo de sua tacanha política social”, que foi a “utilização da política de rendas como instrumento distributivo” (Idem, p. 93).

No período entre 2008 e 2009 houve uma mudança profunda na conjuntura internacional, gerada pela crise mundial, desencadeada pela crise da bolha imobiliária dos EUA. Considerando que a economia brasileira estava cada vez mais dependente do capital internacional, como afirmou Plínio Sampaio Júnior em seus balanços sobre o Governo Lula, o impacto efetivo da crise mundial no Brasil foi relativamente baixo, promovendo um breve período de recessão e recuperação econômica relativamente veloz. Ao final de seu segundo mandato, Lula da Silva tinha índices de aprovação altíssimos, conduzia uma

economia estável e com taxas de crescimento econômico relativamente altas. Como Aloísio Mercadante apontou em sua tese de doutorado, índices como o volume de reservas cambiais, o volume de exportações, o crescimento econômico, medido pelo PIB, dentre outros, justificavam o argumento de que estavam sendo promovidos estabilidade econômica e distribuição de renda.

Para Plínio Sampaio, no entanto, “a oportunidade de crescer no bojo da crise só foi possível graças à abundância de liquidez do mercado financeiro internacional, ao grande afluxo de investimentos diretos e o boom nos preços das *commodities*”, a partir da “fuga para a frente das grandes massas de capitais excedentes que abandonavam os países centrais em busca de negócios em outras praças”. Nesse contexto, o Brasil teria se aproveitado de um cenário *sui generis* favorável à forte expansão de produtos primários e minerais, combinando-se perfeitamente com a prioridade de investimentos do Governo Lula e sua equipe econômica (Idem, p. 124).

Mesmo assim, durante a crise mundial, entre outubro de 2008 e março de 2009, em que houve “drástica contração de investimentos, o mergulho vertical do comércio internacional, o colapso de cotações dos ativos financeiros e dos preços das *commodities*”, o Brasil passou a sofrer os impactos deste processo internacional, especialmente com “a entrada de capital estrangeiro paralisada”. Mas no segundo trimestre de 2009 a economia brasileira começou a se recuperar, com “o retorno dos capitais internacionais, a elevação dos preços das *commodities* e dos ativos financeiros”, em especial “as exportações para o mercado chinês” (Idem, p. 125).

Nesse cenário houve subida de preços dos ativos financeiros, que representaram o aumento do “descompasso entre a acumulação fictícia e a produtiva”. O socorro às empresas privadas, por parte do Estado, “levou à expansão exponencial da dívida pública”, que aumenta o risco de novas crises cambiais e de movimentos especulativos dos capitais (Idem, p. 126).

Na chamada “metástase da crise” mundial, os países mais ricos com estagnação enfrentaram forte estagnação, e a periferia da zona do Euro com fortes crises fiscais e cambiais, em especial a Grécia, o que permitiu o crescimento de países emergentes, por conta da “elevação de preços das *commodities* e do grande afluxo de capitais internacionais” (Idem, p. 126-7).

Segundo Sampaio Júnior, a defesa da tese do *Novo Desenvolvimentismo*, de Aloísio Mercadante e outros, desconsiderou “o impacto deletério da relação inextrincável entre capital internacional e vulnerabilidade externa sobre a soberania monetária” (Idem,

p. 134). Isso porque a ordem econômica internacional é hoje subordinada aos “imperativos do capital financeiro”, o que inviabiliza os “Estados nacionais de formular políticas econômicas que contemplem a defesa da economia popular e a preservação dos interesses estratégicos do país”. Isso se dá pela “crescente mobilidade do capital internacional”, que é um “fenômeno estrutural”. Esse movimento gera “concentração e centralização de capitais”, colocando a economia mundial sob forte dependência de “um punhado de megacapitais” (Idem, p. 135).

Nesse cenário, a dependência de economias nacionais, como a brasileira, ao capital internacional se dá pela “discrepância entre a demanda estrangeira por moeda estrangeira e a efetiva capacidade da economia brasileira de gerar superávits comerciais”. Mesmo com a elevação das exportações durante os governos petistas, ela não foi suficiente para cobrir a demanda rentista, sempre crescente (Idem, *ibidem*). Isso significa que o crescimento econômico durante os governos petistas não significou menos dependência, visto que a presença do capital internacional continuou crescendo (Idem, p. 136).

Um dos argumentos mais reforçados por Mercadante e outros para defender que o Brasil havia se tornado um país menos dependente no Governo Lula se sustentava na redução da dívida externa brasileira e ampliação das reservas cambiais. No entanto, Plínio Sampaio sustenta que nossa economia tornou-se muito mais vulnerável ao capital internacional nesse período, pois foi ampliada a participação de recursos externos na economia do país, a partir da ampliação do passivo externo bruto (dívida externa + investimentos estrangeiros + aplicações em carteira de não residentes), que subiu de U\$S 336 bilhões em 2002, para U\$S 1,3 trilhão em 2012, valor muito superior às reservas cambiais, da ordem de U\$S 352 bilhões. Em 2011, o Passivo Externo Financeiro Líquido, aquele já descontadas as reservas cambiais e de altíssima volatilidade, chegaram a U\$S 542 bilhões (Idem, p. 136-7).

A situação de fragilidade estrutural da economia brasileira se tornou mais grave quando houve a “maior integração do mercado financeiro nacional ao mercado financeiro internacional” da história do país, o que faz de boa parte do estoque de riqueza nacional, na realidade, capital internacional. Um causador desta nova forma de dependência se dá pela internacionalização de grandes empresas brasileiras, que “elevam o volume de recursos internos de alta liquidez”, viabilizando mais ainda uma possível fuga de capitais (Idem, p. 137).

Além disso, a dita segurança da economia brasileira para investimentos internacionais é contrariada pela presença de flutuações constantes na entrada e saída de capitais nos governos petistas, “especialmente dos investimentos em carteira”. Outro dado importante que comprova a alta volatilidade do capital internacional é a crescente oscilação “dos fluxos de entrada e saída de recursos na conta capital do balanço de pagamentos”, que em 1990 era de 5% e em 2010 foi de 37% (Idem, p. 139).

Essa “institucionalidade que estabelece a livre mobilidade dos capitais” foi iniciada pelo Governo Collor, continuada por FHC, Lula da Silva e Dilma Rousseff. Graças a isso, as autoridades econômicas não tinham nenhuma força “para impedir a formação de bolhas especulativas e, menos ainda, para defender a economia nacional de seus efeitos catastróficos” (Idem, *ibidem*).

Mesmo o crescimento da economia entre 2003 e 2011, exaltado pelos defensores da tese do Novo Desenvolvimentismo, e reconhecido pelo economista paulista, de 3,6% de média por ano, além de ter sido abaixo dos 5% necessários no Brasil para absorver o aumento vegetativo da força de trabalho, foi fruto de uma conjuntura *sui generis*, de alta dos preços das commodities e demanda pela exportação desse tipo de produto.

Já a base de um crescimento endógeno verdadeiro, a taxa de investimento, se manteve abaixo de 17% do PIB, “pouco acima da verificada nos oito anos do governo anterior e bem abaixo do patamar histórico da economia brasileira entre 1970 e 1990” (Idem, p. 143).

Em contrapartida a esse limitado crescimento, a nova rodada de modernização dos padrões de consumo colocou uma parcela das famílias brasileiras numa “corrida às compras” que, pelos juros cobrados estratosféricos, seria insustentável (Idem, p. 143).

Porém o ponto mais importante da crítica de Plínio Sampaio aos governos petistas é a inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho. “A partir da revitalização do agronegócio como força motriz do padrão de acumulação reforça o papel estratégico do latifúndio. A importância crescente do extrativismo mineral, potencializada pela descoberta de petróleo na camada do pré-sal, intensifica a exploração predatória das vantagens competitivas naturais do território brasileiro. Por fim, a falta de competitividade dinâmica (baseada em inovações) para enfrentar as economias desenvolvidas, assim como a insuficiente competitividade espúria (baseada em salários baixos) para fazer face às economias asiáticas, levam a um processo irreversível de desindustrialização” (Idem, p. 144).

Quando o Brasil vivia um período de crescimento econômico, mesmo após a crise mundial, em 2011, Dilma teria optado pela “política de incentivar a entrada de indústrias sujas, que se deslocam dos países desenvolvidos para fugir do rigor da legislação ambiental”. Num contexto de “guerra de desvalorização cambial deflagrada pelos Estados Unidos”, aprofunda-se um processo de “regressão industrial e especialização regressiva que caracterizam a inserção passiva da economia brasileira na globalização dos negócios” (Idem, p. 133). Perdendo uma oportunidade histórica, Dilma permite que na divisão internacional do trabalho redesenhada na economia mundial pós-crise, o Brasil tendeu “a ser relegado à posição terciária de mero fornecedor de produtos primários e semimanufaturados, de baixo conteúdo tecnológico, alto consumo de energia e elevado impacto negativo sobre o meio ambiente” (Idem, *ibidem*). Tal constatação mostra que a narrativa neodesenvolvimentista não se sustentava na prática da aplicação da política macroeconômica dos governos petistas, nem de Lula da Silva, nem de Dilma Rousseff.

Ao contrário, para Plínio Sampaio, considerando que o “mimetismo dos padrões de consumo das economias centrais, desemprego estrutural e tendência à concentração de renda” foram mantidos nos governos petistas, a política econômica destes governos não teria representado nenhum enfrentamento estrutural à condição de capitalismo dependente do país, assim como os fatores fundamentais para a perpetuação da pobreza e das desigualdades sociais (Idem, p. 145).

A afirmação do petista, de que houve distribuição de renda em seus governos é também questionada pelo economista paulista, quando é levada em conta também a renda advinda do lucro, e não apenas a constituída pela massa salarial. Analisando o conjunto da renda brasileira no período de governos petistas, o que é observado é um aumento da “concentração funcional de renda, que mede a divisão da renda entre salário e lucro” (Idem, p. 145-6).

Considerando o conjunto de políticas econômicas aplicadas pelos petistas no poder federal que foram levantadas, Plínio Arruda Sampaio afirmava em 2012:

Em suma, a modesta prosperidade material dos últimos anos, que levou uma parcela da população brasileira a ter acesso aos bens de consumo conspícuo de última geração, é efêmera e nociva. A euforia que alimenta a ilusão de um neodesenvolvimentismo brasileiro é insustentável. Ao solapar as bases materiais, sociais políticas e culturais do Estado nacional, ‘progressistas’ e ‘conservadores’ são responsáveis, cada um à sua maneira, pelo processo de *reversão neocolonial* que compromete irremediavelmente a capacidade da sociedade brasileira de enfrentar suas mazelas históricas e controlar seu destino, de modo a definir o sentido, o ritmo e a intensidade do

desenvolvimento em função das necessidades do povo e das possibilidades de sua economia (Idem, p. 148).

O economista fluminense Rodrigo Castelo ressaltou em sua pesquisa que o pensamento *nacional-desenvolvimentista* é formado pela “uma mistura eclética de diferentes escolas teóricas, a saber, o nacionalismo, o protecionismo industrial, o papelismo e o positivismo” (CASTELO, 2012, p. 619). A partir das experiências de governos apoiados por grupos progressistas e revolucionários, o *nacional-desenvolvimentismo* aplicado na prática teria sido reorientado pela ditadura civil-militar, que promoveu um desenvolvimento que reforçou as desigualdades sociais e consolidou o caráter de subdesenvolvimento de nossa realidade socioeconômica.

Partindo da caracterização acima, Castelo afirma que há uma limitação no pensamento *neodesenvolvimentista* em comparação ao *nacional-desenvolvimentista*, que se reflete na pouca importância dadas às lutas sociais como instrumento de pressão para a realização de “reformas estruturais com apoio popular, lutas anti-imperialistas e antilatifundiárias para pôr fim ao subdesenvolvimento” (Idem, p. 630). Ao contrário, o sentido de mudanças propostas pela nova versão desenvolvimentista passa pelo “controle das políticas externa, econômica e social para operar uma transição lenta e gradual do neoliberalismo para uma quarta fase do desenvolvimentismo⁵⁰”.

Cooptados pelo “canto da sereia” dos *neodesenvolvimentistas*, movimentos sociais e partidos políticos ficaram inertes diante da estratégia conciliatória e submissa, materializada pelos governos petistas Lula da Silva e Dilma Rousseff (CASTELO, 2013, p. 120).

A perspectiva pouco ambiciosa que abandona o sentido político do projeto desenvolvimentista cepalino, revela algo que não é dito explicitamente por nenhum dos intelectuais e dirigentes políticos neodesenvolvimentistas⁵¹. Castelo expõe um sintoma do problema, ao mencionar que aceitam o papel de:

(...) força auxiliar e subalterna dentro do atual bloco de poder, pois a máquina estatal ainda é dirigida pelos intelectuais do social-liberalismo encastelados no Banco Central, Ministério do Planejamento e Tesouro Nacional, que mantém de pé o Consenso de Washington mediado com algumas medidas do

50 As três fases do desenvolvimentismo brasileiro, anteriores ao que seria a quarta fase, idealizada pelos neodesenvolvimentistas, são, situados pelo próprio Castelo, a Era Vargas (1930 a 1954); o período de entrada das multinacionais, nos anos JK até o Golpe de 1964; e o período de ditadura civil-militar, de 1964 até final da década de 1970 (CASTELO, 2013, p. 7-8).

51 Pelo menos nenhum que abordamos em nossa pesquisa, ou em nenhuma das obras destes autores que pesquisamos.

pós-Consenso — superávit primário (o investimento das estatais e do PAC foi retirado do cálculo do superávit, além de aportes de bilhões de reais do Tesouro nacional no BNDES), câmbio flutuante (administração de um piso mínimo com intervenções no mercado cambial para estimular as exportações e manter superávits na balança comercial) e metas inflacionárias (o objetivo é o teto, e não mais o centro das metas). (Idem, p. 631).

Castelo atribui a postura política subalterna dos *neodesenvolvimentistas* ao que ele considera uma “decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro”, que não começou no período recente, mas chega ao seu ápice no século XXI. Marcado “por um processo de esvaziamento de questões macroestruturais”, tal decadência tem como marcos os anos 1960, com “o uso das teorias do capital humano importadas dos Estados Unidos”; passa pelos anos 1980, com a hiperinflação, tratada como “um fenômeno essencialmente monetário pelas escolas ortodoxas”; ganha novo impulso com o neoliberalismo e o “plano de estabilização econômica de FHC”, reduzindo o debate econômico ao “controle de inflação”, na década de 1990 (Idem, p. 631-2); e culmina na ausência de dissenso do assim chamado neodesenvolvimentismo, já mencionado.

A perceptível decadência ideológica não é, entretanto, uma questão particular do pensamento econômico brasileiro no tempo recente. A mais importante afirmação, mais convicta e segura dita pelos *neodesenvolvimentistas* é a que não se explicita: não há alternativa! Há tanta certeza de que a economia mundial não permite qualquer projeto de sociedade que não seja subordinado ao mundo financeirizado, globalizado e mundializado do capital-imperialismo, que nem é preciso argumentar a seu favor, não é preciso defender isso. Admite-se ainda a possibilidade de assumir uma referência marxiana, socialista, ainda que de forma retórica, aceitado que as estruturas de nossos sistemas seriam tão consolidadas quanto imutáveis.

4.2 – A inexorabilidade do Capital-imperialismo

Karl Marx apontou em uma de suas teses críticas à obra de Feuerbach que cabia aos filósofos não apenas conhecer, interpretar o mundo, mas sim transformá-lo (MARX, 1982). Contudo, o mesmo filósofo alemão, nesta mesma obra, reconhecia que a o “mundo sensível” é formado por objeto e “atividade sensível humana, práxis”. Por isso, tanto a necessidade da transformação, isto é, da ação do homem (e da mulher) são importantes

para mudar o mundo, quanto para compreendê-lo ainda mais, visto que o mundo é também composto por essa ação.

Portanto, é preciso compreender o mundo para transformá-lo também. Marx e muitos de seus seguidores dedicaram a vida pela busca da compreensão. E é a incompreensão, em grande medida, que pode levar a formação de pensamentos que supostamente reivindicam uma transformação estrutural, mas que encaminham práticas políticas de mudanças que nada mudam, ou nada transformam.

A historiadora marxista fluminense Virgínia Fontes apresentou uma hipótese em seu *Brasil e o capital-imperialismo* (2010) de que o capitalismo contemporâneo⁵², o período pós Acordo de Bretton Woods⁵³, é caracterizado pela continuidade de bases estruturais formadas ainda no final do século XIX, a partir do sistema imperialista, que ganhou novos contornos no período pós-Guerra Fria, conformando-se em capital-imperialismo.

O primeiro ponto a ser destacado por Fontes é a característica expansionista do Capital, apontada por Marx, além da tendência à concentração da pura propriedade e a contradição do isolamento dos grandes proprietários do capital monetário diante do capital produtivo e, mesmo assim, sua constante expansão (FONTES, 2010 p. 22).

Partindo dos destaques acima, Fontes ressalta a importância da “propriedade sobre o trabalho morto, sob forma monetária” para avançar na expansão monopólica do capitalismo. O valor de uso do capital sob a forma monetária é “o de ser utilizado como capital, impulsionando a produção de valor através do capitalista funcionante”. Nesse raciocínio, o capitalista monetarista exige do capitalista funcionante crescente eficácia na extração de mais-valia, para remunerar a si mesmo e ao capitalista monetarista. Nesse cenário, “o capital monetário converte seus mutuários em agentes funcionantes para a extração de mais-valor” (Idem, p. 23-4). Assim:

52 Compreendemos o capitalismo contemporâneo como o período histórico da história mundial que se inicia após o fim do sistema monetário internacional de Breton Woods, que teve como marco o ano de 1973, devido ao “colapso do câmbio fixo entre 1971 e 1973”, promovido pelos EUA sob a presidência de Richard Nixon (CARVALHO, 2004, p. 14). Tal mudança representou um marco no sistema econômico e seu modo de reprodução, pois com as taxas de câmbio flutuantes, foi possível uma mobilidade ainda maior de capital no mundo, o que já era uma tendência mundial antes disso (EICHENGREEN, 2007, p. 183).

53 Sobre o acordo de Breton Woods, em julho de 1944, representantes da Aliança das Nações Unidas, países aliados contra o Eixo, que era liderado pelo nazismo, reuniram-se na cidade de Breton Woods para criar regras institucionais de funcionamento do sistema monetário internacional. Nesta convenção foi criado o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, além de um acordo geral sobre política de câmbio que resistiu até 1971. Entre 1971 e 1973, os países, a começar pelos EUA, abandonaram o regime cambial estabelecido em Breton Woods e a economia mundial se desregulamentou profundamente. Retirado de *Breton Woods aos 60 anos*, de Fernando J. Cardim de Carvalho.

(...) o predomínio atual do capital monetário em escala internacional se acompanha, pois, da generalização de dois mitos, ambos resultantes de sua percepção unilateral: o de que é na atividade da gestão intelectual (...) que se produz lucro e o segundo mito, seu complemento, o de que o trabalho vivo não mais teria qualquer função na vida social (Idem, p. 26)

Por conta desses aspectos do Capital e sua forma de expansão, a acumulação em grande escala do capital produtivo favoreceu a expansão dos bancos, que superaram seu papel meramente usurário e passaram a cumprir a função de crédito para os processos produtivos, constituindo “um sistema bancário propriamente capitalista”. Tal mudança obrigou os capitalistas a extrair cada vez mais, mais-valor, empurrados pela concorrência. Este crescimento exponencial da acumulação converteu os grandes capitalistas em “proprietários de capital sob a forma monetária”. Fontes, nesse sentido, afirma que em Marx, “a existência de grandes proprietários de capital monetário, (...) com ou sem qualquer orquestração de seus administradores”, converteu “o capital numa força social anônima, ao mesmo tempo concentrada e extremamente difusa” (Idem, p. 27-8).

O processo apresentado acima levou à concentração de capital monetário, que levou ao surgimento do capital fictício, explicado pela historiadora marxista abaixo:

A concentração do capital monetário (...) favorece ainda o crescimento exponencial do que Marx denomina capital fictício, forma extremamente complexa e que deriva exatamente da condensação dessas enormes massas de recursos monetários em poucas mãos de proprietários ou de seus administradores”. É o capital especulativo, promotor de bolhas, fruto da “utilização de recursos para os quais inexistente lastro, ou equivalente geral correspondente a trabalho morto passado, cristalizado sob a forma de metal precioso ou sob a forma da moeda papel (Idem, p. 36-7).

Isso permitiu que um banqueiro, por exemplo, passasse a disponibilizar mais empréstimos do que o montante de que formalmente dispõe. “O crédito é uma das formas corriqueiras da formação de capital fictício”, outra forma é a dívida pública, que compromete o Estado com a produção de recursos inexistentes no presente para pagamentos futuros. Fontes expõe que, “quanto mais se centraliza e concentra o capital, mais se abrem oportunidades para o uso fraudulento e especulativo” do capital, e isso é ainda melhor expresso “na monopolização do capital enquanto pura propriedade”. A existência do capital fictício associado ao capital monetário apenas aprofunda as expropriações e intensifica as maneiras de subalternização dos trabalhadores. Este

formato do capital “impõem um aprofundamento alucinado das exigências tirânicas da extração de sobretrabalho” (Idem, p. 37-9).

Além do processo de financeirização do Capital, o capital-imperialismo também será um processo histórico e político. Uma larga expropriação da classe urbana e as duas guerras mundiais, colocando a população dos países se enfrentando em prol dos monopolistas foram exemplos concretos desta condição (Idem, p. 103-4).

A partir da referência que já apresentamos nesta tese do conceito de *imperialismo* em Lenin, que destacou o fim do capitalismo concorrencial e a fusão dos capitais industriais e bancários, no final do século XIX, temos a formação do capitalismo monopolista, liderada pelo capital bancário e fortemente ligado aos Estados. A “concentração monopólica agudizava a separação entre a propriedade do capital e suas formas de gerência” (Idem, p. 106).

Como consequência, os chamados “Estados financeiros”, instrumento para que as burguesias dos países utilizado para a formação do capital monopolista, rivalizavam entre si. Nesse contexto, houve “o crescimento das investidas militares expansionistas, diretamente coloniais, dos países imperialistas”, levando a guerra entre estes Estados e eliminando a independência política de países periféricos (Idem, p. 107-8).

Na interpretação de Fontes, o conceito de imperialismo em Lenin remetia ao conjunto da vida social, portanto era econômico, político e cultural. Era uma nova conexão entre ciência e processo produtivo, a capitalização desigual do mundo, uma nova correlação de forças entre a classe trabalhadora dos países imperialistas e suas burguesias, e a mudança na relação do capital financeiro com o Estado (Idem, p. 112).

Para a historiadora fluminense, no entanto, após a II Guerra Mundial, a expansão colonial direta se modificaria, em virtude do aprofundamento da escala de concentração capital-imperialista (Idem, p. 114), o que constituiu o “capital-imperialismo contemporâneo”, definido pela “mais extrema potencialização da propriedade capitalista *tout court*, que se torna abstrata⁵⁴, desigualmente socializada⁵⁵ e extremamente destrutiva⁵⁶” (Idem, p. 146).

54 A propriedade abstrata representa o aumento do volume de concentração que supera as dimensões das empresas e torna-se “fetiche máximo” (Idem, p. 146).

55 Marcada pela ação dos proprietários de “maneira colegiada, promovendo novas hierarquias no interior de uma nova classe dominante, que se torna difusa, aprofundando a desigualdade em todas as esferas da vida social” (Idem, *ibidem*).

56 Pois “capturam recursos monetários de todas as instâncias sociais imperativamente convertendo-as em capital (Id.*ibid.*).

Tais características do *capital-imperialismo*, cuja dominação interna do Capital necessita e se complementa pela expansão externa, impulsionou expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e ecológica. Para Fontes, “favorece contraditoriamente o surgimento de burguesias e de novos Estados, ao mesmo tempo que reduz diversidade de sua organização interna e os enclausura em múltiplas teias hierárquicas e desiguais”, além de impor uma redução no formato representativo-eleitoral a um modelo censitário-autocrático (Idem, p. 149).

Embora as estruturas do *capital-imperialismo* tenham sido arrematadas ainda no século XX, a virada para o século XXI representaria um novo momento de concentração de capitais em patamares inimagináveis, produzindo uma gigantesca socialização de forças produtivas, reforçando proporcionalmente a alienação dos trabalhadores (Idem, p. 150). Isso foi possível porque a partir das décadas de 1980 e 1990 “a cultura tornou-se um meio privilegiado para assegurar a dominação da violência”, o que também remetia ao poder de Estado. Novas categorias procuravam explicar estas transformações, como os conceitos de globalização⁵⁷, neoliberalismo⁵⁸ e mundialização⁵⁹. Fontes justificou o uso do conceito de capital-imperialismo para dar conta da forma de expansão do capitalismo desde o final do século XIX (sob a forma de imperialismo) e que, com o seu prolongamento ao longo do século XX envolveu mudanças substantivas em sua atuação sem perder sua essência (Idem, p. 154).

Durante a Guerra Fria alguns processos históricos foram decisivos para tanto ilustrar quanto fortalecer a conformação capital-imperialista. Fontes afirma que durante a Guerra Fria, o isolamento soviético exigiu uma política de Estados capitalistas com alianças entre competidores no plano internacional agressiva e jamais operada (Idem, p. 156).

A liderança estadunidense, francamente consolidada no plano militar, corroboraria uma organização internacional imperialista explicitamente direcionada para conter tanto iniciativas revolucionárias nos planos

57 Conceito “amplamente utilizado para descrever de maneira supostamente neutra a crescente mobilidade e fluidez dos capitais”, repetido como o símbolo de um mundo sem conflitos pós-Guerra Fria, escondendo os “sucessivos 'ajustes' e expropriações” do capital-imperialismo pelo mundo (Idem, p. 153).

58 Referência-se a uma política econômica ligada a uma ideologia abertamente ultraliberal, em combate ao keynesianismo (Idem, p. 154).

59 A mundialização do capital deu conta de dois fenômenos acima associados à expansão de um certo tipo de capitalismo (financeirizado), a um certo tipo de política e de ideologia (neoliberal) sem eliminar as características do imperialismo (Idem, ibidem).

domésticos, quanto as fortes probabilidades de guerras interimperialistas, deslocando-as para terceiros países. (p. 157)

Isso se desdobrou em ações diversas, a exemplo das ditaduras latino-americanas, que operaram sucessivos golpes militares contra regimes democráticos, tal como o Brasil em 1964, de Celso Furtado⁶⁰. Golpes operados nos bastidores pelo Estado capitalista norte-americano. Nesse cenário, “a manutenção da institucionalidade eleitoral era a pedra de toque entre a 'democracia ocidental' e o mundo soviético (Idem, p. 159).

A “permanência e extensão da exploração imperialista em direção a terceiros países também mudava gradualmente”, a partir da maior intensidade das lutas pela descolonização, deixando o papel de exportação de capitais para as multinacionais acima de tudo. O impulso colonizador do imperialismo chocou-se com as burguesias locais dos países antes colonizados e abriu espaço para revoluções nacionais, como em Cuba e Vietnã (Idem, p. 160-1).

Em contrapartida, seriam criadas “uma infinidade de entidades”, que cumpririam um papel “redesenhadas sob crescente influência estadunidense”, para fortalecer “internacionalmente modalidades originais de organização intercapitalista voltada para a garantia da expansão da extração de mais-valor em escala crescentemente internacional”. Com isso, “o novo *modus operandi* reproduzia no próprio interior das agências internacionais uma dinâmica similar a ‘democracia de acionistas’ ou censitária, com uma organização de tipo bancária”, a exemplo do FMI e Banco Mundial (Idem, p. 162).

Além das entidades acima citadas, houve uma “extensão das multinacionais”, que foi fundamental para a formação da modelo capital-imperialista, que operavam com uma “multinacionalidade” no que se refere “à escala de operações” (Idem, p. 164-5). Esse movimento de expansão das multinacionais gerou uma “megaconcentração” de capitais, que capturava “todos os recursos disponíveis para convertê-lo em capital”; promovia “a disponibilização de massas crescentes da população mundial”; e “transformou todas as formas de atividade humana em trabalho, isto é, formas de produção/extração de valor” (Idem, p. 165).

Com isso, “as multinacionais forjaram uma cooperação intensificada, mas alienada, entre trabalhadores submetidos a profundas desigualdades”, dando novas tonalidades à competição entre trabalhadores e consolidando “processos industrializantes

60 Importante ressaltar que Celso Furtado era o Ministro de Planejamento do Governo brasileiro de João Goulart quando ocorreu o Golpe Militar, em 1964.

em outros países” com a participação das burguesias locais e seus governos, como é o caso do Brasil⁶¹ (Idem, p. 166).

Segundo Fontes:

(...) a dimensão internacional de atuação dessas multinacionais, principalmente estadunidense, mas também oriundas dos demais países imperialistas, favorecia o entrecruzamento entre capitais de diferentes origens, em função da escala adquirida e do volume de atividades que empreendiam. (Idem, p. 169)

É a partir desse “entrecruzamento de capitais” que é conformada a “teia capital-imperialista”, com novas “formas organizativas, educativas e pedagógicas para os representantes do grande capital”, como o Grupo Banco Mundial, este uma das mais importantes instituições chamadas modelares, tendo “como intuito explícito a formação de quadros políticos e técnicos nos países predominantes e nos países alvo das intervenções do Banco, para a elaboração e a execução de políticas” (Idem, p. 170).

Finalmente, segundo a historiadora fluminense, os conglomerados em expansão ao longo do século XX foram modificados nas últimas décadas para “centros internamente competitivos de produção de valor, ou de valorização do capital”, com a pulverização de várias empresas (com abertura de capitais em bolsa de valores), foi forjada a “propriedade fundamental (...) em seu ponto máximo de concentração, expressa pelo predomínio do capital monetário (portador de juros)”. Esta “propriedade desencarnada de recursos” é, para Fontes, propriedade direta dos meios de produção, mas também a “propriedade da possibilidade efetiva de impor e/ou sobrepor-se a qualquer forma de extração de mais valor, qualquer que seja o montante exigido”. Esta nova escala de propriedade dos recursos sociais, que foi imposta a bilhões nas condições mais duras de extração de mais valor (Idem, p. 197-8). Em resumo:

A contradição fundamental se torna cada vez mais imediata entre a propriedade capitalista, quer seja exercida pelo proprietário da empresa, pelo proprietário financiador, pelo gestor coproprietário ou pelo Estado, e o conjunto da humanidade. O capital-imperialismo (ou o imperialismo monetário), de maneira tentacular, assenhorou-se da direção dos espaços organizativos econômicos e políticos e reconfigurou-os através da imposição de 'concertações' e das 'contrarreformas'. (Idem, p. 199)

61 Esta reflexão é semelhante (e convergente) com a de Francisco de Oliveira (2003), citado no capítulo 1, e que analisaremos mais adiante.

O imperialismo monetário foi viável, sobretudo após o fim dos acordos de Breton Woods, quando se inicia um processo de “securitização da dívida pública”, por parte dos EUA, aliado a “criação de políticas de desregulamentação e de liberalização financeira” que significaram a gênese de um novo período do capitalismo no mundo, definido pelo economista francês François Chesnais como “mundialização financeira”. A gênese desse novo momento do capitalismo mundial deu-se, portanto, pela “interação entre o movimento de fortalecimento do capital privado (industrial e bancário) e o crescente impasse das políticas governamentais” (CHESNAIS, 1998, p. 17).

A mundialização financeira é muito associada, contudo, à perspectiva de autonomização da esfera financeira com relação à esfera da produção e do comércio internacional. Chesnais aponta que esta autonomização é relativa, pois “a esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de certa força de trabalho de múltiplas qualificações”. A esfera financeira cresceu, em grande medida, pelos fluxos de riquezas advindas de salários e benefícios sociais, sugados pelos Estados nacionais através de impostos e transferidos para os países centrais como pagamento de juros da dívida (Idem, p. 15-6).

Como já exposto pela historiadora Virgínia Fontes, o surgimento do capital fictício no modo de produção capitalista se deu a partir do sistema de crédito comercial e do crédito bancário (MARX, 1981, p. 460) e se tornou elemento decisivo para sua evolução capital-imperialista atual. A concentração de capital-dinheiro nos bancos, advindo dos capitalistas industriais e comerciantes, permitiu aos mesmos convertê-lo de diversas formas, principalmente para realização de empréstimos (Idem, p. 464).

O sistema de crédito, segundo Marx, deu poder aos capitalistas que fossem realizadas trocas de direitos de propriedade sem o intermédio das moedas convencionais, a partir de títulos. O capital bancário, composto pelo dinheiro vivo, pela moeda, papéis comerciais e papéis públicos, passou a ser dividido entre o capital do banqueiro e o depósito de poupanças (MARX, 1981 apud HARVEY, 2014, p. 232).

A partir da conversão da renda monetária em juro produziu-se o *capital fictício*, através da dívida pública. No caso da dívida pública, o Estado se endivida e paga aos seus credores um determinado montante de juros pelo empréstimo. O capital em si já foi gasto pelo próprio Estado, mas o credor passa a participar das receitas anuais do Estado, embora o dinheiro emprestado não signifique a constituição de capital (MARX, 1981, p. 535). Numa definição mais crua, definimos, portanto que:

Constituir capital fictício chama-se capitalizar. Capitaliza-se toda receita periódica, considerando-a, na base da taxa média de juro, rendimento que proporcionaria um capital emprestado a esta taxa. (Idem, p. 536)

No caso das ações de empresas, o capital fictício se expressa “mesmo quando a obrigação, o título, não seja como as apólices que representam capital imaginário, ainda assim o valor-capital desse título é puramente ilusório”. Nesse sentido, “as ações das companhias ferroviárias, de mineração, de navegação, etc. representam capital efetivo”, porém “esse capital não existe duas vezes, uma como valor-capital dos títulos, das ações, e outra como o capital efetivamente empregado ou a empregar naquela empresa”, mas sim, apenas, na última forma, sendo que, no caso, os títulos representam “a proporção da mais-valia a ser realizada por intermédio desse capital” (Idem, p. 537).

No cenário descrito é constituído, a partir do sistema de crédito e da capitalização, um movimento autonomizado do valor dos títulos de propriedade, como se fossem mercadorias próprias. Seu valor se altera sem, necessariamente, alterarem-se os valores do capital efetivo de referência (Idem, ibidem). Assim é formada a dinâmica da capitalização ou constituição de capital fictício.

O desenvolvimento do capitalismo alcançou nas últimas décadas um nível de globalização inédito na história. O predomínio da *finança*⁶², que se caracteriza pela submissão de todo o modo de produção a movimentos autonomizados da esfera financeira, combina-se com a realização de expropriações e contornos de barbárie que superam a acumulação capitalista clássica.

Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio de inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida (...) tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo. (HARVEY, 2003, p. 123)

Outro aspecto fundamental do capitalismo contemporâneo é a presença constante de sobreacumulação do capital (capital acumulado que não encontra boas alternativas de valorização). e o fato de que a espoliação permite a apropriação de um conjunto de ativos a custos baixos ou nenhum. Assim como houve o “cerceamento dos campos” na

62 Estamos aqui nos referenciando na definição de Duménil e Lévy, que foram citados por Leda Paulani em seu *Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo*. Brevemente finança significa a soma das instituições financeiras e os capitalistas de uma fração superior, caracterizada pela posse de títulos, ações e direitos creditícios (ativos financeiros). (PAULANI, 2011, p. 14).

Inglaterra, há hoje inúmeros processos de privatização dos espaços públicos. É uma forma de resolver o problema da sobreacumulação, que é crônico no capitalismo desde 1973 (Idem, p. 124).

Indo além, para o geógrafo britânico David Harvey, o “novo imperialismo” ou capital-imperialismo fez da *acumulação via espoliação*⁶³ uma forma dominante de acumulação no capitalismo, em relação a reprodução expandida do sistema (para ordenação do espaço temporal). Em outras palavras, esta forma de acumulação é, em muitos casos, visto como o custo necessário para o desenvolvimento capitalista numa determinada região. A financeirização do capitalismo obrigou uma busca por novos canais e formas de acumulação num ritmo ainda mais acelerado do que anterior a 1973 do capitalismo no mundo. Portanto, a espoliação ganhou mais força com o aumento da demanda de expansão do capitalismo para novas regiões, formatos e espaços, até em locais onde o capitalismo está bem desenvolvido, como as cidades de países capitalistas avançados (fim do direito à cidade) (Idem, p. 127-8).

A economista paulista Leda Paulani apontou, também, em seus estudos que o período pós-1973 representou a ascensão do *rentismo*, que passou a se envolver com diversos setores da produção, inclusive “na exploração econômica dos recursos contidos no subsolo” motivado pela condição de recursos esgotáveis na natureza. Considerando que, por serem recursos existentes no subsolo, são geralmente de propriedade estatal, estabelecendo o “rentismo patrocinado pelo próprio Estado” (PAULANI, 2011, p. 15).

Em diversos momentos da trajetória do capitalismo o setor financeiro foi o fração dominante dentre os capitalistas, o que é uma tendência do sistema apontada por Karl Marx, frente a acumulação produtiva. Isso ocorreria por conta da transferência, cada vez mais acentuada, “da produção para a propriedade enquanto base de justificação da remuneração do capital”. É o que caracteriza um período avançado de acumulação no capitalismo (Idem, p. 23), como vimos anteriormente na descrição sobre a formação do sistema de crédito.

A distinção do período que destacamos aqui como *capitalismo contemporâneo* em comparação com outros momentos da história do capitalismo é a presença predominante de um setor, inserido no rentismo, de detentores de ações que passaram “por comandar

63 Para David Harvey, o que Marx compreendeu em sua obra por *acumulação original* está presente em toda geografia histórica do capitalismo e deve ser denominado como “acumulação via espoliação” (HARVEY, 2003, P. 120-1).

as decisões atinentes à produção” (Idem, p. 22). Nas palavras de Paulani, o capitalismo contemporâneo distingue-se da seguinte forma:

Resumindo, se quiséssemos definir de modo sumário o regime de acumulação contemporâneo, que arrasta consigo seu modo específico de regulação, talvez pudéssemos dizer que se trata de um capitalismo dominado pela finança, onde a acumulação se dá sob os imperativos da propriedade mais do que a produção e propriedade que é cada vez mais de capital fictício do que de meios de produção, um capitalismo, portanto, essencialmente rentista, onde o capital cada vez mais tem por argumento nomes, ao invés de terrenos e aparatos produtivos, enquanto os meios de produção revelam a importância cada vez maior dos ativos intangíveis, ao invés do trabalho vivo e do trabalho morto. (Idem, p. 22)

Nesse contexto, há uma terceirização da exploração capitalista, o que facilita a decisão dos proprietários em estabelecer formas de acumulação que fogem ao produtivo e à produção real de mercadorias. A espoliação não é apenas uma necessidade intrínseca à tendência do capitalismo de se expandir geograficamente e socialmente, mas esta necessidade é superlativa no capitalismo contemporâneo e as condições para sua realização são as melhores possíveis. A atualidade da assim chamada acumulação original pode reconhecida como onipresente na história do capitalismo.

4.3 – Capitalismo desigual e combinado e o problema do nacionalismo

A exposição do tópico anterior, de uma gama de referências de autores que admitem que vivemos uma fase do capitalismo ainda mais autoritária, brutal e consolidada do que nunca é a razão pela qual traremos uma referência do campo marxista, que analisou um período distinto do recorte cronológico e espacial desta pesquisa, para servir como base de uma linha de argumentação distinta dos intelectuais marxistas críticos ao pensamento neodesenvolvimentista do primeiro tópico.

O que Karl Marx e Leon Trotski podem contribuir para a análise do pensamento dos supostos herdeiros de Celso Furtado, em pleno século XXI? A princípio nada, estão mortos. É evidente que o arcabouço teórico do marxismo vive além das carcaças físicas de seus muitos autores, assim como o pensamento marxiano, que origina o campo marxista. Estamos nos referindo aqui a algo mais direto, quase como se falássemos em seus nomes, afirmando aquilo que afirmariam a respeito de pensadores não contemporâneos dos dirigentes comunistas citados. Não é uma análise marxista do

neodesenvolvimentismo, mas marxiana. Não é uma análise trotskista, mas trotskiana, com base no pensamento original de Marx acerca do desenvolvimento do capitalismo.

A diferença concreta no referencial marxiano está em trazer para a análise do pensamento *neodesenvolvimentista* as mesmas conclusões políticas do filósofo alemão para uma conjuntura que o mesmo não viveu. Nesse sentido, o problema principal, do ponto de vista marxista, dos *novos desenvolvimentismos* está também no *nacional-desenvolvimentismo*: o nacionalismo. Tratado ora como uma característica do pensamento com valor universal, ora como sujeito a diversas definições, a ruptura de todo pensamento econômico que incorpora o nacionalismo com o pensamento totalizante de Marx e do marxismo é, justamente, a autoimposição de um limite que não existe no capitalismo. Embora os Estados nacionais, por diversas vezes, tenham cumprido um papel de suporte essencial para o desenvolvimento capitalista, a história nos mostra que as tentativas de se contrapor ao centro desse sistema, apropriando-se de uma estratégia nacional de desenvolvimento se chocaram com as estruturas mundializadas de seu algóz.

Como resposta à frustração de insistir em modelos de desenvolvimento cujo objeto é uma nação, materializada por um Estado, cada vez se enfrenta menos o sistema que causou a origem da mobilização para esse novo projeto.

Alguns autores, mesmo do campo marxista e partidários de visão de esquerda radical, criticaram os novos desenvolvimentistas apontando contradições entre sua referência histórica, política e teórica com suas análises teóricas e suas posições políticas diante de governos que não se aproximam do que Celso Furtado e outros idealizaram no passado. Resumidamente, são criticados porque não são desenvolvimentistas, e sim, muito mais próximo do neoliberalismo. É o caso de Leda Paulani, de João Borges Neto e Plínio de Arruda Sampaio Junior.

As escolhas argumentativas de Borges Neto, Sampaio Junior e Paulani não são incompatíveis com a hipótese desta pesquisa. É perfeitamente possível que a crítica marxista ao *neodesenvolvimentismo* exponha sua distância ideológica com o velho desenvolvimentismo brasileiro, assim como aponte que ele é uma expressão de submissão ao capital-imperialismo. Afinal, o *nacional-desenvolvimentismo* é reconhecidamente um pensamento de combate à dominação imperialista de sua época.

Consideramos, num primeiro momento, inclusive, pouco eficaz apontar uma crítica que, além de estabelecer uma aproximação ideológica entre pensamento tão distintos em seu conjunto, em comparação com o que Sampaio Júnior, João Machado e Leda Paulani argumentam.

O debate entre Armando Boito Júnior e Raphael de Oliveira enfatiza a diferenciação entre *nacional-desenvolvimentismo* e *neodesenvolvimentismo* também. Para o cientista político paulista Armando Boito Júnior, houve a formação de uma nova burguesia interna durante os mandatos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. Sua pesquisa, também com referencial marxista, partindo da análise sobre blocos de poder⁶⁴ de Nicos Poulantzas, apontou que um setor denominado “Grande Burguesia Interna teria conquistado um maior espaço dentro das posições institucionais do Estado”, e a condução da política econômica durante os mandatos petistas presidenciais seria favorável a esse setor (OLIVEIRA, 2016, p. 24).

A suposta burguesia interna seria formada por setores do ramo industrial e do agronegócio, e principalmente por setores voltados para o comércio de exportação, sem isso representar uma ruptura com a “hegemonia das finanças” ou ter “alterado a posição subordinada do médio capital no bloco no poder” (BOITO, 2007, p. 64). Boito Júnior afirma ainda que “as classes trabalhadoras” tiveram papel ativo nesse processo, a exemplo da aliança entre a Central Única dos Trabalhadores e setores da burguesia industrial, especialmente paulista, por intermédio da FIESP, que chegou até mesmo a apoiar greves promovidas por CUT e Força Sindical, em 2006 (Idem, p. 65).

Ainda admitindo a ascensão dessa burguesia, industrial, agrícola e exportadora, o cientista político paulista conclui que tal processo ocorreu “no interior dos limites permitidos pelos interesses fundamentais do grande capital financeiro”. Isso porque as principais características desse crescimento na produção foram as mesmas serem voltadas para a exportação e sem reinvestimento em infra-estrutura, mas sim para “remunerar bancos”, expandindo a hegemonia do capital financeiro (Idem, p. 66).

Boito Júnior aponta também que essa reconfiguração da burguesia no Brasil se expressava na disputa interna do Governo Lula, a partir da fração representativa do mercado financeiro (Ministério da Fazenda e Banco Central⁶⁵) contra o setor favorável ao setor industrial e produtivo (Casa Civil e BNDES⁶⁶).

A caracterização feita por Armando Boito Jr. é questionada pelo economista capixaba Raphael Rodrigues de Oliveira, ao apontar:

64 Segundo Boito Jr. o “conceito de bloco no poder exige, em primeiro lugar, que o pesquisador detecte as frações da classe dominante que agem como força social distinta em uma dada conjuntura”, o que se desdobra na possível influência de cada setor de uma mesma classe na política de Estado (BOITO, 2007, p. 58).

65 Ocupados por, respectivamente, Antonio Palocci e Henrique Meirelles.

66 Ocupados por, respectivamente, José Dirceu e Carlos Lessa.

(...) que a capacidade de diferenciação dos capitais (das frações de capital) aos termos utilizados por Armando Boito Júnior (...) entre a ‘nova burguesia nacional’ vinculada à indústria e ao agronegócio em contraposição ao capital financeiro internacional, se reduz de forma significativa com o processo contemporâneo de globalização financeira. (OLIVEIRA, 2016, p. 118).

Para Oliveira, é possível identificar, a partir de “organização acionária” de empresas com representantes brasileiros em sua maioria, se o sentido nacionalista do neodesenvolvimentismo foi bem-sucedido em fortalecer uma economia nacional, que no capitalismo se sustenta por uma forte burguesia nacional (OLIVEIRA, 2016, p. 102). Sua pesquisa revela que, diante da “imbricação sistêmica entre indústria e instituições financeiras”, há uma alteração na “estrutura da composição acionária das empresas em praticamente todos os países do mundo” (Idem, p. 118), de modo que mesmo o fato de que “dentro da sua estrutura acionária” (Idem, p. 103), as empresas nacionais citadas como parte da nova burguesia nacional terem, em sua maioria capital nacional, não implica em fortalecimento de uma pretensa economia nacional, mercado interno, produção, isto é, desenvolvimento.

Para Oliveira, o maior contra-argumento à hipótese de Boito Júnior sobre as disputas das frações da burguesia brasileira está na atuação política. Nesse sentido, mesmo que os setores do empresariado aparentem alguma diferença de composição, “a ação política dessas ‘burguesias’ no que tange a defesa dos seus interesses” se dá “de forma coesa e homogênea”, sem dar qualquer margem para avaliação de uma disputa de fração de classe (p. 119-20).

O economista paulista Plínio de Arruda Sampaio Júnior contribuiu em sua obra para explicar essa coesão políticas das diversas burguesias nacionais, a partir do conceito de reversão neocolonial e como isso afetou a economia brasileira. Em primeiro lugar, ele aponta que a globalização (mundialização, capital-imperialismo) impôs a toda “sociedade latino-americana” a submissão “às exigências do capital internacional e das potências hegemônicas”, afirmando que “o raio de manobra das economias da região está limitado à definição do ritmo e da intensidade de assimilação das transformações irradiadas pelo capitalismo central” (SAMPAIO JÚNIOR, 2007, p. 143). Não se trata, portanto, de um processo histórico com recorte cronológico restrito ao período do lulismo no poder executivo brasileiro.

O que Armando Boito Júnior trata como disputa entre frações da burguesia brasileira, Sampaio Júnior entende como uma ilusória dicotomia entre “globalizados” e

“jurássicos”, que dividem dois papéis necessários e possíveis para as elites regionais, no que o economista paulista chama de “desenvolvimento dependente” (Idem, p. 144).

Essa limitação do papel das elites a gestores do desenvolvimento dependente provocou um processo de “reversão neocolonial”, que se caracteriza pelo desmonte das “bases do Estado nacional”, desencadeada pelo “aprofundamento da transnacionalização do capitalismo” (Idem, p. 145).

O problema central é que o novo contexto histórico reduz dramaticamente os graus de liberdade das burguesias das economias periféricas diante do capital internacional. Como as empresas transnacionais passaram a operar com tecnologias concebidas para mercados supranacionais, com renda média muito elevada, a natureza de seus vínculos com as economias dependentes tornou-se muito mais fluida. A situação é bem diferente daquela que ocorrera na fase final de difusão da Segunda Revolução Industrial. No ciclo expansivo do pós-guerra, a estratégia de conquista dos mercados internos, mediante a transferência de unidades produtivas, levava o capital internacional a exigir espaços econômicos nacionais relativamente bem delimitados. Tratava-se de evitar que unidades produtivas deslocadas para a periferia sofressem a concorrência de produtos importados. É este contexto histórico que permitiu que, até o início dos anos oitenta, as economias mais avançadas da região apresentassem uma certa convergência tecnológica com as economias centrais. Na era da mundialização do capital, estamos assistindo a um fenômeno bem diferente. O objetivo das grandes empresas transnacionais é diluir a economia dependente no *mercado global* para que possam explorar as potencialidades de negócios da periferia sem sacrificar sua mobilidade espacial. Por esse motivo, os gigantes da economia mundial não querem que as fronteiras nacionais continuem rigidamente delimitadas. O interesse no “Terceiro Mundo” se resume basicamente aos seguintes objetivos: ter livre acesso aos mercados, (não importando se eles serão atendidos com produtos importados ou com produção local – a decisão depende de circunstâncias ditadas pela estratégia de concorrência de cada empresa); ter o máximo de flexibilidade para aproveitar as potencialidades da região como plataformas de exportações que requerem mão-de-obra barata; açambarcar das mãos do capital nacional, público ou privado, os segmentos da economia que possam representar bom negócio. (Idem, p. 147)

Portanto, os interesses do grande capital nunca deixaram de ser atendidos no Brasil. No período tratado como desenvolvimentista, das décadas de 1930 a 1970, a industrialização serviu aos interesses do capital internacional, pois servia para a conquista de novos mercados. No período mais recente, dos anos 2000 em diante, o objetivo do capitalismo central é o de inserir nossa população economicamente ativa em novos padrões de consumo.

Sampaio Júnior ainda expõe que há um agravante na conjuntura brasileira mais recente. Diante da obediência ao capitalismo internacional, materializada pela “liberalização da economia”, em que houve a consequência de um processo de desindustrialização, marcada pela “desestruturação do aparelho produtivo que compromete os elos estratégicos que permitiam à economia brasileira funcionar como um

todo orgânico” (Idem, p. 151). Não é coincidência que o agronegócio, mesmo que mais modernizado, tenha ampliado sua relevância na economia nos governos petistas, assim como se tornou sustentação política de Lula e Dilma durante seus mandatos. Evidentemente que as consequências dos vieses nacionalistas nos velhos e novos desenvolvimentistas são dramaticamente distintas.

Compreendido o debate acima, cabe um comentário sobre o viés ideológico desta pesquisa e sua relação com o método científico. Não há produção intelectual, seja mais ou menos conectada com esferas acadêmicas, sem uma carga política e ideológica. Essa tese não é diferente, assim como a crítica de autores marxistas trazidas para o debate aqui. Mas a perspectiva de realizar uma pesquisa e permitir que suas hipóteses possam ser refeitas ou, ao menos, adaptadas pelo sucesso da investigação científica, também é uma escolha política. Adotar forte rigor científico para permitir resultados que não estejam restritos a um fim político predeterminado é o que faz do pensamento marxiano algo excepcional e imprescindível para este trabalho.

A pesquisa realizada até aqui levou a uma hipótese distinta das demais levantadas, mesmo dentro do campo marxista crítico ao *neodesenvolvimentismo*. O sentido sempre foi radical, buscando a raiz do problema no pensamento a ser pesquisado. A referência, portanto, foi de autores radicais, que criticaram o *nacionalismo burguês* da Europa do século XIX e XX, do *desenvolvimentismo* do Brasil e América Latina do século XX e do *neodesenvolvimentismo* também daqui, no século XXI.

Porém, há uma lacuna nos exemplos supracitados que não cabe a esse texto responder. É possível se distanciar completamente do *nacional-desenvolvimentismo* e, ainda assim, também ser um pensamento de viés nacionalista?

Parece-nos que o esforço intelectual de Luís Carlos Bresser-Pereira, por exemplo, é o de se reivindicar ainda mais nacionalista do que os mais nacionalistas do *velho desenvolvimentismo*. E se o referencial for o mais original possível, devemos considerar o nacionalismo vinculado à concretude do Estado, o Estado capitalista. Então, por mais distante que suas convicções macroeconômicas e suas propostas sejam com uma proposta nacionalista do início do desenvolvimento capitalista no Brasil, sua perspectiva nacionalista é muito semelhante à de Friedrich List.

Como vimos anteriormente em List⁶⁷, as bases de seu pensamento nacionalista burguês parte de fontes distintas, os iluministas franceses e conservadores britânicos⁶⁸, sendo pioneiro na associação entre o nacionalismo e a perspectiva de desenvolvimento nacional, ou seja, da ideologia de fortalecimento de uma identidade nacional como instrumento a serviço do desenvolvimento (capitalista) de um país.

O desenvolvimento arregimentado pela nação em List era, necessariamente, burguês, pois situava-se na proteção ao enriquecimento (acumulação) dos indivíduos. Mais ainda, nessa visão, o Estado está posicionado como agente protetor de um sistema econômico, o capitalista, centrado na propriedade privada dos indivíduos, circulação de mercadorias e acumulação.

Karl Marx criticou duramente o pensamento de List justamente a partir de sua faceta nacionalista, necessariamente anticomunista, visto que uma ideologia que estimulava uma identidade comum entre classes, a identidade nacional, se confrontava com a proposta comunista, que reforça os antagonismos de classes para tomada de consciência da classe operária contra a burguesia.

A perspectiva nacionalista, sobretudo como Marx a denotou em sua crítica a List, como uma ferramenta para a diluição da consciência de classe, está presente no pensamento neodesenvolvimentista. Para os *precursores*, de Bresser-Pereira, parte de sua estratégia é a consolidação de uma burguesia nacional e, portanto, o fortalecimento de Estado nacional que sirva a este objetivo. Por isso, a questão da estabilidade econômica é tratada como algo mais importante do que políticas sociais de distribuição de renda, por exemplo⁶⁹.

Considerando a perspectiva nacionalista apontada aqui, há certa coerência no pensamento dos precursores, visto que hoje os interesses dessa suposta burguesia nacional no Brasil é distinto daqueles nos anos 1930 e 1970. Diante de uma economia mundial financeirizada e globalizada, a percepção constatada por Marx há quase dois séculos, de que os limites para as relações econômicas no capitalismo não respeitariam os territórios nacionais, também é visível nas elites brasileiras. Da mesma forma, os *neodesenvolvimentistas pós-keynesianos*, o viés nacionalista é bastante presente nesse pensamento, explicitamente atrelado a uma relação harmônica entre capital e trabalho⁷⁰.

67 Quando nos referimos a List nesta tese, trata-se da discussão inserida na parte no capítulo 2, tópico 2.2.1.

68 Tópico 2.2.1

69 Tópico 3.1.1

70 Tópico 3.1.2

Já no caso dos *social-desenvolvimentistas*, é preciso detalhar um aspecto da análise dessa vertente *neodesenvolvimentista*. Quando analisamos as ideias de intelectuais como Ricardo Bielschowsky, Maria de Lourdes Mollo e Adriana Amado, percebemos maior proximidade dessas com o pensamento *nacional-desenvolvimentista*, incluindo a adesão a uma perspectiva nacionalista como instrumento para a luta por soberania nacional e, até mesmo, anti-imperialista ou combativa à dependência econômica brasileira. Isso está muito presente no foco dos social-desenvolvimentistas em fortalecer o mercado interno, cujo objetivo é promover justiça social e proteger nossa economia com relação a oscilações internacionais⁷¹.

Outro aspecto indubitavelmente atrelado a busca por soberania econômica está no eixo de industrialização dos social-desenvolvimentistas. Os mesmos apontam que é necessário investir em uma industrialização que elevaria o valor agregado das mercadorias produzidas no Brasil, sobretudo intensificando o nível tecnológico desta produção industrial. Bielschowsky chega a especificar que ramos como eletrônica, química, a exploração de diversos recursos naturais de forma tecnologicamente mais avançada, assim como a regulação fundiária no Brasil como exemplos de medidas e áreas de atuação do Estado nacional que exemplificariam essa busca por uma economia independente⁷².

Porém, em nossa análise sobre o pensamento neodesenvolvimentista destacamos a relação mais intrínseca entre os *social-desenvolvimentistas* e os governos petistas. Ao mesmo tempo que nessa vertente estão presentes mais interpretações sobre o nacionalismo coerentes com o *velho desenvolvimentismo*, está a postura mais propagandística dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Resgatando a análise sobre os dois mandatos de Lula da Silva feita por João Machado Borges Neto e Plínio de Arruda Sampaio Júnior, reconhecemos um governo de profunda continuidade neoliberal. Dito isto, há um contraste entre a análise dos economistas marxistas críticos supracitados e a leitura do *social-desenvolvimentista* de que, em 2012, após os dois mandatos de Lula da Silva, o país tinha uma “oportunidade extraordinária”, diante dos anos de crescimento econômico e sucesso na condução econômica dos mandatos do ex-operário.

71 Tópico 3.1.3

72 Tópico 3.1.3

É verdade que não está presente na análise de Bielschowsky um balanço sobre o período de Lula da Silva na presidência da República. Contudo, sua caracterização sobre o momento político e econômico brasileiro em 2012 é bastante similar ao apresentado por Aloísio Mercadante Oliva em 2010 e por Lula da Silva e o PT em 2013.

O silêncio sobre a condução econômica dos governos petistas dos *social-desenvolvimentistas* não é repetido por Oliva e outros dirigentes do partido. Ao contrário, o eixo de argumentação dos mesmos é a de apresentar o balanço triunfante dos de seus governos para contrastá-lo com um balanço do período anterior, presidido pelo tucano Fernando Henrique Cardoso. Essa diferenciação não aparece quando a questão é referente ao nível de enfrentamento do país e de seu Estado com a dominação econômica exterior. Menciona-se a superação da dívida externa, por exemplo⁷³, mas não via moratória ou descumprimento de metas fiscais do FMI.

Mais ainda, uma das maiores propagandas de Lula da Silva como demonstração de sucesso de seus mandatos presidenciais foi a bem-sucedida colaboração entre as classes sociais em torno de um interesse comum nacional. Nesse ponto, o ex-operário e seu partido foram capazes de realizar o senhor listiano de uma forma que o filósofo alemão nunca havia imaginado, amortecendo mobilizações de movimentos, entidades e setores combativos numa proporção possivelmente inédita em nossa história.

Portanto, embora apresentando suas ideias com diferenças visíveis, as vertentes *neodesenvolvimentistas* apontam para desdobramentos práticos semelhantes, especialmente no que tange a perspectiva de união nacional ou nacionalista. Antes de aplicar uma política econômica tida como essencialmente desenvolvimentista, reproduz-se no pensamento dos assim chamados concordância novos desenvolvimentistas a ideologia nacionalista que foi a referência para os cepalinos e uma longa tradição de pensadores em prol da perspectiva de desenvolvimento (capitalista) nacional.

Localizar no *nacionalismo* o elemento de aproximação entre o novo e velho desenvolvimento nos parece um exercício intelectual muito mais profícuo do que a análise de André Singer, cuja pesquisa sobre o suposto ensaio desenvolvimentista não corrobora com o balanço oficial do petismo no governo federal, assim como a expectativa dos intelectuais social-desenvolvimentistas de transição para uma economia mais soberana no Brasil.

73 O que foi problematizado por Plínio Sampaio Jr.

Singer cuidadosamente insere a palavra “ensaio” antes de “desenvolvimentista”, o que justifica um recorte cronológico tão restrito para caracterizar uma trajetória de governo tão longa (mais ou menos dois anos de treze). Esse recorte, no entanto, desqualifica a propaganda governista e lulista, que diferencia profundamente todo o período petista na presidência da República do período tucano. Além disso, o recorte restrito dificulta a comprovação da hipótese: de que os petistas tinham como plano realizar a tão sonhada transição econômica social-desenvolvimentista. Porém, não é possível provar que a pressão do mercado financeiro foi a única razão pela qual houve um recuo do Governo Dilma, mas é comprovado que, se houve esse ensaio, foi em menos de dois anos, enquanto os demais onze anos de lulismo no governo federal foram marcados pela reprodução quase incontestável, parcialmente ou completamente, até para Singer, de uma agenda *neoliberal*.

Sobre a conclusão de que a razão pela qual há tantas diferenças entre a política econômica defendida e aplicada por neodesenvolvimentistas em comparação aos velhos desenvolvimentistas se dá por uma “decadência ideológica” na evolução do pensamento econômico brasileiro, há uma divergência de nossa pesquisa com esta hipótese.

Em primeiro lugar, a qualificação como decadente pressupõe um juízo de valor que, por mais que aqui não adotemos o falso discurso da neutralidade, não nos parece a forma mais didática e clara de conclusão de uma análise científica. A partir da perspectiva ideológica marxista, por óbvio, se entende que uma análise que trabalhe com pressuposto do sistema capitalista é um pressuposto ruim, equivocado, que discordamos, frágil, ou até mesmo, decadente. Entretanto, é preciso registrar que a partir dessa base ideológica que se conclui algo como decadente ou não.

Mesmo que consideremos o parâmetro marxista como o correto, ou a convenção a ser utilizada aqui, a comprovação da conexão ideológica entre o pensamento neodesenvolvimentista e o pensamento nacionalista burguês de Friedrich List aponta que não há uma trajetória linear do pensamento desenvolvimentista de elevado, fortalecido, apoteótico para um pensamento decadente. É possível, inclusive, considerar que, para uma visão convergente com o *nacional-desenvolvimentismo*, portanto uma visão antimarxista, burguesa e pró-capitalismo, a visão de Bresser-Pereira é ainda mais fiel ao nacionalismo originário do capitalismo do que a perspectiva anti-imperialista de Celso Furtado e outros de seu período.

O papel dessa pesquisa não foi, contudo, o de estabelecer um juízo de qual pensamento é o mais ou o menos nacionalista. Qual é o pensamento mais capitalista ou

menos capitalista. Qual é o pensamento mais burguês ou menos burguês. Muito menos qual é o pensamento mais decadente ou menos decadente. A pesquisa apresentou uma similaridade entre o pensamento listiano, furtadiano e das diversas vertentes do *neodesenvolvimentismo*.

Comprovada a similaridade de longo recorte temporal e geográfico dos diversos pensamentos desenvolvimentistas, cabe responder a por que então a política econômica dos governos petistas e do pensamento neodesenvolvimentista é tão distinta da defendida e aplicada em governos pelos ideólogos do pensamento *nacional-desenvolvimentista*? Pode parecer não apenas uma incongruência com uma análise científica, mas até mesmo uma falta de bom senso apontar semelhanças entre pensamentos que influenciaram processos tão aparentemente distintos, com propostas macroeconômicas igualmente distantes.

Para responder a pergunta acima, propomos a retomada da análise de Marx e Trotski sobre a economia capitalista, que embasou a críticas destes pensadores ao nacionalismo, seja o originalmente burguês de List ou o fruto de degeneração política do marxismo vulgar dos etapistas.

Marx identificou que a dinâmica do sistema capitalista era de uma economia mundial, sem espaço para a formação de economias nacionais absolutamente autônomas. List percebeu também este aspecto e seu sistema nacional era uma resistência parcial a isso, aceitando que as relações sociais e econômicas se conformariam, cada vez mais, como relações internacionais, mas estruturaria a ideia de um instrumento nacional que desse uma vantagem nessas relações a seus compatriotas.

O que é negligenciado por autores brasileiros *desenvolvimentistas* (mas não por List) é que os sistemas nacionais só se complementam a partir da dominação econômicas de outras economias supostamente nacionais. Portanto, a existência e perpetuação do sistema capitalista é contraditória com a ascensão de economias nacionais soberanas nos marcos desse mesmo capitalismo.

Prova disso foi a evolução do capitalismo no século XX, analisado por Trotski, que concluiu que seu desenvolvimento, desigual e combinado, era evidente e exemplarmente constatado no caso russo. Logicamente, a estratégia para a revolução mundial do revolucionário russo foi apresentada a partir da *teoria da revolução permanente*, em contraposição ao *socialismo em um só país*. Mais do que negar a possibilidade de construção de um sistema socialista nacional, Trotski afirmava que o socialismo não era possível num mundo hegemonicamente capitalista, sendo necessário

um processo revolucionário internacional e mundial para que revoluções nos países fossem capazes de avançar na transição socialista.

Tanto no tempo de Marx (século XIX), quanto no de Trotski (primeira metade do século XX), no entanto, a humanidade foi testemunha de diversas experiências políticas que, por algum tempo, lideraram projetos submetidos (seja como objetivo final ou uma etapa) a uma estratégia de desenvolvimento nacional. As experiências do leste europeu, alguns governos latino-americanos da primeira metade do século XX industrializaram seus países e inseriram seus povos de outra maneira nas relações capitalistas internacionais. É possível afirmar que houve melhoria nas condições de vida da população de países como Brasil, Argentina, URSS, Chile, Tchecoslováquia, dentre outros. Por esse prisma, as leituras marxiana e trotskiana falharam em suas previsões, de que não isso não seria possível. O nacionalismo foi capaz de aplicar, em algum nível, seu projeto na prática.

Outra questão bem pertinente é que: por que devemos aceitar a análise sobre o capitalismo de Marx e Trotski para analisar um pensamento do século XXI, visto que nenhum dos dois analisou o capitalismo desse período?

Respondemos a pergunta acima com outra: o capitalismo, do século XIX até os dias atuais (e contemporâneo aos governos petistas e o pensamento neodesenvolvimentista) regrediu ou reforçou sua natureza internacionalista, desigual e combinada?

Embora a obra marxiana, marxista e trotskiana possa ser confrontada com relação às previsões sobre possíveis experiências nacionais diversas, é inegável que as dinâmicas conjunturais dos diversos países em nada afetaram a estrutura e o desenvolvimento histórico do capitalismo. É o que demonstramos a partir da referência conceitual do *capital-imperialismo* de Virgínia Fontes. O capitalismo não só reforçou seu aspecto mundializado, como suas relações econômicas, sociais, culturais e políticas esmagaram e esmagam as identidades nacionais, regionais e a pluralidade de liberdades humanas.

Nesse contexto histórico, uma proposta pensada a partir de uma ideologia que dilui as classes sociais em torno de uma falsa unidade, a nação, e que se propõe a participar do sistema internacional como um agente convergente com seus pressupostos, regras e características, será fatalmente confrontado com uma margem para a aplicação de seu projeto político-econômico muito inferior a de gestores nacionais de meio século anterior. A escolha *neodesenvolvimentista*, de resgatar o pensamento *nacional-desenvolvimentista*, mais justifica sua submissão internacional e o processo de reversão

neocolonial recente, do que instrumentaliza uma vontade coletiva para romper com essa dependência, tal qual Celso Furtado almejou.

Não é papel desta pesquisa, mas convém comentar que há dúvidas sobre a honestidade das defesas ideológicas dos dirigentes petistas, atribuindo suas práticas como fundamentadas pela referência histórica de aguerridos nacionalistas e anti-imperialistas. Mesmo que tratado como mera peça de marketing, reforçada por análises parciais que apontam para um breve ensaio desenvolvimentista, não nos parece correto afirmar que a mais superficial, midiática e demagógica reivindicação furtadiana por Lula, Dilma, Mercadante, Mantega e outros, ela não influencie o processo concreto de condução política do PT.

O que é possível concluir sobre o pensamento neodesenvolvimentista e sua crítica marxista no Brasil é que o seu estudo revelou que o fantasma de Margaret Thatcher segue assombrando os povos de países periféricos, como um todo, assim como a humanidade como um todo, no geral. O que não é dito é, portanto, ou inexistente ou tão óbvio que não seja necessário aponta-lo. E por qualquer prisma que se olhe a experiência petista e o pensamento econômico que o orientou, seja partindo de uma base teórica marxiana, marxista, trotskiana, trotskista, simpática ao lulismo, oposicionista saudosista do neoliberalismo, ela sugere que o maior protagonista da história econômica no Brasil das últimas décadas foi o monstro de múltiplos tentáculos, infinitos olhos e nenhum coração: o capitalismo. O ceticismo petista em transformar o mundo e mudar o sistema não é ocasional, nem fruto de uma escolha completamente independente. Os homens (e mulheres) fazem a sua história, mas no mundo atual só fazem reproduzindo a agenda neoliberal ou rompendo com ela de forma radical.

Conclusão

A pesquisa realizada que culminou na redação desta tese de doutorado fez um esforço para analisar a história do pensamento econômico basilar das diversas vertentes do *neodesenvolvimentismo*. Essa história não pôde ser contada ou analisada sem seu contexto, a história do capitalismo.

Essencial para a compreensão do *novo desenvolvimentismo*, o estudo da história econômica do Brasil, de 1930 até o período recente, trouxe para a discussão teórica do pensamento econômico a materialidade necessária e indistinguível da modernização. Nesse período, o país testemunhou de Getúlio Vargas a Dilma Rousseff uma transformação profunda e estrutural.

E em uma pesquisa com um recorte tão amplo, cronológico, geográfico e temático, cujo centro é o pensamento econômico brasileiro de um período bem recente, mas com conexões com processos políticos, econômicos e sociais de outros países e continentes, as únicas certezas garantidas são as lacunas de nossa investigação.

Mesmo assim, foi possível chegar a algumas conclusões importantes e que dão contribuem, mesmo que de forma limitada, para o conhecimento da história econômica do Brasil. A primeira conclusão é que, sim, é possível associar, em alguma medida, o pensamento de Bresser-Pereira, João Sicsú, Aloísio Mercadante Oliva e Ricardo Bielschowsky com o pensamento nacional-desenvolvimentista de Celso Furtado e Raúl Prebisch. A dimensão dessa associação é objeto de debate contínuo e dificilmente conclusivo na academia brasileira; não nos convém, portanto, o martírio da obrigação de uma resposta definitiva nesse tema.

Se não foi possível delimitar exatamente o quanto de *desenvolvimentismo* há no *neodesenvolvimentismo*, é absolutamente comprovado sua contradição flagrante com a perspectiva de desenvolvimento nacional, que delimitamos como conceito logo no primeiro capítulo da tese, em contraste com a prática dos governos petistas, que parte dos intelectuais neodesenvolvimentista apresentam como uma expressão de seu pensamento.

A caracterização precisa sobre a condução da política econômica nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff pode oscilar entre social-liberalismo e neoliberalismo. A partir das análises de João Machado Borges Neto, Plínio de Arruda Sampaio Júnior e Leda Paulani nos distanciamos de uma caracterização sobre estes governos convergente

com Vargas e João Goulart. Mas tivemos o cuidado de não tratar como iguais vertentes de um pensamento e governos que se apropriam, possivelmente como mera peça de propaganda, deste pensamento.

E também foi importante para a pesquisa expor a diferenciação das vertentes que reivindicam a renovação do desenvolvimentismo no Brasil. Nos tópicos sobre o assunto, dentro do capítulo 3, é visível a maior coerência entre as ideias *social-desenvolvimentistas* e *nacional-desenvolvimentistas*, ainda que alguns intelectuais deste campo tinham expectativas excessivamente otimistas sobre as possibilidades de implementação nos governos petistas de suas ideias mais combativas e, podemos nos arriscar a dizer, anti-imperialistas.

Uma possível razão para que Bielschowsky e outros fossem tão otimistas está na ausência de uma análise sobre o patamar do capitalismo mundial no século XXI feito por Sampaio Júnior, Virgínia Fontes, François Chesnais e David Harvey, entre outros, que são muito coerentes com o que Karl Marx já dizia sobre a tendência de evolução do capitalismo já no século XIX, e León Trotski e Vladimir Lenin também apontaram no início do século XX.

A escolha pela abordagem de linha historiográfica marxista foi pensada compreendendo que seríamos levados a um erro de caracterização grosseiro se reduzíssemos o pensamento tema desta tese, o neodesenvolvimentismo, a um processo de transformismo e capitulação política do Partido dos Trabalhadores, muito bem analisados pelas pesquisas de Eurelino Coelho Neto e Cyro Garcia. O problema do pensamento *neodesenvolvimentista* é muito mais profundo.

E quando tratamos o neodesenvolvimentismo como problema, que fique claro que não se trata de um juízo de valor. O pensamento pesquisado é um excelente problema de pesquisa, pois seu estudo potencializa a abordagem de diversas questões, não exploradas em sua integralidade por esta pesquisa.

A escolha pela discussão do nacionalismo presente de forma relativamente coerente em todas as fases e vertentes do *desenvolvimentismo*, do nacionalismo burguês de List, passando pelo etapismo da social-democracia e do stalinismo, do nacional-desenvolvimentismo cepalino e o *neodesenvolvimentismo*, é muito mais motivada pela observação de uma lacuna nas pesquisas levantadas dentro da academia brasileira do que a inquestionável convicção de que é a questão mais relevante dentro do estudo desse pensamento econômico. Talvez uma segunda razão para essa escolha, o nacionalismo

como fio condutor de uma trajetória de séculos sobre pensamentos desenvolvimentistas, é a possível originalidade, o que não comprova sua pertinência, necessariamente.

Hipóteses originais não são hipóteses relevantes por serem originais, mas por serem provadas diante de pesquisa científica sobre o seu objeto. Nossa hipótese aqui é a afirmação de que o pensamento *neodesenvolvimentista* de conjunto é desenvolvimentista porque é um pensamento de viés nacionalista.

Nós nos convencemos de que essa hipótese está fundamentalmente correta quando problematizamos o conceito de *nacionalismo* no capitalismo, cuja principal fonte é o pensamento de Friedrich List, mas que se desenvolveu bastante depois de seu tempo. Concluimos que há três aspectos que definem esse nacionalismo no capitalismo, o nacionalismo originalmente burguês, mas que foi apropriado até mesmo por grupos e intelectuais comunistas, como uma forma de nacionalismo revolucionário, ou socialista.

O primeiro aspecto do nacionalismo no capitalismo é a compreensão, ilusória e insustentável na materialidade, do mito da economia nacional. Esse aspecto promove uma discussão complexa sobre o quanto têm de realidade ou de ilusão as delimitações. Mas nos parece uma tendência bastante evidente o que foi dito por Virgínia Fontes e Plínio Sampaio Júnior, as margens para o protagonismo, ou mesmo participação ativa do instrumento Estado nacional, sobretudo nas economias periféricas de nosso globo, nas mudanças de rumos destas economias está cada vez menor.

Reconhecer a tendência a perda de influência dos Estados nacionais de países periféricos na configuração do capitalismo mundial e o destino de cada povo em sua inserção, já é suficiente para identificarmos que a convicção em uma ideologia nacionalista no século XXI sugere a aplicação de um projeto econômico com muito menos capacidade de promover um objetivo óbvio dos nacionalistas: a soberania nacional.

O segundo aspecto é a perspectiva nacionalista, sobretudo em List, de ofuscar a referência de classe, a classe para si, agindo como um desorganizador da vontade coletiva e organização das classes trabalhadoras para resistir à exploração do Capital. Não há mais burgueses e proletários, são todos identificados com uma nação. Nesse ponto, a eficácia do pensamento *neodesenvolvimentismo* é bem alta, tanto nas formulações das diversas vertentes, quanto na prática governista petista. A conciliação de classes é ainda mais relevante para o lulismo do que seu possível resultado de, de fato, unificar classes sociais em torno do nacionalismo brasileiro.

Bresser-Pereira também é bastante enfático na reivindicação da unidade nacional para o desenvolvimento do país. Isso acaba por suscitar uma conclusão curiosa e um tanto quanto inesperada de nossa pesquisa. Ao refletirmos sobre o segundo aspecto definidor do conceito de nacionalismo, a diluição de classes, podemos considerar o neodesenvolvimentismo mais próximo do nacional do que do desenvolvimentismo do *nacional-desenvolvimentismo*. Evidentemente que o pensamento *cepalino* não pode ser dividido de maneira concreta entre o aspecto nacionalista e o desenvolvimentista. O *nacional-desenvolvimentismo* é nacionalista e desenvolvimentista simultaneamente, dialeticamente e um sentido move o outro. O projeto nacional é o projeto de industrialização para a formação de uma economia soberana, autônoma, que supera o subdesenvolvimento. Mas há também no antigo desenvolvimentismo a mesma aposta, que passa pelo amortecimento das lutas das classes subalternas, em fortalecer uma burguesia nacional capaz de liderar a inserção brasileira no mundo capitalista de forma soberana.

A identidade entre o novo e velho pensamento desenvolvimentista, no que tange sua aposta na burguesia nacional e na diluição das classes sociais em torno de uma identidade nacional não invalida a caracterização de que há uma distância muito grande entre o pensamento *nacional-desenvolvimentista* e *neodesenvolvimentista*. Nesse ponto, a discussão entre Armando Boito Júnior, Raphael Rodrigues de Oliveira e Plínio de Sampaio Júnior nos ilumina sobre como essa aposta na burguesia em momentos históricos diferentes do capitalismo traz consequências bem distintas para a política econômica brasileira. Nossas elites do século XXI não querem o que queriam nos anos 1950 e 1960, embora seus interesses básicos sejam os mesmos. As que participam do teia capital-imperialista, tal qual expusemos no segundo tópico do capítulo 4, estranham a perspectiva de alto investimento no setor produtivo como os cepalinos almejavam.

Reconhecer os diferentes projetos econômicos das burguesias brasileiras ao longo do tempo é fundamental para compreender o terceiro aspecto do nacionalismo dos desenvolvimentistas, e suas diferenças. Por mais que a busca por uma unidade nacional seja nociva à organização de classe, é presente tanto em List, quanto em Stálin, Vargas e Bielschowsky, a perspectiva de que a unidade nacional serve para armar uma população e um Estado contra outras economias. Nesse ponto, há diferenças significativas entre o velho e novo desenvolvimentismo, e foi o aspecto do nacionalismo menos explorado de nossa pesquisa.

A unidade nacional contra outras economias ainda se desdobra em duas abordagens. A primeira é a relação que o Estado nacional estabelece com grandes potências, com o centro do capital-imperialismo. A segunda é esse Estado se relaciona com outros Estados periféricos, considerando inclusive países com economias ainda mais frágeis e dependentes do que a brasileira. Com relação à relação com o capitalismo central, o reforço do caráter dependente de nossa economia é evidente, a partir das pesquisas de Plínio de Arruda Sampaio Júnior. Na relação com os países tão ou mais dependentes, essa relação toma outra proporção, e frequentemente o Brasil no século XXI foi um país dominante.

Mas o que é bastante explorado nesta pesquisa, especialmente a partir da referência de Virgínia Fontes, é que a relação de economias dependentes exercendo um papel sub-imperialista na situação atual é muito menos relevante, justamente pela diluição do papel dos Estados nacionais na economia globalizada do tempo recente.

Nesse terceiro e último aspecto do nacionalismo, no pensamento furtadiano há uma clara alusão a uma visão anti-imperialista, que coloca como centro de seu pensamento a perspectiva de enfrentamento à dominação de países centrais e a organização popular para alcançar esse objetivo.

Ao contrário, embora na vertente *social-desenvolvimentista* haja uma referência de superação da dominação internacional e superação de nossa dependência, os governos petistas deram diversas demonstrações de que a perspectiva nacionalista como ideologia de combate a outras economias foi quase inexistente. E repetindo o que foi falado no quarto capítulo, na retórica lulista isso sequer foi um grande tema.

Nossa conclusão geral sobre a tese, e sobre o caráter geral do pensamento *neodesenvolvimentista* é que não devemos negar alguma identidade com o seu antecessor, o pensamento nacional-desenvolvimentista. Mas não apenas na condução da política econômica dos governos petistas, assim como na aposta na manutenção de vários aspectos centrais da ortodoxia convencional por alguns de seus intelectuais, predomina entre os neodesenvolvimentistas a aceitação da máxima de Margaret Thatcher: não há alternativa!

A resposta dos marxistas que analisaram o pensamento neodesenvolvimentista, à qual essa pesquisa se soma, conclui: não há alternativa dentro do capitalismo. Socialismo ou barbárie!

Bibliografia utilizada:

BASTOS, Pedro Paulo Zaluth. *A economia política do novo desenvolvimentismo e o social desenvolvimentismo*. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número especial, dezembro de 2012.

BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo evolucionário*. Tradução: Manuel Teles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BIANCHI, Alvaro. *Desenvolvimento desigual e combinado: a construção de um conceito*. Publicado no Blog Esquerda Online. Link <https://blog.esquerdaonline.com/?p=935> Último acesso em 12 de abril de 2020. Postado originalmente em 2013.

_____. *O marxismo de Leon Trotsky: notas para uma reconstrução teórica*. Campinas: Ideias, 2007.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual*. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, dezembro de 2012.

_____. *Formação Econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino*. Revista de Economia Política, vol. 9, n. 4, 1989.

_____. *Ideología y desarrollo: Brasil, 1930-1964*. Santiago: Revista de la CEPAL, diciembre de 1991.

BOITO JÚNIOR, Armando. *Estado e burguesia no capitalismo neoliberal*. Curitiba: Revista de Sociologia e Política, junho de 2007, p. 57-73.

BONENTE, Bianca Aires Imbiriba Di Maio. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Tese de doutorado da Universidade Federal Fluminense defendida em 2011.

BORGES NETO, João Machado. *Da campanha ao Governo Lula: uma análise das mudanças no programa do PT*. In: PAULA, José Antonio de (org.). *A economia política da mudança: os desafios e equívocos do Governo Lula*. São Paulo: Editora Autêntica, 2003. (p. 177-201)

_____. *Governos petistas: poucas mudanças, nenhuma ruptura*. Publicado no site <https://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/> Último acesso em 1º de outubro de 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Globalização e competição*. Rio de Janeiro: Editora Campus- Elsevier, 2009.

_____. *O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional*. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, jul/set. 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos & REGO, José Marcio. *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001.

BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1943)*. Tradução: Fernando Forrone. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. *Velhos e novos desenvolvimentismos*. Campinas: Revista Economia e Sociedade, v. 21, Número Especial, dezembro de 2012.

CARVALHO, Fernando Cardim de. “Breton Woods aos 60 anos”. In.: *Novos Estudos CEBRAP*, No. 70. 2004. Disponível em www.ie.ufrj.br/moeda

CASTELO, Rodrigo. *O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro*. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 613-36, out/dez 2012.

_____. *O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesia no capitalismo dependente brasileiro*. Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, n. 31, v. 11, p. 119-38, 1º semestre de 2013.

CÊPEDA, Vera Alves. *O pensamento político de Celso Furtado – desenvolvimento e democracia*. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio. (Org.). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 167-184.

CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. Tradução: José Paulo Neto. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Tradução: Luiz Antônio de Oliveira Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHESNAIS, François. *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo, Editora Xamã, 1998.

COELHO NETO, Eurelino. *Uma esquerda para o Capital: crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de doutorado defendida na UFF, 2005.

- DEMIER, Felipe. *A lei do desenvolvimento desigual e combinado e a intelectualidade brasileira*. Publicado na Revisa Outubro Edição 16, 2007.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- EICHENGREEN, Barry. *A globalização do Capital*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- ELIETE, Renato de Almeida. *Aspectos do desenvolvimentismo, do Novo-desenvolvimentismo e da Política Exterior Brasileira*. Monografia da UFF, Niterói, 2015.
- ESCORSIM, Leila. *Mariátegui: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2006.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *As origens e vertentes formadoras do pensamento cepalino*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Economia, v. 54, n. 3, 2000.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Brasil: Gradiva, 1992.
- FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964. 2 ed.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 3 ed.
- _____. *Formação Econômica do Brasil*. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
- _____. *Essencial Celso Furtado / organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar*. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- GARCIA, Cyro. *Partido dos Trabalhadores: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem*. Tese de doutorado defendida na UFF, 2008.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- _____. *Os Limites do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução: Maria Celia Paolli e Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da renda*. Tradução: Mario R. da Cruz. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- LAZZARETTI, Flavia M. M.; ROHENKOHL, Júlio E. *As economias políticas nacionais vivenciadas por Georg Friedrich List*. Revista História & Perspectivas, v. 31, n. 59, Uberlândia, 2019.

LENIN, Vladimir Ilich. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 4, n. 1, p. 144-224, jun. 2012.

LIST, Friedrich. *Das nationale System der politischen Ökonomie*. Berlin: Heptagon, 2014.

_____. *O funcionamento da economia capitalista: a perspectiva burguesa-nacionalista*. [Entrevista concedida ao] Jornal Nação Soberana. Berlim, 1941. Acessível pelo link <https://pt.scribd.com/document/272755311/List-Friedrich-Entrevista-Maio-de-1841> Último acesso em 5 de maio de 2020.

LOWY, Michel. *A política do desenvolvimento desigual e combinado: a teoria da Revolução Permanente*. São Paulo: Editora Sundermann, 2015.

_____. *A teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. Tradução: Henrique Carneiro. São Paulo: Revista Outubro Edição 1, 1998.

LOWY, Michel (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução: Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUKÁCS, Georgy. *Por uma ontologia do ser social I*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Scheiner. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

LUXEMBURG, Rosa. *Reforma, revisionismo e oportunismo*. Tradução: Lívio Xavier. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

LUXEMBURGO, Rosa. *A questão nacional e a autonomia*. Link para consulta <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1909/mes/autonomia.htm> Último acesso em 12 de maio de 2020.

_____. *O que quer a Liga Spartakus?* In: Rosa Luxemburgo (textos escolhidos). Tradução e apresentação: Isabel Loureiro. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas, Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

_____. *Por um socialismo indo-americano*. Tradução: Luis Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

MANDEL, Ernest. *Trotsky: um estudo da dinâmica do seu pensamento*. Tradução: Waltensir Dutra Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

MARX, Karl. *O Capital, Livro I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. *O Capital, Livro III*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. *Collected Works, vol. 4*. New York: International Publishers, 1977.

_____. *Crítica do programa de Gotha*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. *Teses sobre Feuerbach*. Tradução para o português em 1982. Disponível pelo link <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; AMADO, Adriana Moreira. *O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido*. Revista Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp, v. 24, n.1, abril 2015.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Desenvolvimentismo e novo desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais*. Revista de Economia Política, vol. 33, n. 2, abril/junho de 2013.

MIRANDA, Vinicius Almeida Ribeiro de. *Dois trotskismos num partido de massas: a trajetória das organizações Democracia Socialista e Convergência Socialista no PT de 1978 a 1992*. Dissertação de mestrado defendida na Unicamp, 2014.

OLIVA, Aloísio Mercadante. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do Governo Lula (2003-2010)*. Tese de Doutorado da Unicamp, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Flavio dos Santos. *Bases do nacionalismo econômico em Friedrich List*. Revista Análise Econômica, Porto Alegre, ano 35, n. especial, julho de 2017.

OLIVEIRA, João Marcos. *Entenda as sete principais escolas do pensamento econômico*. Publicado em 2019. Disponível em <https://www.boletimeconomico.com.br/entenda-as-7-principais-escolas-do-pensamento-economico/> Último acesso em 8 de outubro de 2020.

OLIVEIRA, Raphael Rodrigues de. *“Nova burguesia nacional” nos governos Lula e Dilma? Uma crítica as teses de Armando Boito Júnior (2003-2013)*. Dissertação de mestrado defendida na UFES, 2016.

PALOCCI, Antonio. *Discurso de Posse*. 2 de janeiro de 2003. Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil*, XII Encontro Nacional do PT, dezembro de 2001.

Publicação do Diretório Nacional do PT, março de 2003. Disponível em <http://www.lula.org.br/obrasil/documentos.asp>

_____. *O decênio que mudou o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. Disponível em <https://pt.slideshare.net/PTPARANA/o-decnio-que-mudou-o-brasil>

PAULANI, Leda Maria. *A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo?* Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 12, n. 20, 2017.

_____. *Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo*. Revista de Economia Política, forthcoming, 2011.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político y clases sociales en el Estado Capitalista*. Traducción: Florentino M. Torner. México D.F.: Siglo XXI editores, 2007. 30ª edição.

PRADO JÚNIOR, Caio Prado. *A revolução brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRADELLA, Lucia. *Globalisation and the Critique of Political Economy: new insights from Marx's writings*. New York: Routledge, 2015.

PRZEWORSKI, Adam. *A social-democracia como fenômeno histórico*. São Paulo: Revista Lua Nova, vol. 4, n. 3, julho de 1988.

SALOMÃO, Ivan Colangelo. *As origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre o debate historiográfico*. Belo Horizonte: Revista Nova Economia, v. 27, n. 3, 2017.

SAMPAIO JÚNIOR. Plínio de Arruda. *Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma*. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.

_____. *Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro*. En publicación: Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía. Hoyos Vásquez, Guillermo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2007. ISBN: 978-987-1183-75-3. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/hoyos/11Sampaio.pdf>

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor, as batatas: formas literárias e processo social no início do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2012. 6 ed.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renault. *Por que novo desenvolvimentismo?* Revista de Economia Política, vol. 27, n. 4, outubro-novembro de 2007.

SILVA, Alessandra Kely da. *Brasil e o legado da década de 1980: crise e orientação da política econômica*. Congresso Brasileiro de História Econômica. 12º, 2017, Niterói. Disponível em

<http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/12%20Brasil%20e%20o%20legado%20da%20d%C3%A9cada%20de%201980%20crise%20e%20orienta%C3%A7%C3%A3o%20da%20pol%C3%ADtica%20econ%C3%B4mica.pdf>

SILVA, Luís Inácio Lula da. *O necessário, o possível e o impossível*. [Entrevista concedida ao] Site Carta Maior. São Paulo, 2013, Acessível pelo link <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-necessario-o-possivel-e-o-impossivel/4/27787> Último acesso em 1 de outubro de 2020.

SINGER, André. *Cutucando as onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)*. São Paulo, Revista Novos Estudos, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e Revolução no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1997.

_____. *Oscar Niemeyer*. 1978.

SPORLUK, Roman. *Communism and Nationalism: Karl Marx versus Friedrich List*. New York: Oxford University Press, 1988.

STALIN, Josef V. *Sobre o problema da China*. Rio de Janeiro: Editora Vitória Ltda., 1946. Link para consulta em <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1927/08/01.htm>. Última consulta em 26 de setembro de 2020.

TROTSKY, Leon. *A Revolução Permanente*. In. *A teoria da Revolução Permanente*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.

_____. *Balanço e perspectivas*. In. *A teoria da Revolução Permanente*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.

_____. *História da Revolução Russa. Volume I: a queda do tzarismo*. Tradução: E. Huggins. Brasília: Senado Federal, 2017.

Fontes dos discursos dos presidentes:

2003

BRASIL, Presidente (2003-2010: Luis Inácio Lula da Silva) a. **Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após a cerimônia de posse Parlatório do Palácio do Planalto.** Brasília, 1 de janeiro. 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/01-01-pronun-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-solene-de-posse-no-cn.pdf/view> Acesso em: 05/02/2022.

BRASIL, Presidente (2003-2010: Luis Inácio Lula da Silva) b. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional.** Brasília, 1 de janeiro. 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/01-01-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-a-cerimonia-de-posse.pdf/view> Acesso em: 5/2/2022.

BRASIL, Presidente (2003-2010: Luis Inácio Lula da Silva) c. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no III Fórum Social Mundial Anfiteatro Pôr do Sol.** Porto Alegre, 24 de janeiro. 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/24-01-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-iii-forum-social-mundial.pdf/view> Acesso em: 5/2/2022.

BRASIL, Presidente (2003-2010: Luis Inácio Lula da Silva) d. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão plenária “Diálogo com o Presidente do Brasil” no XXXIII Fórum Econômico Mundial.** Davos, 26 de janeiro. 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/26-01-disc-do-pres-da-rep-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-dialogo-no-forum-economico-mundial.pdf/view> Acesso em: 5/2/2022.

BRASIL, Presidente (2003-2010: Luis Inácio Lula da Silva) e. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.** Brasília, 31 de março. 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/31-03-2003-discurso-do-pr-luiz-inacio-lula-da-silva-na-reuniao-do-conselho-de-desenvolvimento-economico-e-social.pdf/view> Acesso em: 5/2/2022.

BRASIL, Presidente (2003-2010: Luis Inácio Lula da Silva) f. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, através de videoconferência, na Conferência Anual do Banco Mundial sobre Economia do Desenvolvimento –**

ABCDE. Brasília, 16 de maio. 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/16-05-2003-discurso-do-pr-luiz-inacio-lula-da-silva-atraves-de-videoconferencia-na-conferencia-anual-do-banco-mundial.pdf/view> Acesso em: 5/2/2022.

SILVA, Luís Inácio da. **Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após reunião de trabalho com o Presidente dos EUA, George Bush Casa Branca.** Washington – DC, EUA, 20 de junho de 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/entrevistas/1o-mandato/2003/20-06-2003-entrevista-coletiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-reuniao-de-trabalho-com-o-presidente-dos-eua-george-bush/view> Acesso em: 5/5/2022.

2004

BRASIL, Presidente (2003-2010: Luis Inácio Lula da Silva) a. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da II Sessão de Trabalho – “Desenvolvimento Social”, na Cúpula Extraordinária das Américas.** Monterrey, México, 13 de janeiro de 2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/13-01-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-ii-sessao-de-trabalho-2013-201cdesenvolvimento-social201d-na-cupula-extraordinaria-das-americas/view> Acesso em: 6/2/2022.

BRASIL, Presidente (2003-2010: Luis Inácio Lula da Silva) b. **Mensagem do Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional, pelo início da Sessão Legislativa.** Brasília, 16 de fevereiro de 2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/16-02-04-mensagem-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-ao-congresso-nacional/view> Acesso em: 06/02/2022.

SILVA, Luis Inácio Lula da. **Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a viagem à China Palácio do Planalto.** Xangai, China, 11 de maio de 2004. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/entrevistas/1o-mandato/2004/11-05-2004-entrevista-coletiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-sobre-viagem-a-china/view> Acesso em: 13/02/2022.

2005

BRASIL, Presidente (2003-2010: Luis Inácio Lula da Silva) a. **Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e tv, sobre as realizações do governo em 2004 e perspectivas para 2005.** Brasília, 2 de janeiro de 2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/02-01-2005-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-cadeia-de-radio-e-tv-sobre-as-realizacoes-do-governo-em-2004-e-perspectivas-para-2005/view> Acesso em: 13/02/2022.

BRASIL, Presidente (2003-2010: Luis Inácio Lula da Silva) b. **Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e tv, por ocasião do Dia do Trabalhador – 1º de Maio.** Brasília, 1º de maio de 2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/01-05-2005-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-cadeia-de-radio-e-tv-por-ocasio-do-dia-do-trabalhador-2013-1o-de-maio/view> Acesso em: 13/02/2022.

BRASIL, Presidente (2003-2010: Luis Inácio Lula da Silva) c. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da reunião ministerial.** Granja do Torto, 12 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/12-08-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-reuniao-ministerial/view> Acesso em: 13/02/2022.

2006

BRASIL, Presidente (2003-2010: Luis Inácio Lula da Silva) a. **Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e TV, sobre o pagamento da dívida com o FMI.** Brasília, 16 de janeiro de 2006. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/16-01-2006-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-cadeia-de-radio-e-tv-sobre-o-pagamento-da-divida-com-o-fmi-1/view> Acesso em: 13/02/2022.

BRASIL, Presidente (2003-2010: Luis Inácio Lula da Silva) b. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse do novo ministro da Fazenda, Guido Mantega.** Brasília, 28 de março de 2006. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/28-03-2006-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-posse-do-novo-ministro-da-fazenda-guido-mantega/view> Acesso em: 13/02/2022.

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1111200502.htm>

2007

BRASIL, Presidente (2003-2010: Luis Inácio Lula da Silva) a. **Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse.** Brasília, 1º de janeiro de 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/01-01-2007-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-posse/view> Acesso em: 14/02/2022.

BRASIL, Presidente (2003-2010: Luis Inácio Lula da Silva) b. **Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em sessão plenária do Fórum de Davos sobre novas estratégias para a erradicação da fome.** Davos, Suíça, 26 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/26-01-2007-palavras-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-sessao-plenaria-do-forum-de-davos-sobre-novas-estrategias-para-a-erradicacao-da-fome/view> Acesso em: 14/02/2022.

SILVA, Luis Inácio Lula da. **Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal Valor Econômico.** Brasília, DF, 20 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/entrevistas/2o-mandato/2007/20-06-entrevista-exclusiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-ao-jornal-valor-economico/view> Acesso em: 14/02/2022.

2008

BRASIL, Presidente (2003-2010: Luis Inácio Lula da Silva) a. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro para foto com assessores das salas de situação do PAC.** Brasília, 19 de março de 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/19-03-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-encontro-para-foto-com-assessores-das-salas-de-situacao-do-pac/view> Acesso em: 14/02/2022.

2009

BRASIL, Presidente (2003-2010: Luis Inácio Lula da Silva). **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato de anúncio da proposta de um novo modelo regulatório para a exploração das jazidas do pré-sal.** Brasília, 31 de agosto de 2009. Acessível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/31-08-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-ato-de-anuncio-da-proposta-de-um-novo-modelo-regulatorio-para-a-exploracao-das-jazidas-do-pre-sal/view> Acesso em: 14/02/2022.

2010

BRASIL, Presidente (2003-2010: Luis Inácio Lula da Silva) a. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de comemoração dos 10 anos do Fórum Social Mundial.** Porto Alegre, 26 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/26-01-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-cerimonia-de-comemoracao-dos-10-anos-do-forum-social-mundial/view> Acesso em: 19/02/2022.

BRASIL, Presidente (2003-2010: Luis Inácio Lula da Silva). **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço-conferência do seminário “Brasil: Parceria para uma Nova Economia Global”**. Madri, Espanha, 19 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/19-05-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-almoco-conferencia-do-seminario-brasil-parceria-para-uma-nova-economia/view> Acesso em: 19/02/2022.

2011

BRASIL, Presidenta (2010-2016: Dilma Vana Rousseff) a. **Pronunciamento à nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, no Parlatório do Palácio do Planalto**. Brasília, 1 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-parlatorio> Acesso em: 19/02/2011.

BRASIL, Presidenta (2010-2016: Dilma Vana Rousseff) b. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a 37ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**. Brasília, 26 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-37a-reuniao-do-conselho-de-desenvolvimento-economico-e-social-cdes> Acesso em: 19/02/2022.

BRASIL, Presidenta (2010-2016: Dilma Vana Rousseff) c. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião da cerimônia de anúncio de investimentos do PAC Mobilidade Grandes Cidades**. Salvador, 11 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-da-cerimonia-de-anuncio-de-investimentos-do-pac-mobilidade-grandes-cidades-salvador-ba> Acesso em: 19/02/2022.

2012

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Entrevista exclusiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, ao jornal Valor Econômico.** Madri, Espanha, 20 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/entrevistas-presidenta/entrevista-exclusiva-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-ao-jornal-valor-economico-1> Acesso em: 19/02/2022.

2013

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Entrevista coletiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante reunião ministerial.** Brasília, 1º de julho de 2013. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/entrevistas-presidenta/entrevista-coletiva-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-ministerial> Acesso em: 19/02/2022.

2014

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Entrevista concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, ao Jornal da Record, da Rede Record de Televisão.** Brasília, 27 de outubro de 2014. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/entrevistas-presidenta/entrevista-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-ao-jornal-da-record-da-rede-record-de-televisao> Acesso em: 20/02/22

2015

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Entrevista concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, a Blogueiros.** Brasília, 14 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/entrevistas-presidenta/entrevista-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-a-blogueiros> Acesso em: 20/02/2022

2016

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Entrevista coletiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante café da manhã com jornalistas.** Brasília, 15 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/entrevistas-presidenta/entrevista-coletiva-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cafe-da-manha-com-jornalistas-palacio-do-planalto-1> Acesso em: 20/20/2022.